

O QUE PODE O ATIVISMO DE BAIRRO ?

Reflexão sobre as Limitações e Potencialidades  
do Ativismo de Bairro à Luz de um Pensamento Au-  
tonômista

Dissertação submetida ao Departamento de Geogra-  
fia da Universidade Federal do Rio de Janeiro ,  
como requisito parcial para a obtenção do grau  
de Mestre em Ciências, por

MARCELO JOSÉ LOPES DE SOUZA

Rio de Janeiro, 1988

Orientador: Prof. Dr. Mauricio de Almeida Abreu

A liberdade numa sociedade autônoma exprime-se por estas duas leis fundamentais: sem participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei. Uma coletividade autônoma tem por divisa e por autodefinição: nós somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis. \*

Abolir a heteronomia não significa abolir a diferença entre a sociedade instituinte e a sociedade instituída - o que, de qualquer forma, seria impossível -, mas abolir a submissão da primeira à segunda. A coletividade dará regras a si mesma, sabendo que o faz, sabendo que elas são ou se tornarão sempre, em algum lugar, inadequadas, sabendo que pode mudá-las - e que elas a constroem durante todo o tempo em que não as tiver mudado regularmente. \*\*

O grande problema, o grande ponto de interrogação, é o que diz respeito à capacidade e ao desejo das pessoas de se organizarem coletivamente, participando de maneira plenamente ativa e responsável da direção de suas atividades, e de enfrentar a questão da instituição global da sociedade. E uma parte desse problema, que nos concerne diretamente, é a reconstituição de um movimento político no sentido profundo do termo, e as formas que esse movimento deverá assumir. \*\*\*

Cornelius Castoriadis: \* e \*\*, de "Introdução: socialismo e sociedade autônoma" (in: Socialismo ou Barbárie. Brasiliense, São Paulo, 1983); \*\*\*, de "Transition" (in: Domaines de l'homme - Les Carrefours du labyrinthe II. Seuil, Paris, 1986).

Sob o sistema moderno de vida social, todos os laços de união entre os habitantes de uma mesma rua ou "vizinhança" desapareceram. Nos bairros ricos das grandes cidades, os homens vivem juntos sem saber sequer quem é seu vizinho. Mas nas ruas e becos densamente povoados dessas mesmas cidades todos se conhecem bem e se encontram em contato contínuo. Naturalmente, nos becos, como em todas as partes, as pequenas rixas são inevitáveis, mas também se desenvolvem relações segundo as inclinações pessoais, e dentro destas relações se pratica a ajuda mútua em tais proporções que as classes mais ricas não têm idéia. \*

(...) O verdadeiro progresso está na descentralização, tanto territorial como funcional, no desenvolvimento do espírito local e da iniciativa pessoal, e na federação livre do simples ao complexo, em vez da hierarquia atual, que vai do centro à periferia. \*\*

(...) Ninguém é capaz de definir, hoje, o que serão as futuras formas de coordenação e de organização dos futuros movimentos revolucionários, mas o que parece evidente é que implicarão, a título de premissa absoluta, no respeito à autonomia e à singularidade de cada uma de suas componentes. Fica claro, desde agora, que sua sensibilidade, seu nível de consciência, seus ritmos de ação, sua justificação teórica não coincidirão. E parece desejável e mesmo essencial que suas contradições, seus antagonismos não possam ser "resolvidos" nem por uma dialética constrangedora, nem por aparelhos de direção que os dominem e os oprimam.\*\*\*

Piotr Kropotkin: \* ("A ajuda mútua na sociedade moderna", in: Kropotkin - Textos Escolhidos. L&PM, Porto Alegre, 1987) e \*\* ("Anarquismo", in: ibid.); Félix Guattari: \*\*\* ("O capitalismo mundial integrado e a revolução molecular", in: Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo. Brasiliense, São Paulo, 1987).

## ÍNDICE

Prefácio	V
Introdução	1
1. Como se encontra a "condição humana" hoje ?	29
2. O bairro: ensaio de abordagem política	42
2.1. O que oferece a literatura especializada (brevíssima notícia)	44
2.2. Uma proposta de visão holística	52
2.2.1. Subjetividade & objetividade	53
2.2.2. A unidade na diversidade	61
2.2.3. Do preconceito ao divisionismo	83
3. A natureza do ativismo de bairro	96
3.1. A moldura conceitual: ativismo urbano e movimento social urbano	96
3.2. Especificidade organizacional e política do ativismo de bairro	116
3.3. O ativismo de bairro numa perspectiva histórica	129
4. O ativismo de bairro e o mundo contemporâneo	146
4.1. O ativismo de bairro e a dicotomia Primeiro Mundo/Terceiro Mundo	146
4.2. As dimensões do Social e a eclosão de ativismos	153
4.3. O problemático relacionamento entre partidos políticos e ativismos de bairro	159
4.3.1. Apresentação inicial dos tipos partidários básicos	163
4.3.2. Os partidos revolucionários e o ativismo de bairro	164
4.3.3. Os partidos não-revolucionários e o ativismo de bairro	177
4.3.4. Transcendendo os arquétipos ?	185
4.3.5. É possível recusar a forma-partido <u>em-si</u> ?	191
4.4. O ativismo de bairro nos marcos de um projeto autonomista	193
Balanço e perspectivas	223
Bibliografia	233

PREFÁCIO

O espaço social se constitui numa das mais recentes categorias-vedetes das assim chamadas ciências humanas ou sociais <sup>(1)</sup>. Tal fato em princípio deveria me deixar, como geógrafo, envaidecido, dado que a Geografia, de alguma forma (e apesar do naturalismo), sempre se ocupou do espaço social (a Geografia Humana, bem entendido). No entanto, vítima dela própria, de sua inarredável condição de disciplina, a Geografia tem, não raro, assimilado contribuições crítico-dialéticas acerca do Espaço através de um filtro positivista. Essa circunstância não justifica, portanto, qualquer vaidade, e sim antes preocupação, considerando inicialmente o que se passa em minha própria casa. (A problemática teórica em torno do Espaço transcende, na verdade, o universo da Geografia, mas não me é possível aqui focalizar a questão de modo mais abrangente.) Explicar-me-ei melhor.

Durante muito tempo reduzido à condição de um mero reflexo das relações sociais, o Espaço passou a ter, sobretudo a partir das contribuições de Henri Lefebvre, seu estatuto ontológico modificado. A admissão da dialética sócio-espacial (expressão cunhada, parece-me, por Edward Soja <sup>(2)</sup>, mas cujo espírito estava já em Lefebvre) resgata para esse produto social fundamental que é o Espaço sua dupla qualidade de palco e "ator", ou seja, de produto que, por sua magnitude, uma vez produzido dessa ou daquela forma passa a condicionar as ações e os projetos dos atores sociais de modo decisivo (condicionamento mediado, observe-se, pelas próprias relações sociais - posição de classe etc.). Este avanço teórico merece, de "per se", indiscutivelmente uma efusiva saudação. Ocorre, entretanto, que a Geografia tende não a assimilar uma perspectiva epistemológica de ruptura com a fragmentação disciplinar do saber nas humanidades - ruptura em boa medida presente em Lefebvre -, mas meramente a incorporar o posicionamento ontológico encarnado na dialética sócio-espacial ao metabolismo de uma disciplina que, para afirmar-se enquanto tal, necessita apresentar-se como "Ciência do Espaço" ou algo semelhante. Com isto, desemboca-se num risco virtual de comprometimento da pro-

... da própria investigação do espaço social, ao enfraquecer-se as vinculações deste, nos marcos de uma pesquisa específica, com as relações sociais em suas várias dimensões (econômica, política...). Eis a constrição epistemológica do estudo do Espaço no âmbito de uma disciplina que, enquanto disciplina, não consegue desatrelar-se substancialmente do preceito lablacheano "ciência dos lugares, não dos homens", e assim não chega a perceber plenamente que o que interessa não é, sob um ângulo crítico-dialético, "Investigar o Espaço", mas investigar a Sociedade concreta, da qual faz parte, como um dos constituintes básicos e inseparáveis, o espaço social.

Embaraçosamente, vem a aludida constrição epistemológica perdurando no seio da comunidade geográfica, tornada tão ciosa do referencial disciplinar justamente em função da crise de identidade e de desprestígio acadêmicos em que se debate a Geografia. O que mudou, desde La Blache, foi a maneira de se encarar o "Objeto da Geografia", enxugando-o de diversionismos naturalistas. O que permanece é o Espaço atuando, menos ou mais (conforme a variação de sensibilidade e coragem entre os estudiosos), como um par de antolhos, um "centro das atenções" que se justifica nesta condição perante a divisão do trabalho científico em vigor, mas que dificulta a consideração profunda das relações sociais. Em decorrência, mais de meio século passado desde a morte de Vidal de La Blache, ainda ouvimos pesquisadores que, interpelados sobre o porquê de seu não-aprofundamento em torno de certas questões cruciais apenas tangenciadas por seus trabalhos, se saem com desculpas deste teor: "ora, afinal sou geógrafo, não sociólogo ou filósofo; concordo que o que você diz é importante, mas não é da minha alçada".

\* \* \* \* \*

A dissertação que ora apresento é uma manifestação particular - construída ao redor de um tema específico - de meu interesse por três tarefas: articular forte e densamente Espaço e relações sociais, no contexto de uma alternativa teórica ao positi-

visão que alimenta a divisão do trabalho acadêmico em vigor; sublinhar a importância marcante do espaço social como condicionador/referencial, especialmente em determinadas circunstâncias, rejeitando porém qualquer "fetichização", qualquer privilegiamento "ecologicista" do Espaço (posto que a realidade, crítico-dialeticamente entendida, desconhece tal privilégio); e contribuir para minar o preconceito que torna, para o geógrafo, as práticas sociais e as questões econômicas, culturais e políticas quase que tabus.

O ativismo de bairro se me afigura como um dos Objetos mais caros ao interesse referido no parágrafo anterior. Todavia, a escolha deste tema deveu-se também a outros fatores, de ordem não-acadêmica.

Meu interesse pelo ativismo de bairro praticamente começou na mesma época em que decidi elaborar este estudo, a saber, final de 1985. Antes disso, uma certa visão de mundo, orientada pelo pensamento marxista, me impelia a encarar toda luta social que não pertencesse diretamente ao universo do movimento operário como "limitada", sem pensar essa "limitação" como superável a não ser pela via da submissão dessas lutas à coordenação de um partido de tipo leninista. Evitava, assim, conhecer de modo mais amplo, profundo e generoso o ativismo de bairro e outros ativismos sociais contemporâneos, endossando o reducionismo, tão próprio do marxismo militante (que me influenciava fortemente), de que os melhores esforços deveriam ser direcionados para a análise da luta operária, conduzida pelo Partido, e que, uma vez tomado o poder e extintas as classes, todos os problemas anclares seriam automaticamente eliminados.

A crítica do marxismo vinha sendo realizada por mim já desde 1984, inicialmente como uma crítica interna ao próprio marxismo - rompendo meu namoro com o trotskismo e lançando mão de autores cada vez mais "heterodoxos" -; mas, a partir de 1985, após o encontro com a obra de Cornelius Castoriadis, a crítica radicalizou-se (vale dizer, lembrando Marx: fdi às raízes da problemática). "Descobrimo-me" nesse autor, identificando-me com as suas lúcidas posições, passei a temer cada vez menos, à medida que expandia meus ho-

rizontes, que o meu afastamento do marxismo representasse um equívoco, uma residual e inconsciente "mentalidade pequeno-burguesa". Em Castoriadis encontrei uma alternativa exemplarmente crítica e consistente à abordagem marxista, muito diferente dos ataques superficiais ou mesmo suspeitos que, apesar de gerarem muito mais calor do que luz (ou talvez por isso mesmo), tanto sucesso fazem atualmente no mercado de idéias.

A tentativa de uma reflexão sobre o projeto revolucionário, estribada em preocupações e análises que vão desde problemas filosóficos (ontológicos, epistemológicos, éticos) até questões de organização política, articulando o pensamento de Castoriadis com as achegas de outros autores (de um Félix Guattari, de um Jean-Pierre Dupuy, por exemplo), me têm levado a dedicar crescente atenção a todos os ativismos sociais. Lutas e questões que antes não me despertavam maior interesse passaram a ser por mim reconsideradas, procurando então meditar sobre seus significados, suas contribuições, suas potencialidades e limitações, sob um ângulo distinto do do marxismo. Um ângulo, antecipo, em princípio mais generoso, mas exigente em suas preocupações e ambições, e de forma alguma complacente para com as fraquezas e ambigüidades que são consideradas à luz do contexto social mais amplo.

A decisão de me concentrar inicialmente no ativismo de bairro - o que nada tem a ver com um privilegiamento teórico ou político - foi decerto influenciada pela minha preocupação em refletir sobre a dimensão espacial da Sociedade concreta, já que poucos ativismos remetem à espacialidade de modo tão direto e simbólico quanto o de bairro. Não foi este, contudo, o único motivo. A fascinação pelas evidentes ambigüidades e pela diversidade desse ativismo, a pobreza teórica de boa parte da literatura especializada e o "boom" associativo-comunitário que começou a tomar corpo em várias cidades do mundo capitalista a partir dos anos 60/70, acabaram me conduzindo à questão-título desta dissertação. Além disto, acresce que a reflexão acerca do ativismo de bairro remete direta ou indire-

rente a questões freqüentemente subvalorizadas - relativas à descentralização/desconcentração de poder no Espaço, à humanização do espaço urbano, à crítica profunda da materialidade metropolitana - e que, entretanto, me parecem ser de capital importância frente a tarefa de repensamento do projeto de transformação radical da sociedade existente.

Após o delineamento destes meus interesses passei a participar ativamente da associação de moradores do meu bairro, com o fito de iniciar um contato vivo com o ativismo. Tratava-se de uma associação sem grandes estórias para contar, sem grandes lutas ou grandes vitórias, o que em boa medida se explica por ser o meu um bairro, ainda que integrante dos espaços suburbanos cariocas, relativamente bem urbanizado e sem problemas graves. No entanto, não deixava de ser um primeiro contato, a partir do qual poderia tomar ciência e participar de outras realidades: de bairros próximos, situadas em escalas mais abrangentes (FAMERJ) etc. - o que de fato ocorreu. (Ademais, o próprio "lavar as mãos em água suja", para usar a expressão de Nietzsche, me parecia didático. Afinal, nem todas as associações são verdadeiramente atuantes, e as situações de "mediocridade", sem heroísmos ou dramas a ocupar manchetes de jornais, também mereciam ser conhecidas.)

A experiência pessoal como militante, conquanto obviamente restritíssima perante os objetivos deste estudo teórico-geral, serviu, se não como uma grande fonte de informações, pelo menos para dar um certo colorido ao meu labor reflexivo (além de ser uma exigência que me impus por razões extra-acadêmicas - ético-políticas). Por meio dela pude ter uma idéia mais viva e concreta, temperada pelas discussões e polêmicas que testemunhei (e de que também tomei parte), a propósito de problemas como o caciquismo, as dificuldades de construção e manutenção da democracia direta e autêntica na base local do ativismo, o problemático relacionamento entre partidos políticos e ativismos de bairro, os obstáculos a uma crescente tomada de consciência crítica, as dificuldades para a mobilização das pessoas, o autoritarismo e o paternalismo. Embora não se trate de extra-

poliar sem mais as situações observadas nas acanhadas escalas que vivenciei, e apesar de não querer fazer de minha limitada experiência uma amostra com valor estatístico, valeu em si mesmo esse mergulho na realidade, esse "habitar a realidade", ao invés de simplesmente "sobrevoá-la", como diria Merleau-Ponty. Não é o caso, aqui, de fazer demagogice. Apenas registro minha crença em que a dimensão humanística, tão buscada, deveria estar presente não apenas nas propostas, mas também no método ("méthodos" = caminho).

\* \* \* \* \*

Uma observação quanto ao estilo. Tomei neste trabalho uma certa liberdade, e me sinto à vontade para assumi-la após verificar que estou em boa e ilustre companhia, a de Edgar Morin. Faço minhas as palavras dele: "neste texto, passo do eu ao nós, do nós ao eu. O eu não é pretensão, é tomada de responsabilidade do discurso. O nós não é majestade, é companheirismo imaginário com o leitor."<sup>(3)</sup>

\* \* \* \* \*

Desejo, finalmente, agradecer àqueles que contribuíram para que este trabalho fosse substancialmente menos falho do que certamente seria sem sua ajuda. Em primeiro lugar, quero expressar minha gratidão para com o meu orientador, Prof. Dr. Mauricio de Almeida Abreu, interlocutor paciente e generoso; suas críticas, que iam do conteúdo ao estilo, e mais as palavras de incentivo que nunca me faltaram, tiveram para mim grande importância. Agradeço, entusiasmado, também ao Prof. Roberto Lobato Corrêa, pelo estímulo recebido e pelas sugestões a propósito da matéria tratada no Capítulo 2. Por fim, externo minha gratidão para com a Profa. Ester Limonad, pelo empréstimo de material bibliográfico.

Rio de Janeiro, inverno de 1988.

## NOTAS AO PREFÁCIO

- (1) Os leitores não-familiarizados e que duvidarem desse fato devem atentar para sintomas como o ensaio "L'espace social, nouveau paradigme ?", de Alberto Alvarenga e Jacques Maltcheff (Espaces et Sociétés, julho-dezembro/1980, nºs 34-35).
- (2) Ver, de Soja, "The Socio-Spatial Dialectic". In: Annals of the Association of American Geographers. Vol. 70, nº 2, junho de 1980.
- (3) Edgar Morin, O Método ("Advertência do tomo I"). Europa-América, s/d, p. 33.

## INTRODUÇÃO

Thomas Kuhn, físico por formação, estava com sua atenção voltada, ao escrever o seu já clássico A Estrutura das Revoluções Científicas<sup>(1)</sup>, especialmente para as ciências naturais ou "positivas". Sua concepção de "paradigma" - um espaço de consenso metodológico e perspectival, um conjunto de normas de prática de pesquisa aceito pela comunidade de profissionais ou por parte dela durante um determinado período de tempo -, idéia central assentada na crença na existência de momentos de "ciência normal" (períodos de concórdância e aglutinação em torno de "paradigmas") alternando-se com momentos "revolucionários" (de crise de um "paradigma" e de substituição dele por outro), goza hoje em dia, merecidamente, de grande popularidade, por representar uma inteligente alternativa às interpretações da evolução do conhecimento científico como um processo linear e cumulativo<sup>(2)</sup>. Por outro lado, é necessário observar que quando refletimos sobre as chamadas ciências humanas tal concepção não deve ser aceita sem precauções e algumas reservas. Isto porque parece evidente que, marcadas e fissuradas por debates tão diretamente influenciados por julgamentos éticos e posicionamentos políticos, no caso das ciências humanas a "normalidade" tenderia a ter um conteúdo mascarador e ideológico, apontando, na realidade, para o "paradigma" acobertador de visões menos críticas (e assim mais facilmente difundidas), e negligenciando as rebeldias, não raro abafadas na conta de fatores que nada têm a ver com "critérios objetivos de testabilidade".

De qualquer maneira, a despeito das ressalvas que possamos fazer ao contexto teórico kuhniano, é fato que, por diversos motivos, também as ciências humanas conhecem situações em que um "comportamento paradigmático" - caracterizado pela repetitividade temática, pela monotonia das formas de abordagem - se faz notar. É mesmo, eventualmente, tentador acusar as humanidades de sucumbirem (embora não integralmente, isto é, nem todos os estudiosos, claro) a modismos temáticos e perspectivais. Seja como for, a verdade é

que o ambiente acadêmico, amiúde produzindo para auto-consumo e justificando a produção científica por ela mesma (ou seja, voltado sobre o próprio umbigo)<sup>(3)</sup>, volta e meia conhece, no domínio das ciências humanas, autênticas febres temáticas e perspectivais. Durante o período de febre por um dado tema e/ou enfoque, o prestígio e o reconhecimento acadêmicos tendem a acompanhar estreitamente a adesão ao espaço de auto-reprodução monótona (e diálogo bastante limitado com o "exterior") em que consiste o paradigma. É natural que tal clima gere inconvenientes, tais como o abandono prematuro de temas relevantes, tidos como saturados ou fora de moda, dando-se a impressão, tantas vezes falsa, de que a realidade mesma justifica o desinteresse, ou que respostas consistentes já foram abundantemente oferecidas sobre a matéria em questão.

É comum o distanciamento do cotidiano da pesquisa em ciências humanas, muitas vezes imerso em solene mesmice paradigmática, dos acesos debates que, situados para-academicamente ou no plano da reflexão filosófica, bem poderiam expandir os horizontes dos "pesquisadores empíricos". Conquanto se trate de uma generalização até certo ponto abusiva, fica-me a imagem de que, em não poucos casos, um autêntico abismo existe a separar esses cientistas, sem muito gosto por interrogações filosóficas ou "excesso de teorização", dos filósofos e pensadores sociais e políticos, vistos por aqueles como cultores de um especular estratosférico e abstrato.

As questões da mesmice paradigmática e do desamor científico pelo debate filosófico e político têm muito a ver com o presente trabalho. Em essência, o estudo que ora introduzo constitui uma tentativa de contraponto a formas habituais de abordar o ativismo de bairro. Este contraponto não o será puramente de princípios específicos e conceitos "locais"; para efetuar-lo, recupero as contribuições, desenvolvidas em um plano geral (mas evidentemente não estratosférico ou especulativo-fantástico) de filosofia social e de debate político, de autores bastante ignorados pelos estudiosos do ativismo de bairro. Dentre esses autores negligenciados sobressai o nome de Cornelius Castoriadis, cuja obra se me afigura a alternativa

mais fecunda, lúcida e profunda ao pensamento reacionário e às ambigüidades do marxismo. Na verdade, o objetivo deste trabalho é meditar sobre o ativismo de bairro à luz das reflexões e questionamentos desse e de outros autores a propósito da contemporaneidade. Não pretendo aqui "inaugurar" uma controvérsia teórica geral, e sim trazer para o terreno da discussão particular acerca do ativismo de bairro uma polêmica - a meu ver crucial - que de há muito anima uma escala mais abrangente, e onde deparamos com um pensamento autonomista<sup>(4)</sup> a confrontar-se simultaneamente com o pensamento burguês e com o marxismo na esteira de um esforço de reconsideração do projeto revolucionário (visando revigorá-lo a expensas de uma crítica das limitações do marxismo).

\* \* \* \* \*

Na primeira frente de combate deparo com todos aqueles que, por uma via ou por outra, consciente ou semi-conscientemente, ofertam análises perpassadas por concessões ao "status quo" capitalista. Trata-se de diversas correntes e tendências, distintas entre si por razões de orientação teórica, de vigor analítico-teórico maior ou menor e de proximidade menor ou maior com os referenciais políticos e filosóficos do marxismo. Discutirei aqui apenas as principais.

Por seu peso quantitativo e por sua obstinada permanência, comentarei as demais vertentes tendo como ponto de referência aquela que Luiz Antonio Machado da Silva e Ana Clara Torres Ribeiro<sup>(5)</sup> identificaram como o paradigma de análise dos movimentos sociais urbanos. A constituição do paradigma acha-se ligada a uma concepção basilar e anterior ao surgimento dele. Essa concepção é aquela segundo a qual estamos, hoje, perante uma tal clivagem entre a fração monopolista do capital e as camadas não-monopolistas (incluindo-se aí os pequenos e médios capitais, o proletariado etc.), e onde o Estado acha-se essencialmente ligado aos interesses da fração monopolista (e opondo-se às necessidades do restante da sociedade), que o confli-

to social e a luta socialista devem ser reavaliados. Diante do sublinhamento de "novas contradições" ao lado da contradição básica capital X trabalho, e da colocação, em primeiro plano (estratégico), não mais da fórmula classista proletariado X burguesia, mas de outra, camadas não-monopolistas X capital monopolista, aponta-se para a perspectiva de alianças interclassistas e antimonopolistas, que pressionem, corroam e, enfim, consigam democratizar o Estado.

A concepção acima referida, assimilada diferenciadamente pelos vários teóricos dos movimentos sociais urbanos, emana entretanto de uma fonte comum: o pensamento eurocomunista, que, nos anos 70, exatamente a década do "boom" dos estudos de lutas urbanas, partiu de teóricos e estrategistas ligados a PCs europeus ocidentais (PCF, PCI e PCE, especialmente). Como se depreende do exame dos princípios eurocomunistas<sup>(6)</sup>, sua intenção consiste numa tentativa de adaptação do marxismo às condições atuais dos países capitalistas desenvolvidos. Na realidade, para se efetuar essa "adaptação" o que se fez foi abandonar a ortodoxia leninista em favor de uma postura "entrinista", ou seja, de penetração no próprio Estado capitalista ("guerra de posição"), via Parlamento, prefeituras etc., para com isso, modificar paulatinamente a relação de forças e conquistar o socialismo e a democratização do Estado por uma via não-brusca e não-violenta. Uma "política de cupim", conforme apelido dado, creio, pelos trotskistas: comer por dentro.

Em suas origens, os estudos de lutas urbanas inspirados pelo ideário eurocomunista tiveram por características uma significativa acuidade para com transformações gerais do modo de produção capitalista e uma forte preocupação com os aspectos "infra-estruturais" do quadro problemático (contradições urbanas) a partir do qual surgem os conflitos. Esse primeiro momento, que antecede a constituição do paradigma propriamente dito, foi muito marcado pela preza dos teóricos Jean Lojkin e Manuel Castells (sobretudo), realizadores de esforços analíticos denominados por L.A. Machado da Silva e A.C. Torres Ribeiro<sup>(7)</sup> "grandes sínteses pré-paradigmáticas".

Jean Lojkiné<sup>(8)</sup> de fato endossou o eurocomunismo, procurando efetivamente proceder a uma releitura de certas posições leninistas à luz da realidade do capitalismo avançado do último quartel do século XX. São, porém, consistentes e constantes suas referências à matriz teórica marxista, e mesmo leninista, em sua obra máxima, O Estado Capitalista e a Questão Urbana. Em Lojkiné, ao mesmo tempo em que encontramos a substância do ideário eurocomunista - o privilegiamento da oposição entre a fração monopolista do capital e o conjunto das camadas não-monopolistas -, topamos igualmente com um analista de peso, preocupado em prestigiar os movimentos sociais - vendo-os como frutíferos na condição de não se descolarem do movimento operário e do Partido revolucionário.

Em Manuel Castells, autor de posições bastante mutáveis, a situação é um tanto diversa. Se, com o seu A Questão Urbana<sup>(9)</sup>, perpassado por um viés estruturalista objetado por Lojkiné, Castells coloca a questão da importância dos movimentos sociais urbanos deixando implícita a idéia de que aos partidos cabe o despertar nos movimentos o seu potencial transformador, sem contudo definir qual tipo partidário deve ser o depositário das esperanças ("(...) no momento, o que é importante é desmistificar a crença quase mágica na capacidade exclusiva de uma dada linha política (...)")<sup>(10)</sup>, em trabalhos posteriores, como Cidade, Democracia e Socialismo<sup>(11)</sup>, a relativa indefinição política do livro de 1972 praticamente se resolve. Na perspectiva do "partido revolucionário de novo tipo", "partido de luta e de governo"<sup>(12)</sup>, sua análise passa a acariciar o equilíbrio do binômio PC (eurocomunista) no governo + massas respaldantes, ao invés de acenar com o apoio inclusive a partidos de "extrema-esquerda", insufladores das bases sociais dos movimentos radicalmente contra o "status quo". São comuns, em Lojkiné, referências ao próprio Lênin, para justificar a pertinência do papel do Partido como "condottiero" (em que pesem as "relações mais sutis" entre Partido e movimentos sociais que Lojkiné advoga, como alternativa à falta de sutileza da ortodoxia, as quais ele não explicita). Já no Castells de Cidade, Democracia e Socialismo e Movimentos Sociais Urbanos<sup>(13)</sup>,

o "segundo Castells"<sup>(14)</sup>, o leninismo é tratado como um "cachorro morto"; sintomaticamente, enfatiza-se nessa fase a importância de frentes socialistas pela conquista ("entrista") do Estado, paralelamente a um indisfarçado desprezo pela "extrema-esquerda" (trotskistas etc.).

No "segundo Castells", o interclassismo vem lado a lado com uma aberta simpatia para com a autonomia dos movimentos (ainda que sejam feitas observações complacentes para com os aparelhamentos que alguns destes sofreram por parte de partidos de esquerda - inclusive por parte do PCE, o que Castells reconhece a despeito de sua identificação com o representante do eurocomunismo na Espanha<sup>(15)</sup>). A análise castellsiana do "movimiento ciudadano" de Madri é bem ilustrativa: a esperança de democratização do Estado espanhol é acalentada com os olhos voltados para os ativismos, para sua combatividade, para suas experiências interclassistas. O contexto é o de uma abordagem onde é ressaltada a procura de um socialismo democrático (pela via "entrista", obviamente) e onde o horizonte verdadeiramente revolucionário é perdido, em meio a uma embriaguez com a "democratização" a caminho e as conquistas dos ativismos.

Apesar de não poder me deter muito nisto por agora, grifo que as diferenças entre os autores e em um mesmo autor ao longo do tempo não devem ser discutidas sem que se atente para as mutações do eurocomunismo como um todo. O empreendimento de uma releitura do projeto marxista, encarnado celeberramente por Santiago Carrillo, denota em suas origens uma coerência passível de impressionar os menos avisados e de confundir mesmo analistas de envergadura. Observe-se, além disto, que os PCs tiveram, na Espanha dos estertores do franquismo e no Portugal do salazarismo moribundo, papel relevante na luta contra a ditadura e na transição "democrática". É compreensível, assim, que, a despeito das suas críticas, um Althusser e um Poulantzas não tenham levado às últimas conseqüências a denúncia dessa quimera histórica que é o eurocomunismo, mantendo, ao invés, a esperança de "redenções"<sup>(16)</sup>. Mesmo Castoriadis, enfatizando num escrito de circunstância<sup>(17)</sup> excessivamente a estrutura ainda essencialmente staliniana

dos PCs eurocomunistas (os quais vêm, afinal, de uma transformação estratégica do stalinismo, assinalada por Castoriadis), externou a idéia de que eles seriam uma versão modernizada dos PCs da III Internacional, mas nem por isso desinteressada pelo poder total e pelas práticas exclusivistas. Sem querer resvalar para o endosso integral da análise de Jean Baudrillard sobre esses PCs<sup>(18)</sup>, o fato é, porém, que o "entrismo", longe de significar um horizonte de luta revolucionária "por dentro" do Estado, cada vez mais deixa a nu o condicionamento emasculador que a materialidade do Estado (do meio) impõe aos "entristas" e aos limites dos próprios "entristas" (aos seus fins). É sintomático que Norberto Bobbio tenha afirmado o que tantos se recusam a aceitar: que PCI e PSI se assemelham cada vez mais, na esteira de uma social-democratização daquele<sup>(19)</sup>. E, certamente, tal emasculação não acomete só o PCI, o maior PC do Ocidente. Nessas circunstâncias, conquanto seja pouco rigoroso rotular "a priori" e generalizadamente os eurocomunistas de "reformistas" (pondo lado a lado, sem distinção, Lojkin, o "segundo Castells" etc.), a exemplo do que parece inteiramente autorizado fazer com a social-democracia, acredito ser correto sustentar que, ainda mais diante dos impasses históricos concretos, o horizonte do eurocomunismo é uma esterilidade de conteúdo reformista. (Repisarei este assunto, com mais vagar, no Capítulo 4.)

Entre os expoentes do período pré-paradigmático merece ser citado também Jordi Borja, apesar de sua obra ter tido uma menor repercussão que as de Castells e Lojkin. A coletânea Movimientos Sociales Urbanos<sup>(20)</sup>, reunindo trabalhos de 1973 e 1974 (dois teóricos e um estudo de caso), muito embora revele a proximidade de seu autor com o eurocomunismo (a Teoria do Capitalismo Monopolista de Estado etc.), de outra parte revela igualmente a consistência teórica e mesmo política de Borja. Jordi Borja empenha-se num esforço analítico-classificatório das lutas urbanas; aí se percebe a força da referencial marxista do autor e seu cuidado em não ceder facilmente a apelos interclassistas diluidores das diferenças de potencial pressupostas entre as diversas camadas não-monopolistas (o que dá um colo-

rido classista aos seus exames). Se bem que não descure dos aspectos "infra-estruturais", a análise de Borja, que no essencial (do ponto de vista teórico) se volta para a investigação das relações entre estrutura urbana (e suas contradições) e conflitos urbanos, se destaca (pois aí está sua contribuição mais original) no momento de dissecar a dimensão política dos ativismos. Sempre remetendo à estrutura urbana, e elegendo a conjuntura política o mediador mais decisivo entre ela e as lutas, Borja culmina sua empresa teórica com esforços de classificação e análise dos ativismos quanto às suas dinâmicas, seus potenciais e objetivos diferenciados.

A importação das idéias de Castells, Lojkin e de outros teóricos dos movimentos sociais se deu, no Brasil, comumente através de um filtro enfraquecedor (em termos teóricos e políticos), além de acrítica ter sido amíde a absorção do pensamento de autores primeiromundistas (tendo como complemento o esquecimento das especificidades da nossa própria realidade terceiromundista). O paradigma dos movimentos sociais urbanos constitui-se precisamente a partir da emergência de um padrão de análise das lutas urbanas onde a pobreza teórica e a emasculação política, relativamente ao período das "grandes sínteses pré-paradigmáticas", são patentes. (Um certo empobrecimento, entretanto, se deu em âmbito mais geral, não restrito ao Brasil, onde conjunturas políticas influenciaram na direção de um empobrecimento teórico e de uma emasculação política das análises. Vide, por exemplo, o "segundo Castells" e seu quase delírio com o eurocomunismo à espanhola, colocado então por L.A. Machado da Silva e A.C. Torres Ribeiro como autor "paradigmático".)

A pobreza e a emasculação paradigmáticas têm diversas características. Um aspecto inicial é a passagem dos grandes esforços teóricos pré-paradigmáticos, de cunho normalmente "infra-estrutural", para análises de sabor "superestrutural" (e mesmo, por vezes, dominadas por um horizonte meramente conjuntural), nas quais, ao invés de se colocar o papel do movimento como algo problematizável, a essência de tal papel, como denuncia L.A. Machado da Silva<sup>(21)</sup>, será

açodadamente tida como pressuposta - dando margem, assim, a uma farta produção de estudos de caso localizados, com referências rituais a autores pré-paradigmáticos mas despidos de densidade teórica e efetuando exames negligentes para com a dimensão econômica. (A dicotomia "infra-estrutural" X "superestrutural" foi já, aliás, de algum modo criticada por A.C. Torres Ribeiro e E. Limonad<sup>(22)</sup> e por L.A. Machado da Silva<sup>(23)</sup>.) Mas, qual é essa essência? De uma forma sintética, pode-se dizer que as lutas tendem a ser vistas como espontâneas (emergindo como reações naturais às carências que vitimam a população, e onde os partidos e outras instituições são, purística e mecanicisticamente, colocados como "exteriores" aos ativismos), populares (referencial que, inflacionado e destituído de satisfatório lastro teórico, eclipsará a categoria proletariado) e seu horizonte enxergado limitativamente pela ótica exclusiva ou quase exclusiva da democratização (aspas, por favor) do Estado (amiúde só se considerando uma simples conjuntura, como a luta pela "cidadania" num Estado menos ou mais "autoritário" e sublinhando-se a problemática do regime político, e não a do Estado em si). (Ver, sobre estes pontos, como um exemplo dentre muitos, Edison Nunes e Pedro Jacobi<sup>(24)</sup>.)

Tendem a inexistir, evidentemente, no seio do paradigma, indicações acerca da necessidade de um partido revolucionário orientar os ativismos na direção de um caminhar politicamente mais aprofundado. E, a reboque dos seus apriorismos, o paradigma comportar-se-á comumente de maneira fenomênica, isto é, não indo além de uma percepção da superfície dos fatos, o que está interligado com a sua fraqueza em termos de postura crítica. É usual não só uma concepção estreita e monolítica do Estado capitalista, onde este é colocado num pólo, como agente externo, à semelhança dos partidos e de outras instituições, e os ativismos noutra - vendo-se ele não como o baluarte institucional de uma heteronomia que o transcende, mas sim superficialmente como o "Mal", a ser "purificado" (democratizado) pelos ativismos -, mas também uma eleição do "Estado" como o grande adversário das "classes populares" em várias circunstâncias. A percepção estrutural da responsabilidade do modelo civilizatório capitalista, pre-

sente nas "grandes sínteses pré-paradigmáticas", cede lugar, no paradigma, em maior ou menor grau, a um horizonte estreito, vinculado à percepção de conjunturas desfavoráveis (ainda que com alusões não-adensadas aos aspectos estruturais da crise urbana) e apontando, preferencialmente, para uma crítica do regime, e por conseguinte legitimando a "democracia" representativa (o que se manifesta, dentre outras coisas, pela saudação a "candidaturas populares" oriundas das associações<sup>(25)</sup> e, mesmo, por uma praticamente cegueira para com a cooptação por partidos do "status quo", como se vê em Maria da Glória Gohn<sup>(26)</sup>, para quem há o saldo positivo da inserção das "classes populares" no "contexto de participação").

Não é por acaso que o próprio modo de corporificação e a reflexão paradigmática é distinto daquele do período pré-paradigmático. Neste, o esforço dos principais autores exteriorizou-se por meio de ensaios teóricos de considerável peso, orientados por uma tentativa de identificar, classificar, estabelecer diferenças e semelhanças, buscar causas estruturais. Já o paradigma dá origem a uma plêiade de estudos de caso, nos quais se focaliza a evolução de uma (ou algumas) associação(ões)/luta(s) comunitária(s), tendo por horizonte, em regra, uma conjuntura (ou quase só, dada a habitual indigência das referências estruturais). As ambições teóricas mais amplas, as conexões entre dimensões do Social, a articulação entre conjuntura e estrutura, tudo isso tende a ser descuidado, esquecido.

Mais recentemente, Manuel Castells nos ofereceu uma nova etapa da evolução do seu pensamento. O "terceiro Castells", praticamente nascido com o livro The City and the Grassroots<sup>(27)</sup>, representa uma certa auto-crítica para com suas posições anteriores, especialmente contra aquelas da fase althusseriana (auto-crítica que se inicia já em sua segunda fase, como se pode observar no livro City, Class and Power<sup>(28)</sup>). Decidido a rejeitar as "grandes teorias abstratas" sobre as lutas urbanas - como as que ele mesmo produziu em sua fase formalista -, preconiza Castells uma maior humildade perante a complexidade e a diversidade do real. Não se cogita, no entanto, de

uma guinada em direção a estudos de caso do tipo paradigmático. Neste ponto o "terceiro Castells" é nitidamente dissemelhante daquilo que é típico no paradigma: ele não perde de vista realimentações teóricas abrangentes. (Aliás, mesmo o "segundo Castells" não se assemelhava "in totum" ao paradigma, sob este ponto de vista; basta conferir na supra-citada obra City, Class and Power.)

O endosso de alianças interclassistas é algo que permanece nesse "terceiro Castells", inaugurado nos anos 80. Entretanto, se no "primeiro Castells" a aliança deveria ser guiada por um partido e no "segundo" o papel deste se enfraquece face a indisfarçada simpatia para com a autonomia dos ativismos, o "terceiro Castells" emerge como um momento distinto por levar às últimas conseqüências seu afastamento do marxismo, já renunciado no "segundo". Em sua terceira fase, Castells rechaça o marxismo (ou o que dele restaria, as "ruínas gloriosas da tradição marxista", para usar as palavras do autor<sup>(29)</sup>), coisa que faz de modo ruidoso mas pouco profundo - e sobretudo reacionário, conforme terei oportunidade de discutir.

Sem querer alongar-me por agora no mérito da obra de Castells, o fato é que sua terceira fase encerra uma rejeição da heteronomia marxista de um ângulo que é, apesar das aparências, também heteronomista. Ainda mais direto e conciso num artigo posterior ao The City and the Grassroots, Castells, desde fins dos anos 70 residindo na ensolarada costa californiana e lecionando em Berkeley, qualifica o projeto revolucionário de utopia (no pior dos sentidos), clama pela completa autonomia dos ativismos frente os partidos e o Estado, e endossa este último e seu Parlamento como a via democraticamente legítima para a construção, pelos cidadãos, de uma cidade melhor<sup>(30)</sup>. Conceitual-metodologicamente, enfatiza ele aspectos de ordem cultural e social-simbólica (sem todavia perder inteiramente de vista as dimensões política e econômica), como o significado urbano - que é definido como "a realização estrutural atribuída como objetivo às cidades em geral (e a uma cidade particular na divisão interurbana do trabalho) pelo processo de conflito entre os atores históri-

cos em uma determinada sociedade"<sup>(31)</sup>. Desconsiderando a luta de classes em seu sentido radical, o "terceiro Castells" a substitui por um interclassismo ainda mais amorfo que o do eurocomunismo do "segundo"; submisso, na prática, às regras instituídas do jogo político, Castells esposa uma espécie de "revoltismo controlado", de "liberalismo esquerdista", tendo por horizonte a luta dos cidadãos pela determinação do significado urbano, pela definição dos destinos da cidade e da vida urbana - luta essa, contudo, infensa a "radicalismos"... Emoldurado pela capitulação essencial perante o "status quo", o conflito, no "terceiro Castells", acaba por transmutar-se em negociação, o que o aproxima do neoculturalismo de um Michel Maffesoli, e o que ele faz faz sob forte inspiração de Alain Touraine - ambos, Touraine e Maffesoli, expressões modernas de um projeto político que recusa e desqualifica a autonomia<sup>(32)</sup>.

Enfim, depois da ênfase "infra-estrutural" de fundo economicista de muitos autores pré-paradigmáticos e do privilegiamento paradigmático de um míope enfoque político-conjuntural, seria a dimensão cultural o "Leitmotiv" da nova onda acadêmica, caracterizada por brutais emasculação e cinismo políticos? Será essa a era "pós-paradigmática", a traduzir-se nos epígonos menos votados como uma maquiagem grosseira do envelhecido rosto do paradigma?

\* \* \* \* \*

A objeção que o presente trabalho encerra contra o marxismo situa-se em dois planos.

O primeiro plano, geral, refere-se à presumida incapacidade dos referenciais marxistas poderem sustentar, sem reducionismos - ou sem que se caia numa "heterodoxia" incompreensível -, a análise dos diversos aspectos da contemporaneidade - por exemplo, os diversos ativismos sociais de "fora da fábrica" e situados "exteriormente" à esfera da produção (embora em conexão com ela e suas problemáticas específicas). Esta é a conclusão a que chego após con-

siderar o seguinte:

1º) Não podemos esquecer nunca que o alicerce histórico-concreto do pensamento de Marx é o século XIX europeu. É um truísmo dizer que, se por seu brilho Marx esteve muitas vezes à frente dos seus contemporâneos, suas análises e previsões não poderiam estar influenciadas por outra materialidade que não a da sua própria época.

Marx procedeu a uma titânica investigação da sociedade capitalista em sua etapa industrial clássica (pré-monopolismo e primórdios do monopolismo). Nessa fase a estrutura de classes se apresentava pouco complexa em relação à de nossos dias, o movimento operário atingia seu apogeu e a luta operária catalisava o grosso das energias transformadoras da sociedade, absorvendo ou eclipsando outras questões (opressão da mulher, de minorias étnicas e sexuais, qualidade de vida urbana etc.).

Deparamos, contemporaneamente, com uma estrutura de classes sensivelmente mais complexa: com uma hipertrofia do salarariado; com um incremento geral daquilo que João Bernardo identifica como a classe dos "gestores", ignorada pela teoria marxista<sup>(33)</sup>; com uma enormidade do "Lumpenproletariat" no Terceiro Mundo, Terceiro Mundo esse que não pode, nem mesmo em suas realidades urbano-metropolitanas industrializadas e culturalmente bastante européias, ser assimilado ao Primeiro Mundo à época da Revolução Industrial. Esta complexificação, naturalmente, se articula a modificações estruturais ao nível tecnológico, ao nível dos padrões de consumo e, finalmente, ao nível dos conflitos de classe. Concretamente, essas transformações surgiram num contexto também caracterizado pela emergência do Estado-empresário e do Estado "promotor do bem-estar social", pela cooptação crescente de setores do proletariado ("aristocracia operária", como diria Lênin), pela experiência frustrante do "socialismo real", pelo refluxo geral do movimento operário, pela burocratização crescente dos PCs. No plano tecnológico, vale destacar a sofisticação de tendências, no Oeste como no Leste, que põem em xeque o usual mutismo (ou a perigosa ambi-

glidade) do marxismo diante da questão do comprometimento da própria materialidade tecnológica do capitalismo com a heteronomia, com a opressão (onde não se trata apenas de criticar o uso que se faz da tecnologia, ou quem a comanda)<sup>(34)</sup>.

2ª) Marx não produziu uma obra isenta de contradições<sup>(35)</sup>. Tais contradições permitem a intérpretes de peso a adoção de uma perspectiva "anti-humanista teórica" (Althusser) ou a realização de uma leitura "humanística" do seu pensamento (de Sartre a Agnès Heller); a vê-lo ora como um autoritário incorrigível (Bakunin, Kropotkin), ora como admitindo uma interpretação libertária ou uma recuperação neste sentido (Daniel Guérin); a assimilá-lo ora como um enfatizador da marcha objetiva da história, em detrimento da ação voluntária dos oprimidos (stalinismo), ora como um privilegiador da luta de classes sobre todo o resto (Rosa Luxemburgo, Pannekoek); a tê-lo ora como pretexto para economicismos vulgares (como o do stalinismo), ora como facultador de leituras mais sensíveis ("jovem Lukács", Gramsci, Henri Lefebvre). Vários aparentes paradoxos, analisados com originalidade, conduziram um profundo conhecedor da obra de Marx, João Bernardo, a afirmar que, hoje, não é mais o caso de se manter "fiel" a Marx, mas de escolher uma dentre as infidelidades possíveis<sup>(36)</sup>. (Raymond Aron, um dos críticos de direita inteligentes do marxismo, confrontou, num livro<sup>(37)</sup>, o que ele chamou de "marxismos imaginários" de Sartre e Althusser, negando a ambos a qualidade de marxistas. A mim me parece, pelo contrário, que, apesar das cabais diferenças, ambos os autores encarnaram, cada um a seu modo, o marxismo, as diferenças somente des-cortinando a ambigüidade inerente à fonte comum - o que Aron não percebe por estar fundamentado numa terceira interpretação que ele julga ser a interpretação.)

3ª) Os anarquistas - e sobretudo Bakunin - já percebiam o viés "autoritário" do pensamento de Marx. Tal "autoritarismo" não esgota o seu pensamento (que chegou mesmo a negá-lo em certos momentos, como a reflexão sobre a Comuna de Paris), mas domina a sua porção mais

substancial<sup>(35)</sup>. Historicamente, o corolário do papel dominante da "dimensão autoritária" foi a hegemonia política e ideológica da versão leninista do marxismo, exacerbadora do "autoritarismo", e a marginalização de leituras mais próximas de um espírito libertário, como a de Pannekoek.

Dir-se-á, talvez, que a minha visão do marxismo é estreita, estereotipada, e me serão oferecidos exemplos de marxistas "heterodoxos" em diversos pontos. Realmente existem tais autores, e citarei com prazer alguns deles no correr deste estudo. (Especialmente, quero ressaltar desde já, Henri Lefebvre - e João Bernardo, já apresentado. No entanto, não foi Lefebvre, o "herege Lefebvre", que sofreu rejeição por parte de quase todos os marxistas? E não tem sido justamente Henri Lefebvre um dos maiores questionadores da validade atual de aspectos básicos do pensamento marxista clássico?<sup>(39)</sup>) Questiono, tão-somente, se eles podem, esses "heterodoxos", reivindicar tranquilamente o rótulo de marxistas, encobrendo com este referencial prestigioso e inflacionado divergências as mais sérias, entre si e para com o próprio Marx.

Não sendo o caso de reduzir o marxismo contemporâneo a "ruínas gloriosas" - atitude pouco equilibrada que deixo para Manuel Castells -, mas, como Castoriadis, de fazer um balanço crítico do marxismo na perspectiva de um revigoramento do projeto revolucionário, penso que os argumentos anteriormente colocados necessitam de complementação. Essa complementação, todavia, não poderei realizá-la eu mesmo, nos limites deste estudo; para dissipar uma eventual impressão de açodamento ou mesmo leviandade, friso a importância de um contato com a obra de Cornelius Castoriadis. Por ora, além de documentar minha posição crítica com material referente à questão específica do presente trabalho, da maneira mais conseqüente que puder, só me resta fazer minhas as seguintes palavras de Benjamin Constant a propósito de Rousseau, aproveitadas por Hannah Arendt num contexto igualmente de objeção a Marx<sup>(40)</sup>:

Evitarei decerto a companhia de detratores de um grande homem. Quando, por acaso, pareço concordar com eles em algum ponto, desconfio de mim mesmo; e, para consolar-me de haver aparentemente compartilhado de sua opinião... quero renegar e repudiar o mais possível esses pretendidos colaboradores.

O segundo plano de minha objeção ao marxismo é mais específico, mas é, também, politicamente mais palpável. Concerne à crítica do leninismo.

A leitura leninista afigura-se como a mais importante, sob o ângulo da prática efetiva; não apenas por ter constituído a base do "socialismo real"<sup>(41)</sup>, mas de praticamente todos os PCs ocidentais, à exceção dos agora eurocomunistas. O leninismo consiste, para usar de uma adjetivação popularizada, numa "depuração" do marxismo de Marx, como querem os seus entusiastas e seguidores e como eu, embora baixo interpretação oposta, aceito. Marx não deixou uma teoria do Partido, apenas algumas indicações no sentido de endossar a via partidária (ver, por exemplo, o Manifesto Comunista) e o estatismo (somente revisto em sua tão esquecida análise da Comuna de Paris). O leninismo, por isto, na verdade, "atualizando" Marx (no tocante ao imperialismo, à questão do "elo mais fraco"), fez mais do que "atualizá-lo": lançou as bases, através do perfil de Partido idealizado por Lênin (no Que Fazer?, no Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo), de uma ação efetiva, disciplinada, eficiente... em moldes "autoritários", centralizadores - daí, inclusive, o fascínio disciplinar que em muitos desperta, e que me parece ser uma das facetas ideológicas do "opressor hospedado no oprimido", aproveitando a expressão de Paulo Freire<sup>(42)</sup>.

O pressuposto essencial do leninismo consiste na convicção de que, deixado a si mesmo, quer dizer, sem a intervenção educadora e comandadora do Partido, o proletariado jamais se tornará efetivamente uma classe-para-si, revolucionária, à altura de sua missão histórica; chegará, no máximo, ao "trade-unionismo", ao sindicalismo<sup>(43)</sup>. Sobre esse substrato de preconceito, "autoritário", gestorialista (recordando o termo/conceito de João Bernardo), ao qual se acopla a idéia

(complemento indispensável) segundo a qual o "socialismo científico" é introduzido no proletariado pelos intelectuais pequeno-burgueses revolucionários - e sem o "socialismo científico" não se ultrapassará o utopismo e o sindicalismo<sup>(44)</sup> -, Lênin desenvolve o seguinte argumento: na sociedade existem partidos; cada classe é representada pelo seu; sendo o Partido Revolucionário o portador da verdade objetiva e científica acerca do proletariado e sua condição, este deve ter no Partido o seu guia natural<sup>(45)</sup>.

Internamente ao próprio Partido, Lênin elabora a doutrina do "centralismo democrático", reflexo organizacional da visão de mundo manifesta na concepção do relacionamento entre Partido e proletariado. O centralismo democrático encarna uma separação entre dirigentes (cúpula central, cúpulas regionais etc.) e executantes (militantes de base) - eis o centralismo, ou o viés burocrático<sup>(46)</sup>. O centralismo seria, porém, de acordo com a apologética leninista, não apenas naturalmente necessário (com que tranqüilidade Lênin, no Que Fazer?, questiona a validade da liberdade de crítica...), como perpassado pela democracia, dado que as instâncias inferiores, conquanto obrigadas a executar as determinações das superiores, teriam poder de influência sobre a composição das cúpulas. Na realidade, este modelo, não muito diferente do modelo partidário burguês<sup>(47)</sup>, revela-se efetivamente autoritário quando de sua aplicação - dificuldade de acesso a informações para decidir e votar com pleno conhecimento de causa, desigualdade estrutural de condições para o exercício dos direitos dentro da agremiação, empecilhos para a revogabilidade de representações... Foi isto que levou Cornelius Castoriadis a ponderar que o problema do centralismo democrático é que ele não é democrático<sup>(48)</sup>. (Sobre este ponto, voltarei no Capítulo 4.)

O ideário classista-leninista - o proletariado como a classe revolucionária, instauradora de sua ditadura após a tomada do Estado das mãos da burguesia - é, por conseguinte, completado pela doutrina do Partido, agremiação rigidamente estruturada para ser o "condottiero" da classe, catalisador de seus anseios e energias. Tal

perspectiva não pode, necessariamente, abrigar uma visão mais abrangente dos ativismos sociais de "fora da fábrica" (mas com grande contribuição a dar no que respeita a uma mudança global da instituição da sociedade na direção da autonomia), o que é imprescindível à valorização programática de todas as questões e temáticas e à valorização política de todos os segmentos que compõem a grande maioria virtualmente beneficiária de uma transformação social radical. Muito pelo contrário, ela só pode dar margem, coerentemente, à crença de que todas as questões que não a da dominação de classe são inteiramente secundárias, pois implicitamente aposta na dissolução de todos os grandes problemas após a tomada do poder de Estado. E, também, está inclinada, depurando uma posição no mínimo ambígua de Marx, a considerar o modo de produção capitalista como portador de uma positividade ("malgré lui même"), a saber, "o grande desenvolvimento das forças produtivas, preparando assim o terreno material para a sociedade justa", endossando essencialmente os problemas e a heteronomia intrínsecos à tecnologia capitalista, à sua espacialidade, ao seu padrão concentracionista urbano-industrial. (Os poucos marxistas que ousaram ir mais fundo na crítica da materialidade capitalista sofreram, da parte do leninismo e mesmo de outros marxistas, ataques e desqualificação - Herbert Marcuse, por exemplo.)

Assim, ao lado de problemas já presentes em Marx, como o viés gestorialista, o marxismo-leninismo, ou o marxismo militante por excelência e de algum modo realizado, exacerba igualmente outro problema embutido no pensamento marxista coerente: a dificuldade metabólica em se colocar em pleno compasso com a contemporaneidade. Pois, cristalinamente, o compasso pleno minaria suas bases doutrinárias de sustentação e legitimação históricas. Será possível conceber um marxista sensato que admita ser o proletariado, hoje, algo extremamente problemático? (Considerando o conceito marxiano de proletariado, concernente ao operariado de fábrica, ou seja aqueles de quem se extrai mais-valia, não é nítido que tal conceito é atualmente um coador, conforme observou Castoriadis? <sup>(49)</sup>) E que questione, por extensão, a

"ditadura do proletariado" e a idéia de que as demais questões sociais além da exploração de classe - hodiernamente tão explosivas e mobilizadoras - são secundárias e basicamente dependentes da questão da exploração? E, finalmente, que reveja, à luz da experiência burocrática, o centralismo democrático, o estatismo, o cientificismo e o objetivismo, o próprio modelo partidário?

\* \* \* \* \*

A ligação da questão presentemente abraçada - as potencialidades e limitações do ativismo de bairro - com as questões anteriormente discutidas é forte e direta. O objetivo desta investigação é situar a análise do ativismo de bairro num contexto teórico-filosófico distinto, simultaneamente, das posturas emasculadas e concessivas para com o "status quo" e da alternativa marxista, especialmente a leninista. O intuito é problematizar o ativismo de bairro, entendido em seus aspectos mais gerais, tecendo uma crítica determinada às suas ambigüidades e discutindo as suas fraquezas e os riscos aos quais está exposto, mas também resgatando, através de um prisma autonomista, as experiências meritórias e as questões fundamentais que ele nos coloca para reflexão. O ativismo de bairro é, assim, recuperado em sua positividade, amiúde apenas virtual (mas nem por isto fantasista ou diversionista), porém na esteira de uma crítica de contexto tão lúcida quanto me foi possível. E, como "feed-back", isto é, como justificativa teórica do exame do ativismo de bairro frente a necessidade de conhecimento da contemporaneidade, vai aquela que é a minha convicção básica: tematicamente, o ativismo de bairro é um dos terrenos importantes de inserção da reflexão sobre a espacialidade e as relações Espaço/Sociedade instauradas pelo modelo civilizatório capitalista no âmbito da questão filosófica e política geral da autonomia e da sociedade autônoma.

O presente trabalho pode ser visto como uma "interpelação teórica", desenvolvida sob a forma de um tratamento "horizontal"

do assunto. O que quer dizer que o seu propósito é levantar questões, sem o compromisso de responder aprofundadamente a todas, na perspectiva de contribuir para o que me parece urgente: a construção de uma alternativa de abordagem ao tema ativismo de bairro e ao encaminhamento do problema das potencialidades e limitações desse tipo de ativismo social. Não havia outra saída, dentro do objetivo de apontar para uma alternativa de enfoque, incorporando o pensamento autonomista e abrindo duas frentes de polêmica, a não ser a de sacrificar a "verticalidade" (profundidade) em vários pontos, em favor de uma apresentação suficientemente ampla da proposta de abordagem. É fácil perceber que uma guerra sustentada em duas frentes não é missão trivial, sobretudo quando se tenta ser o mais claro e preciso possível, a fim de evitar mal-entendidos e deturpações; nestas circunstâncias, ainda que o pioneirismo se circunscreva a uma (re)leitura de assunto específico à luz de contribuições de ordem filosófica e política geral legadas por outrem, o ônus é de todo modo o adiamento necessário das colonizações e a possibilidade exclusiva de ajudar a desbravar.

Sublinho, entretanto, que o privilégio da "horizontalidade" não significa que tenho a pretensão de abordar todos os pontos relevantes passíveis de serem levantados a partir do referencial teórico aqui adotado. Ainda que tivesse capacidade para tanto, restaria o fato da inviabilidade de fazê-lo numa só vez, num único trabalho. Ademais, o caráter exploratório do trabalho, devido à aparente ausência de estudos imbuídos da mesma preocupação e que pudessem servir-me de apoio, determinou que, neste meu primeiro esforço, somente um limitado número de temas e questões (oxalá os essenciais) fosse identificado e focalizado de modo orgânico.

A despeito do seu caráter de reflexão teórica geral e exploratória, o estudo presentemente desenvolvido buscou estar firmemente ancorado na realidade, mantendo-se ao largo de um especular abstrato. Sua base empírica, se assim me é dado expressar, consiste especialmente em estudos de caso, elaborados por pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Naturalmente que não houve a intenção - pois

não haveria tempo nem fôlego - de proceder a um exame empírico exaustivo e superdetalhado; a base empírica aludida deverá ter sido, por conseguinte, apenas suficiente para orientar a interpelação "o que pode o ativismo de bairro?" na direção de discussões e questionamentos pertinentes e frutíferos, respeitadores da riqueza de situações da realidade do ativismo de bairro.

Diversas limitações desta pesquisa acham-se discutidas nos capítulos substantivos e no capítulo de fechamento, "Balanço e perspectivas". Há uma, contudo, que devo explicitar já agora: a restrição do universo de estudo aos países capitalistas ocidentais, cu Primeiros e Terceiros mundos. Esta restrição, a meu ver, nada tem "a priori" de lógica, pois não quero dar a impressão de negar a existência de problemas urbanos nos países do Leste<sup>(50)</sup>. Sua justificativa é de ordem prática, em dois sentidos: em primeiro lugar, não é difícil imaginar a escassez de dados, sobretudo de dados plenamente confiáveis, com que se defronta o pesquisador interessado em investigar as realidades urbanas dos países do "socialismo real", particularmente o pesquisador terceiromundista; em segundo lugar, ainda que dispusesse de uma base empírica razoável, uma série de especificidades teria de ser levada em conta, o que provavelmente exigiria, de toda maneira, um outro trabalho.

## NOTAS À INTRODUÇÃO

- (1) Thomas S. Kuhn, A Estrutura das Revoluções Científicas. Perspectiva, São Paulo, 1987.
- (2) Vale registrar que os méritos de Thomas Kuhn foram reconhecidos por um epistemólogo de indiscutível espírito crítico, Hilton Japiassu (O Mito da Neutralidade Científica. Imago, Rio de Janeiro, 1981), e mesmo, apesar das ressalvas, por Cornelius Castoriadis (ver "Science moderne et interrogation philosophique", in: Les carrefours du labyrinthe. Seuil, Paris, 1978; e "Portée ontologique de l'histoire de la science", in: Domaines de l'homme - Les carrefours du labyrinthe II. Seuil, Paris, 1986).
- (3) O problema é discutido de maneira contundente em Max Horkheimer e Theodor W. Adorno (orgs.), Temas Básicos da Sociologia. Cultrix, 1978, primeiro capítulo.
- (4) São conhecidos como autonomistas diversos autores e tendências libertários contemporâneos, aparentados entre si, em que pesem suas divergências, por estarem investidos do mesmo projeto geral: a crítica simultânea ao capitalismo ocidental e ao "socialismo real", com base numa recusa tanto da "democracia" em seu contexto heterônomo burguês quanto da igualmente heterônoma via preconizada pelo marxismo para se alcançar uma sociedade justa (a saber, modelo partidário de organização das forças revolucionárias, conquista e "utilização provisória" do Estado capitalista, "ditadura do proletariado"). O autonomismo pode ser entendido, a meu ver, como uma "atualização" do projeto anarquista de um Bakunin ou de um Kropotkin. Quanto a Cornelius Castoriadis, que se destaca por sua coerência e por sua profundidade, ver, a título de introdução ao seu pensamento político, o escrito "Socialismo e sociedade autônoma", in: Socialismo ou Barbárie. Brasiliense, São Paulo, 1983.
- (5) Luiz Antonio Machado da Silva e Ana Clara Torres Ribeiro, "Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias?". Boletim Paulista de Geografia, nº 62, 2ª sem/1985.
- (6) Ver Santiago Carrillo, "Eurocomunismo" e Estado (L'"eurocomunismo" e lo Stato. Editori Riuniti, Roma, edição italiana de 1977).
- (7) Op. cit.
- (8) Ver Jean Lojkine, O Estado Capitalista e a Questão Urbana. Martins Fontes, São Paulo, 1981.
- (9) Manuel Castells, A Questão Urbana. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

- (10) Ibid., p. 455.
- (11) Manuel Castells, Cidade, Democracia e Socialismo. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.
- (12) Ibid.; ver os dois capítulos finais.
- (13) Manuel Castells, Movimientos sociales urbanos. Siglo XXI, México, 1974.
- (14) Penso ser possível identificar três grandes fases na evolução intelectual de Manuel Castells, simbolizadas pelos já mencionados A Questão Urbana (fase althusseriana), Cidade, Democracia e Socialismo (fase eurocomunista mais explícita, mas com tendência a subvalorizar o papel dos partidos como guias dos activismos) e o ainda não citado A Cidade e as Bases (The City and the Grassroots), este último representativo de uma fase a ser discutida mais adiante no corpo do texto. Stuart Lowe (Urban Social Movements - The City after Castells. MacMillan, Londres, 1986), um dos comentaristas da obra de Castells, apresenta também uma divisão desta em três momentos. O livro de Lowe, todavia, além de muito pouco crítico para com as idéias castellsianas, encerra alguns problemas (restringe-se à literatura disponível em inglês, o que excluía Movimentos Sociais Urbanos e Cidade, Democracia e Socialismo do seu horizonte analítico; desatenção para com o fato de que, embora rejeitando a influência do Poulantzas althusseriano em seus trabalhos mais recentes (terceira fase sobretudo), Castells sofre a influência da obra do "segundo Poulantzas"), razão pela qual não julguei conveniente tomá-lo como ponto de referência.
- (15) A propósito da simpatia indisfarçada do "segundo Castells" para com o PCE, ver Cidade, Democracia e Socialismo, op. cit.
- (16) Ver, quanto a Poulantzas, "O Estado, os movimentos sociais, o partido (última entrevista com Nicos Poulantzas)". Espaço & Debates, ano III, nº 9, 1983. Sobre Althusser, baseio-me em Jean Baudrillard, Partidos Comunistas - Paraísos Artificiais da Política. Rocco, Rio de Janeiro, 1985.
- (17) Cornelius Castoriadis, "La 'gauche' en 1985". In: Domaines de l'homme - Les carrefours du labyrinthe II, op. cit.
- (18) Jean Baudrillard, op. cit.
- (19) Norberto Bobbio, "A Itália é ingovernável?". O Globo, 08/05/87.
- (20) Jordi Borja, Movimientos Sociales Urbanos. Siap, Buenos Aires, 1975.

- (21) Luiz Antonio Machado da Silva, "Para repensar o paradigma dos movimentos sociais urbanos". X Encontro Anual da ANPOCS, Campos do Jordão, out/1986, mimeo.
- (22) Ana Clara Torres Ribeiro e Ester Limonad, "Infra-estrutura e superestrutura: dois caminhos para a mesma questão". Publicações PUR - Série Estudos e Debates, nº 5. UFRJ, Rio de Janeiro, 1982.
- (23) Op. cit.
- (24) Edison Nunes e Pedro Jacobi, "Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia". In: José Álvaro Moisés et alii, Cidade, Povo e Poder. CEDEC/Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.
- (25) Cf. ibid.
- (26) Cf. Maria da Glória Gohn, Reivindicações Populares Urbanas. Autores Associados/Cortez, São Paulo, 1982, p. 156. Diz ela, textualmente: "as SABs" - Sociedades de Amigos de Bairro, de São Paulo, que emergiram principalmente nos anos 50 e sofreram cooptação pelo janismo - "apesar de peças importantes da engrenagem política existente, se constituíam num autêntico movimento social, pois desenvolviam junto à população políticas que as inseriam |sic| num contexto de participação." Interessante observar que a autora, ao mesmo tempo que fascinada pelas reações populares e destituída de suficiente senso crítico para com o ambiente sócio-político e as forças que justamente buscam domesticar tais reações, abdica de uma postura mais construtiva mesmo no tocante ao período pós-64: "aparentemente", diz ela, "a partir de 64 as SABs perdem suas características de movimento social; são integradas pelos poderes públicos e passam a desenvolver práticas que tendem a reforçar o 'status quo' vigente |sic|. Esta imagem, entretanto, é incorreta e falsa, quando analisamos a dinâmica do movimento e suas práticas, pois, mesmo impregnadas de forte cunho clientelístico, articulam-se com uma dinâmica geral das relações sociais na sociedade |sic|, apontando para formas novas de participação social." (p. 156) Finalmente, como um exemplo didático da dominância do horizonte democrático-burguês no pensamento paradigmático, transcrevo a seguinte passagem:
- "Apesar da heterogeneidade das camadas médias, do aburguesamento de uma parte delas, muitas vezes constituindo-se respaldo |sic| e sustentação do sistema político vigente; apesar da utilização eficaz de elementos destas camadas por parte das classes dominantes, gerenciando processos tecnocráticos; no movimento das SABs, a aliança de camadas médias e classes populares, predominante no início, veio a unificar práticas e objetivos. Esta unificação deixa num segundo plano a questão da composição policlassista, para realçar um fato político novo no sis-

tema político brasileiro: a agregação e aliança de setores e camadas ao redor de reivindicações comuns sobre a qualidade de vida urbana, representando uma força social emergente. Esta força social apresenta-se como reivindicatória por uma democratização da vida social, ou seja, maior participação nos processos relativos à cidade.

"A participação de elementos das camadas médias reforça estas reivindicações, pois estas camadas podem ter certo nível cultural e participar de determinadas organizações cidadãs (clubes recreativos, associações culturais e profissionais, etc.). O potencial reivindicatório aumenta, na medida em que não só a práxis, mas o acesso a determinadas instituições são facilitados." (pp. 156-7)

- (27) Manuel Castells, The City and the Grassroots. University of California Press, Berkeley e Los Angeles, 1983.
- (28) Manuel Castells, City, Class and Power. Macmillan, Londres, 1978.
- (29) Manuel Castells, The City and the Grassroots, op. cit., p. 301.
- (30) Manuel Castells, "Urbanismo, crise e qualidade de vida". Projeto, nº 57, nov/1983.
- (31) Manuel Castells, The City and the Grassroots, op. cit., p. 303.
- (32) Cf. Michel Maffesoli, O Tempo das Tribos (Forense, Rio de Janeiro, 1987) - onde, aliás, autonomia é equivocadamente sinonimizada com individualismo -, e Alain Touraine, Cartas a uma Jovem Socióloga (Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976) e L'après socialisme (Grasset, Paris, 1983) - obras que testemunham a durabilidade do heteronomismo pseudo-libertário em Touraine.
- (33) Os gestores correspondem, segundo a teoria desenvolvida por João Bernardo (Marx Crítico de Marx, em três volumes. Afrontamento, Porto, 1977), à terceira classe fundamental do capitalismo - ao lado do proletariado e da burguesia -, simultaneamente não-proprietária de meios de produção e não-produtora de mais-valia. Essa classe, conforme Bernardo, foi entrevista empiricamente por Marx, mas ignorada por ele enquanto objeto teórico. Para João Bernardo, a classe dos gestores se expande e eclipsa a burguesia à medida em que se complexifica o capitalismo (se acentuando a acumulação e a concentração de capital) - enquanto os gestores existem desde os seus primórdios -, e a não-visão dos gestores por Marx dever-se-ia ao fato de que a polarização social entre proletariado e burguesia constituiu um empecilho prático à consideração teórica e ideológica efetiva dos gestores. Em Bernardo, o desenvolvimento posterior do marxismo pelo leninismo representou uma não-visão da realidade dos

gestores fundada sobre um compromisso com o projeto social encarnado por estes, sendo a sociedade pós-revolucionária organizada de modo a substituir integral ou quase integralmente os capitalistas privados pelos gestores (ver, de Bernardo, "Gestores - Desenvolvimento histórico e unificação de uma classe". In: Capital, Sindicatos, Gestores. Vértice, São Paulo, 1987). Vale lembrar que Castoriadis, investido da mesma questão de João Bernardo, mas analisando-a através de outro prisma (e utilizando o termo burocracia), destaca um compromisso do próprio Marx com o projeto social dos gestores ("compromisso" conflituoso e parcial, nos marcos de seu pensamento e de sua obra). Para Castoriadis, por extensão, o leninismo e o "socialismo real" constituem de algum modo uma realização de Marx, ou melhor, daquilo que foi o substrato dominante do "Marx maduro" - afastando assim a idéia, presente em Bernardo, de que há uma contradição entre a forma de exposição e a estrutura implícita do pensamento na obra de Marx (na perspectiva de uma recuperação positiva desta).

- (34) Cf. Cornelius Castoriadis, "Marx aujourd'hui". In: Domaines de l'homme - Les carrefours du labyrinthe II, op. cit.
- (35) A percepção dos aspectos contraditórios do pensamento de Marx é particularmente profunda em Castoriadis (ver, por exemplo, A Instituição Imaginária da Sociedade. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982; e "A questão da história do movimento operário". In: A Experiência do Movimento Operário. Brasiliense, São Paulo, 1985) e em João Bernardo (Marx Crítico de Marx, op. cit.).
- (36) Ibid.
- (37) Raymond Aron, De uma Sagrada Família a Outra. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.
- (38) Ver Cornelius Castoriadis, "A questão da história...", op. cit., onde semelhante interpretação se acha desenvolvida de forma vigorosa.
- (39) É oportuno transcrever esta passagem de Edward Soja ("Uma concepção materialista da espacialidade". In: Bertha Becker, org., Abordagens Políticas da Espacialidade. UFRJ, Rio de Janeiro, 1983), a propósito da reação "ortodoxa" a Lefebvre: "muito respeitado por seus primeiros escritos defendendo a emergente adaptabilidade do marxismo, contrária a esforços para confiná-lo e constrangê-lo (do dogma stalinista ao reducionismo estruturalista), a mudança de rumo prefigurativa de Lefebvre em direção à produção do espaço desencadeou uma perplexidade geral. Embora apresentado como um meio de expandir flexível e apropriadamente o marxismo para fazer frente às condições mutantes do capitalismo do século XX (e assim muito coerente com sua obra anterior), a análise da es-

- pacialidade de Lefebvre foi considerada geralmente pela maioria dos estudiosos marxistas uma limitação errante, uma diversão exagerada, um revisionismo quase incompreensível." (p. 44)
- (40) Hannah Arendt, A Condição Humana. Forense, Rio de Janeiro, 1983, p. 89.
- (41) Não pretendo, com esta assertiva, confundir pura e simplesmente o leninismo original com o stalinismo e os pós-stalinismos. A complexa articulação entre o leninismo e a consolidação do "socialismo real" e da burocracia pode ser apreciada em Cornelius Castoriadis, "O papel da ideologia bolchevique no nascimento da burocracia". In: A Experiência..., op. cit.; e idem, "A fonte húngara". In: Socialismo ou Barbárie. Brasiliense, São Paulo, 1983.
- (42) Cf. Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.
- (43) Cf. Que Fazer ?
- (44) Ibid.
- (45) Cf. Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo.
- (46) De acordo com a leitura castoriadiana. Cf. "Proletariado e organização, I". In: A Experiência..., op. cit.
- (47) Maurice Duverger, embora esteja muito longe de ser um autonomista, não esconde, no seu Os Partidos Políticos (Guanabara, Rio de Janeiro, 1987), uma parte significativa da heteronomia encarnada nos partidos burgueses. Sua insuspeita análise, quando cotejada com a de Castoriadis a propósito do partido leninista, evidencia a homologia entre os dois tipos partidários.
- (48) Cf. Cornelius Castoriadis, "Proletariado e...", op. cit.
- (49) Eis a argumentação de Castoriadis, textualmente ("Socialismo e sociedade autônoma". In: Socialismo ou Barbárie, op. cit., p. 28):  
 "(...). Poderia haver um sentido para se falar do 'proletariado' como 'sujeito' da revolução socialista quando se pensava poder fazer corresponder a uma realidade social concreta e transparente um conceito que não fosse um coador: os trabalhadores manuais (ou, como eu disse durante todo o primeiro período de Socialisme ou Barbarie, os trabalhadores assalariados, manuais ou não, reduzidos a papéis de simples execução). Mas hoje, nos países de capitalismo moderno, quase todo mundo é assalariado. Trabalhadores manuais como 'puros executantes' tornaram-se minoritários na população. Se pensarmos nestes últimos, é impossível falar da 'ditadura da imensa maioria sobre uma ínfima mi-

norria' (Lênin). Se falarmos dos 'assalariados' em geral, chegaremos a absurdos: engenheiros, burocratas etc., estariam incluídos entre o 'proletariado', pequenos camponeses ou artesãos estariam excluídos."

E prossegue ele, desembocando na questão da "ditadura do proletariado" (pp. 28-9):

"Não se trata de uma discussão sociológica, mas política. Ou bem a 'ditadura do proletariado' não significa nada, ou bem ela significa, entre outras coisas, que as camadas que não pertencem ao proletariado não possuem direitos políticos, ou só possuem os direitos limitados que o 'proletariado' conceder-lhes. Os partidários da 'ditadura do proletariado' deveriam ter a coragem de explicar que são, em princípio, a favor da supressão dos direitos políticos dos camponeses, dos artesãos, dos massagistas-cinesiterapeutas a domicílio etc.; e, também, que a publicação de uma revista médica, literária, filosófica etc. dependeria de autorização 'ad hoc' a ser dada pelos 'operários'."

- (50) Uma apreciação de alguns problemas urbanos pode ser achada em James Bater, "The Soviet City: Continuity and Change in Privilege and Place". In: John Agnew, John Mercer e David Sopher (orgs.), The City in Cultural Context. Allen & Unwin, Boston, 1984.

## 1. COMO SE ENCONTRA A "CONDIÇÃO HUMANA" HOJE ?

Se bem que aproveite no título acima a expressão "condição humana", recordando Hannah Arendt<sup>(1)</sup>, não me arrisco aqui a nada como uma reflexão filosófica tão geral como a desta autora. Contudo, Arendt discutia o mais geral com os olhos e a mente voltados para a sua contemporaneidade; "o que proponho nas páginas que se seguem é uma reconsideração da condição humana à luz de nossas mais novas experiências e nossos temores mais recentes", escreveu ela no prólogo da que é tida por muitos comentaristas como a sua obra mais ambiciosa. O que pretendo com este capítulo é oferecer uma visão sintética da contemporaneidade, "de nossas mais novas experiências e nossos temores mais recentes", emoldurando assim a análise desse pedaço da contemporaneidade que é o ativismo de bairro. Aquilo que Arendt visava como resultado eu tenho como premissa operacional: a matriz filosófica geral, que no presente caso é o autonomismo.

O panorama atual é complexo e atordoante. Temos um capitalismo cada vez mais sofisticado na produção, no controle social e na repressão, a despeito de suas crises; temos um "socialismo real" que é uma farsa; temos uma produção crescente da alienação, do desespero, das neuroses, das falsas soluções individualistas ou "tribalistas"<sup>(2)</sup>; temos totalitarismos pseudo-socialistas coniventes com burguesias pseudo-democráticas e semeadoras de miséria e ditaduras; temos uma esquerda fragmentada, dogmatizada e burocratizada pelo Ocidente afora. Mas temos, também, novos ativismos sociais, que surgem e se ampliam, apesar dos obstáculos, por força das carências agravadas pelo aguçamento das contradições do capitalismo. Esses ativismos estão, porém, entre dois fogos: a cooptação pelo Estado e os partidos burgueses e a cooptação pelos partidos revolucionários embalados pelo heteronomismo marxista-leninista. Eis, laconicamente, a nossa contemporaneidade. Laconicamente, eis os nossos problemas e desafios.

Meditar sobre este quadro é imprescindível para entender a natureza dos ativismos modernos e suas potencialidades. É necessá-

rio fazer uma pausa, respirar fundo, aceitar enxergar as limitações daquele que deteve por praticamente um século quase o monopólio das "teorizações revolucionárias" - o marxismo. Devemos, enfim, recusar os racionalismos, os esquemas teóricos "totalitários", mas sem nunca pensar em substituí-los pela aversão às imagens de conjunto e às preocupações estratégicas.

O mundo contemporâneo é caracterizado pela angústia de muitos e pela alienação de quase todos. Aqueles que observam sua situação de uma perspectiva crítica, compreendendo a exploração e a opressão, a castração cultural e a massificação, não raro se desesperam, pois é difícil divisar horizontes claros, acalentar esperanças com sensação de certeza. O futuro, cada vez mais, parece incerto, duvidoso. A vitória do socialismo e o escapar da barbárie não são mais vistos, por um número crescente de intelectuais, como garantidos, apenas questão de tempo. A questão de se o tempo trabalha a favor ou contra nós é cada vez mais pertinente. A euforia pelo progresso material da humanidade, da qual Marx de algum modo partilhou, pertence ao século passado, no máximo à primeira metade do nosso século, mas certamente não aos nossos dias<sup>(3)</sup>.

Encontramos posições catastrofistas e pessimistas, como a de Jean Baudrillard<sup>(4)</sup>, que decretou o "fim do sujeito histórico" e a inevitável "implosão do social", escarnecendo das esquerdas e suas esperanças revolucionárias. Deparamos, também, com atitudes sensíveis face a multiplicidade de resistências populares no contexto atual de escassez de espaços de liberdade, como a saudação das "revoluções moleculares" e das "micropolíticas" por Félix Guattari<sup>(5)</sup>. Temos, ainda, experiências fragmentárias de vida alternativa e de grupo, as "neotribos" de Maffesoli. Por fim, e para ser breve, encontramos um número considerável dessa espécie sociológica interessante que são os "marxistas de academia": intelectuais desengajados (a não ser que se entenda a denúncia em obras especializadas e em congressos como engajamento efetivo), sensíveis ao que se passa às suas voltas (não mencionarei os casos de oportunismo), porém reticentes quanto à militância.

Militantes marxistas-leninistas vêem as posições e comportamentos apresentados acima na conta de sintomas de pequeno-burguesismo. Não lhes retiro, às vezes, uma parcela de razão. Todavia, o que é preciso verificar é que boa parte desses comportamentos e interpretações pessimistas, fragmentários ou perplexos se explica precisamente enquanto conjunto de reações humanamente compreensíveis diante do aparente "chãos" sócio-político de hoje - o que os marxistas-leninistas contornam, transformando em "kósmos", a expensas de referenciais inadequados. É esta inadequação que conduz à injustiça de um ataque generalizante contra tudo o que apresentei no parágrafo anterior, rechaçando-se a sensibilidade e os pertinentes questionamentos de um Guattari e esquecendo-se que os "marxistas de academia" são também fruto de uma crise do marxismo (que tanto se tenta mascarar). A inadequação de uma concepção do mundo que, como diria Lyotard<sup>(5)</sup>, para manter seus referenciais de ordem e racionalidade é forçada à miopia para com grande parte da "desordem" e da "irracionalidade" contemporâneas.

Hannah Arendt, no A Condição Humana, focaliza com lentes audaciosas a questão do movimento operário. Para ela, circunstâncias objetivas definiram sua originária ambigüidade - revolucionar o mundo X reformar o mundo. Hoje, contudo, pondera Arendt, o proletariado já não comporta propriamente uma ambigüidade, na medida em que foi plenamente inserido no corpo social, cooptado por salário fixo, leis trabalhistas e valores consumistas e de ascensão social. O revolucionarismo latente no proletariado era, para Arendt, dado por sua marginalização; hoje, assimilado e cooptado culturalmente, mostra-se o operariado subjetivamente desinteressado pela mudança radical. Ter-se-ia convertido num grupo de pressão a mais.

Os marxistas decerto espumam diante de tal raciocínio, que parece uma sabotagem ideológica para minar as energias revolucionárias. Mas, se estivermos realmente atentos ao que se passa ao nosso redor, haveremos de constatar que, se de um lado a filósofa peca por seu perigoso generalismo, de outro ela capta fenomenicamente o fato

das tremendas contradições objetivas que, na atualidade, geram colossais ambigüidades ao nível da produção de subjetividade. De fato, significativa parcela do operariado foi cooptada de forma muito poderosa, notadamente no Primeiro Mundo. A concepção heróica do movimento operário, que o marxismo é obrigado a sustentar, onde o proletariado é visto como uma classe-em-si perfeitamente definida e portadora exclusiva da missão de redimir a humanidade da sua pré-história, é cada vez mais irreal. Sem abordar agora o problema conceitual, tangenciado na Introdução - e que o marxismo-leninismo insiste em ignorar ou ver como uma pequena questão de ajustes meramente teóricos<sup>(7)</sup> -, o que é indiscutível é que o proletariado está repleto de contradições, e os "seus" PCs, vestais de um ideário hipostasiado e ideologizado, têm sido co-responsáveis pela alienação efetiva da classe operária (tanto os PCs cripto-stalinistas ou eurocomunistas quanto as delirantes seitas trotskistas)<sup>(8)</sup>.

Alain Touraine, um dos grandes teóricos do pós-industrialismo, retomou o problema, captado parcial e fenomenicamente por Hannah Arendt, que é a trajetória do proletariado da "exclusão" à "assimilação". Conquanto Touraine incorra em reducionismos, como a subestimação do potencial revolucionário sob o pós-industrialismo a partir de sua constatação da falência do marxismo<sup>(9)</sup>, ele inscreve aquela trajetória no processo geral que tem levado da sociedade industrial clássica (e da modernidade) à sociedade pós-industrial (e à pós-modernidade), o que é frutífero.

Pós-industrial e pós-moderno, expressões que começam a se desgastar nos abusos e modismos, revestem conceitos importantes para se compreender o ambiente tecnológico, político e cultural que desponta gradual e desigualmente nos países capitalistas centrais a partir dos anos 50-60. Pós-industrial: processo decisório intra-empresarial burocrático e complexo, dividido entre instâncias burocráticas apoiadas em instâncias técnicas<sup>(10)</sup>; consolidação do Estado como empresário e, ao mesmo tempo, promotor de bem-estar social; telecomunicações + informática (telemática), cibernética, indústria cultural; massiva emergência do salariado, da "nova classe média" de Wright Mills,

consumista e integrada ao sistema; luta por condições de trabalho menos embrutecedoras, por rotatividade de funções, por melhores salários, por maiores benefícios e garantias dentro da atual sociedade, embora vez por outra surja a luta por autogestão, a contestação radical da sociedade existente, através de diversos ativismos sociais. Pós-moderno: mercantilização maciça de valores, relativizando-se e reciclando-se preconceitos - quebra de tabus, processo aproveitado e mesmo induzido pelas engrenagens de criação de novas necessidades e gostos de consumo; ceticismos, angústias, nihilismos; micropolíticas, descentralização das formas de contestação acompanhando a aparente descentralização das fontes de dominação<sup>(11)</sup>.

Os vários aspectos supra-citados devem, de sua parte, ser emoldurados pela história das lutas, dos projetos políticos derrotados, dos novos poderes: emergência e sofisticação dos gestores, tendendo a eclipsar a figura do tradicional burguês, nos marcos da moderna corporação; frustração com o "socialismo real", com os PCs burocratizados; movimento operário fortemente reduzido a uma simples luta sindical, e o operariado constituído então amiúde num grupo de interesses situado politicamente-culturalmente no seio mesmo do "status quo"<sup>(12)</sup>; complexificação da dominação em termos gerais, com a sofisticação tecnológica e organizacional do aparato policial-militar tendo lugar paralelamente a um refinamento do controle por meio da propaganda, do consumismo, da educação e do monopólio da informação.

Conforme admite Jean-Pierre Dupuy<sup>(13)</sup>, a formação de uma sociedade puramente de serviços, unicamente baseada no controle estratégico da informação, é improvável (em qualquer parte do Primeiro Mundo). No entanto, as tendências de relocalização e controle tecnológico existem como estratégias reais dos países capitalistas centrais, que com a exportação de tecnologias sujas para determinadas partes do Terceiro Mundo visam, simultaneamente, a salvaguarda da qualidade de vida das suas próprias populações, minimizando os conflitos e os custos ambientais, e a criação de mercados<sup>(14)</sup>. Além disto, apesar de não estar ainda plenamente presente mesmo em algumas realidades primeiromundis-

tas<sup>(15)</sup>, o pós-industrialismo se faz sentir, através de alguns aspectos, até em umas quantas partes do Terceiro Mundo: desde elementos tecnológicos e padrões organizacionais até padrões culturais e de consumo, passando por modificações na estrutura e na dinâmica sociais e por aspectos concernentes à natureza e ao encaminhamento das questões e dos conflitos sociais. Essa presença se nota nas realidades urbano-metropolitanas de alguns países, como Brasil, México e Argentina. Isso implica em que, mesmo sendo a espoliação dos povos do Terceiro Mundo um fator histórico decisivo de propiciamento de uma qualidade de vida razoável para a maioria dos assalariados do Primeiro Mundo<sup>(16)</sup>, até em certas partes do mundo capitalista dependente encontramos elementos culturais, econômicos e políticos do padrão pós-industrial/pós-moderno primeiromundista. (É evidente que no Terceiro Mundo, a despeito da cooptação de algumas camadas de assalariados que desfrutam de "status" e privilégios de consumo, os benefícios materiais do pós-industrialismo inexistem para quase toda a população, pelo fato mesmo de ser um pós-industrialismo dependente e muito parcial. Como observou Henri Lefebvre<sup>(17)</sup>, os países terceiromundistas - na verdade, não todos - "se caracterizam atualmente pelo fato de viverem simultaneamente a era rural, a era industrial e a era urbana [pós-industrial]. Acumulam os problemas, mas não as riquezas." O que entretanto não impede que largas fatias do operariado qualificado terceiromundista se deixem embalar pelo "status quo", abraçando o que hoje é chamado cingidamente "sindicalismo de resultados".)

Nos marcos do que foi exposto anteriormente, parece absurdo não se enxergar o crescimento da hegemonia burguesa, a cooptação maciça e a problemática política que fizeram do movimento operário não raro um conjunto de grupos de interesse e corporativistas, interessados em "reformular" o mundo, e não em "revolucioná-lo", retomando a ambigüidade originária lembrada por Hannah Arendt. Mas esta constatação a propósito do movimento operário não deve ser tomada como base para a conclusão de que as energias revolucionárias se dissiparam completamente na sociedade contemporânea<sup>(18)</sup>, ou para uma postura que,

despida de um genuíno horizonte revolucionário, aposte numa qualquer utopia de equilíbrio, no seio da qual o pós-industrialismo forneceria o alicerce para uma sociedade feliz<sup>(19)</sup>. Curiosamente, ambas as posições, comumente apresentadas de maneira espalhafatosa como contrapon-tos ao marxismo, representam concessões ao pensamento marxista, na proporção em que desqualificam o operariado enquanto a classe revolucio-nária e o mito do inarredável progresso assentado na materialidade do industrialismo sem, todavia, substituir estes dois artigos de fé por outras coisas que não a convicção de que com o "fim do proletariado" extinguiram-se todas as esperanças (o que significa que alguma vez a missão exclusiva do proletariado de fato existiu...) e a crença nas virtualidades redentoras do pós-industrialismo (feito sucedâneo filo-sófico pós-moderno do industrialismo!), respectivamente. Só que esses arremedos pós-modernos e pretensos críticos radicais de Marx precisa-mente não possuem o vigor e o ferrão crítico do Pensador de Trier, pelo que mais uma vez se confirma que a história só se repete como tra-gédia ou como farsa.

Mas então, o que pensar ?

A ligação - ou, melhor, a indistinção - que por muito tempo existiu entre o movimento ope-rário, as ideologias que pretendiam representá-lo e o projeto revolucionário, encontra-se hoje dis-solvida a partir de dentro. Encarando "com senti-dos sóbrios" o que é e o que se faz, devemos dizer que esse é o resultado provisório de dois séculos de história e de lutas, práticas e teóricas. Numa sociedade mundial que vê todas as suas articulações se romperem, na qual se coloca com uma acuidade ja-mais conhecida ante o problema político como pro-blema total, continuamos envolvidos pelo projeto re-volucionário engendrado pela classe operária, cujo au-tor recua e desaparece entre a massa dos atores so-ciais. Encontramo-nos na situação paradoxal de entre-ver cada vez mais - ou, pelo menos, de assim o-cher - o que implica uma transformação social-his-tórica radical, no mesmo momento em que enxergamos cada vez menos quem pode realizá-la.

Mas talvez a situação seja paradoxal apenas na aparência. Buscar um ator que pudesse personificar esse projeto - um homem, um partido, uma teoria ou mesmo uma "classe" - seria ainda desconhecer

as exigências criadas pelo desenvolvimento social-histórico, pela ampliação e aprofundamento agora exigidos de qualquer atividade revolucionária. O projeto revolucionário tornou-se de tal ordem que ele não terá nem sentido, nem realidade, se a esmagadora maioria dos homens e das mulheres que vivem na sociedade contemporânea não chegarem a assumi-lo e a fazer dele a expressão ativa de suas necessidades e de seus desejos. Não há salvador supremo; e nenhuma categoria particular tem a seu encargo o destino da humanidade. (20)

## NOTAS AO CAPÍTULO 1

- (1) Hannah Arendt, A Condição Humana. Forense, Rio de Janeiro, 1963.
- (2) As "novas tribos" são, para o "novo sociólogo" Michel Maffesoli (cf. O Tempo das Tribos - O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa. Forense, Rio de Janeiro, 1987), as gangues de jovens, os grupos comunitários, enfim, todas as "comunidades afetivas" (expressão que ele toma emprestada a Max Weber) que formariam o contraponto de resistência promissora à tendência de massificação. O que Maffesoli não percebe é que a "tribo", enquanto "tribo", enquanto grupo fechado ou "gueto alternativo", é uma resistência muito parcial e estéril à massificação. É uma resistência corporativa (pelo lado cultural-afetivo) à sociedade pós-moderna, e não um contraponto redentor, já que uma sociedade inteiramente massificada e atomizada é uma ficção absurda, imaginada para assustar crianças.

- (3) Na verdade, o que parece ser reconhecido cada vez mais como uma ilusão é o progresso advindo com a tecnologia industrial, a tecnologia da crescentemente execrada modernidade (civilização industrial). A reificação da tecnologia em geral, contudo, infelizmente vem sobrevivendo a todo o "pós-modernismo", e com uma saúde invejável. Aliás, não aproveitando a possibilidade aberta pelo ambiente pós-moderno para uma crítica radical da reificação tecnológica - à maneira de Castoriadis -, há autores que justamente tendem a transferir para a tecnologia pós-industrial a mesma "positividade intrínseca" que o marxismo atribua à tecnologia industrial. A cegueira desses autores tem em Jacques Ellul, que se pretende próximo de Castoriadis em muitos pontos essenciais, um exemplo extremamente didático:

"O principal tema de desacordo com a notável obra de Castoriadis fica em sua análise da Técnica: ele recusa absolutamente a especificidade, a autonomia e a autodeterminação da Técnica. Considera que esta recebe hoje suas características do fato de se tratar de uma 'tecnologia capitalista específica' e que o socialismo conduziria por si mesmo a colocar a técnica a serviço da democracia. Infelizmente, penso que aqui Castoriadis não aprofundou de modo suficiente a realidade do fenômeno técnico." (Mudar de Revolução. Rocco, Rio de Janeiro, 1985, p. 226, nota 122).

(Para quem está curioso para saber até onde levou o "aprofundamento" de Ellul, ofereço estas passagens preciosas, extraídas da antepenúltima página do mesmo trabalho:

"(...). Não há mais moral. Os valores de nossa sociedade ocidental foram, com justeza, recusados há meio século. As outras sociedades não têm valores morais ou religiosos suscetíveis de nos guiar neste drama em que somente, no momento, o Ocidente está empenhado. Precisa-se de uma alavanca extremamente poderosa (motivações suficientes para todo risco) e de um ponto de apoio imu-

(...). Deixo agora o domínio da constatação e da exigência para entrar no da convicção pessoal, do testemunho e da proposição. Eu creio. (E agora é questão de fé explícita.) Eu creio que, definitivamente, apenas a Revelação de Deus em Jesus Cristo poderia fornecer ao mesmo tempo a alavanca e o ponto de apoio."

- (4) Cf. Jean Baudrillard, À Sombra das Maiorias Silenciosas. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- (5) Cf. Félix Guattari, Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo (Brasiliense, São Paulo, 1987), e Félix Guattari e Suely Rolnik, Micropolítica (Vozes, Petrópolis, 1986).
- (6) Cf. Jean-François Lyotard, O Pós-Moderno. José Olympio, Rio de Janeiro, 1986.
- (7) Insisto: quando muito. Que se tome como exemplo esta pérola de sabedoria, retirada do periódico trotskista (?) Correo Internacional (ano III, nº 20, junho de 1986, p. 15):  
 "Marx e Trotsky deram definições aparentemente distintas de classe operária e pequena burguesia. Trotsky falava de uma moderna pequena-burguesia, que eram os empregados de colarinho branco, como se diz na Sociologia yanque. E para Marx todo o que recebia um salário era membro da classe operária. Nós nos inclinamos pela definição de Marx."
- (8) Essa co-responsabilidade dos PCs pela alienação do operariado assume feições específicas de acordo com o tipo de agremiação e o momento histórico; abrange desde o obscurantismo trotskista (exemplificado pela posição do periódico morenista citado na nota anterior) até a acomodação eurocomunista (caricaturada por Baudrillard em Partidos Comunistas - Paraísos Artificiais da Política. Rocco, Rio de Janeiro, 1985), passando pela alternância stalinista entre "aventureirismo 'extremista' e oportunismo" para a qual aponta Castoriadis em "Sobre o conteúdo do socialismo, I", de 1955 (In: Socialismo ou Barbárie. Brasiliense, São Paulo, 1983). Terei oportunidade, no Capítulo 4 do presente estudo, de discutir e documentar essa co-responsabilidade com base em fatos relativos ao (problemático) relacionamento entre partidos e ativismos de bairro, o qual, em que pesem suas características particulares, é bastante instrutivo e revelador.
- (9) Ver L'après socialisme. Grasset, Paris, 1983.
- (10) Vale a pena lembrar, neutralizando uma das indefinições de Tournaine, a seguinte advertência de Castoriadis, feita em 1987 ("Sobre o conteúdo do socialismo, II". In: Socialismo ou Barbárie, op. cit., pp. 102-3):  
 "(...) não são os técnicos que formam a maioria ou mesmo uma parte

essencial do aparelho superior de direção da produção, da economia ou da sociedade atuais - e isto revelará ao mesmo tempo o caráter mistificador dos argumentos que tendem a provar que a classe operária seria incapaz de gerir a produção, porque ela não disporia de 'capacidades técnicas necessárias'. Em sua grande maioria, os técnicos ocupam apenas posições subalternas e só executam tarefas de execução parceladas. Dentre os técnicos, aqueles que chegaram à cúpula não chegaram lá enquanto técnicos, mas enquanto 'dirigentes' e 'organizadores'. O capitalismo atual é um capitalismo burocrático, não é nem será jamais um capitalismo tecnocrático."

- (11) É evidente que pós-industrial é um referencial que remete à produção econômica "strictu sensu", necessitando assim ser complementado, nos quadros de uma análise holística e não-economicista, por instrumentos conceituais que dêem conta daquilo que transcende ou não se reduz à tecnologia, à organização do trabalho e à gestão da produção entendidas em sentido "puramente econômico". Por sua referência cultural imediata, pós-moderno é um referencial que vem sendo mal ou pouco explorado e mesmo degradado do pelas penas dos culturalistas, que compreensivelmente não encapsulam a percepção da falência dos "grandes relatos", das teleologias etc. (a qual muitas vezes só tem servido de pasto a superficiais anti-marxistas) pela crítica radical da sociedade pós-industrial/pós-moderna que se desenha hoje. Seja como for, a expressão "pós-moderno" me parece apropriada, razão pela qual resolvi endossá-la.
- (12) O reconhecimento politicamente mais crítico e mais construtivo, ao mesmo tempo, dessa realidade, me parece encontrar-se em Castoriadis (cf. "A questão da história do movimento operário". In: A Experiência do Movimento Operário. Brasiliense, São Paulo, 1985; "Tiers Monde, tiers-mondisme, démocratie". In: Domaines de l'homme - Les carrefours du labyrinthe II. Seuil, Paris, 1986).
- (13) Cf. Jean-Pierre Dupuy, Introdução à Crítica da Ecologia Política. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.
- (14) Cf. *ibid.*, onde se acha a seguinte passagem lapidar:  
 "Por trás dessa mitologia postíca [a do delírio com o pós-industrialismo], esconde-se uma realidade mais severa: o redesdobramento da indústria à escala mundial. Falar de 'novo crescimento' ou de 'nova ordem econômica internacional', a idéia é a mesma: enviemos as nossas indústrias pesadas para poluir os países do Terceiro Mundo, estragar-lhes as paisagens, embrutecer-lhes a mão-de-obra, estourar-lhes o espaço e o tempo - aliás, nesses países os salários e os impostos são mais baixos, e eles não querem outra coisa: lembro-me de um cartaz publicitário publicado no jornal Le Monde por conta do governo brasileiro, que dizia: 'industriais, venham poluir em nosso país, pois ainda é autorizado' - e reservemo-nos o crescimento das produções

imateriais que não envenenam a atmosfera, possibilitam localizações descentralizadas e permitem resolver amplamente o problema do desemprego(...)." (p. 20)

- (15) É o caso da Itália, e mesmo da França, segundo apreciações de Alain Touraine feitas no começo e em meados da década de 70 (ver "Relações e conflitos sociais na sociedade pós-industrial". In: Pela Sociologia. Dom Quixote, Lisboa, 1982; e Cartas a uma Jovem Socióloga. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976). Embora já se tenha passado mais de uma década desde que Touraine publicou Lettres à une étudiante, a profundidade da "defasagem" entre aqueles países e os EUA, a Alemanha e o Japão me pareceu, pela caracterização de Alain Touraine, por demais grande para ter sido eliminada em 10-15 anos. De todo modo, a rigor, o pós-industrialismo, mesmo nos três países supra-referidos que o simbolizam, é um processo inacabado, cujos contornos definitivos são impossíveis de se prever.
- (16) Fato já reconhecido por Lênin em Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo, a espoliação dos países dependentes (ou melhor, das classes trabalhadoras dos países dependentes) ajudou a propiciar, no tempo em que ele escreveu esse livro, apenas uma "aristocracia operária" não muito numerosa, contraposta a uma maioria de trabalhadores em situação de penúria. Já hoje, os países capitalistas centrais apresentam o seguinte quadro: uma "elite do trabalho" conservadora, formada pelos beneficiários de uma cada vez mais seletiva inserção na esfera do grande capital ligado ao pós-industrialismo; uma maioria de excluídos do setor de ponta da economia mas garantidos pelo assistencialismo estatal, desfrutando de uma situação material onde o mínimo acha-se satisfeito. (Esses trabalhadores excluídos, comumente constituindo subempregados ou desempregados assistidos, podem alcançar 75% da população economicamente ativa até o final do século.) (Ver André Gorz, Los caminos del paraíso. Laia, Barcelona, 1986.)
- (17) Cf. Henri Lefebvre, La revolución urbana. Alianza Editorial, Madri, 1983, p. 39.
- (18) É o caso do catastrofismo de Jean Baudrillard:  
 "Estamos portanto no ponto paradoxal em que as massas se recusam ao batismo do social, que é ao mesmo tempo o do sentido e da liberdade. Não fazemos delas uma nova e gloriosa referência. Porque elas não existem. Mas constatamos que todos os poderes acabam por se arruinar silenciosamente nessa maioria silenciosa, que não é nem uma entidade nem uma realidade sociológica, mas a sombra projetada pelo poder, seu abismo no vácuo, sua forma de absorção. Nebulosa fluida, movente, conforme a todas as solicitações e de um conformismo hiper-real que é a forma extrema da não-participação; tal é o desastre do poder. Tal é também o desastre da revolução. Porque essa massa implosiva jamais explodirá por definição, e qualquer palavra revolucionária também implodirá aí." (À Sombra das Maiorias Si-

lenciosas, op. cit., pp. 41-2.)

É, por via distinta, também o caso do charmosamente despolitizado vitalismo de Michel Maffesoli: "(...) alternativamente ao princípio de autonomia, quaisquer que sejam os nomes que se lhes queira atribuir (autogestão, autopoiesis, etc....), existe um princípio de alonomia que se apóia no ajustamento, na acomodação, na articulação orgânica com a alteridade social e natural. Este princípio se contrapõe ao modelo ativista que conforma a Modernidade. Na hipótese apresentada aqui ele é essencialmente consuetudinário e reinveste, de maneira prospectiva, os valores tradicionais que acreditávamos ultrapassados. Com efeito, após o período de 'desencantamento do mundo' ('Entzauberung', em Weber), postulo que se assiste, agora, a um verdadeiro 'reencantamento do mundo' cuja lógica tentarei traçar... Para resumir, digamos que nas massas que se difractam em tribos, ou nas tribos que se agregam em massas, esse reencantamento tem como cimento principal uma emoção ou uma sensibilidade vivida em comum." (Op. cit., pp. 41-2.)

- (19) A esperança pouco crítica depositada no pós-industrialismo é exemplificada por Jacques Ellul (op. cit.) e, numa trilha um tanto diferente, por Alain Touraine (ver, especialmente, Cartas a uma Jovem Socióloga, op. cit., e L'après socialisme, op. cit., que cotejados demonstram a antigüidade e a permanência do fascínio que de algum modo o pós-industrialismo exerce sobre Alain Touraine).
- (20) Cornelius Castoriadis, "A questão da história do movimento operário", op. cit., pp. 77-8.

## 2. O BAIRRO: ENSAIO DE ABORDAGEM POLÍTICA

A inclusão de um capítulo dedicado ao bairro num trabalho sobre o ativismo de bairro não se deve a uma determinação protocolar, como se, pelo fato de ser geógrafo por formação, eu me sentisse obrigado a falar do Espaço em quaisquer circunstâncias e a todo custo.

A questão é que o Espaço não tem o mesmo significado para os diversos tipos de ativismo social. Enquanto dimensão da Sociedade concreta ele tem sempre, e necessariamente, importância fundamental; afinal de contas, é o palco sobre o qual se desenrola a vida social, o substrato para qualquer atividade humana. Contudo, este é um argumento excessivamente genérico. O Espaço não é um palco "neutro" em situação alguma, e sua materialidade - como, de resto, qualquer materialidade - exerce um certo condicionamento sobre os atores sociais, configurando uma dialética<sup>(1)</sup>; não obstante, esse condicionamento relativo varia, em natureza e intensidade, conforme o tipo de relação social.

No caso do ativismo de bairro, o Espaço não é simplesmente um referencial indireto ou secundário para as lutas, pouco indo além da condição de suporte material. Ele é um referencial direto e decisivo, pois: define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes; catalisa e referencia simbólica e politicamente o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio-espacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana. Essa característica do ativismo de bairro de riqueza de vínculos com o Espaço, essa sua grande dimensão "telúrica", é plena de conseqüências, como espero mostrar neste estudo.

Não se sugerirá, adiantando, que o Espaço seja determinante do conjunto do processo por influenciar seus alicerces; são as formas de

produção material, política e cultural-simbólica do Espaço que impõem certos limites, e não o Espaço em si mesmo, como se ele fosse, a rigor, também um agente<sup>(2)</sup>. Numa pesquisa crítica e holística como se pretende esta, o palco não poderia ser privilegiado, nem mais ou menos descolado das multifacetadas relações sociais que devem ser examinadas para o balanço de virtualidades e fraquezas do ativismo. Penso dissipar, assim, qualquer temor a propósito de uma fetichização do espaço social no presente trabalho. No entanto, para não incorrer no "part-pris" contrário e negligenciar o palco concreto, tratando-o desavisadamente como um epifenômeno, cabe elucidar o papel - positivo, negativo ou ambíguo - desempenhado pela espacialidade.

Conquanto as páginas que seguem busquem evidenciar a insuficiência do estado em que se encontram atualmente as contribuições ao conceito e à teoria dessa importante realidade urbana que é o bairro - importante sobretudo numa ótica que valorize as práticas dos cidadãos em momentos outros que não somente o do trabalho -, o presente capítulo não almeja satisfazer amplamente tal carência. De fato, uma visão razoável do que seja o bairro no contexto de uma cidade (sociedade) capitalista sob efeito direto ou indireto do pós-industrialismo parece-me requisito indispensável à análise das especificidades, limitações e potencialidades do ativismo de bairro contemporâneo. Foi isto que me conduziu a uma apreciação das mais representativas contribuições existentes e, em seguida, a um esforço de crítica e integração delas, neste capítulo. O objetivo, porém, não foi o de proceder a um estudo muito abrangente e profundo do bairro, mas apenas o de aplainar o terreno para a discussão do ativismo. A dimensão política será realçada; não metodologicamente (em sentido forte), mas enquanto cabeça-de-ponte para o resgate do bairro na sua totalidade e em conexão com a luta que ele referencia - o que, naturalmente, implicou no sacrifício de umas tantas discussões que, embora relevantes, não foram vistas como prioritárias por agora. Uma investigação específica acerca do significado e da natureza do bairro na contemporaneidade deverá considerar em detalhe diversos pontos aqui somente tangenciados.

## 2.1. O que oferece a literatura especializada (brevíssima notícia)

Quando se examina a literatura acadêmica (sociológica, geográfica, urbanística e antropológica) à procura de tratamentos teórico-conceituais da realidade bairro, surpreende-se com a relativa escassez destes, pelo menos no que concerne a contribuições de peso.

Na Geografia, a discussão teórica sobre o bairro tem sido tradicionalmente superficial. Não faltaram, é certo, alusões aos bairros nas grandes obras de sistematização teórica em Geografia Urbana<sup>(3)</sup>, bem como estudos de caso onde um (ou mais) bairro(s) era(m) objeto de atenção<sup>(4)</sup>. Todavia, a constituição e os interesses da Geografia clássica enquanto "ciência da ponte homem/meio" impediram a construção de um ambiente intelectual favorável ao estudo do bairro num nível de aprofundamento satisfatório quanto à natureza e ao papel sociais dessa realidade. A Geografia Urbana clássica ficava satisfeita em poder estabelecer, partindo do senso-comum, do bairro como uma noção popular dada "a priori" ao pesquisador, a natureza da individualidade, da "alma singular" de um determinado bairro, enfatizando a relação do meio físico (sítio) com a evolução da ocupação humana.

A preocupação diversionista com os condicionamentos e favorecimentos naturais foi, com o passar do tempo, sendo atenuada, e gradualmente complementada por descrições e considerações funcionais (funções internas do bairro e seu papel na cidade)<sup>(5)</sup>. "Ciência dos lugares e não dos homens", entretanto, a Geografia prazerosamente abdicou de um interesse desinibido pelas questões sociais em favor de outras disciplinas, o que restringiu sensivelmente o alcance da paulatina "desnaturalização" da Geografia Urbana. Mesmo o aparecimento das análises sobre a vivência e a percepção do bairro, no âmbito da "Geografia da Percepção e do Comportamento"<sup>(6)</sup>, representou pouco mais que uma simples transmutação de interesses sem ruptura com a tradição de acriticismo e pouca profundidade. É possível que, finalmente, na esteira do amplo movimento de crítica aos positivismos a que hoje se assiste na Geografia, contribuições ponderáveis venham a ser oferecidas. De todo modo, isto me parece ser ainda, no máximo, uma promessa, e não

já uma realidade expressiva<sup>(7)</sup>.

Os urbanistas forneceram já algumas achegas significativas, mas não propriamente um conceito de bairro. (Refiro-me, aqui, não aos urbanistas no sentido mais corrente, que exercem uma prática intelectual normalmente acrítica e cujo interesse para nós liga-se somente ao fato de que municia e legitima ações de estruturação e desestruturação de bairros, modificando a vida urbana através de zoneamentos, grandes obras e programas de renovação urbana; refiro-me aos estudiosos da história e da natureza das relações entre cidade e cidadão.) Lewis Mumford, no seu A Cidade na História<sup>(8)</sup>, mesmo sem se deter em apreciações teóricas sobre o bairro, ofereceu subsídios para uma visão histórica dos bairros nos marcos da evolução da estrutura e da dinâmica urbanas; Pierre Lavedan, outro nome digno de relevo, urbanista dublê de geógrafo, contribuiu com uma interessante discussão do papel da afetação legal do solo (zoneamentos) sobre as realidades de bairro<sup>(9)</sup>. Sob o ângulo teórico, no entanto, o nome mais importante é o de Kevin Lynch, dado o pioneiro resgate que fez da dimensão subjetiva, sempre tão marginalizada pelos científicismos e objetivismos, em seu A Imagem da Cidade<sup>(10)</sup>, que influenciou estudiosos de diversas áreas. Preocupado com o "aspecto das cidades e sobre a possibilidade de mudança e a importância desse aspecto"<sup>(11)</sup>, Lynch investiga a cidade enquanto Espaço sentido e vivido, a partir das imagens mentais que os habitantes fazem de sua urbe e de suas diversas partes componentes. Em tal contexto, um dos referenciais privilegiados por Lynch, precisamente por ser um dos referenciais básicos dos cidadãos, é o bairro.

Em que pese sua tradição de pesquisadores das sociedades ditas primitivas, os antropólogos vêm já, por meio do campo mais ou menos recente que é a Antropologia Urbana, colaborando, ainda que indiretamente, para a tarefa de análise teórico-conceitual do bairro. Para dar exemplos brasileiros, é nítido o avanço desde o pioneiro trabalho de Antropologia Urbana copacabanense de Gilberto Velho, o A Utopia Urbana<sup>(12)</sup>, até o belo estudo que é o Quando a Rua Vira Casa<sup>(13)</sup>. Em Velho, a individualização do bairro é efetivamente feita com base em

considerações funcionais (presença e especialização de atividades, ritmos e tipos de trabalho), fisionômicas (paisagísticas) e mesmo da ocupação histórica do local e a relação disto com o meio natural (onde se nota um diálogo com a Geografia clássica); não há, porém, um aprofundamento, e a leitura propriamente típica da Antropologia mostra-se ainda incipiente à escala do bairro (que não é abordado com igual profundidade, concentrando-se as atenções num estrato social particular e num prédio específico). No Quando a Rua Vira Casa, embora não se encontre uma conceituação de bairro, pode ser buscado um conjunto de idéias aproveitáveis para se pensar uma dada realidade. Neste último trabalho a inclinação emblemática da Antropologia se faz presente com grande intensidade, corporificada numa prosa agradável, à qual se aliam recursos como desenhos, fotografias e até mapas mentais: a subjetividade e a inter-subjetividade são privilegiadas e relacionadas à objetividade das formas espaciais e da dinâmica urbana, no âmbito de uma forte sensibilidade para com os aspectos culturais ("strictu sensu") do elo Espaço/Sociedade. Desenvolvendo sua vocação disciplinar para a ênfase sobre o como uma coletividade percebe, sente e vive seu bairro, a Antropologia poderá ofertar uma contribuição de sensibilidade complementar da aridez objetivista de outras abordagens - muito embora ao custo da negligência para com aspectos essenciais de cunho político e econômico e mesmo cultural, concernentes às relações de produção e à luta de classes, freqüentemente despolitizadas no subjetivista discurso antropológico (preço pago pela Antropologia a uma divisão do trabalho acadêmico castradora e a uma tradição viciada).

Enfim, a contribuição dos sociólogos. Rica em estudos de caso, os quais, segundo Chombart de Lauwe, tiveram um grande sucesso em diversos países<sup>(14)</sup>, a Sociologia foi também a disciplina que mais avançou no plano teórico-conceitual. Mais profunda que a Geografia em suas análises, a Sociologia, conquanto historicamente, a exemplo daquela, não tenha assumido um projeto crítico de descortinamento das raízes e dos pressupostos cultural-ideológicos da noção popular de bairro e do fetichismo espacial embutido no senso-comum - só o fa-

zendo tardiamente, a partir da crítica ao culturalismo nos anos 70, mas incorrendo então numa lamentável negligência para com o bairro enquanto categoria de análise -, de outra parte não se limitou a descrições impressionistas e exames funcionais ralos, apanágio dos geógrafos. Ou a registros empíricos de percepções e vivências cotidianas, selva temática desvirginada por Kevin Lynch e depois colonizada por antropólogos urbanos, pela "Geografia da Percepção e do Comportamento" e outros. Baixo uma ótica mais voltada para a objetividade da vivência que para a subjetividade da percepção, a Sociologia Urbana culturalista tipicamente tratou o bairro como algo que "deve sua realidade à qualidade de seus habitantes e às relações que eles mantêm"<sup>(15)</sup>. Um privilégio, pois, das relações e da composição sociais objetivas como parâmetros de identificação e delimitação.

O esforço de conceituação do bairro associou-se a uma estipulação da escala espacial a que se vinculam certas relações sociais, que preenchem e animam ("anima": alma) o Espaço-bairro. Quer dizer, a individualidade de um bairro no seio da urbe seria definida por uma certa coesão social e pela abrangência de uma vida de relações orgânica e associada ao Espaço particular do bairro, à sua escala.

Para Raymond Ledrut<sup>(16)</sup>, o bairro não é um simples "sistema de relações primárias e informais", qualificação que ele estabelece para a unidade de vizinhança ("unité de voisinage"); ele é, como esta, "formado por um tecido de relações sociais", mas abrange uma área maior - em regra, para ele, uma área não tão grande que não possa ser situada à escala do pedestre, chegando a afirmar taxativamente que com um perímetro acima de 5 km não se pode falar de bairro<sup>(17)</sup> -, e compreende relações formais e secundárias. Ciosos do rigor classificatório, os culturalistas haviam já, desde muito, inserido o referencial bairro num seleto conjunto de unidades territoriais de análise sociológica no meio urbano, entre as quais ele emerge como uma particularmente importante "unidade analítica de base", para usar a expressão de Hauser e Matras<sup>(18)</sup>. É altamente significativo que em 1952 - momento em que a Antropologia Urbana ainda estava em gestação e em que a maioria dos geógrafos urbanos achava-se ocupada com inventários de formas

e funções e com avaliações dos papéis do sítio e da posição - P.-  
 -H. Chombart de Lauwe tenha já oferecido uma bateria completa de cate-  
 gorias analíticas, situando o bairro ("quartier") e os grupos de bair-  
 ros ("groupes de quartiers") entre a unidade de vizinhança e o setor  
 geográfico ("secteur géographique"), no intróito teórico-metodológico  
 do importante estudo Paris et l'agglomération parisienne<sup>(19)</sup>.

\* \* \* \* \*

Preocupe-me, nas páginas precedentes, em recuperar o que  
 havia de mais expressivo na literatura especializada, em termos de con-  
 tribuições conceituais gerais sobre o bairro. Caracterizo o quadro  
 global como de escassez relativa, considerando que, ao mesmo tempo di-  
 reta e minimamente profunda e abrangente, quase só se dispõe da clás-  
 sica contribuição da Sociologia culturalista, em que pesem os novos ho-  
 rizontes promissores postos para o aprofundamento da reflexão antropo-  
 lógica e para a renovação do discurso geográfico.

Mas, quando se adotam lentes mais precisas o julgamento  
 não é mais de escassez relativa: no momento em que se busca na litera-  
 tura algum tratamento que, a manter o interesse pelos aspectos cultu-  
 rais (subjetividade e inter-subjetividade, cotidianidade, semiótica e  
 vivência do bairro), os examine articuladamente com as dimensões eco-  
 nômica e política, fazendo intervir a questão do conflito, o caso pas-  
 sa a ser de praticamente ausência.

A Sociologia Urbana de um Ledrut ou de um Chombart de  
 Lauwe não poderia desempenhar tal papel, pois seu compromisso teórico-  
 filosófico com o ecologicismo limitava-a essencialmente. O ecologi-  
 cismo, perspectiva assim denominada em função da auto-rotulada escola  
 de "Ecologia Humana", emergiu a partir dos anos (19)20 entre soció-  
 logos da Universidade de Chicago (Ezra Park, Ernest Burgess e outros),  
 conquistando mais tarde adeptos pelo mundo afora. Inspirado no darwi-  
 nismo social spenceriano, o ecologicismo propunha explicar a diferen-  
 ciação étnico-cultural e sócio-econômica do tecido urbano com base numa  
 "lei natural", a saber: a "vitória dos mais aptos" na "luta pela vi-

ca". Com a naturalização do Social, a miséria e a segregação eram encaradas como produtos de uma ordem natural, escamoteando-se os mecanismos de exploração e opressão historicamente instituídos e atribuindo-se em última instância a responsabilidade ao destino ou aos próprios indivíduos, que não se esforçavam o bastante para progredir e vencer na (luta pela) vida. Sob o ecologicismo, cada bairro individualizado em matéria de classes e/ou conteúdo cultural era visto enquanto "área natural", que tenderia "a recolher da corrente competitiva móvel da cidade os indivíduos particulares a ela predestinados"<sup>(20)</sup>. É certo que Ledrut e Chombart de Lauwe não representam este naturalismo escancarado; o culturalismo destes autores, porém, fruto de uma crítica interna da Sociologia burguesa, abrandou a determinação ecológica (a fetichização do Espaço) sem eliminá-la, ao mesmo tempo - e por isso também - em que permaneceu refratária ao desmascaramento dos conflitos essenciais da sociedade heterônoma<sup>(21)</sup>.

Os culturalistas podem ser divididos em clássicos, como Ledrut e Chombart de Lauwe, herdeiros diretos da Escola de Chicago e inseridos no clima cultural da modernidade, e neoculturalistas, que hoje emergem na esteira de uma certa "Nova Sociologia". A diferença básica entre os dois grupos, separados historicamente pela crítica marxista dos anos 70 e pela emergência do pós-modernismo (com o que ele tem de saudável e de podre, de autenticidade e de farsa medíocre), é que, enquanto os primeiros enfatizavam a atomização, a desagregação e a desmaterialização do bairro, revelando uma mescla de nostalgia e melancolia (Ledrut é exemplo didaticíssimo), os últimos se inclinam a apostar no "neotribalismo" como contraponto compensador da massificação da sociedade, do bairro<sup>(22)</sup>. Além disto, metodologicamente os "novos" resgatam a dimensão subjetiva mais do que usualmente faziam os clássicos, pretensamente assim realizando um esforço holístico<sup>(23)</sup>.

A semelhança essencial entre os dois grupos fica por conta da negligência para com as dimensões econômica e política. Secundarização do econômico a reboque de uma (in)compreensão idealista da dinâmica social contemporânea, o que leva à postulação de uma atual pre-

dominância da cultura sobre a economia<sup>(24)</sup>. Secundarização do político na esteira de uma não-percepção do conflito num sentido radical - luta de classes historicamente alimentada por contradições sociais -, abrindo-se espaço a um horizonte de procura de equilíbrios (ainda que dinâmicos) e a uma banalização das tensões sociais ao ponto de esvaziá-las através da ótica da negociação<sup>(25)</sup>. Tais negligências, implícitas nos culturalistas clássicos, são explicitadas ao som de fanfarras pelos neoculturalistas. Curioso que Michel Maffesoli, conquanto admita o perigo de que o horizonte negociação/equilíbrio possa levar à justificação da opressão<sup>(26)</sup>, ignore efetivamente esse perigo e decida "correr o risco". Embriagado por um idealismo que o impede de ver a cotidianidade também em seu conteúdo conflituoso radical e em seu condicionamento material, Maffesoli só consegue enxergar o renascimento da vida de bairro nas grandes cidades - e assim contrapondo-se ao pessimismo de um Ledrut - despindo-o de seu conteúdo material-econômico e político em favor de um privilégio da pura afetividade enquanto fator de aglutinação<sup>(27)</sup>. O ativismo de bairro está ausente, pelo menos em sua expressão mais contestatária.

O grande debate puxado pelos sociólogos marxistas a partir dos anos 70, no que se refere à questão dos bairros, diz respeito a uma objeção ao empirismo e ao fetichismo espacial contidos nas contribuições de um Chombart de Lauwe e de um Ledrut. O questionamento marxista, sintetizado pioneiramente por Castells no A Questão Urbana, consiste em desmascarar o escamoteamento de determinações globais do modo de produção efetuado pelos ecologicistas e culturalistas. O bairro, como unidade urbana ou meio residencial específico, não tem, para os marxistas, sua individualidade sustentada por uma relação de tipo ecológico entre um grupo e seu Espaço. Rejeita-se, portanto, a idéia da formação de uma "área natural" (ou "área social", na pena propriamente culturalista), espacialização de uma subcultura analisável isoladamente. Ao contrário, o bairro é uma individualidade porque internaliza diferenciadamente, comparativamente a outros bairros, as determinações globais do modo de produção, internalização diferenciada essa

que é historicamente mutável e comandada pela própria lógica do modo de produção em sua exigência de divisão espacial do trabalho, em seu corolário de segregação sócio-espacial etc.

Em que pese a validade de uma crítica do ecologicismo e da fetichização do Espaço, os marxistas têm, como nota o "terceiro Castells", com honrosas exceções, "reduzido a cidade e o espaço à lógica do capital"<sup>(28)</sup> (coisa que o "primeiro Castells" mesmo fez). Banindo as subjetividades eivadas de "falsa consciência" em nome de um objetivismo cientificista, autoritário e messiânico, desprezando a dimensão espacial (vista como simples reflexo das relações sociais), tendendo a considerar reacionário o cotidiano e dispersiva a afetividade dispensada ao bairro e, finalmente, enfraquecendo até mesmo o papel historicamente constitutivo dos conflitos sociais concretos, os marxistas mais comprometidos com a orientação original simplesmente representam a inversão da fórmula culturalista: da predominância do cultural à determinação pelo econômico; do bairro sem conflitos para o conflito sem bairro. Sim, conflito sem bairro: reduzido a um mero palco/reflexo, a um simples referencial para a manifestação da luta de classes a partir da especificidade da arena da reprodução da força de trabalho, o bairro normalmente perde, numa pena marxista, o conteúdo cultural, afetivo, que também responde pela resistência - resistência daqueles que querem ser donos do seu cotidiano. Perde, igualmente, a densidade de suas particularidades como arena e catalisador, inacessível à apreensão com base num equipamento teórico forjado para dar conta da luta na esfera da produção (e cujas insuficiências e defeitos, mesmo aí, foram já denunciados<sup>(29)</sup>).

Henri Lefebvre é, muito provavelmente, a mais importante exceção ao marxismo referido no parágrafo anterior. Crítico do empirismo culturalista, descortinando a "ideologia comunitária que está na base do 'bairro, unidade natural da vida social'"<sup>(30)</sup>, não foi ele, precisamente por rejeitar o economicismo, por abrir-se à cultura e ao humanismo e por ver no Espaço algo mais que um mero palco/reflexo, rechaçado ou incompreendido por tantos marxistas? Talvez pouco compreendi-

do mesmo por muitos dos seus admiradores, Lefebvre é um daqueles pensadores para os quais o qualificativo "marxismo heterodoxo" parece fazer pouco sentido. Entretanto, não há em Henri Lefebvre aquela espécie de concessão ao "status quo" no estilo do "terceiro Castells" - concessão que faz com que ele não possa aparecer também como exceção à dicotomia bairro sem conflitos/conflito sem bairro, pois nele o conflito se acha emasculado (além da sua reflexão sobre o bairro e o Espaço ser incipiente e, no que há de reconhecimento da dialética sócio-espacial, não representar qualquer avanço significativo relativamente à obra de Lefebvre, a qual ele injustamente havia atacado no passado exatamente pela atenção dedicada por este ao "papel ativo" da espacialidade). Henri Lefebvre demonstra com seu exemplo que a percepção do artificialismo pseudo-prestigioso do rótulo "marxista ortodoxo" só pode ser conseguida se nos dermos conta de que o afastamento do marxismo não-necessariamente implica em reacionarismo.

Os sociólogos marxistas L.A. Machado da Silva e A.C. Torres Ribeiro observaram que, no âmbito do paradigma de estudo dos movimentos sociais urbanos, tão frágil teoricamente e tão insoeso politicamente, "questões relativas à heterogeneidade social nos bairros e dos bairros (...) terminaram por ser raramente, ou nunca, levantadas de forma consistente."<sup>(31)</sup> Isto é um fato. Todavia, se os paradigmáticos ignoraram o catalisador-bairro em sua plena complexidade como categoria de análise, ao perderem de vista na sua radicalidade a divisão e o conflito de classes inscritos nos bairros, também os marxistas, por outra via, tendem a não fazer justiça à densidade dos vínculos existentes entre o Espaço, particularizado como bairro, e as relações sociais, especificadas nas suas ligações afetiva, simbólica, econômica e política com aquele referencial espacial.

## 2.2. Uma proposta de visão holística

Muito embora as diversas abordagens disciplinares sumariadas no subcapítulo anterior constituam inegável patrimônio, cujo conhe-

cimento me parece indispensável, inegáveis também são as suas limitações, em parte justamente por se tratar de achegas disciplinares - isto é, de várias maneiras controladas pela divisão do trabalho acadêmico em vigor, e assim comprometidas por parcialismos analíticos. A única tradição pretendidamente holística significativa entre nós, o materialismo histórico, na verdade é um holismo entre aspas, pois submerge a subjetividade e divide analiticisticamente o Social em esferas hierarquizadas, além de vir tipicamente subestimando a dimensão espacial das realidades sociais<sup>(32)</sup>. Quanto ao neoculturalismo de um Maffesoli, que quer posar de holismo, tampouco convence. Enquanto o marxismo fala do conflito social e da sua base econômica, resistindo a ver o bairro em sua integridade (reduzindo e mesmo desqualificando a dimensão simbólica, afetiva, cultural), o neoculturalismo privilegia o que o materialismo histórico descarta, descurando o que este tem na conta de essencial.

Nos marcos em que eu insiro o assunto, uma discussão sobre o bairro se me afigura como uma empreitada vasta e séria, dados o seu cunho polêmico, a complexidade inerente a um enfoque holístico e a sua importância política, vale dizer, para a transformação social. Uma empreitada que demanda, penso, para se alcançar satisfatória profundidade, toda uma cuidadosa pesquisa à parte. E, além do mais, a noção popular de bairro é fluída, evolui (às vezes com rapidez), o que constitui um obstáculo às pretensões de elaboração de algo como uma teoria geral do bairro, ao menos no que se refere à dimensão subjetiva/inter-subjetiva<sup>(33)</sup>. Entretanto, como já deixei claro, seria problemático, dentro da minha proposta de trabalho, discutir os ativismos de bairro apoiado apenas nas conceituações existentes. Tentarei agora, portanto, sem a ambição de focalizar todos os pontos, delinear uma conceituação alternativa, que seja a um só tempo um possível convite a investigações mais aprofundadas e um dos referenciais, de caráter assumidamente experimental, da discussão nuclear desta dissertação.

### 2.2.1. Subjetividade & objetividade

Principiarei o esboço conceitual com a seguinte pressuposição básica, em redor da qual construirei a argumentação desta seção: o bairro, qualquer bairro, é simultaneamente uma realidade objetiva e subjetiva/inter-subjetiva, e estas duas dimensões interpenetram-se e condicionam-se uma à outra ao longo do processo histórico.

A rigor, a realidade social como um todo estabelece-se como uma dialética entre o objetivo e o subjetivo<sup>(34)</sup>. No entanto, o bairro pertence àquela categoria de "pedaços da realidade social" que possuem uma identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo; o bairro possui uma identidade inter-subjetivamente aceita pelos seus moradores e pelos moradores dos outros bairros da cidade, ainda que com variações. Logo, é necessário, aqui, abordar de um modo muito especial essa dialética objetivo/subjetivo.

Um olhar fenomenológico sobre a constituição dos bairros evidencia que o bairro corresponde a uma certa parcela da cidade que, por força de relações sociais, consitui para o indivíduo um Espaço vivido e sentido. O reconhecimento e a sensação do bairro, que advêm do fato de ser ele o Espaço onde se encontra a casa de um indivíduo, e onde ele talvez tenha nascido, onde se acham igualmente as casas de amigos, a praça que ele frequenta aos domingos pela manhã, é entretanto aqui colocado em termos ideais. É certo que um fragmento urbano, por mais que encerre unidade de composição material e social, se não desperta o menor afeto, a menor empatia, ou simplesmente como referencial para o dia-a-dia, não é um bairro, mas tão-somente uma parcela da cidade singularizável por este ou aquele critério. Contudo, e dado que a vivência do Espaço pode ter intensidade variável de pessoa para pessoa, situações existem em que, de uma forma geral, o bairro é uma realidade pouco significativa para a maioria das pessoas nele residentes. Acompanhemos este comentário de Yi-Fu Tuan:

A falta de um conceito de "bairro" como o do planejador urbano [uma área da cidade que tem sua unidade definida em termos de características físicas e sócio-econômicas, registra Tuan] está bem ilustrada no estudo de Herbert Gans sobre o bairro West End de Boston. Este antigo distrito operário

foi declarado zona deteriorada, tendo sido demolido de acordo com um programa federal de renovação, entre 1958 e 1960. Os defensores do distrito tiveram dificuldade em obter o apoio dos residentes. Os moradores de West End nunca usaram a palavra "bairro". Mostravam pouca preocupação com o distrito como uma entidade física e social; seus interesses se restringiam unicamente à própria rua e às lojas que frequentavam. Os políticos, ao reconhecerem este localismo extremo, prometiam melhorias para cada rua em vez de para todo o distrito. Eles não procuraram conscientizar os seus eleitores além do pequeno mundo que conheciam. Quando todo o bairro de West End foi ameaçado de demolição, os moradores de repente tomaram consciência do problema. Mesmo assim, alguns estavam certos de que, embora todo o bairro fosse ser demolido, sua própria rua não seria atingida. Os residentes locais que participaram da comissão para salvar West End eram um punhado de intelectuais e artistas. Ao contrário de seus vizinhos, estas pessoas tinham um conceito de "bairro". Gans explicou: "Apesar de serem ativos dentro dos seus próprios grupos de colegas, suas carreiras e interesses criativos os separam psicologicamente dos outros grupos. (...) Como resultado, desenvolveram uma forte identificação simbólica com West End. Em parte devido a suas habilidades e marginalidade, foram capazes de desenvolver um conceito holístico de West End como um bairro." (35)

Resumindo, é imprescindível que uma realidade, para ser um bairro, desperte empatia no cidadão, pois é essa empatia, a sensação de entrar no bairro, por exemplo, como alude Kevin Lynch<sup>(36)</sup>, que é a base da identidade do bairro. Quando há uma apatia radical e generalizada, então o fragmento urbano em questão não é um bairro. A empatia, enfim, pode traduzir-se como simples reconhecimento de uma identidade (reconhecimento amparado por fortes diferenças objetivas ou mesmo apenas pela tradição), com juízos de valor fracos e nebulosamente manifestados; ou pode traduzir-se claramente por simpatia ou antipatia. À simpatia, que se realiza como afeição pelo bairro, apego ao bairro, sugiro chamarmos bairrofilia, recordando a idéia geral de Tuan (topofilía)<sup>(37)</sup>.

A atribuição de um significado ao bairro, a formação de

uma imagem mental forte, a construção da identidade do bairro na mente do indivíduo, a própria bairrofilia, dependem de diversas circunstâncias, o que é exemplificado pela situação examinada por Tuan a partir do relato de Herbert Gans. De outra parte, uma sensação especial de familiaridade e intimidade com o bairro onde se mora, normalmente não se reproduz com a mesma intensidade ou da mesma forma relativamente a outros bairros da cidade - os quais são conhecidos por força do deslocamento para o trabalho, para o lazer esporádico ou para as residências de parentes ou amigos; e, eventualmente, em muitos deles um determinado indivíduo pode nunca ter posto o pé. Discutirei mais à frente o relativo enfraquecimento da vida de bairro nas grandes cidades de hoje; graças a esse enfraquecimento e à cosmopolitização da vida urbana nas metrópoles contemporâneas, a posição "meu bairro" (colossal carga experiencial) versus "outros bairros" (estranhamento, usualmente pequena bagagem experiencial) se esmaece. Não obstante, apesar desse esmaecimento o bairro onde se mora permanece quase sempre sendo o Espaço mais intensamente vivenciado, mesmo quando a bairrofilia não é muito pronunciada.

A vivência do (e o apego ao) bairro, conquanto seja de certo modo única para cada indivíduo, necessariamente consiste num terreno mais ou menos comum para todo um conjunto de indivíduos, os quais vêem assim suas imagens mentais se aproximarem e se superporem a ponto de possibilitar a comunicação. Comunicação de um referencial, comunicação de uma afetividade. Quando duas pessoas se referem ao mesmo bairro, a primeira dificuldade poderia ser o estabelecimento de limites precisos. Essa dificuldade reside na frequente inexistência de limites claros, inquestionáveis. Todavia, o cidadão comum, não envolvido com o planejamento ou a administração territoriais, não precisa se preocupar com a questão, comumente bizantina, da definição de limites precisos. Bizantina porque, ao mesmo tempo em que a estrita subjetividade não pode habitualmente ser eliminada - a não ser quando um marco é irrecusavelmente condicionante para a delimitação -, uma tradição de demarcação, calcada na existência de alguns marcos objetivos suficientemente consensuais (ainda que seu simbolismo esteja fossilizado, man-

tendo-se a tradição viva quase que por uma força de inércia). As pessoas inconsciente ou conscientemente sempre "demarcam" seus bairros, a partir de marcos referenciais que elas, e certamente outras antes delas, produzindo uma herança simbólica que passa de geração a geração, identificam como sendo interiores ou exteriores a um dado bairro. Os limites do bairro podem ser imprecisos, podem variar um pouco de pessoa para pessoa. Mas se essa variação for muito grande, dificilmente estar-se-á perante um bairro, porque dificilmente haverá um suporte para uma identidade razoavelmente compartilhada, ou um legado simbólico suficientemente expressivo. Para existir um bairro, ainda que na sua mínima condição de referencial geográfico, é necessário haver um considerável espaço de manobra para a inter-subjetividade, para uma ampla interseção de subjetividades individuais.

É preciso, agora, fazer intervir explicitamente a dimensão objetiva. Se esquecermos esta face, cairemos num impasse: ignorando a dimensão objetiva, teremos de aceitar que as nossas mentes são as únicas responsáveis pela existência dos bairros, os limites destes sendo ditados por aquelas como um artifício de organização do mundo, pura e simplesmente. Este idealismo não ajudará a explicar satisfatoriamente o porquê das consideráveis interseções de subjetividades que são os bairros. Afinal, em que tantas pessoas se baseariam para construir identidades tão próximas, dando origem a uma imagem comum supra-individual? A despeito do seu habitual charme estilístico, a exaltação idealista das subjetividades só faz esconder os condicionantes externos a cada um de nós de "per se"; condicionantes sócio-materiais, logo, sendo uma força de inércia contra a transformação do estado de coisas vigente, alienante e, para uma grande maioria, opressor. O extremo oposto, o objetivismo, exorciza precisamente a dimensão humana que a exaltação idealista das subjetividades, o subjetivismo, exclusiviza ou privilegia. Nestas circunstâncias, vemos que a denúncia que o objetivismo faz do subjetivismo, e o caminho alternativo para o qual ele aponta, humanisticamente não são convenientes. É imperativo fazer interagirem dialeticamente as duas dimensões da realidade social, sem o que os

bairros serão coisificados (objetivismo: o bairro como uma individualidade objetiva de formas espaciais e funções, historicamente forjada no contexto da ação das "leis gerais da sociedade" e acima das subjetividades) ou então fantasmagorizados (subjetivismo: o bairro é um Espaço vivido e sentido por um coletivo, mas a realidade sócio-espacial que existe objetivamente, fora da mente de cada um, não é examinada seriamente e criticada).

A dimensão objetiva da realidade social como um todo é historicamente construída por homens que, apesar das interseções de subjetividades, a entendem, em última análise, de modo singular cada um. A construção por conseguinte se dá, da parte de cada indivíduo, com condicionamentos tanto inter-subjetivos quanto estritamente subjetivos (únicos). (A realidade possui uma face una, o seu em-si objetivo, face essa que é construída pelos homens a partir da dialética entre a inter-subjetividade e suas subjetividades e a inércia e as necessidades impostas pela materialidade existente.) Não existe algo como uma face objetiva pura da realidade social, tanto quanto não existe uma subjetividade que crie o ou se imponha absolutamente ao mundo. O que efetivamente existe são os múltiplos aspectos da interação dessas duas dimensões, dessas duas faces<sup>(38)</sup>.

Toda a discussão anterior é relevante para a análise dos bairros e do ativismo de bairro. Os diferentes moradores não encaram o seu bairro exatamente da mesma maneira, em que pese a interseção de subjetividades. As diferenças ficam por conta de fatores tais como a situação de classe, a faixa etária e a ocupação, e valores a eles associados. Igualmente as semelhanças derivam de fatores como estes. Podemos apreciar esta questão através da exposição de Yi-Fu Tuan a propósito do drama do West End de Boston. Vendo o bairro de modo diferenciado, a ação, a participação, a intervenção - ou a inação, a omissão e o descaso -, serão diferenciadas também. Para uns, o bairro representa a casa e a rua onde se nasceu e brincou, os amigos e vizinhos, as árvores amigas, as paisagens familiares; para outros, ele apenas significa um Espaço valorizado, um "locus" específico onde possuem imóveis que propiciam rendas.

Entre a intensa bairrofilia e a plena indiferença são tantas as possibilidades quantos são os tons de cinza entre o branco e o preto. Certamente, a intensidade e o tipo de participação individual para melhorar a vida no bairro dependem desses condicionamentos da dialética objetivo/subjetivo referidos anteriormente. Também a procura por um determinado bairro ou o desejo de mudar são influenciados, num nível mais específico, pelo grau de aceitação das valorações dominantes. Em síntese, e o desejo e a possibilidade de mudar de bairro; a maneira como se vivencia o bairro onde se mora, como ele é visto, a imagem que dele se tem; a participação ou a não-participação dos indivíduos junto aos problemas e à vida do bairro; tudo isto está condicionado por uma dialética entre fatores objetivos - proletário/burguês, antigo no bairro/recém-chegado, inquilino/proprietário, jovem/velho - e valorações diferenciadas - vinculadas à diversidade de vivências da objetividade historicamente produzida. A apreciação dessa dialética é fundamental para se avaliar, sem parcializações, os vários tipos e os distintos níveis de participação na vida do bairro.

Além disso, o conteúdo do bairro, ou como o conteúdo é encarado, afeta a própria demarcação. Exemplificarei com referenciais cariocas.

Para um hipotético antigo morador, a Muda pode representar um referencial geográfico com o qual mantém forte ligação sentimental: o seu bairro. Por outro lado, para efeito de promoção de um prédio de apartamentos no bairro, é razoável conjecturar que os responsáveis pelo lançamento poderiam decidir que o referencial Muda deveria aparecer nos anúncios subordinado a outro de maior "status", concernente a uma outra escala, em frases propagandísticas do tipo: "venha morar na Muda, o recanto mais tranquilo da Tijuca". É possível, até, que a publicidade suprimisse inteiramente o referencial mais específico, por julgá-lo pouco comercial. E tal posição empresarial não pode ser reduzida a termos de "má fé" quanto à sua estratégia de "marketing", pois num plano cultural mais abrangente, que transcende de muito os interesses envolvidos nas vendas de apartamentos de um edifício na Muda, esta pode de fato ser vista como parte de uma "Grande Tijuca". Este

exemplo, com efeito, nos remete ao problema da hipertrofia de referenciais, sob pressão de ideologias criadas e continuamente reforçadas por máquinas publicitárias e meios de comunicação de massa. A assimilação coletiva de novas visões sobre referenciais geográficos configura, em sua relação com a produção e a valorização econômicas do Espaço, uma dialética de ação recíproca.

Vejamos outro exemplo hipotético.

Se um jovem mora numa rua que fica "mais ou menos entre" o Méier e o Cachambi, é provável que, para as "gatinhas" que ele conhece nas festas fora do bairro, ele diga que mora no Méier; mas faça constatar que reside no Cachambi na hora de, para alcançar um determinado benefício econômico (uma bolsa de estudos, digamos), ter de documentar uma alegada condição de carência financeira. E, todavia, se a ambigüidade realmente existe (pois os limites comumente não são inquestionáveis), estamos não diante de verdade X mentira, mas perante uma situação permitida pela impossibilidade de, concretamente, estabelecer uma fronteira objetivamente bem fundamentada e perfeitamente linear entre dois bairros contíguos como os mencionados - onde temos, isso sim, uma faixa de transição, tampouco formalizável em última instância. Se os marcos definidores são nebulosos, e se o jovem do exemplo reside num ponto mediano, então ele de fato pode tirar partido da ambigüidade, pois efetivamente mora em ambos os bairros, na medida em que mora "entre" eles. (Gilberto Velho, no A Utopia Urbana<sup>(39)</sup>, oferece um exemplo a propósito deste tipo de ambigüidade, relativo aos limites entre Copacabana e Ipanema, onde moradores dilatam subjetivamente a área deste último bairro a fim de abarcá-los, dada a sua maior valorização social.)

Não sendo um processo mecânico, mas dialético, a interação entre objetividade e subjetividade/inter-subjetividade não se dá com a monótona precisão de um movimento maquínico. Há lugar para momentos específicos, para descompassos. De um lado pode o subjetivo, por força da cultura ou da ideologia, não reconhecer como um bairro particularizado uma realidade objetivamente singularizada - por exemplo, uma grande favela encravada em meio a bairros assim reconhecidos pelo

senso-comum (comentarei este tipo de situação, a da dicotomia bairro X favela, no subcapítulo 2.3.). De outro lado, podem objetivamente inexistir diferenças gerais, de conteúdo funcional ou sócio-econômico, entre dois bairros limítrofes; neste caso, bastante comum, a distinção entre eles repousa na tradição, preservada inter-subjetivamente, e cuja raiz objetiva, dada pelo processo de ocupação e transformação do Espaço, já se diluiu na paisagem. Assim é que, apesar de imperceptíveis para um recém-chegado, para um antigo morador os limites entre o seu bairro e os bairros vizinhos são razoavelmente "visíveis", familiares, em razão do legado de uma forte carga inter-subjetiva que lhe imprime na mente referenciais.

### 2.2.2. A unidade na diversidade

Uma conceituação como a presentemente esboçada tem seu núcleo numa avaliação da historicidade do bairro. Buscar essa historicidade equivale a procurar aqueles traços comuns que, a despeito das transformações ao longo do tempo e das diferenças interesaciais, permitem que enxerguemos uma certa unidade. Não se cogitou aqui da adoção de uma postura essencialista, na acepção de que postular-se-ia como válido perseguir uma essência fechada e a-histórica para o bairro. Conforme observou Castells, no contexto de uma crítica à concepção congelada de bairro do empirismo (de um Ledrut), "não se descobre 'bairros' como se vê um rio"<sup>(40)</sup>. O significado, o conteúdo da idéia bairro são mutáveis como a própria realidade objetiva. Entretanto, a meu ver uma certa unidade na diversidade é garantida pela permanência de alguns aspectos ao longo da evolução das cidades, não obstante as manifestações diferenciadas segundo o contexto e o momento.

A formação histórica dos bairros envolve inicialmente a questão de saber em que medida este tipo de realidade tem sido visto de maneira mais ou menos semelhante em distintos contextos culturais. Nos informa, por exemplo, o Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana<sup>(41)</sup>, acerca da palavra "barrio":

Voz tomada do árabe, e que só se acha em nosso idioma, no português (bairro) e no catalão (barri). A etimologia é barr, bar, terra, campo, campo imediato a uma população. Bar, barr, barrio, continuou chamando-se esse campo mesmo depois de se haver edificado nele; e por último veio a significar barrio, uma das divisões locais ou municipais das povoações, e sobretudo das povoações grandes. Em algumas partes por barrio se entende o mesmo que arrabalde, grupo de população situado no extremo da mesma, ou um pouco separado dela, como o barrio de Triana (em Sevilha) etc.

O termo "barrio" possui um espectro de uso aparentemente semelhante ao bairro entre nós. Quanto à questão da extensividade do referencial "barrio" aos subúrbios (arrabaldes), vale lembrar o Dicionário de Términos Geográficos, tradução espanhola da obra de Francis J. Monkhouse<sup>(42)</sup>, segundo o qual subúrbio é um "bairro de fora ou dos arredores de uma cidade ou de outra povoação, habitado pelas classes trabalhadoras, de comunicação difícil, de urbanização deficiente e com equipamentos sociais medíocres ou nulos". Se recordarmos que é comum entre nós a utilização do qualificativo bairro em realidades de periferia urbana (grandes loteamentos, por exemplo), veremos que "barrio" e bairro, mais que etimologicamente irmanados, são semanticamente semelhantes.

Conquanto possua raiz etimológica diferente, o francês "quartier" designa uma realidade similar à do bairro. E também no caso francês, embora "quartier" e "banlieue" (subúrbio, periferia) não se confundam exatamente, podemos encontrar "quartiers" em áreas periféricas<sup>(43)</sup>.

Entre os anglo-saxões a questão terminológica é mais complicada. A palavra inglesa "neighbourhood" parece frequentemente cobrir uma escala intermediária entre a "unité de voisinage" e o "quartier" da literatura sociológica culturalista francesa. Isto explica o porquê de se enfatizar, nas conceituações de Glass e Carpenter<sup>(44)</sup>, o papel do "neighbourhood" como uma "área de relações primárias e espontâneas", o que não combina com o conceito francês de "quartier", aproximando-se, isto sim, da "unité de voisinage". No entanto, parece-me

que a "neighbourhood unit" dos anglo-saxões e a "unité de voisinage", à parte a analogia vocabular, não são rigorosamente idênticas, embora muitas vezes recubram a mesma escala espacial, pois a "unité" (a qual Chombart de Lauwe acertadamente observou que "se presta infelizmente à confusão"<sup>(45)</sup>) se me afigura elástica a ponto de abarcar escalas muito pontuais (como um prédio de apartamentos), o que não seria o caso do "neighbourhood".

Seja como for, são as relações de tipo primário, e não as de tipo secundário como no "quartier", que definem em princípio o "neighbourhood". Carpenter assevera que, fora desses marcos de grupos primários, temos somente "pseudo-neighbourhoods" ou "residential areas"<sup>(46)</sup>. Tais "pseudo-neighbourhoods", desde que possuam significativa coesão, correspondem ao "quartier" na imagem do culturalismo clássico. Sobre os autênticos "neighbourhoods", é elucidativa esta declaração de P. Mann, que reproduzo no original:

Districts within a town or city may have names of their own, often derived from old villages swallowed up in the urban growth, but a residential suburb with the name of, say, "Uppercliffe", is not exactly the same as a neighbourhood. (47)

O "district", outro referencial, define-se precipuamente pelas relações de tipo secundário que se dão à sua escala. Em não sendo um referencial vazio e formal, e quando a ele se associar uma existência inter-subjetiva enquanto referencial geográfico coletivo, então o "district" estará extremamente próximo do bairro, do "barrio" e do "quartier" (lembrando que, como observou Kevin Lynch, a importância referencial dos "districts" varia conforme o indivíduo mas também segundo a cidade em questão<sup>(48)</sup>). Por outro lado, talvez justamente por representar uma escala amiúde excessivamente ampla, parece que o "neighbourhood", e não o "district", é o recorte territorial preferencial dos ativismos anglo-saxões, o que aparentemente também denuncia o extremo do paroquialismo desses ativismos<sup>(49)</sup>.

O material histórico de que disponho informa que os bairros não são realidades recentes na história da humanidade - muito pelo contrário. Raymond Ledrut<sup>(50)</sup> chega a salientar que o (verdadeiro)

bairro é algo que se encontra já em processo de extinção na civilização urbana do nosso tempo. Cabais exemplos de bairros autênticos são, segundo este autor, encontrados durante a Idade Média, e mesmo na Antiguidade, sendo que "os bairros da cidade antiga, em seu início constituídos sobre bases tribais ou patriarcais, tinham existência tão efetiva quanto os bairros das cidades da Idade Média, formados sobre bases profissionais<sup>(51)</sup>".

A cidade capitalista possui o apanágio de encarnar uma divisão espacial das classes e atividades numa dimensão de sofisticação até então desconhecida. Se essa cidade não inaugura os bairros e as disparidades sócio-espaciais, comporta entretanto uma multiplicidade crescente de atividades, estratos e grupos sociais que, embora um pouco misturados a uma certa escala e dentro de determinados limites, numa escala mais abrangente revelam sua concretização no tecido urbano através de uma complexa divisão espacial entre produção e consumo, atividades, estratos sociais, tipos de comércio e serviços. As relações sociais se complexificam, e as disparidades sócio-espaciais acompanham essa complexificação. Mas, o mesmo capitalismo que responde por essa complexificação de conteúdo traz em seu bojo uma dinâmica perante a qual a tradicional vida de bairro herdada da Idade Média, muito coesa e bastante fechada, surge como um anacronismo que dificulta o desenvolvimento das relações mercantis capitalistas. Capitalismo é velocidade, é desenraizamento da força de trabalho, é mercantilização livre do e recriação constante de Espaço; enfim, é tudo aquilo face o que a estrutura e a dinâmica da cidade medieval, com seus bairros de guildas, constituíam visíveis obstáculos.

O capitalismo singulariza-se, no tocante à problemática dos bairros, por sofisticar os contrastes de conteúdo - numa escala de percepção estratégica - e, ao mesmo tempo, diluir a vida de relações. A questão que se esboça é, então, a seguinte: será mais apropriado falarmos em morte do bairro, como sugere Ledrut<sup>(52)</sup>, ou simplesmente em transformação do bairro, admitindo que o que morreu ou está em extinção é uma espécie de bairro? Minha argumentação, até o final deste subcapítulo, visará subsidiar a resposta a esta pergunta.

\* \* \* \* \*

De um ponto de vista escalar, urge produzir instrumentos teórico-conceituais mais flexíveis que aqueles legados pela Sociologia culturalista. É cristalino que o bairro corresponde a uma escala média dentro da cidade, à qual se associam uma certa qualidade e uma certa quantidade de singularidades, a presença de certas características no que concerne à vida de relações e uma "personalidade" inter-subjetivamente reconhecida. Isto, porém, é naturalmente muito vago. No esforço de amarração da idéia de bairro, convertendo uma noção num conceito, é de alguma forma meritória a tradição sociológica - quando menos pelo seu pioneirismo -, formalizadora de três níveis intra-urbanos fundamentais, a unidade de vizinhança, o bairro e o setor geográfico, em ordem crescente de tamanho. Mas, para não falar agora em outros defeitos, o formalismo dessa tradição é quase insuportável, o que é exemplificado pelo já mencionado exagero de Ledrut ao decretar que

(...) um bairro não deve exceder um perímetro de 3 quilômetros mais ou menos. Acima de 5 quilômetros uma zona não pode mais ser um bairro." (53)

Na realidade, conquanto o tom generalizante e rígido da conceituação de Ledrut revele uma subestimação de especificidades de contexto histórico-espacial<sup>(54)</sup>, isto não é de surpreender diante de um solo intelectual como o dele, adialético, portanto passível de comportar apriorismos e petrificações conceituais. Ademais, Ledrut preocupava-se com o bairro do tipo que chamarei de clássico, estruturado como um coeso agregado de unidades de vizinhança e apresentando uma vida de relações consistente e um tanto fechada. Diante disto, a hipótese ledrutiana soa menos exagerada do que se pinçamos de contexto sua supracitada declaração.

De qualquer modo, a aplicação dos referenciais escalares culturalistas é bastante problemática. Tomemos um exemplo carioca. Será acertado qualificarmos os grandes condomínios exclusivos da Barra da Tijuca de unidades de vizinhança, a Barra sendo propriamente o Bairro? Na verdade não, pois um exame desses grandes condomínios fechados re-

vela que os mesmos, amiúde integrados sócio-culturalmente apenas por certos eventos programados, consistem mais em arquipélagos do que em ilhas coesas, pois cada prédio habitualmente tem sua autonomia (salão de festas etc.) e, mesmo contando com a relativa aproximação propiciada por contatos via crianças, na piscina etc., a atomização do ambiente é tão forte que mesmo entre moradores de um único prédio, e até do mesmo andar, os contatos estão longe da frequência e da intimidade que a unidade de vizinhança sugere. Além disto, não é evidente que as dimensões da Barra da Tijuca excedem de muito as máximas admitidas por Ledrut? <sup>(55)</sup> Assim, será que as unidades de vizinhança são por conseguinte os prédios dos condomínios, e o grande condomínio (costurado por eventos como torneios esportivos, jornalinhos etc.) seria, ele próprio, um bairro? Nesta última hipótese, o que seria a Barra? Um setor geográfico? Mas e a Zona Sul, o que seria então?

Não é difícil perceber que, para realidades complexas, os referenciais culturalistas tornam-se camisas-de-força.

Recuperando a contribuição de Yi-Fu Tuan <sup>(56)</sup>, o que importa assinalar é que realidades como os bairros, as unidades de vizinhança etc. são lugares, ou seja, Espaços internalizados mentalmente pelos indivíduos de uma coletividade, que os têm como Espaços vividos e sentidos. A definição das diferentes escalas de lugar mostra-se um par de algemas (ou de antolhos) se se pauta por apriorismos pouco maleáveis. No que respeita ao ativismo de bairro, entendido este de modo suficientemente amplo, encontramos ações politicamente organizadas referenciadas a escalas de menor amplitude que a do bairro propriamente: sub-bairros (caso do "Bairro Peixoto" no Rio) e até ruas (caso da Rua Lauro Müller, também no Rio). (Quanto aos sub-bairros - expressão que tomo emprestada a Kevin Lynch <sup>(57)</sup> -, constituem eles uma escala que, se bem que associada a graus de homogeneidade do e familiaridade com o Espaço maiores que os do bairro como um todo, não se reduz, tal como este, a um nexo de relações primárias e informais.) Moral da história: não me parece adequado ou mesmo necessário formalizar antecipadamente tantas ou quantas escalas de lugar intra-urbanas, na tola pretensão de esgotar todas as possibilidades.

Seja como for, independentemente dos problemas apontados, o conceito ledrutiano consegue captar muito da substância do bairro de tipo clássico. O bairro clássico, didaticamente exemplificável pelo bairro medieval, tinha seu conteúdo simbólico ("personalidade" inter-subjetivamente reconhecida) definido simultaneamente por um conteúdo que denominarei composicional (composição de classe, de grupo, econômico-funcional, étnica) e por um conteúdo interacional (vida de relações no bairro, vida de bairro). O conteúdo composicional singularizava-se pela relativa homogeneidade de classe, estamento ou etnia, ou pela presença expressiva e especializada de certas funções econômicas e atividades profissionais, e ainda pelas fisionomias resultantes dos conteúdos dominantes e dos resíduos de formas espaciais pretéritas. O conteúdo interacional tipificava-se pela autonomia relativa de que gozava o bairro para os seus moradores, no contexto da cidade; a intimidade, o comércio de bairro, o lazer no bairro, as visitas entre vizinhos, os festejos de rua; o bairro como microcosmo inserido noutro microcosmo que era a cidade.

O conteúdo composicional e o conteúdo interacional associavam-se estreitamente, na medida em que os valores e comportamentos manifestados pelo interacional não se podiam descolar das peculiaridades de etnia e cultura, de classe ou estamento social, de categoria sócio-profissional. O bairro clássico, com seu centro de bairro catalisador, com sua feira e seus botequins sociabilizadores, com os locais de brincadeira da criangada, com os contatos frequentes e não raro intensos entre vizinhos, era um lugar vivenciado em bloco; realidade coesa, com significativa unidade composicional, com muita personalidade na relação vendedor/cliente, com apreciável bairrofilia.

Ledrut acerta quando afirma que isso que denominei bairro clássico (para ele apenas bairro, contraposto ao que ele chama de "falso bairro") está em extinção nas cidades modernas. Hoje encontramos somente, aqui e ali, resíduos, fragmentos remanescentes. No entanto, desta constatação mais ou menos irrecusável até o anúncio da "morte do bairro" vai uma distância muito grande... Acompanhemos agora, nas suas linhas gerais, o processo de diluição da vida de bairro e de cri-

ção das bases espaciais da reificação do urbano, tão responsável pela emergência do ativismo de bairro.

\* \* \* \* \*

A reificação do urbano é a crescente percepção, pelo cidadão, da cidade enquanto uma "coisa" dotada de "vida própria", responsável pelos seus próprios problemas. É o pressuposto cognitivo da identificação dos problemas urbanos (questão da habitação, insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, aumento da violência urbana etc.) como menos ou mais desligados dos problemas que se manifestam nas esferas do trabalho e do consumo de bens e serviços. É a expressão espacializante do processo de alienação capitalista em geral, onde o homem que produz (artefatos, Espaço: mercadorias enfim) não controla o processo produtivo e se vê, ao final dele, apartado de seu produto. É, finalmente, o esquiteamento da instituição da sociedade, do modelo civilizatório, em esferas de influência dotadas cada uma de "vida própria" e definidas por pares de oposição compartimentados - Estado vs. moradores, capitalista vs. proletário (ou, mais amplamente, patrão vs. empregado), vendedor vs. consumidor.

Antes de passar à exposição do processo devo fazer algumas observações. Os esquemas gráficos que complementam o texto (na intenção de ilustrá-lo, espacializando suas idéias centrais) nada mais são que construções simplificadas e abstratas, onde não procurei retratar nenhum aspecto da estrutura e da dinâmica internas da cidade que não tivesse importância essencial para a discussão introdutória do processo de configuração das causas sócio-espaciais da reificação do urbano. A cidade medieval retratada poderia ser, descontada a simplificação ressalvada na nota 58, qualquer cidade medieval européia de certo porte. Quanto às cidades capitalistas, nelas a simplificação é mais evidente: por razões de comodidade limitei o número de bairros e de subcentros; omiti também, para não acrescentar um aspecto que é secundário neste nível de discussão, a distribuição espacial das classes sociais, que pode variar no âmbito de cada grande fase do capitalismo conforme

a formação social concreta. (Há, por força da lógica do modelo geral, uma localização aproximada subentendida pela proximidade de atividades industriais etc. Isto não retira, porém, a flexibilidade necessária a esta discussão preliminar.) Não me preocupei com a aparente linearidade do modelo, ou com o seu ensimesmamento, ao não situar nos esquemas o entorno da grande cidade (nem mesmo as urbes que, com o tempo, poderiam vir a se conurbar) ou as ligações dela (ou da área metropolitana) com a sua hinterlândia. Por fim, igualmente não me preocupei com os fatos de que a realidade do bairro foi tratada em abstrato (sem atenção para com distinções de forma e conteúdo) que podem diferenciar velhos bairros, grandes loteamentos periféricos, favelas, sub-bairros, elitistas "suburbs" etc.) e de que uma metrópole, que pode abrigar num vasto e contínuo tecido urbano conurbado diversos municípios, foi tratada como uma única cidade. Penso que estas abstrações, embora devam ser evitadas numa reflexão teórica de maior detalhe, não comprometem a validade da rápida exposição que segue.

\*

A cidade medieval normalmente possuía uma centralidade interna relativamente fraca. Essa centralidade era definida pela atração de um bairro central (A, fig. 1), onde se situavam o Paço Municipal (local de decisões político-administrativas), a feira regular e o grande mercado, a catedral e outros fatores de atração sobre os bairros secundários (B). Tais bairros secundários eram (amiúde) dotados de uma ou mais igrejas em cada um, comércio rotineiro e um conteúdo e uma fisionomia específicos, cada bairro habitualmente correspondendo ao Espaço de concentração das atividades e dos membros de uma corporação de ofício (guilda)<sup>(58)</sup>.

A estratificação social era quase só vertical, havendo grande mistura de segmentos à escala do bairro. Nos prédios, de dois ou mais andares, onde a casa era também unidade de produção, os andares inferiores eram ocupados pelo trabalho e pelas acomodações de serviçais e aprendizes, e (o(s) andar(es) mais superior(es) era(m) ocupado(s) pelo burguês e sua família.) Este aspecto, e mais o fato da centraliza-

idade fraca (simbolizada no esquema da fig. 1 por linhas tracejadas), determinavam uma vida de bairro bastante autônoma e coesa, caracterizada pela coexistência, à escala do bairro (e mesmo da moradia) as funções produtiva e residencial, operando-se ainda no próprio bairro todo o consumo rotineiro.

\*

Em se tratando de Brasil (bem como de outras formações sociais terceiromundistas), devemos substituir o momento representado pela cidade medieval por um outro, referente a uma situação de pré-capitalismo periférico, dependente. É um período onde a organização econômica, por força do tipo de inserção do território considerado no mercado de comércio mundial, é basicamente agrário-mercantil, refletindo-se na economia urbana sob a forma de não-industrialização e subsunção formal do capital (ou seja, penetração do capitalismo, emergente na Europa já em fins do século XVIII e começos do XIX na sua plenitude - produção e circulação -, restrita à esfera da circulação).

Se tomarmos o Rio de Janeiro como ilustração, teremos que essa cidade, em sua fase colonial-escravocrata, era também

quase que uma cidade de mercadorias. Poucos eram os trabalhadores livres, e reduzidíssima a elite administradora/militar/mercantil que lhe dirigia política e economicamente. A falta de meios de transporte coletivo e as necessidades de defesa faziam com que todos morassem relativamente próximos uns dos outros, a elite local diferenciando-se do restante da população mais pela forma-aparência de suas residências do que pela localização das mesmas. (59)

Ao longo do século XIX assiste-se no Rio, porém, como exemplo de cidade periférica particularmente importante e complexa, a uma transformação gradual da estrutura e da dinâmica urbanas, por força de fatores mais conjunturais (vinda da família real e incremento de demandas de elite) e mais estruturais (procura por parte de capitais internacionais)<sup>(60)</sup>. A situação de pré-capitalismo não foi ainda ultrapassada; o que se tem é uma cidade pós-colonial mas ainda não capi-

talista, e que paulatinamente se complexifica, modernizando-se em termos de infra-estrutura de serviços públicos, de tecnologia de transporte etc. Esse momento, esquematizado na fig. 2, cujos aspectos mais gerais (atração de capitais internacionais, subversão da estrutura e da dinâmica da urbe colonial) não foram privativos do Rio de Janeiro, é o momento da expansão urbana apoiada em transportes como bondes e trens, e de estabelecimento efetivo da segregação sócio-espacial.

A cidade pós-colonial tipicamente possuía um bairro central (C), onde a mistura de estratos sociais era significativa. Numa situação escravista, como a do Rio de Janeiro, porque havia uma coexistência, à escala do bairro, entre senhores brancos e escravos, separados apenas ao nível da moradia. Em segundo lugar, em decorrência da presença de comerciantes nesse bairro central, com seus empregados por vezes residindo em dependências anexas à loja ou em cortiços e casas-de-cômodos. Conquanto a tendência fosse já a de uma separação espacial dos estratos sociais, antes do advento de transportes eficientes existiam, no bairro central ou suas cercanias, tanto aqueles "que podiam arcar com esse ônus [os custos de transporte], mas mantinham-se no centro por falta de meio de transporte rápido e regular"<sup>(61)</sup>, quanto as "populações mais miseráveis da cidade", as quais, "sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro, para sobreviver"<sup>(62)</sup>. O bairro central definia-se também, funcionalmente, pelo fato de concentrar as atividades de comércio e serviços de maneira muito forte (concentração representada, no esquema da fig. 2, por hachuras horizontais).

Existiam também bairros secundários (D), uns predominantemente de pobres, outros de ricos, e ainda outros com grande mistura. Tais bairros não raro possuíam apenas comércio rotineiro, menos ou mais reles segundo o conteúdo social do bairro. A atração exercida pelo bairro central sobre os bairros secundários era tanto de oferta de bens e serviços quanto de empregos, mas provavelmente os deslocamentos mais frequentes em direção ao bairro central eram os de trabalho - afinal, o abastecimento básico e regular das famílias pobres ou remediadas residentes em bairros secundários podia ser feito no próprio bairro de

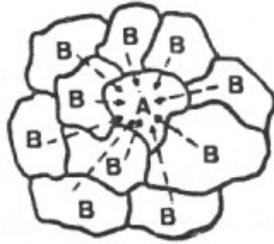


FIG. 1: esquema simplificado de dinâmica inter-bairros em CIDADE MEDIEVAL

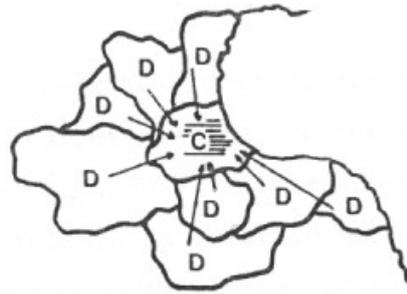


FIG. 2: esquema simplificado de dinâmica inter-bairros em CIDADE DE PÓS-COLONIAL

(A TABUA DE CONVENÇÕES ACHA-SE NA PÁGINA 87)

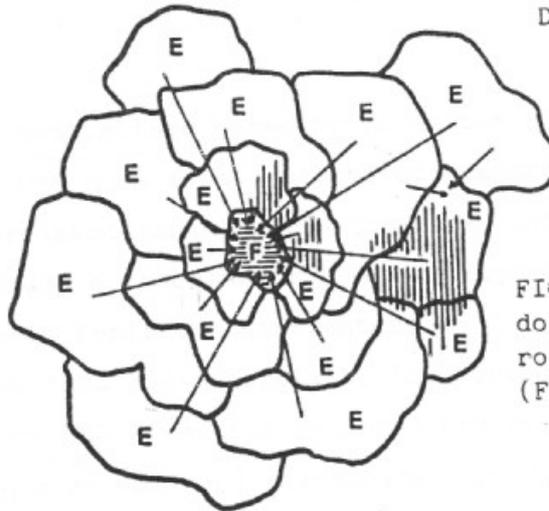
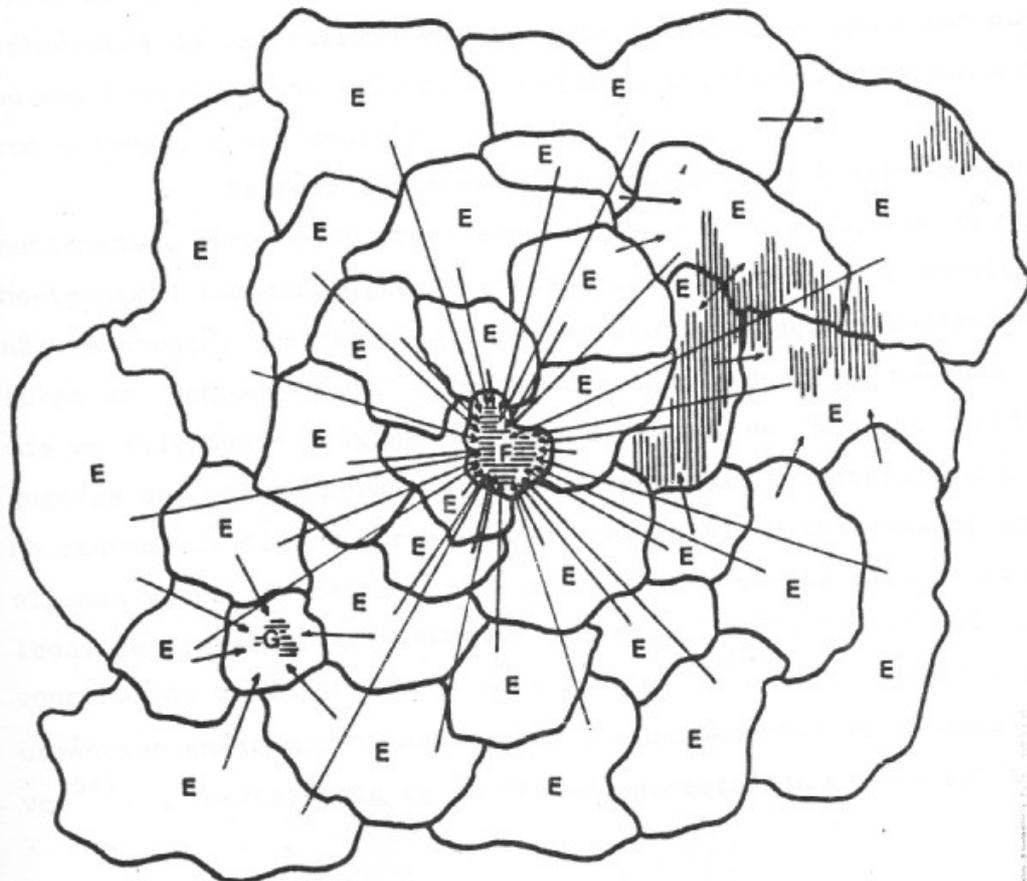


FIG. 3: esquema simplificado de dinâmica inter-bairros em CIDADE CAPITALISTA (FASE CONCORRENCIAL)

FIG. 4: esquema simplificado de dinâmica inter-bairros em CIDADE CAPITALISTA (FASE MONOPOLISTA SIMPLES OU INDUSTRIAL)



moradia. A vida de bairro era coesa, cada bairro tendo eventualmente uma fisionomia bastante particular, características de conteúdo simbólico bem específicas e uma dinâmica fortemente definida pela atração exercida pela igreja local e pelos festejos e comércio de bairro garantidores de um certo fechamento e de uma atmosfera de intimidade.

O capitalismo caracteriza-se por instaurar uma separação espacial de funções numa escala até então desconhecida, conduzindo a uma tendência crescentemente aperfeiçoada de divisão do cidadão em morador, consumidor e trabalhador - desempenhando cada uma destas funções em lugares (bairros) diferentes.

Na fase pré-monopolista (concorrencial), estava já constituído o chamado CBD ("Central Business District"), ocupando uma área que cada vez mais se mostrará inadequada para funções outras que não a de comércio e serviços. A função residencial tende a desaparecer completa ou quase completamente do CBD, e a função industrial, que nos primórdios do capitalismo estava presente nas suas cercanias ou mesmo no seu interior (sob a forma de pequenas oficinas), igualmente tenderá, com o tempo, a ser deslocada.

Na fase concorrencial a mão-de-obra é atraída, predominantemente, para o CBD (representado por F na fig. 3, com as hachuras horizontais indicando grande concentração de comércio e serviços), mas há uma atração crescente para os emergentes espaços industriais (sob a forma de "company-towns" próximas à grande cidade, de manchas industriais relativamente próximas ao CBD ou, ainda, de fábricas isoladas conjugadas com vilas operárias; uma concentração industrial está indicada no esquema da fig. 3 por hachuras verticais). O trabalhador industrial algumas vezes reside em cortiços, casas-de-cômodos etc. próximos ao local de trabalho; eventualmente habita em "vilas operárias", por vezes construídas e administradas pela fábrica<sup>(63)</sup>. A respeito das graves carências em termos de habitações ou equipamentos de consumo coletivo<sup>(64)</sup>, a inexistência de um "Estado promotor do bem-estar" a situar-

-se como interlocutor privilegiado dos moradores, a pujança do movimento operário radical e a enorme proximidade das esferas do trabalho e da moradia (maximamente exemplificada pelas vilas operárias), contribuíam decisivamente para a encampação das questões urbanas pelas trabalhistas.

A vida de bairro é, nesse período, ainda coesa, mas uma certa diluição, relativamente ao que se tinha na Idade Média, já se faz notar. Segundo Raymond Ledrut, o processo de diluição da vida de bairro "está estreitamente ligado ao crescimento urbano, particularmente ao crescimento enorme que se manifesta desde os primórdios do século XIX." (65) O cidadão cada vez mais trabalha fora do bairro de moradia, e o consumo é fortemente centralizado pelo CBD, ao mesmo tempo em que as necessidades de consumo tendem à diversificação.

Com o capitalismo monopolista, desenvolvido no Primeiro Mundo a partir do último quartel do século passado (66) e no Terceiro Mundo mais avançado em momentos distintos (no Brasil, por exemplo, sobretudo após 1930 (67)), a estrutura e a dinâmica urbanas se complexificam. Surgem, menos ou mais distantes do CBD (que cresce e se consolida), um ou mais subcentros de comércio e serviços (ver subcentro em G na fig. 4), cada subcentro comportando uma atratividade relativamente a um conjunto de bairros circunvizinhos. A indústria tende a ser efetivamente banida do CBD, e mesmo no seu entorno amíde declina substancialmente a presença da função industrial. Consolidam-se e ampliam-se áreas e distritos industriais distantes do CBD, dotados de grande poder de atração de mão-de-obra oriunda de bairros distantes - o que é viabilizado por um sistema de transportes urbanos desenvolvido.

A vida de bairro tem seu declínio acelerado. O comércio de bairro cada vez mais se limita ao rotineiro e pouco diversificado, à exceção dos bairros que abrigam subcentros comerciais (os quais encarnam, entretanto, uma descentralização muito relativa, já que os subcentros nada mais são além de pólos eleitos face o congestionamento do

CBD, e a dimensão de um subcentro, sua larga escala de atuação nada têm a ver com a tradicional vida de bairro - pelo contrário, ajudam a desestruturá-la). O cidadão é muitas vezes obrigado a vencer longas distâncias do local de moradia até o local de trabalho, vivenciando aquele muito superficialmente - especialmente porque cresce a inclinação, sobretudo entre a classe média emergente e a burguesia, de se procurar, nos fins-de-semana, lazer em bairros específicos (um subcentro ou o CBD, pela oferta de cinemas, teatros etc., ou um bairro contendo amenidades como praia ou reserva florestal).

A grande ruptura qualitativa se situa na passagem do feudalismo para o capitalismo, ou no abandono de relações pós-coloniais/pré-capitalistas em favor do capitalismo, o espaço social espelhando obviamente tais mudanças. Assim, do mesmo modo que, no que respeita à evolução da estrutura e da dinâmica urbanas, o capitalismo monopolista simples consiste numa evolução de contradições virtual ou embrionariamente presentes na fase concorrencial, o monopolismo avançado, ou pós-industrialismo, constitui um desdobramento do monopolismo simples.

O vetor pós-industrializante - mais pleno no Primeiro Mundo, extremamente parcial e seletivo em certos pontos do Terceiro Mundo - define uma metrópole altamente complexa. O CBD continua desempenhando o papel, em muitas situações, de centro incontestado da vida urbana. Em outras, porém, tal domínio é contestado pela presença não de meros subcentros, mas de verdadeiros centros altamente poderosos desenvolvidos no contexto de uma grande metrópole complexa. O crescimento da metrópole determina também a multiplicação dos subcentros de alcance restrito, dando continuidade ao processo de descentralização relativa iniciado com o monopolismo simples.

A divisão espacial do cidadão em morador, trabalhador e consumidor, que sempre esteve no horizonte do capitalismo, é ampliada enormemente nos marcos do monopolismo avançado, refletindo simultaneamente a complexificação das relações de produção e o incremento de um

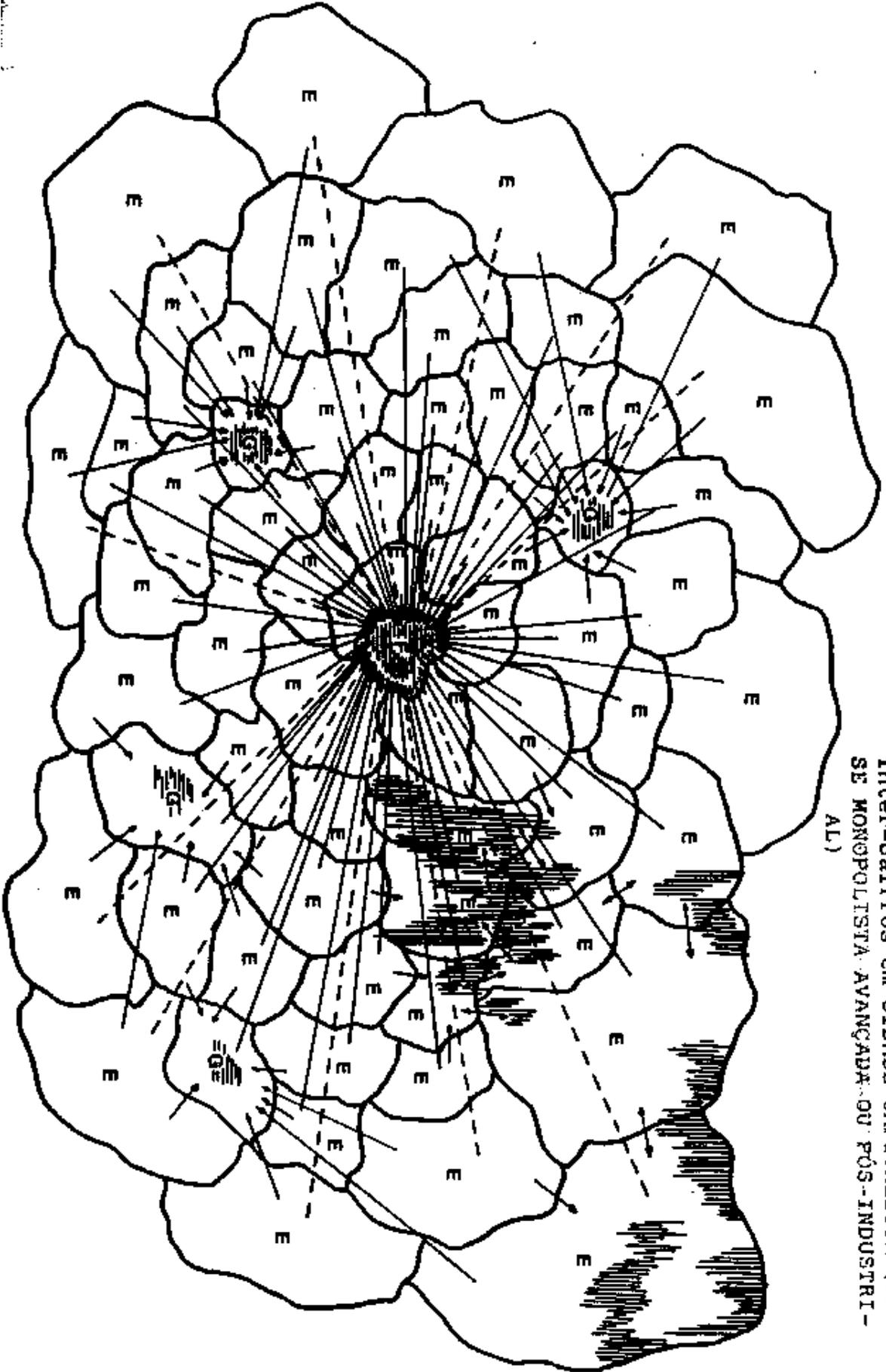


FIG. 5: esquema simplificado de dinâmica Inter-bairros em CIDADE CAPITALISTA (PA-SE MONOPOLISTA AVANÇADA OU PÓS-INDUSTRI-AL)

TÁBUA DE CONVENÇÕES PARA AS FIGURAS  
1, 2, 3, 4, E 5

A	bairro central da cidade medieval
B	bairros secundários da cidade medieval
C	bairro central da cidade pós-colonial
D	bairros secundários da cidade pós-colonial
E	bairros da cidade capitalista
F	CBD
G	bairro que contém subcentro
	deslocamentos - pendularidade diária
	deslocamentos - esporádicos, ou regulares mas não-diários
	grande concentração de atividades terciárias
	grande concentração de atividades secundárias

rescimento urbano pautado na segregação sócio-espacial e na especialização espacial de funções<sup>(68)</sup>. O gigantismo da metrópole e a descentralização relativa levam a cada vez maiores restrições e seleção das ligações entre certos bairros das bordas do espaço metropolitano e o CBD, bairros cujos habitantes passam a se deslocar para este último sobretudo em ligações de tipo não-diário (consumo de bens e serviços muito especializados), sendo as de tipo diário (trabalho e consumo menos especializado) controladas majoritariamente pelo subcentro mais próximo. Tendencialmente, os bairros residenciais, quando desprovidos de amenidades ou de razoável infra-estrutura de lazer, convertem-se, para os que podem arcar com o ônus de um lazer fora do bairro, em bairros-dormitório, vivenciados muito superficialmente.

conclusão

A aceleração crescente dos ritmos de transformação advinda com o capitalismo, e exponencializada nas últimas décadas, torna a grande cidade, fisicamente, cada vez maior e mais complexa, mas, ao mesmo tempo, espiritualmente cada vez menor. Um menor que não significa aconchego, mas sim pasteurização cultural, massificação, viabilizada pelas tecnologias informacionais e de comunicações que encurtam no tempo o espaço geográfico, relativizando-o. À massificação do bairro, símbolo da massificação da vida urbana, acrescenta-se o incessante retrabalhamento do espaço social, na esteira dos interesses econômicos dominantes, o que não raro se traduz pela desestruturação ou mesmo destruição de bairros (incrementando-se as "renovações urbanas"). É a isto se acrescenta, por último mas não com menor importância, o crescimento quantitativo e qualitativo da demanda global por equipamentos de consumo coletivo - demanda que não é, por uma impossibilidade estrutural, satisfatoriamente atendida<sup>(69)</sup>.

A reificação do urbano, subjetiva e inter-subjetivamente, tem como pressupostos imediatamente sócio-espaciais a divisão do cidadão em morador, consumidor e trabalhador, a relativa massificação do bairro e o agravamento dos problemas concernentes à carência de equipamentos de consumo coletivo e habitações. A semente destes problemas é plantada pelo capitalismo mesmo, determinando desde o começo um salto qualitativo em matéria de lógica concentracionária, desumanização do

Espaço, segregação sócio-espacial e acesso diferenciado (em quantidade e qualidade) a recursos sociais. A evolução do capitalismo, imprimindo nas diversas cidades sua dinâmica, com diferenciações em função do contexto social, apenas intensificou e sofisticou as premissas e processos que embasariam o e desembocariam no estado bastante generalizado de reificação do urbano a que se assiste nos nossos tempos pós-modernos. Os referidos pressupostos sócio-espaciais, produzidos por contradições sociais crescentemente aguçadas e complexificadas, são o fundamento objetivo, articuladamente com os resultados mais imediatos do confronto de classes e projetos sociais e com as transformações ao nível da estrutura de classes e da dinâmica do conflito - refluxo do movimento operário, frustração com o "socialismo real", burocratização exponencializada dos PCs -, da reificação do urbano e da autonomização do ativismo de bairro frente o movimento operário. (Retomarei este ponto quando da análise da historicidade do ativismo de bairro, no Capítulo 3.)

\* \* \* \* \*

Será que o panorama apresentado nos "flashes" das páginas anteriores nos autoriza a afirmar, da maneira tão absoluta e generalizante como o faz Raymond Ledrut, que o bairro é algo praticamente morto, que os habitantes das cidades modernas só têm basicamente dois centros de interesse - a própria casa e a cidade como um todo? <sup>(70)</sup> A realidade é mais complexa e fluída do que faz crer a assertiva culturalista, no meu entender.

Se bem que o bairro clássico seja praticamente coisa do passado, a cidade capitalista não se homogeniza quanto à distribuição de classes e atividades. Observei anteriormente que o capitalismo, ao mesmo tempo em que busca pasteurizar valores, destruindo tradicionalismos e outros obstáculos à generalização das relações de produção que lhe são próprias, sofistica, numa escala de consideração estratégica, a segregação sócio-espacial e as especializações espaço-funcionais, assim reproduzindo ampliadamente desigualdades. Os conteúdos interacionais

podem se enfraquecer ou sofrer descaracterização, mas as diversidades composicionais são no global acentuadas com a complexificação da organização social (relações de produção, tecnologia, controle social). É óbvio que, sendo as bases materiais do bairro clássico minadas pela dinâmica envolvente ou pela renovação urbana pura e simples, não é o conteúdo interacional o único a ser vitimado; e a descaracterização do conteúdo composicional reflete-se mesmo no enfraquecimento do conteúdo simbólico. Para exemplificar com o Rio de Janeiro, fiquemos com a velha Lapa boêmia, desmantelada após décadas de perseguição à malandragem e cirurgias urbanas, e finalmente tendo seu estigma de "lugar do pecado" "domesticado" nos anos 80, com sua vida noturna sendo grandemente avivada e apropriada pela classe média. Desestruturação, corrosão da vida de bairro, perecimento ou transfiguração da "alma própria" invocada por sociólogos e geógrafos de ascendência culturalista. Esse enfraquecimento é, contudo, "compensado" pelas diferenciações sócio-econômicas corporificadas na continuidade dos guetos, na proliferação de favelas, no surgimento de grandes condomínios fechados para uma elite insegura. E se desenvolvem outras "almas próprias", decerto menos românticas que as pintadas pelos culturalistas, mas nem por isso pouco contundentes: a atmosfera de fechamento do condomínio exclusivo; a superbadalada periferia de amenidades habitada pela elite; o estigma favelado.

Estamos, na civilização industrial/pós-industrial contemporânea, diante de sociedades onde o "comunitarismo", entendido como o exercício de convivência para e a vivência de atividades lúdicas, cooperação, encontros com os vizinhos da rua e do bairro, acha-se minada, numa escala historicamente inédita, pela massificação da vida urbana, solapando a possibilidade de florescimento de comunidades. Uma comunidade, sublinho, é um conjunto de pessoas com-partilhando o mesmo Espaço, unindo-se por laços de interesse, mas também de solidariedade e de amizade. Sem fantasia, a idéia de comunidade não exclui toda a tensão, todo o conflito; entretanto, não se pode ter uma comunidade real se o que se encontra são diferenças objetivas radicais (de classe), refletidas em preconceitos e segregações fortes que interditam o diálogo. A comunidade é um referencial insuficiente, do ponto de vista político, pois po-

de bem ser usado para encobrir ideologicamente diferenças e conflitos. E, todavia, um referencial necessário, pois o encontro e o diálogo são requisitos para a formação de um projeto comum, para a mobilização e, finalmente, para a humanização do Espaço e da vida. O encontro precisa, naturalmente, ser preenchido pelas relações sociais e projetos que lhe definirão o perfil efetivo. E o encontro só é possível, em condições normais, quando o ritmo de vida e o modo de vivência do Espaço o permitem - na rua, na praça, espontaneamente <sup>(71)</sup>.

O perfil acabado do homem-massa retrata-o como um solitário na multidão, hipnotizado por um aparelho de TV na clausura de seu apartamento, sem sequer saber o nome do vizinho do lado <sup>(72)</sup>, ou caminhando mecanicamente por agitadas ruas apinhadas de outros homens-massa, insensível às outras pessoas e à paisagem <sup>(73)</sup>. O homem-massa pertence a diversas "comunidades funcionais" - no trabalho, no clube, na igreja -, sem no entanto conhecer uma verdadeira comunidade no lugar onde mora. Seu bairro, pouco vivenciado por ele, é um referencial geográfico, associado à hierarquia de valores dominante (bairro com "status"/bairro sem "status"), à conjuntura do mercado imobiliário, aos problemas mais sentidos no cotidiano. No mais, o bairro, fragmentado numa plêiade de famílias voltadas cada uma para o próprio umbigo, é um referencial compartilhado muito superficialmente pelos moradores. Reduzidos os laços de vizinhança a conversas esporádicas ou aos simples cumprimentos, restritos esses laços, quando existem, ao entorno imediato da moradia, o bairro nem sequer é, numa situação de intensa atomização, um agregado de unidades de vizinhança - expressão que num tal caso perde a força; ele é tão-somente um referencial instrumental, útil ao homem massificado em seu cotidiano, homologamente à rua, ao prédio. Esta utilidade, que compreende desde a mera orientação geográfica até imagens e valorações absorvidas através dos meios de comunicação e da propaganda, simboliza a frieza, a superficialidade e a artificialidade da percepção e da vivência do bairro pelo homem massificado, cujas condições de vida acarretam o empobrecimento de seu elo com o Espaço <sup>(74)</sup>.

Tudo isto, porém, não passa de tendência, continuamente afrontada e estancada pela resistência de diversos segmentos sociais.

Conforme observa Beringuier<sup>(75)</sup>, tanto condições objetivas, tipo ghettoização - que agrupa em Espaços determinados pessoas com "preocupações próximas, motivações similares, reivindicações unificantes" - quanto subjetivas, tipo a representação do bairro como "Espaço da vida" pelo trabalhador explorado, oposto ao local de trabalho, "Espaço da não-vida", conduzem a um avivamento do conteúdo simbólico do bairro, e também do seu conteúdo interacional. Contra a tendência dominante de pasteurização, de "alisamento" do Espaço pelo capital, a população resiste, reterritorializando, como diria Guattari<sup>(76)</sup>, seus bairros, humanizando seus Espaços.

Os problemas e contradições sociais refletidos no bairro sob a forma de carência de equipamentos de consumo coletivo, escassez de áreas verdes ou de lazer e ameaça sobre as existentes, falta de segurança nas ruas etc. são comumente os grandes estimuladores, contemporaneamente, do seu avivamento interacional e simbólico. O mesmo contexto social que responde pela massificação do bairro reproduz, por meio da segregação sócio-espacial, a virtualidade de uma resistência a essa massificação e ao conjunto de problemas gerados pela crise social que se reflete no espaço urbano. O contexto traz, logo, potencialmente, a problemática e a negação desta<sup>(77)</sup>.

Não é o bairro, por conseguinte, que agoniza, mas o bairro clássico, tornado completamente inviável pela contemporaneidade. Face ao incremento, em vários contextos, dos ativismos de bairro, é hoje impossível negar generalizadamente a importância das organizações de bairro e do bairro enquanto centro de interesse na vida do cidadão. A sobrevivência do bairro como algo mais que um referencial vazio, em que pesem as dificuldades e a diluição relativa da vida de bairro, se deve, em grande parte, à resistência variável dos diferentes segmentos sociais afetados. A compreensão da dimensão política do bairro na atualidade permite, assim, rechaçar tanto a leitura nostálgica, pessimista e despolitizada do culturalismo clássico de um Ledrut, quanto o otimismo igualmente despolitizado de um neoculturalista como Maffesoli, que reconhece e saúda manifestações de resistência à massificação mas negligencia a dimensão política que reside no movimento global dessa resis-

tência. É certo que resta verificar em que termos se dá precisamente essa valorização evidente do bairro, seus impasses, seus perigos, suas virtudes; esta é a questão que me propus a levantar e discutir neste estudo. Não obstante, ficam já descartados os simplismos culturalista e neoculturalista, que desqualificam pela base tal questão.

### 2.2.3. Do preconceito ao divisionismo

Um aspecto de suma importância a propósito da ideologização da noção popular de bairro, o qual pode ser muito bem observado no Rio de Janeiro, é a exclusão, pelo senso-comum, reprodutor da ideologia dominante, das favelas do âmbito da noção de bairro. Grandes favelas, com uma coesão sócio-espacial expressa na escala de um bairro de pequeno porte, são incluídas nos "bairros" quando de certas divisões espaciais oficiais (caso da divisão do Rio de Janeiro em bairros efetuada pela Secretaria Municipal de Planejamento<sup>(78)</sup>) ou quando convém a interesses empresariais (caso do "O Globo - Bairros", interessado em oferecer uma visão de conjunto dos problemas e assuntos referentes a um dado Espaço, atendendo assim aos moradores de classe média ou elite preocupados com a proximidade de alguma favela). Todavia, essas mesmas favelas são usualmente excluídas pelo senso-comum, exclusão sutilmente presente mesmo no discurso de um ex-ativista como Jó Rezende<sup>(79)</sup>.

Muito embora possua uma poderosa individualidade (individualidade-estigma), a favela não tem tido reconhecido, por razões fortemente ideológicas, o seu "status" de bairro. A quem serve e como/quando serve essa exclusão são, quero crer, coisas não difíceis de se perceber: desde a segregação cotidiana realizada pela elite e pela pequena-burguesia, e incorporada até por segmentos pobres, até o clientelismo e o cretinismo político ("prometo transformar as favelas em bairros de trabalhadores" etc.). É, de outra parte, evidenciar o óbvio afirmar que a "comunidade do asfalto" cristalinamente se distingue da favela que ela segrega. Essa diferença merece, contudo, ser bem posicionada. Curiosamente, muitas favelas constituem-se no que há de mais próximo, no Rio de Janeiro atual, do conceito ledrutiano de bairro, caso este seja

lido sem qualquer ranço elitista. O comunitarismo, os laços de vizinhança e amizade, a catálise dos "pagodes" e ensaios carnavalescos, tudo isto confere à favela um conteúdo interacional normalmente mais forte que o apresentado pelos bairros "comuns"; a usual homogeneidade sócio-econômica (relativa) dá à favela notável solidez de conteúdo composicional; e por fim, a segregação e a estigmatização creditam à favela um conteúdo simbólico distintivo e poderoso. É sintomático que, diante das relativas homogeneidade na pobreza e coesão social, tenham sido as favelas pioneiras na fase do ressurgimento do ativismo de bairro carioca, em meio ao processo da chamada abertura política<sup>(80)</sup>.

É fora de dúvida: não se estará, na prática, ultrapassando a noção de bairro do senso-comum, em nosso meio carregada de elitismo (notar que a estigmatização não impede que as favelas de Bogotá sejam conhecidas como "barrios clandestinos"), se se construir um conceito refratário à realidade favelada. Não se deve, quanto a isto, temer afrontar a noção popular de bairro, para mostrar os limites e os problemas que ela encerra. A não-submissão a esse elitismo embutido no senso-comum permitirá, com a consideração das favelas como bairros e dos seus ativismos como ativismos de bairro - para além das diferenças objetivas entre as favelas e os bairros "comuns" pobres, no que concerne à propriedade da terra, à fisionomia espacial etc. -, questionar a divisão político-institucional entre o ativismo de bairro e o ativismo favelado, sempre que ela se apresentar. Quantos bairros, no Rio de Janeiro, reconhecidos como tal e filiados à FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro) não têm conteúdo de classe idêntico ao de tantas favelas?<sup>(81)</sup> Seria mais coerente a articulação direta desses bairros com as favelas ou, como ocorre, com bairros de classe média, no seio de uma FAMERJ extremamente heterogênea?

Não pretendo, neste capítulo ou neste trabalho, apontar para qualquer fórmula organizativa ideal e acabada. Tampouco, como já adiantei desde a Introdução, sou adepto de um classismo rígido e exclusivista, que desqualifique a exigência de uma descentralização do projeto revolucionário (o que não quer dizer que se possa subestimar as diferenças reais entre os diversos setores submetidos a algum tipo

(de opressão). Apenas constato o problema objetivo de uma separação que remete a especificidades efetivas tanto quanto a preconceitos e cooptações ideológicas. Será uma enorme tolice se, em nome de uma defesa da individualidade favelada - orientada por um receio de paternalismos para com os favelados por parte dos ativistas de "bairros" e pela constatação da gravidade da situação favelada e da particularidade de alguns de seus problemas -, se atirar na lata de lixo, aprioristicamente, o horizonte de uma reconsideração radical tanto das divisões organizativas quanto das noções de bairro ideologizada. Tolice essa que se fundamentará numa fraca percepção das necessidades de articulação entre os diversos segmentos que, ainda que diferenciadamente, são vitimados pela injustiça social e pela heteronomia.

## NOTAS AO CAPÍTULO 2

- (1) Trata-se do movimento de ação recíproca que se estabelece entre as relações sociais e o Espaço produzido nos marcos de uma organização social determinada. Este, uma vez produzido dessa ou daquela maneira, passa automaticamente a atuar como um dos referenciais para a vida e os projetos dos seus produtores, homens em sociedade. Esta dialética sócio-espacial, para usar a expressão de Edward Soja ("The Socio-Spatial Dialectic". In: Annals of the Association of American Geographers, vol. 70, nº 2, 1980), foi pioneiramente sublinhada por Henri Lefebvre, se bem que seu núcleo teórico - a inércia exercida pela materialidade sobre a dinâmica social - foi já discutido, a um nível de consideração da materialidade total, por Sartre, no Critique de la raison dialectique (Gallimard, Paris, 1985; 1. ed.: 1960).
- (2) É óbvio que a "inércia dinâmica" do Espaço (feliz expressão de Milton Santos) não torna este, enquanto materialidade inconsciente, agente sócio-histórico, mas apenas nos faz descartar qualquer idéia de neutralidade do espaço social.
- (3) O Geografia Urbana de Pierre George (DIFEL, São Paulo, 1988. 1. ed. francesa: 1961), por exemplo, representativo da fase terminal da Geografia clássica. Mais tradicional é o Geografia Urbana de Griffith Taylor (Omega, Barcelona, 1954. 1. ed. inglesa: 1949), onde aliás o bairro não conhece sequer uma definição, sendo apenas lembrado em alguns momentos por força de referências empíricas. Uma discussão limitada mas algo estimulante pode ser encontrada no Géographie des villes de Pierre Lavedan (Gallimard, Paris, 1959. 1. ed. francesa: 1936); este livro, todavia, dificilmente pode ser considerado representativo da Geografia Urbana clássica. Escrito por um urbanista dublê de geógrafo, sintomaticamente tem o seu ponto alto, no que concerne à análise do bairro, numa meditação sobre o papel dos zoneamentos como fatores de modificação dos bairros.
- (4) Um bom exemplo é o ensaio "O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro", de Maria Therezinha de Segadas Soares (Boletim Carioca de Geografia, ano XI, números 3 e 4, 1959).
- (5) O que era feito de maneira normalmente acrítica: não se cogitava de exames que considerassem a composição social ou a história da ocupação dos bairros nos marcos da segregação e da luta de classes e da divisão do trabalho urbano, algo bem diferente das usuais caracterizações superficiais em "classes baixas", "classe rica" etc. e do diversionismo representado pela análise da influência do sítio na ocupação (o que não quer dizer que eu entenda, teoricamente, toda referência ao papel do sítio como necessariamente diversionista).

- (6) A "Geografia da Percepção e do Comportamento", que encarnou uma mistura de neopositivismo e subjetivismo, é melhor representada, no tocante aos estudos de bairro, pelos trabalhos de Michel-Jean Bertrand e Alain Metton ("Contribution à l'analyse géographique du quartier dans l'espace urbain". La Revue de Géographie de Montréal, vol. XXVIII, nº 1, 1974; "Le 'quartier vécu". L'Information Géographique, números 2 e 3, 1975).
- (7) As correntes que emergiram na esteira da crítica ao neopositivismo permanecem, ou incipientes no que concerne a uma reflexão teórica sobre o bairro que seja de fato algo profundo e novo em relação ao que outras disciplinas já produziram, ou sintomaticamente reticentes em abraçar o tema - é o caso de certas orientações marxistas, que aparentemente secundarizam o bairro enquanto categoria de análise por considerá-lo por demais ligado ao senso-comum, a subjetividades e a outros diversionismos frente a tarefa de elucidação do movimento geral objetivo da sociedade. A pesquisa geográfica vem, indubitavelmente, se renovando e enriquecendo muito nos últimos anos, mas resta a questão de até que ponto o constrangimento disciplinar não obstaculizará a escalada de vários geógrafos rumo a um aprofundamento e a uma ampliação de horizontes no que concerne à análise do bairro.
- (8) Lewis Mumford, A Cidade na História. Martins Fontes/Editora da UnB, São Paulo, 1982.
- (9) Pierre Lavedan, op. cit.
- (10) Kevin Lynch, A Imagem da Cidade. Martins Fontes, São Paulo, 1982.
- (11) *Ibid.*, p. 9.
- (12) Gilberto Velho, A Utopia Urbana. Zahar, Rio de Janeiro, 1973.
- (13) Arno Vogel et alii, Quando a Rua Vira Casa. IBAM, Rio de Janeiro, 1981.
- (14) P.H.Chombart de Lauwe, "Pesquisas de campo e estudos de caso". In: Philip Hauser (org.), Manual de Pesquisa Social nas Zonas Urbanas. Pioneira, São Paulo, 1978.
- (15) Segundo acertada caracterização dos geógrafos Bertrand e Metton ("Contribution à l'analyse...", op. cit.) a propósito do "bairro dos sociólogos". O que não quer dizer, sublinho, que a Sociologia culturalista negligenciasse inteiramente a subjetividade, que é explicitamente invocada, em termos de percepção espacial, por exemplo no clássico Paris et l'agglomération parisienne (Chombart de Lauwe et alii. Presses Universitaires de France, Paris, 1952).
- (16) Raymond Ledrut, Sociologia Urbana. Forense, Rio de Janeiro, 1971.

- (17) Ibid., p. 127.
- (18) Philip Hauser e Judah Matras, "Unidades territoriais de análise". In: Philip Hauser (org.), op. cit.
- (19) P.-H. Chombart de Lauwe, "L'agglomération parisienne". In: Chombart de Lauwe et alii, op. cit.
- (20) Cf. Harvey Zorbaugh, "Las áreas naturales de la ciudad". In: G.A. Theodorson (org.), Estudios de ecología humana. Labor, Barcelona, 1974, vol. 1, p. 86.
- (21) A "área natural", para Zorbaugh, *ibid.*, é "uma unidade na estrutura física da cidade, tipificada por uma individualidade física e pelas atitudes, pelos sentimentos e pelos interesses característicos das pessoas segregadas em seu seio" (p. 87). O naturalismo foi suavizado pelos "novos ecólogos humanos" da Califórnia (ver Eshret Shevky e Wendel Bell, "Análisis de área social". In: Theodorson (org.), op. cit.), que substituíram a expressão "área natural" pela expressão "área social". Finalmente, o culturalismo de um Ledrut ou de um Chombart de Lauwe desprende-se ainda mais do ecologicismo naturalista, da "análise das variáveis do meio", que se admite, porém, poder ainda "ser muito útil no início dos trabalhos sobre organização social" (Cf. Chombart de Lauwe, "A organização social no meio urbano". In: Otávio Velho (org.), O Fenômeno Urbano. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987, p. 126). Seja como for, em todos estes casos o que se tem é um descolamento entre a cultura, de um lado, e a economia e a política, de outro, o que anda de braços dados com uma maior ou menor fetichização do Espaço: perdendo-se de vista os vetores econômicos e políticos mais gerais que atravessam, costumam e conformam realidades e Espaços locais, o destino acaba sendo uma investigação dos valores dos cidadãos, das almas próprias dos bairros e das relações sociais com base no cotidiano, na distribuição dos grupos sociais no Espaço, nas vivências e ritmos de vida modelados por um contexto social de onde a luta de classes foi eliminada como fator explicativo.
- (22) Ledrut, no *Sociologia Urbana*, crê que deva existir uma alternativa à desumanização da cidade; sua visão do bairro, entretanto, simultaneamente como "unidade de consumo, cuja realidade coletiva é fraca", e como "comunidade de bairro, de acentuada consciência coletiva" (p. 112), constatando ele a destruição do segundo aspecto e a permanência quase só do primeiro, carrega uma melancolia indisfarçada. Já Maffesoli, em O Tempo das Tribos (Forense, Rio de Janeiro, 1987), saúda a alternativa que a seus olhos emerge como poderoso contraponto à atomização - as "neotribos". A diferença entre Ledrut e Maffesoli - sem contar a muito superior qualidade intelectual do primeiro - é do mesmo teor daquela entre a Virgem Maria de antes e de depois da Revelação. O Tempo das Tribos é o "Magnificat" do culturalismo.

- (23) Cf. Michel Maffesoli, *ibid.*
- (24) *Ibid.* É interessante observar que a pós-modernidade parece oferecer, na conta de uma compreensão fenomênica do mundo contemporâneo e sob a forma de uma pretensa inversão hierárquica das "esferas" do Social (pois o analiticismo não trabalha com dimensões de um Social-concreto radicalmente indivisível, mas com "esferas", ou seja, membros decepados e autonomizados) - da dominância da economia para a dominância da cultura -, o melhor dos pretextos para um neoculturalismo. Tal idealismo, é importante termos presente, não é um mero rebento tardio do culturalismo clássico: é o idealismo adaptado à contemporaneidade, e mais atrevido que nunca, ironicamente ajudado pela auto-desmoralização de um materialismo objetivista e economicista (vulgar) do qual ele é a imagem invertida (vulgar!).
- (25) *Ibid.*
- (26) *Ibid.*, p. 162.
- (27) *Ibid.*, p. 62, onde se interpreta a vivificação do bairro nas grandes cidades contemporâneas invocando um "divino social" e esquecendo a dimensão política (e a econômica) que está igualmente na base dessa vivificação - a qual, a manifestar-se como efetivo desejo de autonomia, recusa o "guru" e a "celebridade local" que Maffesoli vê como peças fundamentais.
- (28) Cf. Manuel Castells, The City and the Grassroots. University of California Press, Berkeley e Los Angeles, 1983, p. 297.
- (29) Ver, de Cornelius Castoriadis, por exemplo "A questão da história do movimento operário". In: A Experiência do Movimento Operário. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- (30) Cf. Manuel Castells, A Questão Urbana. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983, p. 134.
- (31) L.A. Machado da Silva e A.C. Torres Ribeiro, "Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias?" Boletim Paulista de Geografia, nº 62, 1985, p. 82.
- (32) O esforço mais abrangente na direção de oferecer uma abordagem holística generosa a partir da incorporação densa da subjetividade e da espacialidade ao pensamento marxista foi desenvolvido por Henri Lefebvre - o qual, tive já oportunidade de comentar, foi sintomaticamente atacado por marxistas "ortodoxos" e mesmo "heterodoxos".
- (33) A constatação da fluidez da forma e da natureza da percepção (que é feita por Bertrand e Metton, "Contribution à l'analyse...", *op. cit.*) não deve ser descolada da constatação da mudança dos proces-

... com ...  
 sos sociais objetivos. De qualquer maneira, o que desejo aqui assinalar é que, no que concerne aos bairros, uma generalização para um período e um Espaço muito vastos (por exemplo, o bairro sob o capitalismo) encerra, para os processos sociais objetivos, uma considerável dose de abstração, mas uma tal generalização teórica, ao nível da dimensão subjetiva/inter-subjetiva, é simplesmente abusiva.

- (34) Vale dizer, uma dialética entre aquilo que objetivamente muda e a repercussão dessa mudança sobre as formas de ver o mundo, as quais, não mudando todavia enquanto puros espelhos da objetividade, e podendo agasalhar a invenção, num sentido radical, retornam sobre a objetividade, modelando-a. A dialética entre objetividade e subjetividade, nos marcos de uma dialética aberta e não-racionalista, que reconheça que "a pergunta: 'o que é, no que sabemos, que vem do observador (de nós), e o que vem do que existe?' é, e sempre será, indecível" (Cornelius Castoriadis, "O domínio social-histórico". In: Os Destinos do Totalitarismo & Outros Escritos. L&PM, Porto Alegre, 1985, p. 25), me parece ter sua afirmação mais profunda precisamente com Castoriadis. (Ver ainda, deste autor, A Instituição Imaginária da Sociedade. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982).
- (35) Yi-Fu Tuan, Espaço & Lugar - A Perspectiva da Experiência. DIFEL, São Paulo, 1983, pp. 188-9.
- (36) Kevin Lynch, op. cit. Em seu Geografia Urbana, op. cit., Pierre George também chamou a atenção para esse aspecto: "o morador refere-se ao seu bairro, quando quer situar-se na cidade; tem a impressão de ultrapassar um limite quando vai a um outro bairro" (p. 76).
- (37) Yi-Fu Tuan, Topofilia, DIFEL, São Paulo, 1980.
- (38) Cf. Cornelius Castoriadis (Ver nota 34 supra).
- (39) Gilberto Velho, op. cit.
- (40) Manuel Castells, A Questão Urbana, op. cit., p. 134.
- (41) Pedro Felipe Monlau, Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana. El Ateneo, Buenos Aires, 1941.
- (42) Francis J. Monkhouse, Diccionario de Términos Geográficos. Oikos-Tau, Barcelona, 1978.
- (43) Cf. Chombart de Lauwe, "L'agglomération parisienne", op. cit., e Jean-Claude Cherasse, "Milieu de vie quotidien e perception de l'espace: essai sur des quartiers de la banlieue orientale de Lyon". Revue de Géographie de Lyon.

- (44) Ruth Glass e Carpenter, apud Peter Mann, An Approach to Urban Sociology. Routledge & Kegan Paul, Londres, 1968, Capítulo 6.
- (45) Chombart de Lauwe, "L'agglomération parisienne", op. cit., p. 60, nota de rodapé.
- (46) Carpenter, apud Peter Mann, op. cit., p.152.
- (47) Peter Mann, op. cit., p. 152.
- (48) Kevin Lynch, op. cit.
- (49) Paroquialismo que, característico sobretudo dos EUA, foi criticado por David Harvey em "O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas". Espaço & Debates, nº 6, jun/set 1982, p. 33.
- (50) Raymond Ledrut, op. cit.
- (51) Ibid., p. 123.
- (52) Ibid., especialmente pp. 126-7.
- (53) Ibid., p. 127.
- (54) Há um certo provincianismo teórico não-assumido no trabalho de Ledrut, que consiste na postura deste autor de não considerar, a nível da teoria, a existência da realidade do bairro em outras formações sociais que não a francesa (em cujas cidades, ao que parece, o bairro - "quartier" - tipicamente não assume grande tamanho, o que contudo conflita com uma realidade como a do Rio de Janeiro, onde não são poucos os bairros a ferir as rígidas normas ledrutianas).
- (55) A Barra da Tijuca é um referencial que, em que pese remeter a uma área muito grande, possui característica composição objetiva - essencialmente elitista - e um fortíssimo conteúdo simbólico. Conquanto a Barra da Tijuca comporte diferenciações internas - uma área como as vizinhanças da Pedra do Itanhangá, por exemplo, em contraposição a um condomínio como o Barramares -, o que é invocado como bairro pelos moradores é a Barra, e não cada uma das especificidades internas.
- (56) Ver Yi-Fu Tuan, Espaço & Lugar, op. cit.
- (57) Cf. Kevin Lynch, op. cit.
- (58) Observa todavia Leonardo Benevolo (História da Cidade. Perspectiva, São Paulo, 1983, p. 259) que "uma cidade bastante grande nunca tem um único centro: tem um centro religioso (com a catedral e o palácio episcopal), um centro civil (com o palácio municipal), um

- ou mais centros comerciais com as lojas e os palácios das associações mercantis. Estas zonas podem ser sobrepostas em parte, mas a contraposição entre o poder civil e religioso - que não existe na Antiguidade - é sempre mais ou menos acentuada." Seja como for, com ou sem um único bairro central mais definido, o que importa salientar é justamente a forte descentralização da cidade medieval, quase sempre.
- (59) Mauricio de Almeida Abreu, Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Jorge Zahar/IPLAN-Rio, 1987, p. 35.
- (60) Ibid.
- (61) Ibid., p. 43.
- (62) Ibid., p. 42.
- (63) Ver, para o caso do Rio de Janeiro, a análise de Mauricio de Almeida Abreu em "Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução". Revista Rio de Janeiro, nº 2.
- (64) Carências essas pungentemente descritas para a Inglaterra pré-monopolista por Engels no A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, exemplo deveras ilustrativo.
- (65) Raymond Ledrut, op. cit., p. 125.
- (66) Ver Lênin, Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo.
- (67) 1930 é o marco simbólico do efetivo processo de industrialização brasileiro (segundo Francisco de Oliveira, Crítica à Razão Dualista. Vozes, Petrópolis, 1987). Todavia, e embora o capital estrangeiro monopolista tenha passado a penetrar maciçamente na América Latina como um todo, e não só no Brasil, a partir dos anos 50, é certo que antes disso, conforme alude Singer (Paul Singer, Economia Política da Urbanização. Brasiliense, São Paulo, 1985, p. 83), o monopolismo já vinha florescendo com o predomínio do capital nacional, privado e público.
- (68) A divisão espacial do cidadão em trabalhador e habitante, no contexto exacerbador do pós-industrialismo, é registrada por Touraine em "Relações e conflitos sociais na sociedade pós-industrial" (in: Pela Sociologia. Dom Quixote, Lisboa, 1982, p. 126). A aludida divisão é, contudo, particularmente ressaltada por Christian Berlinguer em seu belo "Se reconnaitre dans l'espace de la ville: à chacun son quartier!" (Espaces et Sociétés, números 34-35, 1980).
- (69) Conforme coloca André Gorz (Los Caminos del Paraíso. Laia, Barcelona, p. 31),  
O desenvolvimento da grande produção mercantil,

com suas megaindústrias, suas megatecnologias e seus megapólios, faz necessário um conjunto de infra-estruturas, redes e serviços públicos sem os quais o aparato de produção seria incapaz de funcionar, de reproduzir-se, de se fazer aceitar pela sociedade quanto às mutações e deslocamentos que provoca. Se trata aqui de custos sociais do desenvolvimento capitalista. Esses custos tendem a aumentar com a expansão e a concentração da produção industrial.(...) Normalmente não existe uma demanda solvável por parte dos particulares para essas infra-estruturas, redes e serviços, nem empresas ou grupos privados capazes de assumir seu desenvolvimento e coordenação à escala do país. A iniciativa e o financiamento públicos são, em todos esses âmbitos, a condição - e amiúde a condição prévia - do desenvolvimento capitalista. O Estado arca com os custos sociais da empresa privada.

A serventia prioritária do Estado aos interesses capitalistas - dado o seu papel de marco institucional da heteronomia e representante em última instância dos interesses dos exploradores - atrita estruturalmente, no entanto, com o seu papel de provedor de bem-estar ao conjunto dos explorados e, assim, garantidor do equilíbrio. "A socialização dos custos e a apropriação privada dos benefícios cria uma crise fiscal ou 'descompasso estrutural' entre a despesa e a receita do Estado", afirma O'Connor (apud Peter Taylor e Harry Hadfield, "Housing and the state: a case study and structuralist interpretation". In: Kevin Cox e R.J. Johnston (orgs.), Conflicts, Politics and the Urban Scene. Longman, Essex, 1982).

(70) Cf. Raymond Ledrut, op. cit., p. 126.

(71) Interesses comuns não evoluem para integração, mobilização e luta se determinados pressupostos ou facilidades materiais não existem, ou existem em nível insuficiente. Esta afirmação, que parece um truísmo, é uma advertência àqueles que secundarizam a dimensão espacial. A distribuição concreta dos indivíduos no Espaço, o modo de sua vivência cotidiana do Espaço propiciar ou dificultar o intercâmbio de idéias e experiências, a maneira como as estruturas espaciais condicionam a circulação e a mobilidade, é uma temática que não passou inteiramente despercebida a Marx:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. (O 18 Brumário de Luís Bonaparte)

- (72) Interessante notar como é perfeitamente adequada a palavra apartamento (= separação) para designar a forma de habitação típica no "habitat" típico metropolitano, o prédio de apartamentos.
- (73) Uma estimulante discussão sobre a massificação contemporânea, enfatizando a sua dimensão espacial, pode ser encontrada em Félix Guattari, "Espaço e poder: a criação de territórios na cidade", Espaço & Debates, nº 16.
- (74) Elo afetivo e político. "A vizinhança se esfuma, o bairro se esboça", escreveu Henri Lefebvre (O Direito à Cidade, Documentos, São Paulo, 1969, p. 75). E Manuel Castells, no The City and the Grass-roots, op. cit., Parte 6, Cap. 31, nota a alienação das pessoas relativamente ao significado urbano:
- (...) o que tende a desaparecer é o significado que os lugares têm para este [para o povo]. Cada lugar, cada cidade, receberá seu significado social de sua situação na hierarquia de uma rede cujo controle e ritmo escaparão a cada lugar e, sobretudo, ao povo de cada lugar.
- (75) Christian Beringuier, op. cit.
- (76) Félix Guattari, op. cit.
- (77) Dialética especialmente vivida no Primeiro Mundo, o bairro, decomposto pela evolução da sociedade capitalista, é de outra parte recomposto pelo Estado. O Estado - níveis centrais e locais: municipalidades - designa o bairro como o lugar privilegiado da identidade coletiva para todos os cidadãos neurotizados pela crise de identidade da sociedade urbana. (...) O bairro é um lugar e um meio de regulação e de tentativa de resolução de contradições sociais. Lugar de enquadramento coletivo.

(Christian Beringuier, op. cit., p. 78)

Contra o bairro-normatizado, o bairro-refúgio emasculado, onde cada um deve "cuidar de seu jardim", recordando a expressão de Rousseau, projetado por um Urbanismo a serviço do controle e da integração - que busca modelar em proveito de equilíbrio social o fluxo das condições objetivas de recomposição do bairro através da segregação de classes e etnias -, emerge, contudo, o contra-projeto dos que, aproveitando as ligações espaciais, formulam a vivificação do bairro em seus próprios termos. É a virtualidade, desde que ultrapassada a "ideologia do bairro" vendida pelo sistema, de um contra-projeto de bairro, de cidade.

- (78) Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, Rio de Janeiro, 1981.

- (79) Jô Rezende, Como se Faz a Luta de Bairros. Vozes, Petrópolis, 1986. O problema não é, evidentemente, o de se utilizar, para efeito de facilidade numa comunicação rápida, o termo favela, distinguindo-a dos "bairros comuns" (juridicamente aceitos, menos ou não-estigmatizados). O problema é a separação analítica e ideológica entre favelas e bairros, fundamento para o não-questionamento da separação das lutas, da insuficiente e problemática articulação entre as entidades, dos preconceitos subjacentes a tudo isto.
- (80) Cf. *Ibid.*, p. 7.
- (81) Segundo o Jornal da FAMERJ (ano V, nº 38, maio de 1987), "pode-se dizer que 80% das 700 filiadas [associações de moradores] representam moradores de áreas pobres ou da chamada baixa classe média." (p. 3)

### 3. A NATUREZA DO ATIVISMO DE BAIRRO

#### 3.1. A moldura conceitual: ativismo urbano e movimento social urbano

O tema que focalizarei a seguir está envolto por espesso manto de discordâncias. Os desacordos terminológicos habitualmente não são inocentes, e remetem a diferenças filosóficas e ideológicas. E não poderia ser diferente, na medida em que os assuntos relativos às condições e perspectivas da mudança social, animadores por excelência do debate político-ideológico, estão no cerne de cada um dos conceitos apresentados a seguir.

Meu objetivo, neste subcapítulo, é esboçar uma moldura conceitual para o ativismo de bairro, maleável e compatível com o pensamento autonomista. À luz desta exigência, mais uma vez constato, como no capítulo anterior, inexistir um pacote teórico-conceitual pronto para o meu consumo, bastando ser desembrulhado. Tentarei, assim, caminhar em meio ao cipóal, confrontando autores e contribuições, extraindo ao longo do processo os meus pontos de referência conceituais.

\* \* \* \* \*

O conceito de movimento social urbano foi desenvolvido sobretudo nos anos 70, pioneiramente nos marcos das "grandes sínteses pré-paradigmáticas" de um Manuel Castells, de um Jordi Borja, de um Jean Lojkine. Nascido sob inspiração de lutas sociais ocorridas especialmente nos países do Primeiro Mundo<sup>(1)</sup>, o referido conceito constituiu uma cabeça-de-ponte para teóricos que, como os três supracitados, buscavam incorporar a arena urbana ao marxismo através das lentes políticas do pensamento eurocomunista.

O marxismo conseqüente não está, entretanto, em condições de incorporar plenamente os "novos" ativismos sociais. Nisto o "terceiro Castells" tem razão, oferecendo uma explicação para as dificuldades de se apreender os movimentos sociais urbanos no âmbito do marxismo - dificuldades que ele mesmo encontrou<sup>(2)</sup>. Vistos como

abarcando lutas pluriclassistas, o movimento social urbano teria, na sua valorização, a contrapartida da relativização ou até do abandono do insofismável classismo marxista.

Renato Boschi e Licia Valladares verificaram, num artigo já desta década, a ambigüidade que cerca o conceito de movimento social urbano, o que é "objeto de grande discussão na literatura especializada"<sup>(3)</sup>. Levantando problema diverso, observou de sua parte Ana Clara Torres Ribeiro que "aparentemente, e de forma contraditória, o conceito Movimentos Sociais Urbanos guarda um caráter descritivo acentuado, que reduz seu potencial explicativo."<sup>(4)</sup>

De fato, sempre tão generoso, capaz de agasalhar manifestações as mais diversas, é legítimo indagar onde se sustenta teoricamente a generosidade do conceito em pauta.

Recobrando uma gama tão variada de situações, esses movimentos apresentam entretanto como traço comum o fato de que "têm surgido das contradições que se expressam no cotidiano diário da população na sua condição de moradores".<sup>(5)</sup>

Seria a categoria morador o elemento costurador, conforme sugere este depoimento dos paradigmáticos Boschi e Valladares, valendo-se de um registro do igualmente paradigmático Pedro Jacopi? A que classe, contudo, pertence o morador? Evidentemente, a todas. Todos são moradores. E todos, naturalmente, poderiam assim protagonizar "movimentos sociais urbanos". É o problema de algum modo expresso por L. A. Machado da Silva e Alicia Ziccardi nestas passagens, onde reparam que a rubrica movimento social urbano abrange

(...) as mais diversas formas de expressão, mobilização, organização e luta dos setores populares urbanos - desde os movimentos de favelados até quebra-quebras de transportes públicos, passando por movimentos de populações afetadas por algum plano de renovação urbana" (6),

mas também abriga

formas de expressão das classes dominantes como, por exemplo, os movimentos ecológicos e os de defesa de certos direitos de propriedade e uso do solo. (7)

Apesar de não concordar com a colocação, sem mais, do movimento ecológico entre as formas de expressão das classes dominantes, penso que a denúncia de Machado e Ziccardi de uma inchação conceitual, denúncia esta reportada à ausência de amparo por parte de uma teorização consistente<sup>(8)</sup>, procede inteiramente. Afinal, pretendidas linhas de costura, como a categoria morador, são nitidamente vagas, tornando-se emasculadoras de qualquer análise quando não contextualizadas num quadro teórico que não ignore - em sentido forte - a variedade de classes, grupos e interesses abrangidos por um referencial como o mencionado. Sem adotar o classismo embutido no pensamento de A.C. Torres Ribeiro, cumpre entretanto admitir que ela tem razão quando, na passagem citada, nota o caráter descritivo e o limitado poder explicativo do conceito de movimento social urbano - noutras palavras, sua característica de "saco de gatos".

Nem sempre, contudo, a dispersão foi tão grande e insossa quanto sugerido (e encarnado) por Boschi e Valladares. Castells (do "primeiro" ao "terceiro Castells") entende, por movimento social, uma ação consciente, uma prática social referida a uma transformação social significativa. (O que ele faz certamente sob a inspiração de Alain Touraine, pioneiro na teorização das lutas sociais contemporâneas, que em seu livro Production de la société considera o movimento social a expressão máxima das contradições sociais, "a conduta coletiva organizada através da qual um ator-classe luta pela definição social da historicidade num campo histórico"<sup>(9)</sup>.) No A Questão Urbana, por exemplo, Castells compreende por movimento social urbano

(...) um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, ao mesmo tempo, pela inserção dos agentes de apoio na estrutura urbana e na estrutura social, e de tal modo que seu desenvolvimento tenda objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da relação de força na luta de classes, quer dizer, em última instância no poder do Estado. (10)

(O que, no caso do "primeiro Castells", deve ser visto à luz da sua preocupação com a valorização dos movimentos sociais urbanos sem en-

tretanto deixar de admitir uma certa limitação no pluriclassismo intrínseco às contradições urbanas, e sem perder de vista o caráter fundamental da contradição capital X trabalho.) Após conhecer uma fase tipicamente eurocomunista, onde, a despeito do banimento do classismo, se oferece uma definição dos movimentos sociais urbanos que os coloca como

movimentos que, em torno do protesto concernente ao urbano e à ecologia, organizam e mobilizam populações, transformam relações de força entre classes, inovam modelos culturais e se tornam um dos eixos essenciais da mudança social. (11),

Castells posiciona os movimentos, em sua terceira fase, como "ações coletivas conscientemente direcionadas para a mudança de valores e interesses sociais incorporados nas formas e funções de uma cidade historicamente determinada"<sup>(12)</sup>, completando:

(...) consideramos que o que estamos estudando é, em geral, um fenômeno razoavelmente homogêneo. É claro que, sob a designação comum de movimento urbano (ou lutas urbanas, como costumávamos chamar), estamos levando em consideração formas de mobilização bastante diversas, desde os "squatters" da contra-cultura até a associação de bairro de classe média e grupos de defesa de favelas. No entanto, todos eles parecem partilhar algumas características básicas, apesar de suas diferenças:

1. Eles se consideram como urbanos, ou cidadãos, ou de qualquer modo relacionados à cidade (ou à comunidade) em sua auto-denominação.
2. Eles têm base local e se definem territorialmente, um traço que é decisivo para nos ajudar a estabelecer sua significância.
3. Eles tendem a se mobilizar em torno dos três principais objetivos que identificamos em nossa revisão geral, e que verificamos serem cruciais em nossos estudos de caso: consumo coletivo, identidade cultural e autogestão política. Por outro lado, nossa hipótese tentada e testada é que só quando os três temas se combinam na prática de um movimento este obtém a mudança social, e que a separação de qualquer um dos objetivos e uma estreita autodefinição o convertem num grupo de interesses que se adaptará às instituições estabe-

lecionadas da sociedade, perdendo assim a maior parte de sua identidade e impacto. Indicamos também que estes três objetivos eram algo a que não se chegava acidentalmente: são os principais pontos de oposição contra a lógica dominante do capitalismo, o informalismo e o estatismo. (13)

Por estas citações percebe-se a existência de uma tradição, que creio vir na esteira da produção intelectual de Alain Touraine (hipótese praticamente comprovada pela maneira como Castells se refere a este autor em The City and the Grassroots), onde, seja pela ênfase posta na organização e na consciência "estratégica" - o que elimina quebra-quebras como os analisados por Moisés e Martínez-Alier<sup>(14)</sup> -, seja pelo contumaz lembrete da perspectiva de uma mudança social - o que, por mais vago que seja, elimina, do "primeiro" ao "terceiro Castells", lutas e "lobbies" da elite para manutenção de seus privilégios quanto à qualidade de vida urbana -, é inegável uma certa amarração teórica. Não obstante, afastar a diluição extrema e o empirismo paradigmáticos é necessário mas insuficiente. Por trás de cada especificação conceitual topamos com particularidades interpretativas, ideológicas, filosóficas. O que entender, efetivamente, por transformação social significativa? Quais as condições básicas dessa mudança? Quais os seus agentes, e como se articulam?

Alain Touraine pondera que "nem todo movimento social é revolucionário"<sup>(15)</sup>. Mas revolução, para este autor, liga-se inarredavelmente a bolchevismo, significando uma

mudança de campo de historicidade e em particular de classe dirigente, resultante de uma ação crítica formada numa situação de bloqueio institucional e de crise organizacional, e associada a um movimento social. (16)

Ou seja, traduzindo esta passagem cheia de expressões com um sentido bem específico, uma transformação social traumática a reboque da agudização irrepresentável da luta de classes, com câmbio de classe dirigente (e não eliminação da opressão). Esta acepção é sem dúvida estreita, mas não é o que importa aqui. O que interessa é que Touraine, ao mesmo

tempo, vê o movimento social como a expressão máxima das contradições da sociedade - tanto é que ele está presente quando de uma revolução -... sendo assim, por conseguinte, sempre revolucionário, desde que por revolução não se compreenda somente um processo destinado a, no final, frustrar a esperança de pôr termo à heteronomia. Mas Touraine, como indiquei já na Introdução, não aposta na autonomia efetiva. Ele aposta, como alternativa ao estatismo marxista-leninista, na democratização e na modernização da sociedade capitalista, graças à ação politizadora e crítica dos movimentos e ao advento da tecnologia pós-industrial. Sem questionar radicalmente o Estado, a heteronomia<sup>(17)</sup>

Soa, assim, estranha a concordância que Jean Lojkin diz ter com Touraine quanto à afirmação deste de que nem todos os movimentos sociais são revolucionários<sup>(18)</sup>. É certo que esta concordância, mesmo que porventura procedesse, seria inteiramente vazia, pois Touraine e Lojkin divergem substancialmente quanto à moldura de tal afirmação: se para o primeiro o movimento é pura espontaneidade contestatária (todavia com consciência de classe, grifa ele recusando a qualificação de "espontaneísta"), degenerando quando aparelhado por partidos, para o segundo os movimentos podem e devem transcender a pura reatividade face as contradições, tornando-se instrumentos de luta pela tomada do poder de Estado sob a batuta do Partido (ainda que, como eurocomunista, ele clame por "relações mais sutis" (?) entre Partido e movimentos que aquela de submissão integral preconizada por Lênin<sup>(19)</sup>). Mas, seja como for, o interessante é que Lojkin, quando diz concordar em que nem todo movimento é revolucionário, está apenas querendo dizer que existem movimentos meramente paroquiais, localistas e desprovidos de horizonte crítico, enquanto que para Touraine o paroquialismo é naturalmente algo incompatível com um autêntico movimento social. De maneira que, curiosamente, Touraine certamente não concorda com Lojkin naquilo em que Lojkin diz concordar com ele (e, de resto, em quase tudo o mais).

Buscando desenvolver referências conceituais alternativas, Jordi Borja, de sua parte, objeta tanto a categoria movimento social urbano quanto a categoria movimento urbano, mais ampla, ponderando que

a expressão "movimento urbano" é extremamente genérica. Seu único valor consiste em assinalar a existência de um tipo de conflitos sociais que até uma época recente não tinham especificidade, nem científica nem política. Mas um termo que abarca uma realidade tão ampla como todos os conflitos referidos ao consumo de bens e serviços (habitação, equipamentos, urbanismo) e à gestão do sistema institucional da cidade, não tem outro valor que o de indicar uma temática de estudo, sem eficácia analítica alguma. O conceito de "movimento social urbano" pretende ter esta eficácia, mas à custa de considerar como movimento urbano típico um caso específico: o daqueles movimentos das classes populares que, partindo de reivindicações urbanas, alcançam um nível de generalidade de objetivos e de potencialidade política que modificam as relações de poder entre as classes. (20)

A partir desta crítica, Borja propõe então o seguinte tripé categorial: movimento reivindicativo (fundamentado numa luta contra um problema urbano específico e tendo um horizonte político limitado), movimento democrático (baseado "num programa que articula um conjunto de reivindicações das classes populares a respeito do consumo e da gestão urbana, incluindo reivindicações a propósito do sistema produtivo e da organização territorial que se situam a um nível supra-urbano (regional ou nacional)"<sup>(21)</sup>) e dualidade de poder (luta revolucionária, na perspectiva de uma transformação significativa da estrutura urbana no âmbito de um programa político geral). Sem ser leninista ("a hegemonia do proletariado não consiste nem em instaurar a "ditadura" das organizações revolucionárias sobre as massas mais atrasadas"...), mas também sem encarnar um eurocomunismo emasculado (... "nem em se propor objetivos utópicos de ir avançando até a cidade socialista"<sup>(22)</sup>), Borja delinea categorias e conceitos consistentes com seu objetivo de avaliar o alcance das lutas em conjunturas histórico-políticas distintas e com potenciais diferentes.

Borja, entretanto, na medida em que se preocupa exclusivamente com a eficácia das lutas exteriorizadas e politicamente organizadas em modificar a estrutura urbana - entendida como "o conjunto

de mecanismos e instituições que asseguram a reprodução das condições gerais de produção numa unidade territorial"<sup>(23)</sup> -, negligencia as experiências políticas e culturais desenvolvidas pelas "classes populares" em seu cotidiano. Posicionando-se contrário à colocação dos movimentos "ao mesmo tempo como motor essencial do processo revolucionário e como prefiguração da cidade, da vida cotidiana e das formas de organização socialistas"<sup>(24)</sup>, por considerar que "nem o peso da ideologia dominante, nem o caráter secundário e subordinado das contradições urbanas, nem os objetivos dos movimentos urbanos inscritos na própria lógica de desenvolvimento da estrutura urbana etc., nada disto se leva em conta"<sup>(25)</sup>, Jordi Borja, enquanto marxista conseqüente, só pode cair no extremo oposto. Cair na desqualificação generalizante das experiências dos oprimidos em seu cotidiano, e especialmente das experiências não diretamente atinentes a necessidades materiais imediatas (e sim remissivas à humanização radical da vida urbana, o que parece utopia, ou à autogestão, o que é inclusive perigoso) e/ou não exteriorizadas como luta política organizada. "Não se trata de criticar", diz ele,

o fato de que se consigam alguns objetivos quantitativos dos movimentos urbanos, mas sim apenas de indicar que seus efeitos, na medida em que a gestão da sua realização fica nas mãos do capital, ou do Estado que atua subordinado a ele, não modificam, pelo contrário reforçam, a estrutura urbana. As mesmas necessidades sociais, posto que não são naturais, mas sim determinadas pela relação existente entre as classes, expressam a lógica da estrutura urbana. A ideologia dominante caracteriza parte das reivindicações urbanas. Finalmente, os movimentos urbanos, enquanto expressam as contradições do desenvolvimento urbano, se situam nos marcos mesmos desse desenvolvimento. (26)

Não é o caso, digo eu agora, de abraçar um idealismo de sabor demagógico, postulando que as experiências das lutas expressam um saber revolucionário puro e espontâneo, integralmente infenso à ideologia dominante. É o caso, isto sim, de perceber o quanto Borja foi parcial, reducionista no sentido oposto ao do idealismo mencionado.

Mas, o reducionismo deste autor é na verdade o reducionismo de todo marxista conseqüente. Vejamos estes parágrafos de Castoriadis (desculpem a longa citação):

O proletariado determina através de sua atividade - tanto explícita quanto implícita - o conteúdo concreto das relações de produção em que está envolvido, tanto e mais do que é determinado por elas. Essa atividade, essencialmente diversa da instituição de novas relações de produção que resulta da atividade da burguesia, não é uma propriedade geral das "classes", nem das "classes" exploradas. Tal atividade se apóia num conjunto de fatores específicos, historicamente únicos, característicos do capitalismo; o efeito de tais fatores reside em que a atividade do proletariado não é coagida a um "tudo ou nada", em que o proletariado pode se defender contra a exploração porque pode, dia após dia, combater aspectos "parciais" da organização da produção, da empresa e da sociedade capitalista. Essa possibilidade, por seu turno, reside por um lado no caráter intrinsecamente contraditório dessa organização, que ao mesmo tempo exige e exclui a participação ativa do trabalhador na gestão de seu trabalho; e, por outro, na situação social, política e ideológica criada pela burguesia, a qual - à medida que tem acesso à dominação da sociedade - dissolve as significações tradicionais (que santificavam poder e hierarquia social simplesmente enquanto existentes) e pretende que, doravante, somente a "razão" será soberana. Mas, quando falamos aqui, na falta de outro termo, de possibilidade, não entendemos o ser prévio, ideal e plenamente determinado, do que se vai tornar realidade efetiva por simples acréscimo, que nele nada muda, de uma matéria (como dois seis eram possíveis antes que os dados fossem lançados). Nesse nível de consideração da história, a distinção do efetivo e do possível é estritamente privada de sentido; é a construção "a posteriori" da "possibilidade" da situação, que nada acrescenta e nada retira ao que sabemos a partir do que efetivamente se produziu; é a criação efetiva que faz aparecer, à reflexão analítica, como "idealmente possível" uma efetividade que dela não tem necessidade. A reflexão analítica assim, não faz mais do que transpor ilegitimamente uma categoria do agir do sujeito, que se encontra habitualmente situada no interior

de um quadro de possibilidades predeterminadas, traçado pela instituição da sociedade, ao fazer histórico-social instituinte, que cria esse quadro de possíveis. Não veríamos hoje, nesses "pontos de apoio" que o fazer do proletariado encontra na sociedade instituída, "condições de possibilidade" se tal fazer não tivesse assumido dimensões e criado significações que ultrapassam de longe as simples "reações" de uma classe explorada à sua "situação". (27)

E prossegue:

Pode-se ver isso de modo igualmente claro no movimento político da classe operária. Desde as origens dessa classe, tanto na Inglaterra como na França, os operários se apoiaram em idéias "burguesas", mas para transformar a significação efetiva delas e, finalmente, superá-las; a luta pelos "direitos" políticos e sociais não somente não foi "tornada possível pelas condições existentes", mas tais condições tendem a torná-la "impossível" e essa luta é contra tais condições; de resto, ela é - se assim se pode dizer - alimentada desde o início por sua própria superação, já que o fato fundamental a esse respeito é que, quase no mesmo momento em que as camadas atuantes do proletariado começam a por explicitamente em questão a ordem social enquanto tal, atacam a propriedade e a dominação da burguesia, visam a uma organização universal dos produtores que pretendem tornar idêntica à organização da sociedade. A crítica formulada acima contra a preocupação exclusiva com as lutas explícitas do proletariado não significa, de nenhum modo, que se poderia subestimar por um só instante a importância decisiva de sua atividade política: é nela e através dela que as categorias dispersas e profundamente heterogêneas dos operários - as "working classes", as "classes laboriosas" - constituem-se efetivamente como classe, dizem-se e pensam-se explicitamente como uma classe, no espaço de algumas décadas, antes que o capitalismo as houvesse "unificado" objetivamente; essa constituição, com efeito, já está praticamente realizada na Inglaterra e na França antes de meados do século XIX. Por essa atividade, os operários não se afirmam somente como classe na sociedade capitalista, mas contra essa sociedade; fazem surgir um objetivo explícito, que se pretende consciente, de uma reconstrução radi-

cal da sociedade, e de uma abolição das classes. Objetivo que se instrumentaliza na instituição de novas formas de luta e de organização, tal como o partido político de massas, o sindicato (que assume e conserva por muito tempo um caráter revolucionário e cuja organização, na Inglaterra, continua a ser durante décadas a expressão do poder da base e da democracia direta - que Lênin chamará em Que Fazer?, com desprezo condescendente, de "democracia primitiva"), culminando na criação de novas instituições de um poder das massas, a Comuna, os soviets, os conselhos operários. Em suma: na e através da atividade da classe operária nasce um projeto social-histórico revolucionário. Desde então, e durante muito tempo, esses diferentes aspectos luta cotidiana implícita na produção, lutas econômicas ou políticas explícitas, projeto revolucionário - não podem mais ser separados, nem "objetiva" nem subjetivamente, a não ser num sentido derivado e secundário; o que impede também de traçar uma linha de demarcação absoluta entre o "imediato" e o "histórico".

Longe de mim, pretender, com a transcrição destes longos mas lapidares parágrafos, passar a idéia de que o conjunto das "lutas urbanas" contemporâneas pode ser assimilado ao movimento operário em seu período heróico. Ainda que considerássemos que a somatória das diferentes questões, colocadas direta ou indiretamente pelas distintas "lutas urbanas", constitui uma contestação - em parte real, em parte apenas virtual - da substância da sociedade instituída na sua globalidade, restaria o fato decisivo de que as "lutas urbanas", compreendidas bem amplamente, são protagonizadas por uma variedade de classes, com interesses e potencialidades relativas diferenciados. Não se trata, aqui, de uma redução classista, mas apenas de ponderar que, se se perder de vista a questão da substância da instituição social heterônoma - questão, naturalmente, aberta -, desembocaremos num interclassismo emasculado como o do eurocomunismo.

O que desejo é chamar a atenção para uma postura que, já se tendo revelado problemática no terreno da análise da luta de fábrica, é desastrosamente (e desastrosamente) transposta para a seara das "lutas urbanas". E mais: esta problematicidade é, com tal transposição,

ampliada, uma vez que a arena mesma das "lutas urbanas" é vista como secundária, porque remissiva a "contradições secundárias". E não vai aqui, também, a menor intenção de postular que as "contradições urbanas", que nas palavras de "primeiro Castells" são "contradições estruturalmente secundárias, no sentido de que não colocam diretamente em questão as leis fundamentais do modo de produção e que, por conseguinte, sua articulação com um processo que vise a conquista do poder de Estado atravessa um conjunto de mediações"<sup>(28)</sup>, devem ser vistas como as principais. O que ocorre é que as "contradições urbanas", que estimulam o aparecimento de uma série de ativismos e questionamentos, só podem ser vistas como secundarizáveis, em sentido forte, no caso de se secundarizar a heteronomia da gestão territorial, a desumanização do Espaço etc., problemas contra os quais se insurgem os oprimidos, em diferentes níveis e de diferentes maneiras. A contradição capital X trabalho é fundamental na esfera do trabalho e da produção, o que não quer dizer todavia que esta contradição não repercute sobre todos os demais problemas - o ecológico, o da gestão territorial, o do racismo etc. Quer dizer, meramente, que a supressão desta contradição só terá sentido concreto e efetivo se a autogestão, e não o estatismo centralizador e burocrático, for aplicada a todos os setores da vida social - na produção, no bairro. Quer dizer, também, que há toda uma gama de questões, que remetem a diversos tipos de opressão, que não têm a ver diretamente com a contradição capital X trabalho (ou com a produção em si), não sendo, por isso, "secundárias". Mas são exatamente estes poréns, que configuram a substância do desafio revolucionário na contemporaneidade, que o marxismo conseqüente não está capacitado para entender e digerir:

As mudanças profundas introduzidas na vida social contemporânea por movimentos que não têm nem podem ter definição nem fundamento "de classe" - como o das mulheres e o dos jovens - são tão importantes e germinais para a reconstrução da sociedade quanto aquelas introduzidas pelo movimento operário. Ainda sobre este ponto pode-se observar o que se tornou o caráter profundamente reacionário da concepção marxista. Se os marxistas de todos os matizes - stalinistas,

trotskistas, maoístas, socialistas etc. - no início ignoraram, depois combateram e finalmente tentaram incorporar os movimentos das mulheres e dos jovens, esvaziando-os de seu conteúdo, não foi apenas por miopia nem por imbecilidade. Aqui, por uma vez, eles estavam coerentes com o espírito profundo da concepção que partilhavam - não certamente por um amor repentino e imoderado pela coerência, não é isso que os inibe, mas porque sua existência político-ideológica depende disso: eles existem enquanto "dirigentes" ou "porta-vozes" do "proletariado". Um marxista está obrigado a afirmar que todos esses movimentos são de menor importância e secundários - ou então deve deixar de ser marxista. Pois sua teoria afirma que tudo está subordinado às "relações de produção" e às classes sociais que estas definem; como algo verdadeiramente importante poderá proceder de outra fonte? Ora, na realidade, o que foi posto em causa pelo movimento das mulheres e dos jovens, pela imensa mutação antropológica que desencadearam, que está em curso e cujos rumos e efeitos são impossíveis de se prever, é sociologicamente tão importante quanto aquilo que o movimento operário pôs em causa; num certo sentido, até mais, pois as estruturas de dominação contra os quais esses movimentos se têm batido - a dominação dos machos sobre as fêmeas, a submissão das gerações jovens - precedem historicamente, pelo que sabemos, a instauração de uma divisão da sociedade em "classes" e muito provavelmente se enraizam nas [sic] camadas antropológicamente mais profundas do que a dominação de uns sobre o trabalho de outros. (29)

O que significa portanto, em Borja, a luta ser "reivindicativa"? Significa que ela é intrínseca e univocamente limitada, e, mesmo, reacionária (pelo fato de que "na maioria dos casos a estrutura urbana se vê legitimada pelo próprio movimento que busca o seu reconhecimento"<sup>(30)</sup>), porque não ascendeu a um plano de maior consciência política - conduzida por uma frente ampla (movimento democrático) ou pelo partido revolucionário (dualidade de poder). E o que está por trás (ou na base) da afirmação de Borja de que na dualidade de poder "o objetivo político é sobredeterminante"<sup>(31)</sup>? Está a convicção de que

al, sob a condução do instrumento da Revolução - o Partido, imbuído da teoria científica revolucionária -, as massas atingem verdadeiramente a consciência crítica e se colocam à altura de seu destino histórico.

A natureza mesma das reivindicações, dos encaminhamentos destas, das experiências políticas, comunitárias e culturais, tudo é negligenciado ou subestimado em sua importância. Como alguma contribuição decisiva poderia ser oriunda de massas ainda não educadas pelo socialismo científico e mergulhadas na ideologia burguesa? Suas experiências - democracia direta, mutirões de solidariedade, desejo de controle comunitário e local, amor pelo bairro e vontade de humanização da cidade - são vistas, na maioria das vezes, ou como paliativos, que expressam bom-senso mas não senso crítico, ou como diversionismos ("humanização do urbano") e utopias (democracia direta=democracia primitiva), ou até como reacionárias.

Obviamente que uma postura dialética e genuinamente autonomista não corresponde, como contrapartida ao reducionismo marxista, de fundo nitidamente autoritário, a uma saudação acrítica das experiências das bases, a uma superestimação de fundo ingenuamente reacionário. Analisar a fragilidade e a habitual ambigüidade das práticas dos ativismos - posto que estes se inserem num contexto que os pressiona, tenta cooptá-los ou esmagá-los, e de fato em parte os modela -, especificamente dos ativismos de bairro, é o objetivo final e central deste estudo. Contudo, o que não se pode aceitar é a desqualificação arrogante e preconceituosa destas práticas por um pensamento burocrático e programaticamente rígido, para o qual a tomada do poder de Estado e a apropriação da tecnologia e da espacialidade capitalistas são pontos essenciais, o que inevitavelmente restringe em muito a sua capacidade de absorção de experiências que se insinuam ou se colocam cristalinamente contra o modelo estatista, centralizador, heterônomo, capitalístico<sup>(32)</sup>.

A distinção entre graus de alcance político efetivo das lutas não deve perder de vista que certas reivindicações, em si mesmas, são premissas e estopins para a percepção de que as conquistas essenci-

is não poderão ser alcançadas dentro da ordem estabelecida e por meio dos "canais competentes". Ainda mais: não deve ignorar que certos ativismos, mesmo sem exteriorizarem um confronto político direto, protagonizam experiências que precisamente revelam o desejo de não reproduzir estruturas heterônomas e que encarnam a vontade - não utópica, nem diversionista, nem primitiva, ainda que insuficientemente contextualizada e sem chances conjunturais de se realizar - de controle comunitário e local da vida urbana (no caso do ativismo de bairro).

\* \* \* \* \*

Em que pese a necessidade de uma avaliação mais generosa das práticas dos ativismos, não vejo como inconveniente a discriminação entre níveis e conteúdos políticos e ideológicos diversos no interior do heterogêneo universo das experiências de organização social. Muito pelo contrário, a pasteurização conceitual é a túnica com que usualmente se cobre a falta de visão crítica. É o caso do paradigma de análise dos movimentos sociais urbanos, do qual está próximo Stuart Lowe, autor que, embora preste homenagem a Castells, cuja obra é o centro das suas atenções no livro Urban Social Movements, regride em relação à conceituação castellsiana de movimento social urbano. A conceituação de Manuel Castells parece, a Lowe, "especializada", e ele a substitui pela seguinte definição:

(...) organizações situadas fora do sistema político formal que levam as pessoas a juntas defendêrem ou modificarem a provisão de serviços públicos urbanos e proteger o ambiente local. A implicação destas organizações como "movimentos sociais" é que seus objetivos são definidos coletivamente pela mobilização de uma base social distinta e que a força potencial de sua atividade aponta para mudanças na direção política. (33)

E, a seguir, fazendo suas as palavras de P. Dunleavy:

Os elementos importantes, aqui, são a pressão sobre a coletividade e o esforço rumo à mudança de alguma questão. Um movimento social urbano deve apresentar estas características organizando-se em torno de questões urbanas de consumo coletivo. (34)

Com este posicionamento, Lowe, ao mesmo tempo em que amplia acriticamente a idéia de movimento social urbano, para além do que o sentido de movimento social permitiria em sua acepção tourainiana, circunscreve-a excessivamente quanto ao seu significado, ao amarrá-la apenas ao "consumo coletivo".

Penso que podemos começar aceitando a idéia amplíssima de ativismo social, a "conduitte colective" de Alain Touraine<sup>(35)</sup>. Touraine distingue quatro tipos de "conduittes colectives" ("protestos modernizantes", "conflitos institucionais", "crise organizacional" e "movimento social"), o mais importante deles, em termos de mudança social, sendo o movimento. O movimento social, para este autor, possui uma "qualidade superior", pois é o único a se definir enquanto "afrontamento de interesses opostos para o controle das forças de desenvolvimento e do campo de experiência histórica de uma sociedade"<sup>(36)</sup>. Não é minha intenção, ao endossar a tradição terminológica tourainiana, apoiar a base teórico-filosófica de Touraine, com a qual já manifestei substancial discordância. Mas faço minha a convicção deste autor segundo a qual o movimento social representa uma nova visão da sociedade. Não sem fraquezas, ambigüidades ou contradições, decerto; mas há um núcleo de positividade, de afronta à sociedade instituída, que faz do movimento, de toda maneira, um protagonista de experiências e questionamentos relevantes e aproveitáveis à luz de um pensamento autonomista.

Sem entrar no mérito das outras "conduittes colectives" de Alain Touraine, farei, partindo da idéia abrangente de ativismo social - a qual compreende uma prática ou um conjunto de práticas sociais lidas em termos das suas conexões políticas com a sociedade envolvente -, um recorte prático: a especificação dos ativismos urbanos no seio dos ativismos sociais em geral. Esta especificação, não se pautando num amor positivístico por demarcações, não ignora as ressalvas que merecem ser feitas a respeito do uso deste referencial, o "urbano". Penso, não obstante, que ela é conveniente, pelo motivo que passo a expor.

Vivemos num mundo cada vez mais urbanizado. Por urbani-

zação entendo aqui a subversão de valores, relações de produção, modos e ritmos de trabalho tradicionais em favor dos tipicamente capitalistas. Isto implica uma uniformização relativa crescente das relações sociais e dos vínculos entre estas e o Espaço, na esteira da tendência de extensão ao campo das formas econômicas e culturais que, sob o capitalismo, têm na cidade, e especialmente na grande cidade, seu "locus" historicamente privilegiado. É o avanço da "sociedade urbana" de Henri Lefebvre, que eu preferi designar pelos qualificativos correntes de pós-industrial e pós-moderna, a qual tem nas cidades - o urbano "strictu sensu" - naturalmente suas cabeças-de-ponte<sup>(37)</sup>.

A cidade capitalista contemporânea, enquanto dimensão espacial da sociedade capitalista contemporânea, espelha a organização desta sociedade. De maneira complexa, pois encarna suas contradições; de maneira distorcida muitas vezes, pois as formas espaciais comumente dissimulam seu conteúdo social; e, finalmente, de modo dominante mas não integral, já que a lógica capitalista esbarra, quando de sua realização, em Espaços e relações sociais cristalizados que representam lógicas anteriores ou paralelas à do capitalismo. Mas, além disto, a materialidade mesma da cidade - sua característica concentração de pessoas, atividades, informações, riqueza, carências, conflitos - representa a geração de uma dinâmica própria e estimula a reprodução dessa dinâmica própria, distinta daquela do campo tradicional ou mesmo "urbanizado". Noutras palavras, ao mesmo tempo em que produto de processos e relações sociais globais, a materialidade urbana, enquanto materialidade específica demandada pela lógica concentracionária do capitalismo, abriga uma dinâmica especial que envolve e conforma os seus usuários cotidianos.

Não estou a fazer concessões ao ecologicismo, ao fetichismo espacial. Não postulo que a cidade crie relações, signos e conflitos - muito embora sua materialidade estimule e condicione relativamente os processos criadores de relações, signos e conflitos. Postulo somente que, produto histórico nuclear de um modelo civilizatório que se expande celeremente, a cidade preserva possui contudo particularidades de estrutura e dinâmica. E tais particularidades de estrutura e di-

ênâmica, vale dizer, de produção, circulação, reprodução e vida cultural, redundam em particularidades na forma e na intensidade dos conflitos sociais. Muitos dos ativismos que, por sua visibilidade (derivada significativamente da forte autonomia de suas questões e organizações, entre si e face o ativismo operário) e por sua importância, marcam poderosamente a contemporaneidade, tiveram e têm no urbano a sua incubadeira histórica, ainda que coloquem questões de alcance universal. Mesmo o ativismo operário, por razões idênticas, esteve sempre indissoluvelmente ligado ao urbano. A relação genética, simbólica e política com a arena urbana pode não ser tão forte e direta quanto no caso do ativismo de bairro, mas nem por isso deixa de ser altamente significativa. A dinâmica econômica da cidade, a cultura na cidade, o ambiente político citadino, tudo isto afeta e molda aqueles ativismos no que têm de mais típico.

Por fim, no interior dos ativismos urbanos em geral, podemos destacar, à luz de parâmetros flexíveis, aqueles que, por sua contundência contestatária real ou virtual imediata, merecem a designação de movimentos. Restringir os movimentos sociais urbanos às organizações que se bateriam conscientemente pela transformação global e radical da sociedade capitalista seria muito pouco prático. Embora cada problema ou conjunto de problemas que cada ativismo põe na ordem-do-dia esteja articulado com os demais no âmbito de uma problemática geral, a percepção desta problemática geral e o seu questionamento abrangente não pertencem, de maneira plena, à nossa realidade política. São eles uma percepção e um questionamento imprescindíveis, certamente; mas, em termos políticos - não me refiro agora à produção teórica -, necessitam ainda ser instituídos como efetivo movimento social.

Contudo, entre a ausência de deslegitimação do "status quo", alimentada por privilégios objetivos de classe e impregnada de ideologia burguesa, e a desejada deslegitimação ampla, radical e militante, topamos com situações reais intermediárias que precisam ser consideradas. Deparamos, por exemplo, com ativismos que, em razão de seu conteúdo de classe e de sua dinâmica social, virtualmente em rota de colisão com a sociedade instituída - no seio da qual os grupos que

os protagonizam se vêem privados da igualdade de oportunidades -, surgem como potenciais agentes imediatos de mudança. "Imediatez", sublinhe-se, que não significa estarem eles na iminência de fazer a Revolução, ou que eles sejam portadores do futuro puros e isentos de contradições; as necessárias mediações, os muitos obstáculos, isto discutirei posteriormente. A imediatez, aqui, diz respeito ao fato de que, superadas as barreiras políticas e ideológicas, a objetividade da penúria e da injustiça e a revolta para com essa objetividade arregimentarão as bases de tais ativismos para a tarefa de mudança. Por mais que a luta de uma associação de moradores privilegiados contra a descaracterização da paisagem de seu bairro por alguns espigões nos traga um questionamento válido - o questionamento da intervenção autoritária e descaracterizadora do capital imobiliário -, a dinâmica concreta dessa associação e os limites que seu horizonte político e seu conteúdo de classe apresentam não nos permitem vê-la como um virtual agente de mudança social. A situação é essencialmente diversa no caso da base social de uma associação de bairro pobre<sup>(38)</sup>. Essa base, por cooptação, pode até ter originado um ativismo súplice ou um clientelismo legitimadores do "status quo"; mas, mesmo aí, quando o qualificativo movimento é pouco apropriado, deparamos com uma "contradição" entre a objetividade da injustiça social e a intersubjetividade que, embebida na ideologia dominante, legitima sem saber a fonte dessa injustiça. Neste caso, a legitimação é conjuntural e contraditória, não sendo suscitada pela objetividade de privilégios; pelo contrário, a objetividade estrutural da opressão faz deste ativismo de bairro pobre potencialmente um movimento em sentido pleno.

Proponho, assim, designarmos como movimentos, muito amplamente, os ativismos que, pela natureza das suas reivindicações e das suas experiências e dos sofrimentos de seus protagonistas encarnam, a despeito da não-explicitação em programa e mesmo das contradições político-ideológicas conjunturais, uma afronta ao "status quo". Sem querer subestimar a importância da direção política de um ativismo, o que rejeito é a idéia de torná-la a grande variável discriminante em se tratando de identificar movimentos sociais. Diferentemente de Trotsky,

eu não penso, concordando com Castoriadis<sup>(39)</sup>, que "a crise da humanidade é a crise da direção revolucionária". Isto é coerente com um pensamento que denuncia contradições objetivas e ao mesmo tempo assegura que objetivamente o proletariado é, enquanto não for educado pelo Partido, reformista; mas não é coerente com um resgate daquilo que, como fazer do proletariado, das mulheres, dos jovens, registra que eles não são, fora da tutela do Partido, completa e necessariamente "objetivamente" reformistas. E é esse fazer, cotidiano, político, cultural, ambíguo politicamente às vezes, tantas outras vezes contraditório, e rico e instrutivo outras mais, que invoco para o presente posicionamento conceitual de movimento social urbano.

### 3.2. Especificidade organizacional e política do ativismo de bairro

Focalizando finalmente o ativismo de bairro, creio que ele pode ser colocado como uma forma de ativismo urbano territorializada por excelência. Compreendendo desde "sindicalismos de consumo coletivo"<sup>(40)</sup> até dinâmicas crítico-politicamente avançadas, o ativismo de bairro reage contra a massificação, a deterioração e o "alisamento" do Espaço (no sentido de Guattari), territorializando este a reboque da luta de uma população pela dignidade e a humanização do "seu bairro". O ativismo de bairro é aquele que emerge tendo por base social os moradores de um bairro, isto é, não uma classe ou grupo de pessoas que se vincule, enquanto ativistas, apenas indiretamente ao espaço político, mas uma população que se define em princípio por sua relação com o Espaço: enquanto moradora, moradora de um bairro (ou fração de), o seu bairro, pelo qual deve zelar, do qual deve cuidar. O Espaço é, assim, não um referencial meramente organizacional ou secundário, como as células territoriais de um partido político, mas um referencial catalítico primordial, simbólica, política e afetivamente.

As causas de emergência do ativismo podem ser, segundo Jordi Borja<sup>(41)</sup>, uma deterioração súbita das condições de vida, uma ameaça representada por ação urbanística, um déficit constante de habitações ou serviços e ainda o perigo constituído por uma política urbana.

Estes fatores, que podem mobilizar mais de uma classe ou grupo numa luta comum, depreendem, para o enfrentamento dos problemas que acarretam, normalmente uma certa organização, das mais informais ("assembléias de desespero", comitês de última hora) às mais estáveis e estruturadas (associações de moradores consolidadas). Não que se deva, em função disso, negligenciar o enfrentamento "não-político" cotidiano de problemas por uma comunidade através de mutirões de ajuda mútua, por exemplo; todavia, a gravidade e/ou a persistência de problemas demanda, dentro de uma conjuntura política minimamente favorável, uma organização, como instrumento de luta mais efetiva. Distintamente do movimento operário, onde a constância da contradição conduz a uma constância da tensão no "lugar da não-vida" (e de luta, por este caminho) que é a fábrica, semelhante constância de contradições, expressas no "lugar da vida" (e de refúgio, de descanso após a luta) que é o bairro, não é acompanhada igualmente por uma constância na tensão. As resistências cotidianas existem, mas amiúde se traduzem como uma luta pela sobrevivência nos marcos da ordem estabelecida, mesmo que "marginalmente" à ordem legal: "gatos" de energia elétrica, irregularidades para escapar a tributações e taxações etc. Não há, em tais resistências cotidianas, um enfrentamento efetivo do capitalismo, nem mesmo do Estado, seu anteparo; o que há é um "jogo de cintura", uma engenhosidade e mesmo uma "malandragem" na luta pela vida, "driblando" as autoridades, o Poder, a adversidade. De maneira que, enquanto fenômeno político, o ativismo de bairro é inapreensível se por um só momento ignorarmos suas exteriorizações organizadas, símbolo do agravamento de problemas, da abertura do sistema político formal e da maior consciência da população moradora.

Por fim, um ativismo de bairro será um movimento de bairro quando, tendo origem numa mobilização de horizonte limitado e restrita preocupação (o bairro, isoladamente, e seus problemas imediatos), ampliar seus horizontes de protesto, articular-se com outros ativismos e, ao mesmo tempo, mantiver o bairro e o urbano como referenciais políticos e afetivos fundamentais na luta por uma vida mais digna, ou por uma outra sociedade. Ou seja, quando se transcender (sem desprezar) os limites do bairro, percebendo as comunidades de interesses que costuram

bases sociais de diferentes bairros irmanadas pela segregação social materializada no Espaço. Nestas circunstâncias, não estaremos diante de uma simples luta de bairro, mas de uma luta a partir do bairro, ou , mesmo, de uma luta a partir também do bairro<sup>(42)</sup>.

\* \* \* \* \*

As particularidades da luta de bairro não têm sido, habitualmente, plenamente consideradas. Isto se deve ao problema que enfoquei no capítulo precedente: em contraposição àqueles que discorrem sobre o bairro de modo idealista e acrítico (o "bairro sem conflitos"), contamos quase só com aqueles que analisam as contradições sociais refletidas na luta de bairro sem atenção para com os aspectos culturais e político-organizacionais próprios à escala do bairro (o "conflito sem bairro").

Meu esforço, neste subcapítulo, foi o de levantar as principais questões próprias ao ativismo de bairro, através do prisma de uma dialética entre o geral que são as dinâmicas econômicas, políticas e culturais mais abrangentes e o específico que é a tradução, pelos indivíduos, dessas dinâmicas na escala do bairro. São as seguintes tais questões:

1) A base social de um bairro define-se espacialmente. Ora, a segregação social - de classes, de grupos, de etnias - não se espacializa sempre de forma completa. Isto quer dizer: além da luta de bairro colocar questões que, diferenciadamente é claro, afetam uma gama significativa de classes - problemas relativos ao acesso aos recursos sociais, à cultura, ao poder -, num mesmo bairro podemos encontrar classes e grupos diferentes, formalmente representados pela mesma organização local.

Aos olhos de um marxista conseqüente, imbuído de uma visão classista, a composição objetiva heterogênea de um bairro, bem como a possibilidade de articulação de bairros com conteúdos de classe diversos, são coisas, em princípio pelo menos, univocamente problemá-

ticas. Ele considerará o ativismo de bairro, nessas circunstâncias, uma forma de luta comprometida em seu alcance pela diversionista mistura de classes dentro de um mesmo referencial simbólico-político.

Na medida em que se rejeita o classismo, apresenta-se a necessidade de reinterpretar a problematidade do bairro enquanto recorte político-organizativo. Não para abrigar a proposta eurocomunista de interclassismo, que, por ter como horizonte estratégico uma transição democrática para o socialismo através do entrismo e de alianças antimonopolistas (na perspectiva "ingenuamente" reacionária de incorporar a "democracia" representativa burguesa e o Estado como instrumentos de superação do capitalismo), perde de vista um processo efetivamente crítico de aproximação entre "classes" diferentes. Mas para pôr na ordem-do-dia, ainda que cautelosamente, a exigência de integração de esforços e experiências daqueles que, diferenciadamente, são vitimados pela exploração, pela opressão, pela castração e pelo embrutecimento.

Se a luta operária já não possui a universalidade catalítica que possuía em seu período áureo, não é menos certo a luta de bairro condenar-se-á a uma colossal pasteurização política sempre que negligenciar as ligações entre a moradia e o trabalho, entre o "lugar da vida" e o "lugar da não-vida", entre a falta d'água e o baixo salário. A articulação entre classes e grupos virtualmente interessados na mudança social será um simples delírio, ou talvez uma realidade estéril, se não se atentar para o fato de que as virtualidades são diferentes, e se não se digerir a questão de que, com o presente esquarteramento do senso crítico (não digo desaparecimento), sem a integração de questões e experiências entre os diversos ativismos, o de bairro tenderá a ser um mero grupo de pressão - o que, obviamente, penalizará sobretudo os mais pobres, cujas carências são maiores e cujo poder de barganha, por outro lado, é menor.

O bairro e suas questões mais amplas podem ser palcos de aproximações, de trocas de experiências e idéias. Mas há o imperativo de que tais aproximações não se pautem por paternalismos ou cooptações. E, para que uma problemática de classe média - mais "qualitativa", conquanto não-necessariamente irrelevante ou ilegítima - não afogue

uma problemática mais aguda, mais elementar, trazida pelos setores especialmente pauperizados, é imprescindível se instaure um autêntico diálogo, o que por sua vez pressupõe respeito mútuo, o que nos remete à necessidade de tomadas de consciência por parte dos diversos setores envolvidos, a propósito da riqueza de experiências e das potencialidades de cada um. Caso contrário, o que existirá será uma invasão cultural, aproveitando a expressão de Paulo Freire<sup>(43)</sup>, uma cooptação ideológica, ainda que semi-consciente, dos setores de classe média sobre os setores mais pobres.

O processo de diálogo deverá ser particularmente difícil no caso daqueles bairros que Jordi Borja chama de interclassistas, ou seja, que apresentam uma indefinidora mistura de classes. Nem bem são bairros de elite ou mesmo classe média, nem bem são bairros essencialmente de pobres; ainda que mais ou menos repartidos a nível de intra-bairro, à escala do bairro segmentos médios e assalariados de baixo poder aquisitivo compartilham o mesmo Espaço, o mesmo referencial. Não é o caso, também, de favelas "incrustadas" em "bairros comuns", pois aí a separação de grupos e de entidades representativas é desde o começo marcante, assim como a extrema improbabilidade de um genuíno diálogo... A situação de um "bairro comum" do tipo que Borja denomina interclassista frequentemente agasalha a possibilidade da reunião dos diversos segmentos dentro da mesma entidade. A questão é a de qual será o perfil da entidade, qual a sua real possibilidade de ser globalmente representativa.

O referencial-bairro coloca, a longo prazo, virtualmente interessantes oportunidades. Porém, no curto e no médio prazos, o caminho haverá de ser acidentado, um constante desafio, quando preconceitos e imediatismos se defrontarem. Em muitas situações, provavelmente se apresentará a conveniência da articulação dos setores pobres de um bairro heterogêneo com entidades de bairros pobres e com organizações de trabalhadores, por sua própria conta. Conveniência que, todavia, implica no risco de se gerar constrangimentos que inviabilizem uma entidade única. A imprescindibilidade das articulações nos remete, portanto à questão da igualmente imprescindível dialética entre a necessidade

de classes e grupos diferentes buscarem integrações mais estreitas com entidades de bairro e outras que lhes estão mais próximas, reforçando suas identidades específicas no plano do trabalho, e a necessidade das trocas de idéias e experiências a propósito do bairro e das suas questões, construindo um processo de diálogo muito caro à gestão de uma sociedade e de um Espaço revolucionários e pós-revolucionários.

2) A experiência de democracia direta é fundamental. Não para um marxista-leninista, certamente, que a veria como "democracia primitiva" e, ou a desqualificaria de saída como utopismo, ou buscaria esvaziá-la emoldurando-a com uma centralização burocrática, que foi o que aconteceu com os soviets<sup>(44)</sup>. Mas fundamental, naturalmente, para os que apostam na autogestão como o instrumento mais eficaz de superação da injustiça social, e não no estatismo centralizador.

Pode-se, de fato, saudar a experiência de democracia de base de várias maneiras diferentes. Uma delas, a paradigmática, consiste em vê-la como uma manifestação do vigor e da criatividade populares, num processo de "reinvenção da política". Embora uma tal colocação pareça auspiciosa, o contexto teórico-filosófico paradigmático impede que a experiência referida seja recuperada por uma interpretação mais exigente que a de clamar pela democratização (?) do Estado capitalista, assim como também conduz a uma subestimação da hegemonia burguesa que leva a uma nada incomum reprodução, ao nível da associação de moradores, de vícios legados pela heteronomia nossa de cada dia: paternalismo (a "associação funcionária do bairro" e, ao mesmo tempo, "meio dona do bairro"), caciquismo (a emergência de lideranças anti-dialógicas, o populismo ou o burocratismo em micro-escala) etc.

Recusando a leitura paradigmática, na plenitude das suas conseqüências, penso entretanto que, de fato, há um desejo, constantemente abalroado pelos vícios supramencionados, de não reproduzir a heteronomia, a desmoralizada "política dos políticos". A existência deste desejo é fundamental. E experiência da democracia direta é essencial, do ponto de vista político-pedagógico. Ela é possível ao nível da associação de moradores, nos quadros da nossa sociedade, dadas as pe-

pequenas dimensões deste tipo de organização de base (que entretanto pode até, em determinadas circunstâncias, recorrer ao sistema de delegados por ruas, para agilizar os trabalhos). Mas o básico é que se trata de uma arquitetura política ampliável ao infinito, por meio da aglutinação de entidades representativas numa instância superior que por sua vez eleje, livremente e com total acesso à informação, e garantindo a revogabilidade dos delegados, os seus representantes para uma instância mais elevada, e assim por diante. Sem constituir uma panacéia, e sem impedir a existência de tensões e dissensões, acredito no entanto que a democracia direta é o único instrumento adequado de resolução dos problemas pela via do diálogo, o que evidentemente será crucial para uma hipotética sociedade pós-revolucionária.

3) Um dos méritos do movimento ecológico contemporâneo é o de mostrar que não basta modificar as relações de produção e de poder, abstratamente; uma verdadeira transformação destas, na direção da autonomia, só pode vir se vier articulada com um questionamento da tecnologia herdada do capitalismo e dos objetivos da produção. Este raciocínio deve, no meu entender, ser estendido à especialidade legada pelo capitalismo contemporâneo.

Como pensar uma realidade urbano-metropolitana nos marcos de um pensamento crítico-revolucionário? Essa realidade que representa ao mesmo tempo tantos problemas ecológicos e humanos (poluição, congestionamentos, empilhamento de homens em prédios de apartamentos, escassez de espaço "per capita", falta de verde) e uma superconcentração de benefícios materiais (acesso formal, locacional, para todos os cidadãos, a bens e serviços inexistentes ou insuficientes fora do ambiente metropolitano)? E como gerir essa formidável força de inércia material que é a grande cidade, a metrópole especialmente, em um processo de construção de uma sociedade autônoma?

Os ativismos de bairro nos convidam, através das questões que levantam ou sugerem à nossa reflexão com a sua própria prática, a discutir algo pouco discutido: a inércia contra-revolucionária e anti-humanística da metrópole capitalista. Marx e Engels, no Manifesto, no-

taram que

cada vez mais a burguesia suprime a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária disto foi a centralização política. (45)

Esta caracterização é inteiramente correta. Será, contudo, que esta passagem simboliza o repúdio marxiano à espacialidade capitalista? Na mesma página, no parágrafo anterior, lê-se o seguinte:

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades enormes, aumentou num grau elevado o número da população urbana face a rural, e deste modo arrancou uma parte significativa da população à idiotia ["idiotismus"] da vida rural.

E, algumas páginas adiante:

O proletariado usará o seu domínio político para ir arrancando todo o capital das mãos da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças de produção. (46)

Na verdade, o que Marx (e Engels) recusa é a gestão capitalista, e não a tecnologia e a espacialidade capitalistas em si mesmas, pelo menos de modo claro e unívoco. Conforme ponderou Castoriadis<sup>(47)</sup>, há uma ambiguidade a este respeito no pensamento de Marx, e em última análise um efetivo endosso da tecnologia capitalista. Endosso que se realiza plenamente através do "socialismo real" leninista, mas que já havia sido "anunciado" por Marx por meio de suas saudações do capitalismo enquanto civilizador, preparador das bases materiais do socialismo, sem discutir extensa, profunda e de forma criticamente consistente a problematicidade dessas tais bases materiais. O que o marxismo preconiza, por conseguinte, é a apropriação da tecnologia capitalista - com seu formidável potencial, evitando assim a "socialização da miséria" sob o socialismo -, defendendo que esta, desde que submetida a outro controlador (o proletariado), teria sua lógica automática-

mente modificada<sup>(48)</sup>. A prática comunista-estatista limitar-se-á a "rationalizar" a espacialidade capitalista herdada, ou seja a aparar suas arestas de "irracionalidade" geradas pela ausência de planificação global e pela brutal competição: controle rígido do crescimento urbano, do uso do solo, conservação da qualidade ambiental, restrições à mudança de domicílio residencial. Sempre a partir de uma engrenagem política centralizadora, pautada em centros de decisão impositores de planejamentos econômicos globais de cima para baixo, perante o que os organismos locais, quando existem, tornam-se meramente decorativos ou fadados à ratificação. Isto precisamente promove uma centralização política ainda maior que a que Marx e Engels denunciam, para o capitalismo, no Manifesto.

O modelo espacial capitalista não carece de retificações "racionalizadoras" de tipo estatista-economicista pragmática, mas de supressão radical. É preciso, todavia, que se perceba que este não é um clamor delirante ou secundário, mas necessário, essencial. Embora convertidos plenamente em mercadorias pelo capitalismo, o solo e as benfeitorias não são mercadorias quaisquer, como bem notou David Harvey<sup>(49)</sup>; o solo e as benfeitorias têm localização fixa. Se esta peculiaridade da mercadoria-Espaço tem sérias implicações no contexto de uma sociedade regida pela propriedade privada, que é o que Harvey focaliza, não menos sérias são as suas implicações para a construção de uma sociedade autônoma.

Certas localizações, dentro de uma lógica de descentralização de atividades e benefícios, podem mais ou menos se equivaler; são as localizações cuja importância deriva de uma produção sócio-material, e que uma vez suprimida a concentração de benefícios, poderão se multiplicar pelo Espaço, permitindo a todos um acesso semelhante ou muito semelhante a recursos sociais. Há, todavia, aquelas localizações cuja importância deriva da valorização social de uma materialidade natural; é o caso das praias, bem como dos recantos aprazíveis ou emoldurados por linda e relaxante paisagem. Diferentemente dos bens móveis, ou mesmo dos bens imóveis (por definição produzidos pelo trabalho social), a Natureza, o espaço natural, não pode ser reproduzido para fins de so-

cialização. A praia da Barra da Tijuca, cuja sedução tem por coadjuvante o Maciço da Pedra Branca ao fundo, não pode ser recriada na Baixada Fluminense; e sua capacidade de comportar novos residentes, uma vez começado um processo revolucionário de socialização da riqueza, é evidentemente limitada, ainda que se multipliquem os espigões. Como equacionar tal disparidade entre oferta e demanda ?

Outro problema é a materialidade agressiva e inumana da forma de habitação típica da metrópole, o grande prédio de apartamentos ou "espigão". Como enfrentar este aspecto do legado concentracionário ? Demolir todos os espigões seria a solução autonomista ? Mas, pragmaticamente - tenhamos bom-senso -, como então alojar grande parte da população citadina, como mobilizar recursos em tempo hábil para refazer tão completamente o Espaço ?

Estas são perguntas que não devem ser evitadas. E acredito que o autonomismo, se não traz a solução acabada, desde já pronta, para cada uma delas, oferece o instrumento mais adequado para o seu encaminhamento. A descentralização da gestão do espaço urbano, liberando potenciais criativos adormecidos ou aprisionados, far-se-á acompanhar por uma descentralização dos benefícios, não somente "racional", mas humana e democrática. A finitude do espaço físico admite ser compensada através de acordos em torno da cooperação de comunidades e grupos locais e mesmo extra-locais, determinando que, quando uma localização for cobiçada e seus atributos não puderem ser reproduzidos, o seu usufruto deverá ser rigorosamente comunal. Assim, se só alguns podem fisicamente ocupar a Barra da Tijuca em caráter permanente, então ninguém poderá ocupá-la em caráter permanente, e as residências atuais poderão transformar-se em pousadas e centros de lazer comunitários, administrados pela comuna local. E, da mesma forma, se não é o caso de demolir da noite para o dia todos os espigões, a autogestão, a cooperação e a criatividade liberada poderão tentar subverter a lógica estrutural dessas construções: criando espaços de encontro, procedendo a algumas alterações de estrutura física para adaptá-las a isto; como paliativo, mas como paliativo conscientemente aceito, e sem que se perca jamais de vista um projeto de construção do Espaço em bases radicalmente novas.

4) Um referencial espacial tende a, no interior da estrutura organizativa associação de moradores, tal como ela habitualmente se apresenta, trazer o problema do bairrismo. É certo que a ideologia xenófoba, que no caso do ativismo de bairro se traduz pelo fechamento ou pela hostilidade dos moradores relativamente à participação nas discussões de indivíduos de fora do bairro, não é privativa das lutas de bairro; o pretenso discurso competente de quem "conhece a realidade local" manifesta-se no sindicalismo, por exemplo. No caso do ativismo em questão tal corporativismo lugarizado se mostra particularmente presente e nefasto. Tal ideologia dificulta ou mesmo obstaculiza o trânsito de ativistas engajados na difícil tarefa de articulação e de rompimento dos isolamentos e paroquialismos. E a plena mobilidade é fator-chave para a troca de experiências, o entrosamento político e a geração de cadeias de solidariedade, o que deve acontecer independentemente dos encontros específicos convocados periodicamente por instâncias superiores (federações etc.).

5) Outro problema embutido na questão do bairro como referencial concerne à íntima relação entre a mobilidade espacial da população e a instabilidade dos quadros das associações de moradores. Não é incomum uma associação se ver desfalcada de militantes ativos e de enorme importância para a dinâmica da entidade na esteira da mudança destes para outros bairros. Por vezes isto pode mesmo determinar um colapso da dinâmica associativa, tal a fragilidade em certas circunstâncias, na medida em que, com o paroquialismo lugarizado supramencionado, as associações tendem a contar, no seu cotidiano, exclusivamente com os militantes residentes no bairro (excetuando-se as situações em que um problema social de grande visibilidade desperta a atenção e a solidariedade de instituições e grupos da "Sociedade Civil organizada"). É preciso levar em consideração que os militantes das associações de moradores normalmente são "pessoas comuns" às voltas com os seus afazeres e obrigações diários, e não militantes profissionais; de maneira que, apesar de não serem provavelmente vítimas de bairrismo na hipótese de mesmo após a mudança desejarem continuar participando de reuniões (se bem que, de

todo modo, a presença na diretoria deverá ser obstruída por força de estatutos que incorporam a ideologia de fechamento), certamente os ex-moradores e antigos militantes sofrerão com a escassez de tempo disponível, especialmente se desejarem se integrar à vida associativa de seus novos bairros.

Não quero, com esta ponderação e também com a feita em 4), defender a "profissionalização" de militantes ou atacar linearmente o bairro como referencial. Quero, apenas, chamar a atenção para os prejuízos do fechamento relativo frente a outros ativismos e até frente a outros bairros. Provincianismo que, quando agravado por uma estrutura de poder gerontocrática e cerceadora dos jovens, pelo caciquismo e pela estreiteza de horizontes políticos e culturais, desestimula até uma participação mais expressiva da própria base social potencial do bairro.

6) Um aspecto a ser levado em conta é a diferença de comportamento que pode advir com a situação do morador, caso ele seja proprietário ou inquilino. A colocação de que o proprietário apresenta uma tendência a interessar-se mais pelos problemas do seu bairro que o inquilino, por força da defesa da propriedade, possui um valor meramente relativo; sempre poder-se-á recordar n casos de inquilinos que são ao mesmo tempo militantes ativos e abnegados, e, sobretudo, de n casos de proprietários desinteressados ou acomodados. Isto não elimina, contudo, a lógica de que o inquilino, especialmente aquele numa consciente situação de provisoriedade no bairro, tenderá a ter uma relação de maior distanciamento com o bairro<sup>(50)</sup>. Este aspecto mescla-se, sem dúvida, com outros, como o tempo de residência no bairro, que é uma variável independente face a propriedade do imóvel que, entretanto, se articula intimamente com a propensão ao ativismo. A situação de provisoriedade do inquilino, se lida pelo indivíduo sob a ótica do imediatismo, é decerto um fator de obstaculização.

Por outro lado, é interessante considerarmos a face oposta do problema: se o cidadão se interessa pela luta basicamente em razão da sua propriedade privada, é razoável admitir que o seu horizonte

será provavelmente o de uma luta por melhorias (remendos urbanos e institucionais) nos marcos da sociedade onde vige a propriedade privada como forma universal. Foi este pano de fundo reacionário que entreviu Engels n'A Questão da Habitação. Não acho, em absoluto, que a propriedade de um simples imóvel atire inarredavelmente o indivíduo ao reacionarismo; é claro que a defesa do patrimônio pode ser encapsulada pela luta mais ampla e generosa por uma melhor qualidade de vida para todos. Refiro-me, porém, à situação absolutamente comum em que o horizonte, o alfa e o ômega da mobilização são, a nível individual, a defesa do patrimônio nos marcos da sociedade instituída, nos marcos de um "sindicalismo de consumo coletivo". É interessante observar, à luz disto, como a percepção do bairro como "lugar da vida", como refúgio depositário de afeto, se associa à defesa da propriedade e da segurança já conquistados, podendo atuar como fator de acomodação institucional e ideológica.

Diante disto, seria aquele que, enquanto inquilino, estando despossuído, se filiaria a uma perspectiva contestatária mais avançada? O problema não é tão simples. A contestação passa, necessariamente, pela contestação da estrutura de classes e de dominação, e a categoria inquilino - apesar da sua particularidade - não é sinônimo de "grande oprimido"<sup>(51)</sup>. Recaimos, assim, na questão dos vários recortes - de classe, de etnia, de idade, de consciência - que se entrecruzam e articulam para formar situações concretas, e que não podemos ignorar na hora de formar um juízo estratégico. Estamos, pois, diante da problematicidade da categoria morador. É imprescindível, teoricamente, que se esclareça a situação concreta - econômica, política e cultural - do morador, sem o que ele não passará de uma categoria politicamente tão vazia quanto o clamor pela "democratização do Estado pela Sociedade Civil autonomamente organizada". E é imprescindível, politicamente, no plano da práxis, que as articulações entre grupos e ativismos permitam a troca de experiências e o confronto de posições, única forma de se superar a reificação do urbano internalizada ao nível do ativismo de bairro pela entronização pasteurizada do "morador". Articulação, aliás, considerando como seu horizonte a

ultrapassagem do bairrismo, sendo o veículo de superação dos recortes que a população opera a partir da categoria morador, quando um grupo pode não reconhecer outro (por exemplo, recém-chegados ao bairro, ou residentes de classe subalterna) como constituído por "moradores" de pleno direito<sup>(52)</sup>.

7) O ativismo de bairro possui um ponto de fraqueza original, decorrente de sua situação de luta autonomizada sita na esfera do consumo e no âmbito da resistência contra a heteronomia e a massificação espacializadas. Ocorre que a emergência do Estado como provedor do bem-estar e tutor dos trabalhadores leva a que ele, diferentemente do que acontece na luta operária, apareça não como mediador entre duas partes em litígio ou como repressor de uma dessas partes, mas como o outro interlocutor. Tal situação de pedidos + críticas ao Estado, que mesmo quando se trata de críticas institucionais encarna usualmente uma legitimação dele enquanto tal, oblitera a percepção da raiz mesma dos problemas sentidos no bairro. O Estado, no caso do ativismo de bairro, surge como um formidável anteparo entre os interesses mais gerais do capital (incluindo-se aí a manutenção da ordem, ainda que à custa de concessões aqui e ali) e as necessidades da maioria dos moradores.

A classe se define por seu papel na produção. No movimento operário, as diversas formas de cooptação dos trabalhadores não apagam o fato de que o capital, e não o Estado, é o verdadeiro adversário a ser enfrentado - ainda que se perceba que o Estado tende a servir ao capital contra os trabalhadores. Como entreviu Carlos Nelson Ferreira dos Santos<sup>(53)</sup>, o par morador/Estado não possui homologia com o par empregado/patrão (se bem que a relação empregado/patrão, e na verdade o movimento operário, não possam hoje ser comparados aos do século passado). Embora o morador seja prejudicado pela intervenção do Estado, direta ou indiretamente, ele não está confrontado necessariamente com a fonte real de sua desgraça. E ademais, o confronto com o Estado é por excelência conjuntural no caso do ativismo de bairro. No ativismo de bairro contemporâneo, a tendência natural, quando não se estabelece um mínimo de ligação entre os mundos do consumo, da cultura e do trabalho,

a da limitação do alcance da crítica a uma conjuntura, e não ao modelo civilizatório (ainda que, como já disse, em certos casos se esteja virtualmente a um passo da crítica abrangente): crítica à atuação de uma autoridade, de uma administração, no máximo de um regime ("autoritário", contrastado a um "democrático", em termos burgueses).

\* \* \* \* \*

As sete questões precedentes, profundamente interligadas, não constituem munição para o preconceito contra o ativismo de bairro. Constituem, espero, munição para a refutação dos apriorismos a propósito desse ativismo. Há uma ambiguidade na territorialização "à la" luta de bairro. Ela pode ser controlada pela ideologia dominante (corporativismo, segregacionismo, bairrismo elitista) e pelo Estado, fazendo um contraponto fragmentado, parcial e reacionário ao "alisamento" do Espaço e às forças geradoras de problemas urbanos. A territorialização, porém, não necessariamente precisa aí desembocar, num processo que da bairrofilia conduza ao bairrismo, a falsas questões. Mas para isso, para que o Espaço possa estar do nosso lado das barricadas, é imprescindível romper os isolamentos e os provincianismos, afrontar a reificação do urbano, articular o ativismo de bairro com outros ativismos e reforçar articulações no seu próprio interior. Voltarei, sobre esta questão, no próximo capítulo, quando discutir os termos e o veículo da realização dessa articulação.

### 3.3. O ativismo de bairro numa perspectiva histórica

Dizer o que é o ativismo de bairro depreende dizer o que ele tem sido, o que ele se tem feito ao longo da história. Justifica-se, assim, a inclusão desta análise da historicidade do ativismo ao final de um capítulo destinado a esclarecer a sua natureza. Recuperarei a discussão do Capítulo 2 acerca da evolução da estrutura e da dinâmica urbanas e sua repercussão sobre a vida de bairro, destacando agora as práticas sociais.

A questão que deve ser colocada desde já é se o ativismo de bairro é uma realidade antiga ou recente, o que pressupõe definir o que se entende por "antiga" e "recente". Os autores mais "clássicos" da Sociologia dos movimentos sociais urbanos - "primeiro" e "segundo Castells", Jean Lojkine, Jordi Borja - registraram a vinculação desses movimentos (na verdade, das lutas de bairro) ao capitalismo, e em particular à fase atual, para eles identificada como a fase do "capitalismo monopolista de Estado"<sup>(54)</sup>. Com efeito, é sintomático que a literatura primeiromundista sobre os ativismos praticamente surja mesmo é a partir da década de 60, e especialmente da década de 70, pois é mais ou menos a partir daí que os ativismos ganham um ímpeto para uns preocupante, para outros estimulante; é por essa época que se avolumam os movimentos. De outra parte, a literatura especializada registra também preocupações quanto ao posicionamento simplista desses ativismos como "novos" - considerando o infeliz descuido para com as manifestações populares ocorridas independentemente de partidos políticos (e mesmo a negligência para com as especificidades da nossa história, no caso brasileiro) que estaria por trás do referido posicionamento, "a priori" aceito sem mais por estudiosos não-primeiromundistas<sup>(55)</sup>.

Qual seria, portanto, a "novidade" do ativismo de bairro contemporâneo, se é que ela existe ?

A "teoria transcultural" do "terceiro Castells", ao mesmo tempo em que revela uma ruptura para com certos alicerces do Castells das duas primeiras fases (eurocomunismo e, principalmente, estruturalismo da fase do A Questão Urbana), amplia a visão histórica sobre os movimentos sociais urbanos. A conceituação castellsiana, historicamente aplicada, desamarra-se da perspectiva estreita do atrelamento do conceito de movimento social urbano à multiplicidade de lutas advindas com o aguçamento das contradições do capitalismo. E abre espaço para incluir lutas urbanas ocorridas muito antes de ter lugar a organização global da sociedade em moldes capitalistas, como é o caso do movimento das cidades de Castela, no século XVI - momento de subsunção apenas formal do capital, ao apagar das luzes do feudalismo -, que se sublevaram numa luta por maior autonomia política<sup>(56)</sup>. Se bem que esse avanço

de Castells nada tenha em si de extraordinário, seu atraso e sua solidão documentam a freqüente inanição teórica do ambiente acadêmico específico.

Sem sombra de dúvida, o aprofundamento do conceito e da visão histórica demanda uma ampliação de horizontes analíticos. Tal procedimento nada tem de a-histórico, no sentido de pôr no mesmo saco ativismos com conteúdos sócio-históricos distintos; a-histórico seria, entretanto, ignorar as especificidades de cada situação. E é isto que justamente não pretendo fazer aqui.

\* \* \* \* \*

É um dado da realidade que o capitalismo industrial emergente na Europa de fins do século XVIII e começo do século seguinte, ao concentrar grandes massas de população oriundas do campo (para constituir a mão-de-obra industrial e os exércitos de reserva) em cidades cujo estoque de habitações e equipamentos de consumo era insuficiente para atender a todos, inaugura algumas premissas objetivas para uma nova forma de ativismo social. Esta nova forma é aquela que se baterá contra os efeitos - e mesmo as causas - da conversão das moradias, terras e localizações urbanas em mercadorias, e portanto sujeitas às injustiças do "mercado livre" capitalista. É enorme a massa de segregados e não-beneficiados por um sistema cuja riqueza eles são os primeiros a gerar, com o seu trabalho; deve-se levar em conta que, além da restrição física do estoque de moradias e equipamentos, diante do maciço êxodo rural, a demanda solvável dessas populações proletárias era ínfima, como pequeníssima era, ainda, a sua expressão na esfera política oficial.

Novas instituições sociais, renovada heteronomia, novos problemas, novos conflitos. A questão da habitação (bem localizada, por Engels, a reboque do capitalismo industrial<sup>(57)</sup>) e o problema do acesso a equipamentos de consumo em geral, num contexto capitalista, produzirão com o tempo protestos de natureza específica. Distintos, por exemplo, do de Castela, calcado na luta de comunidades citadinas de arte-

sões livres por autonomia local frente um Estado centralizador, absolutista.

Creio que a problemática incrementada pelo capitalismo, a da segregação espacial das classes subalternas articulada com necessidades quantitativamente crescentes de e com um acesso desigual a bens e serviços urbanos, propicia as primeiras causas objetivas de lutas de bairro. Vale dizer, de lutas localmente especificadas, embora contestadoras de uma problemática que é global; lutas que surgem fundamentalmente em função de carências ao nível do consumo de bens e serviços básicos para a reprodução da força de trabalho: moradia, água potável etc. Os horizontes políticos largos dos ativismos pré-capitalistas, como o de Castela no século XVI, estimulavam precisamente um discurso e uma bandeira política generalizantes, que pusessem desde o começo a comunidade citadina como um todo no centro do debate. Isto contrasta com a existência dos bairros coesos e relativamente fechados da Idade Média, mas não consiste num paradoxo. Numa situação pré-capitalista poderíamos em princípio ter movimentos que organizacionalmente articulassem lutas de grupos profissionais (ou de camadas sociais) aos Espaços onde estivessem concentrados tais grupos; contudo, o tipo de relacionamento desses grupos com o Estado e a ausência de rígidas separações espaciais entre o morador, o produtor e o consumidor, favoreciam uma desterritorialização relativa do discurso e da prática políticos. Discurso e prática esses que tinham por centro de referência o país, o grupo ou a cidade, mas não o bairro de "per se". Por não ter conhecimento de qualquer ativismo social pré-capitalista onde o bairro tenha aparecido como centro originário das atenções, baixo um discurso de luta por consumo coletivo ou autonomia política, e considerando a extrema improbabilidade disto, amarro os ativismos de bairro ao universo capitalista.

É necessário, contudo, fazer duas ressalvas. Primeiramente, deve-se grifar que o consumo coletivo, embora tema central e originário quase sempre dos ativismos contemporâneos, não deixou, em certas circunstâncias, de ser "atravessado" por questões outras, como a da segregação racial. Para citar um exemplo eloqüente, os ativismos dos gue-

tos negros norte-americanos nos anos 60, amiúde explosivos, articulavam muitas vezes o acesso a recursos sociais (ou melhor, a dificuldade de acesso) a questões políticas e étnico-culturais, nos marcos da luta pelos direitos civis e pela afirmação da identidade negra<sup>(58)</sup>. Eram assim, nestas circunstâncias, tais ativismos lutas a partir do bairro, inscrevendo o consumo coletivo nos quadros de questionamentos políticos e culturais, e sendo o gueto acima de tudo um símbolo da segregação.

Em segundo lugar, há que se distinguir dois momentos na história do ativismo de bairro. No primeiro, que abrange o capitalismo dito concorrencial e o monopolista simples, e que vai mais ou menos até os anos 50/60 (no Primeiro Mundo), o ativismo de bairro em geral é bastante incipiente e carente de grande apelo popular. O povo trabalhador tem suas energias de luta esmagadoramente canalizadas para os meios de combate próprios ao movimento operário - partidos, sindicatos, conselhos de fábrica. As carências em matéria de habitações e serviços urbanos não eram pequenas para o proletariado, mas alguns fatores concorriam para coibir ativismos de bairro populares e em larga escala. Examinemos esses fatores.

Na etapa concorrencial e nos primórdios do monopolismo, conquanto exista a segregação espacial da classe trabalhadora, impondo-lhe duras condições de vida, apertada em cortiços ou casas-de-cômodos colados ao CBD ou empurrada para os arrabaldes, a esfera do consumo está quase inteiramente atrelada, no que toca à luta social, à esfera do trabalho. A luta na fábrica, contra a exploração a que é submetido o operário, é a luta por excelência, que não raro encapsula questões da esfera do consumo<sup>(59)</sup>. Apesar do monopolismo ter contribuído para o aprofundamento da segregação sócio-espacial, através da crescente dispersão do proletariado (periferização) ou do encastelamento dos privilegiados em "suburbs" elitistas, na esteira dos progressos nos transportes e no bojo de uma estratégia de maior controle e "racionalização" sócio-territoriais, isto não foi suficiente para determinar uma nova qualidade. Por quê? Porque, mesmo com a maior e maior visibilidade do Estado-provedor, o movimento operário, até o sério refluxo alimentado pelas derrotas explícitas do primeiro quartel deste século e pela der-

derrota implícita na crescente afirmação do "socialismo real", manteve-se fiel a si mesmo, não perdendo de vista o eixo central localizado na luta contra os capitalistas e na proposição de formas alternativas de organização da produção e da sociedade. De outra parte, as "novas classes médias", que se prestarão mais facilmente a uma eleição do Estado como grande interlocutor em meio a um processo de reivindicação por qualidade de vida urbana, desvinculado este processo aliás de um questionamento radical da esfera da produção capitalista, tais "novas classes médias" ainda estão no nascedouro. O ativismo de bairro massivo é expressão tanto do agravamento da segregação sócio-espacial (e das suas conseqüências) quanto da emergência do Estado-provedor "racional" e planejador; tanto do colapso do movimento operário "heróico" quanto da transformação das estruturas sociais e de dominação; tanto das premissas materiais e espaciais da reificação do urbano, a lógica e os interesses do capital, quanto da derrota das práticas sociais virtualmente capazes de se oporem política e cultural-ideologicamente a esta reificação, no seu começo. ]

Jean Lojkine separa as "antigas contradições" referentes à dinâmica sócio-espaco-temporal do capitalismo, associadas a "antigos movimentos", das "novas contradições", por extensão geradoras de "novos movimentos" (60). As tais antigas contradições seriam as derivadas da perene contradição capital X trabalho: contradição entre a parte do capital destinada a financiar a aglomeração dos meios de produção (acumulação capitalista) e a parte destinada a financiar os meios de reprodução da força de trabalho; contradição entre a demanda por Espaço da parte do capital, de um lado, e da parte dos trabalhadores, de outro. As novas contradições adviriam com o aprofundamento do monopolismo, caracterizado pelo aumento da presença do Estado na vida econômica, privilegiando a fração monopolista do capital em detrimento dos capitais médios e pequenos - a fração monopolista possuindo enorme mobilidade espaço-temporal e interesses nacionais ou transnacionais, e as não-monopolistas possuindo reduzida mobilidade e interesses locais ou regionais.

É claro que o eurocomunista Lojkin insere esta constatação nos marcos teórico-políticos da teoria do capitalismo monopolista de Estado, essa "pseudo-teoria inventada pelo Partido Comunista Francês (PCF) para justificar seu isolamento", como disse Castells<sup>(61)</sup> (e que o próprio Castells um dia apoiou). Teoria que consiste em assinalar que hoje, como capitalismo é praticamente sinônimo de monopolismo, e dado que o Estado acha-se complexamente atrelado aos monopólios, cumpre conquistar o Estado - pela via eleitoral, sem revolução violenta e nos termos de uma "guerra de posição" - para socializá-lo (e a partir daí a sociedade)<sup>(62)</sup>. O que finalmente pressupõe as "frentes interclassistas e antimonopolistas", as quais, no âmbito do eurocomunismo, indicam naturalmente a perspectiva de ganho das mais diferentes forças, do operariado ao pequeno empresariado, passando por todos os assalariados, para o projeto de apoio a um PC que deixa de ser stalinista deixando de ser revolucionário<sup>(63)</sup>. Todavia, apesar do reducionismo de ver a cidade como a "cidade do capital" (monopolista), e apesar da problematidade do contexto político eurocomunista, é inegável que a dinâmica social sob o monopolismo avançado não é a mesma de períodos anteriores. Há uma boa dose de verdade nestas palavras de Lojkin:

Enquanto a cidade do capitalismo concorrencial se caracterizava pela coexistência espacial das classes dominadas e das diversas frações capitalistas, enquanto o setor imobiliário no seu conjunto escapava em grande parte a uma apropriação pelo grande capital, pode-se dizer que os traços característicos de Monopolville são, ao contrário, determinados pela subordinação dos mecanismos de produção e ocupação da cidade - sobretudo da megalópole onde estão concentrados os equipamentos de comunicação e informação mais estratégicos - à lógica da acumulação monopolista. (64)

Lojkin reflete com os olhos voltados para a sua realidade, o Primeiro Mundo em processo de pós-industrialização. Mas isto não significa que as transformações mais gerais ocorridas com a passagem do monopolismo simples para o avançado sejam exclusividade primeiromundista; também no Terceiro Mundo urbano-metropolitano podem ser enxergados

dois grandes momentos na história da formação do ativismo de bairro. (Sobre a questão das diferenças e do costuramento entre Primeiro Mundo e Terceiro Mundo, voltarei especificamente no primeiro subcapítulo do Capítulo 4.) Para dar um exemplo, o que era o ativismo de bairro nas primeiras décadas deste século, aproximadamente a mesma época em que se desenvolvia o movimento operário em nossa cidade (anarquistas, comunistas em seguida etc.) ? As "comissões pró-melhoramentos" caracterizavam-se por um discurso pouco politizado, reivindicativo, demonstrando pouca ou nenhuma politização por parte do movimento operário que emergia. Essas comissões, em regra constituídas ou pelo menos regidas pelo notáveis do lugar - o comerciante, o militar reformado, o médico -, efetuavam gestões junto ao Estado e certas empresas privadas (Light and Power, por exemplo) a fim de obterem remendos urbanos. Conforme se nota do exame da imprensa de bairros deste período, o discurso, se bem que tenha evoluído de uma tônica submissa e súplice para um tom mais combativo e revoltado<sup>(65)</sup>, a questão geral da exploração, que articularia as más condições de moradia às más condições de trabalho num quadro geral de más condições de vida para a classe trabalhadora, dificilmente é invocada explicitamente. Daí, não por acaso, o caráter efêmero de tantas comissões, dados o curto alcance de seus objetivos e a centralização das atenções políticas da classe trabalhadora pelo movimento operário, que vinha obtendo importantes conquistas.

Outro exemplo didático é o das Sociedades de Amigos de Bairro (SABs) de São Paulo, que se desenvolveram principalmente na década de 50. Segundo se percebe em Paul Singer<sup>(66)</sup>, as SABs estão ligadas, em suas origens, aos notáveis da localidade, à semelhança das comissões pró-melhoramentos do Rio de Janeiro. Mesmo quando se trata de bairros periféricos, elementos pequeno-burgueses tendem a assumir a liderança e a conduzir a dinâmica da entidade. Vejamos este depoimento:

A Sociedade de Amigos de Bairro é uma sociedade de diretoria, e o povo nunca participa dela; até agora nunca vi essa gente fazer nada para o bairro. Aquilo lá só serve para tempo de eleição: os políticos vêm lá e ficam pedindo votos e fazendo promessas que eles nunca cumprem. (67)

É certo que o momento histórico do "boom" das SABs paulistanas é diferente daquele das comissões cariocas dos primeiros decênios do século. A presença do populismo, particularmente, é fator importante de diferenciação. Estamos diante do trabalho de cooptação maciça efetuado pelo janismo em São Paulo, sendo a campanha de Jânio Quadros pela prefeitura em 1953 vinculada por Singer à origem de muitas SABs. Muitos comitês eleitorais de Jânio Quadros ter-se-iam, inclusive, convertido em SABs de periferia.

Não podemos, também, esquecer o papel fundamental das conjunturas políticas, temperando condicionantes estruturais (sobre isto retornarei, em termos teórico-metodológicos, no próximo capítulo). Em 1970 existiam 1.100 SABs no estado de São Paulo, das quais 800 na Grande São Paulo e 500 só na capital. 12,2% surgiram até 1955; as 87,8% restantes surgiram entre 1955 e 1970<sup>(68)</sup>, período de quinze anos grandemente consumido pelo populismo janista e, mais tarde, pelo regime ditatorial pós-64. Não foram poucas as SABs que, com o bipartidarismo, se atrelaram à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido situacionista<sup>(69)</sup>. Tudo isto é sintomático de como o perfil político da forma-SAB se caracteriza pela emasculação, e de como esse perfil é alimentado por conjunturas populistas ou, no que é aparentemente o pólo oposto, anti-populares.

Mas não se pode perder de vista que tanto o caso do Rio quanto o de São Paulo se inscrevem no momento global de uma sociedade tecnológica, política e culturalmente regida (ou começando a ser regida) pelo industrialismo clássico e pelo paradigma político da modernidade (movimento operário todo-poderoso). No caso do Rio de Janeiro, no princípio da industrialização, período ainda do movimento operário radical em boa forma física, definindo um ativismo de bairro autônomo muito pouco popular. No caso de São Paulo, já em meio ao desenvolvimentismo e a um processo de industrialização a todo vapor, eis que temos não mais uma secundarização do ativismo de bairro por facções revolucionárias do movimento operário que são extremamente importantes, mas sim uma forte cooptação dos trabalhadores pobres pelo populismo, numa época em que o movimento operário, a nível internacional, é a expressão de um projeto

político derrotado. Em ambos os casos a ausência de vários pressupostos indispensáveis ao deslanchar do ativismo de bairro com feições amplas de movimento. A conjuntura política pós-64 naturalmente contribuiu de modo decisivo para retardar esta decolagem. Se recordarmos que, por força de carências e problemas bastante palpáveis, as favelas vinham já constituindo associações desde os anos 50 e mesmo antes<sup>(70)</sup>, e que já nos anos 60 a FAFEG (Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara) opunha corajosa resistência às políticas de remoção de favelas, sendo após o golpe de Estado perseguida<sup>(71)</sup>, ponderaremos duas coisas: primeiramente, que sob o ângulo da penúria objetiva dos cidadãos o Terceiro Mundo deveria mesmo ser pioneiro em matéria de ativismos de bairro; e em segundo lugar, que se não o foi isto se deveu à insuficiência de condições político-culturais. Político-culturais lido, aqui, como a presença/ausência de um atrelamento à sociedade industrialista e à modernidade e de uma conjuntura política facultadora da emergência não de simples ativismos clientelistas, mas de movimentos<sup>(72)</sup>. As contradições mais cedo ou mais tarde explodem, e formas alternativas emergem - por exemplo as Comunidades Eclesiais de Base instituídas por segmentos progressistas da Igreja Católica já durante a ditadura, nos anos 70<sup>(73)</sup>. As inércias típicas do Terceiro Mundo, entretanto, são poderosas, onde se conta aliás a demora de nossas "esquerdas", intelectuais e militantes, em olhar para as experiências de resistência que protagonizamos independentemente da batuta partidária<sup>(74)</sup>.

Ao que tudo indica, não constitui uma generalização excessiva postular como marco fronteiro a passagem do monopolismo simples, industrial e moderno, para o monopolismo avançado, pós-industrial e pós-moderno, no que tange à emergência maciça, autonomizada frente o movimento operário e não raro com feições de movimento, do ativismo de bairro. Invocar tal passagem para a explicação do ativismo primeiromundista decerto não causará surpresa; poderá entretanto escandalizar pelo fato de eu estender sua validade igualmente ao Terceiro Mundo. Penso, todavia, que não procedo a mais uma importação acrítica de teorias ou modismos, já que estou consciente da natureza seletiva e peculiar da realização do pós-industrialismo e do pós-modernismo no Terceiro Mundo. Defen-

ter a integração analítica Primeiro Mundo/Terceiro Mundo, sem contudo subestimar as enormes diferenças existentes, é o objetivo da primeira parte do próximo capítulo.

Retorno, assim, à questão com que iniciei este subcapítulo: a da novidade ou não do ativismo de bairro. Em termos absolutos, o ativismo de bairro, mesmo estando circunscrito ao capitalismo e à modernidade, não é exatamente algo novo. Mas o que importa ressaltar é que o contexto de transição do industrialismo e da modernidade para o pós-industrialismo e para a pós-modernidade, que se realiza por excelência no Primeiro Mundo mas que penetra de algum modo em certas partes do Terceiro Mundo, determina uma nova qualidade para o ativismo de bairro. É um cadinho de fatores econômicos, políticos e culturais que faz com que o ativismo sofra mutações e ganhe crescente visibilidade - visibilidade decorrente não só de seu dinamismo interno, mas igualmente do papel por ele desempenhado no concerto dos ativismos sociais numa época em que a autonomização das lutas dá o tom. Neste sentido, faço minhas as seguintes palavras de Marçal Tarragó:

Lutas sociais na cidade têm existido sempre, e Hobsbawn escreveu um belo artigo sobre o tema. Conflitos gerados pelas condições de vida na cidade se têm manifestado de vez em quando e com características diversas. Em Barcelona, por exemplo, no princípio do século XIX, o clamor popular exigia a demolição das muralhas e o alargamento de uma cidade que não podia respirar dentro do velho recinto medieval. Mas a existência de uma pressão constante e múltipla dos cidadãos no que tange à habitação, ao urbanismo, aos equipamentos e aos serviços (escola, saúde, zonas verdes etc.), aos modos de vida coletiva, à cultura cotidiana, ao controle da gestão, à representatividade da Administração, às formas de participação na vida local, tudo isto é um fenômeno recente. Hoje os movimentos urbanos, o movimento popular cidadão, constitui um dos eixos mais importantes do desenvolvimento de nossa vida social. (75)

## NOTAS AO CAPÍTULO 3

- (1) É a avaliação de Ana Clara Torres Ribeiro em "Movimentos Sociais Urbanos - algumas reflexões" (Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos, Rio de Janeiro, 1980), demonstrando a propósito preocupação com o descuido, por parte da intelectualidade brasileira, para com as nossas especificidades (voltarei a isto no subcapítulo 3.3.).
- (2) Para a crítica castellsiana do marxismo, ver The City and the Grassroots. University of California Press, Berkeley e Los Angeles, 1983.
- (3) Cf. Renato Raul Boschi e Licia do Prado Valladares. "Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos". In: Renato Boschi (org.), Movimentos Coletivos no Brasil Urbano. Zahar, Rio de Janeiro, 1983, p. 105, rodapé.
- (4) Ana Clara Torres Ribeiro, op. cit.
- (5) Ver Renato Boschi e Licia Valladares, op. cit.
- (6) Luiz Antonio Machado da Silva e Alicia Ziccardi, "Notas para uma discussão sobre 'movimentos sociais urbanos'". III Encontro Anual da ANPOCS, Belo Horizonte, 1979, mimeo.
- (7) Ibid.
- (8) Cf. *ibid.*, pp. 6-7.
- (9) Cf. Alain Touraine, Production de la société. Le Seuil, Paris, 1973.
- (10) Manuel Castells, A Questão Urbana. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983,
- (11) Manuel Castells, City, Class and Power. Macmillan, Londres, 1978, p. 2.
- (12) Manuel Castells, The City and the Grassroots, op. cit.
- (13) Ibid.
- (14) Cf. José Álvaro Moisés e Verena Martínez-Alier, "A revolta dos suburbanos ou 'patrão, o trem atrasou'". In: José Álvaro Moisés et alii, Contradições Urbanas e Movimentos Sociais. CEDEC/Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1985.
- (15) Op. cit., p. 295.
- (16) Ibid., p. 533.

- (17) Isto fica particularmente evidente em seu livro L'après socialisme (Grasset, Paris, 1980), onde se critica o comunismo e o socialismo sem oferecer melhor alternativa que a de um "retorno à democracia" (título de um dos capítulos).
- (18) Jean Lojkin, O Estado Capitalista e a Questão Urbana. Martins Fontes, São Paulo, 1981.
- (19) Ibid., pp. 297-8.
- (20) Cf. Jordi Borja, Movimientos Sociales Urbanos. SIAP, Buenos Aires, 1975, p. 54.
- (21) Ibid., p. 57.
- (22) Ibid., p. 83. (Sobre a postura de "se propor objetivos utópicos de ir avançando até a cidade socialista" ver, por exemplo, o Castells de Cidade, Democracia e Socialismo. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.)
- (23) Borja, op. cit., p. 41.
- (24) Ibid., p. 53.
- (25) Ibid., p. 53.
- (26) Ibid. p. 51.
- (27) Cornelius Castoriadis, "A questão da história do movimento operário". In: A Experiência do Movimento Operário. Brasiliense, São Paulo, 1985, pp. 67-8.
- (28) Cf. Manuel Castells, A Questão Urbana, op. cit., p. 462.
- (29) Cornelius Castoriadis, "Introdução: socialismo e sociedade autônoma". In: Socialismo ou Barbárie. BRasiliense, São Paulo, 1983, p.30.
- (30) Cf. Jordi Borja, op. cit., p. 62.
- (31) Ibid., p. 58.
- (32) "Capitalístico" é um termo de Félix Guattari, segundo esclarece Suely Rolnik (Guattari e Rolnik, Micropolítica. Vozes, Petrópolis, 1986, p. 15, rodapé):  
 Guattari acrescenta o sufixo "ístico" a "capitalista" por lhe parecer necessário criar um termo que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do "Terceiro Mundo" ou do capitalismo "periférico", assim como as economias ditas socialistas dos países do leste, que

vivem numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo. Tais sociedades, segundo Guattari, em nada se diferenciariam do ponto de vista do modo de produção da subjetividade. Elas funcionariam segundo uma mesma cartografia do desejo no campo social, uma mesma economia libidinal-política.

O problema desse costuramento planetário foi também focalizado, aliás em termos mais rigorosos, por Cornelius Castoriadis; ver, por exemplo, "O regime social da Rússia", em Os Destinos do Totalitarismo & Outros Escritos (L&PM, Porto Alegre, 1985);

- (33) Stuart Lowe, Urban Social Movements - The City After Castells. Macmillan, Londres, 1986, p. 3.
- (34) Ibid., p. 3.
- (35) Alain Touraine, Production de la société, op. cit.
- (36) Ibid.
- (37) É interessante verificar como, nestes marcos, conceitua Lefebvre tecido urbano. Diz ele que  
o tecido urbano prolifera, se estende, consumindo os resíduos de vida agrária. Por tecido urbano não se entende, de maneira estreita, a parte construída das cidades, mas o conjunto de manifestações do domínio da cidade sobre o campo. Baixo esta perspectiva, uma residência secundária, uma auto-estrada, um supermercado em pleno campo formam parte do tecido urbano. (La revolución urbana, Alianza Editorial, Madrid, 1983, p. 10)
- (38) Por base social se entende aqui o universo de pessoas potencialmente mobilizáveis especificamente por uma associação de moradores. No caso, todos os moradores (reconhecidos como tal, face a um viés que exporei no próximo subcapítulo) de um determinado bairro. Os militantes ativos são, portanto, um subconjunto da base social, do mesmo modo que a própria base, definida por um recorte espacial, pode ao mesmo tempo ter continuidade de classe imediata com bases sociais de bairros próximos e apresentar heterogeneidade em seu interior. No caso do ativismo de bairro, o que é inicialmente definidor é o recorte territorial.
- (39) Ver Castoriadis, "A questão da história...", op. cit., p. 53.
- (40) A expressão é de Castells (cf. Movimientos Sociales Urbanos. Siglo Veintiuno, México, 1974).
- (41) Borja, op. cit., pp. 17-9.

- (42) A sugestiva oposição de bairro X a partir do bairro (à qual eu acrescento o a partir também do bairro) é de Castells (ver Cidade, Democracia e Socialismo, op. cit.)
- (43) Ver Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.
- (44) Cf. Cornelius Castoriadis, "O papel da ideologia bolchevique no nascimento da burocracia". In: A Experiência..., op. cit.
- (45) Marx e Engels, "Manifesto do Partido Comunista". Progresso/Avante!, Moscou/Lisboa, 1982 (in: Marx/Engels - Obras Escolhidas, Tomo I, p. 111).
- (46) Ibid., p. 124.
- (47) Ver "Technique", in: Les carrefours du labyrinthe. Seuil, Paris, 1978; e "Marx aujurd'hui", in: Domaines de l'homme - Les carrefours du labyrinthe II. Seuil, Paris, 1986.
- (48) Numa carta a Annenkov, já em 1846, Marx ponderava que "a pólvora permanece a mesma, quer nos sirvamos dela para ferir um homem ou para curar as chagas do ferido" (cf. Marx/Engels - Obras Escolhidas, op. cit.), colocação truística que, quando transposta para o plano da consideração da tecnologia em seu sentido mais amplo e profundo, acoberta precisamente a visão de "neutralidade relativa" da tecnologia que o Pensador de Trier virá a encarnar.
- (49) David Harvey, A Justiça Social e a Cidade. HUCITEC, São Paulo, 1980, p. 135.
- (50) Foi o que constataram empiricamente, numa pesquisa realizada em Columbus, EUA, Kevin Cox e Jeffery McCarthy ("Neighbourhood Activism as a Politics of Turf: a Critical Analysis". In: Kevin Cox e R. J. Johnston (orgs.), Conflict, Politics and the Urban Scene. Longman, Essex, 1982.
- (51) É o que já reconhece Engels no Para a Questão da Habitação, rebatendo incisivamente a idéia simplista de Mülberger de que "o operário assalariado está para o capitalista como o inquilino para o proprietário da casa".
- (52) Esta questão encontra-se inteligentemente discutida em Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro. Zahar, Rio de Janeiro, 1981.
- (53) Ibid.
- (54) Ver, de Castells, A Questão Urbana, op. cit., e Movimentos Sociais Urbanos, op. cit.; de Lojkin, O Estado Capitalista e a Ques-

tão urbana, op. cit.; e de Borja, Movimientos Sociales Urbanos, op. cit.

- (55) Ver, por exemplo, Ana Clara Torres Ribeiro, op. cit.
- (56) Ver Manuel Castells, The City..., op. cit.
- (57) Cf. Para a Questão da Habitação.
- (58) Ver Castells, The City..., op. cit.
- (59) Veja-se o exemplo do movimento dos inquilinos em Glasgow, 1915, analisado por Castells em *ibid.*, organizado por partidos de esquerda e organicamente vinculado ao movimento operário, ainda que que tivesse como centro de pauta uma questão situada na esfera do consumo. Já o episódio da Comuna de Paris, igualmente focalizado por Castells em *ibid.*, conquanto não tenha sido propriamente uma revolução operária foi um movimento social abrangente, inclusive operário, onde as questões relativas à esfera do consumo - a moratória de aluguéis decretada pelos "communards" por exemplo - eram parte integrante de um todo maior.
- (60) Jean Lojkine, op. cit.
- (61) The City..., op. cit., p. 297.
- (62) Alguns autores levaram bem longe a emasculação originária embutida na teoria em questão; não foi este o caso de Lojkine, que admitia contudo que seria possível avançar bastante através da utilização dos "palcos políticos", "palcos para a luta de classes" em que se haviam convertido os órgãos estatais sob o capitalismo monopolista avançado - em contraposição ao "Estado de parasitas" de que falava Lênin (ver Lojkine, op. cit.).
- (63) Bem entendido: qualquer ilusão que o stalinismo propriamente dito ainda guardasse, em decorrência de eventuais "quarteladas" (como no Brasil em 1935) patrocinadas pela III Internacional, é dissolvida pela adesão estrutural do eurocomunismo ao entrismo, à "guerra de posição". "A época da tomada dos Palácios de Inverno já passou", ponderam, pragmáticos, os eurocomunistas. Para eles, se anuncia a bem mais confortável era da conquista democrática de sedutores postos no Estado capitalista.
- (64) Jean Lojkine, op. cit.
- (65) Ver, a propósito, de Mauricio de Almeida Abreu, "A periferia de ontem: o processo de construção de espaço suburbano no Rio de Janeiro (1870-1930)". Espaço & Debates, nº 21, 1987.
- (66) Paul Singer, "Movimentos de bairro". In: Paul Singer e Vinicius

Caldeira Brandt (orgs.), São Paulo: o Povo em Movimento. Vozes, Petrópolis, 1983.

- (67) Cf. Ibid.
- (68) Segundo José Álvaro Moisés, apud Singer, op. cit.
- (69) Ibid.
- (70) Ver Eli Diniz, "Favela: associativismo e participação social". In: Renato Boschi (org.), op. cit.
- (71) Cf. Ana Clara Torres Ribeiro, "Movimentos sociais - velhas e novas questões no espaço do Rio de Janeiro". Rio de Janeiro, 1986 (xerox).
- (72) O populismo define-se sensivelmente pelo que Francisco Weffort (O Populismo na Política Brasileira, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980) compreendeu como o seu núcleo paradoxal: "como entender o duplo paradoxo do populismo, de setores dos grupos dominantes que promovem a participação dos dominados e das massas que servem de suporte para um regime no qual são dominados?" (p. 11). Visto como a cooptação do povo trabalhador por líderes carismáticos, inserindo-o num projeto de apoio aos planos dos grupos sociais que representam a conservação essencial do "status quo", o populismo pode também ser entendido como uma "modernização sem mudança" na vida político-social de um Brasil, de uma Argentina (casos examinados por Weffort); o populismo seria a nossa "modernidade política", ou pelo menos sua grande porta de entrada. Aliás, historicamente, conforme salienta Weffort (pp.105-21), a construção de um ambiente econômico cultural urbano-metropolitano está diretamente associada à emergência do populismo na América Latina, nos quadros de uma oposição entre classes médias ascendentes e modernizantes e velhas oligarquias de origem agrária e cunho conservador (as quais não são destronadas inteiramente, amalgamando-se às novas forças para a constituição do Estado populista).
- (73) Ver Singer, op. cit.
- (74) Ver Ana Clara Torres Ribeiro, "Movimentos sociais - novas...", op. cit., p. 21.
- (75) Marçal Tarragó, Política urbana y luchas sociales. Avance, Barcelona, 1976.

#### 4. O ATIVISMO DE BAIRRO E O MUNDO CONTEMPORÂNEO

De certa maneira, tudo o que fiz até agora foi preparar terreno para as discussões deste capítulo. Comecei oferecendo, na Introdução, um "flash" dos principais tipos de abordagem do ativismo de bairro, com os quais eu iria polemizar ao longo do trabalho; em seguida, no Capítulo 1, forneci um painel extremamente sintético da contemporaneidade, em seus aspectos econômico, político e cultural, contemporaneidade que modela o ativismo e que é, em "feedback", também modelada por ele; no Capítulo 2 focalizei o catalisador simbólico e político originário, o bairro, realçando o que tem mais relevância imediata, na sua constituição e na sua historicidade, para a compreensão do ativismo; finalmente, no Capítulo 3, introduzi a análise do ativismo de bairro especificamente, enfocando o problema conceitual, as peculiaridades deste ativismo e a sua historicidade.

É chegado o momento de atacar de frente a questão de uma alternativa de abordagem às vertentes já apresentadas na Introdução, explicitando e desenvolvendo metodologicamente temas capitais que eu, até agora, somente lembrei através de posicionamentos implícitos ou insinuados. Principiarei interpelando a dicotomia Primeiro Mundo/Terceiro Mundo, na tentativa de mostrar que as diferenças, ainda que profundas, não contradizem um costuramento, o qual é necessário resgatar; a seguir, interpelarei outras dicotomias, aquelas que concernem a "infra-estrutura" vs. "superestrutura" e estrutural vs. conjuntural; por fim, focalizarei a delicada questão da organização para a luta, menos para propor fórmulas do que para convidar à reflexão. Almejo, com o material dessas análises, lastrear consistentemente a mensagem do presente trabalho: a defesa de uma valorização crítica do cotidiano da esfera da reprodução.

##### 4.1. O ativismo de bairro e a dicotomia Primeiro Mundo/Terceiro Mundo

Em vista da minha preocupação em detectar, numa primeira aproximação, dinâmicas e aspectos mais gerais, e face aos apoios teórico-metodológicos ora buscados, principalmente em autores primeiromun-

distas, será talvez natural que o leitor minuciosamente crítico desconfie de que se trata, aqui, de mais uma importação desavisada de teorias; de colonialismo intelectual, enfim. Decerto, a alegação de que os autores de proa são primeiromundistas não constitui argumento sólido, pois resta a hipótese de que essa produção teórica estaria sendo indevidamente aproveitada, obliterando especificidades do Terceiro Mundo. A única resposta séria, e a única coerente com a minha proposta, é a de que, a um nível simultaneamente geral e profundo, por força da "mundialização do mundo", do costuramento capitalístico dos Espaços à escala do planeta, deparamos com um desenvolvimento capitalístico que, por ser desigual, não deixa de ser combinado<sup>(1)</sup>. Diante disto, ao invés de admitir aprioristicamente uma clivagem provinciana entre Primeiro Mundo e Terceiro Mundo, cabe examinar em que proporção as realidades concretas contêm o mais geral filtrado por especificidades (as quais se situam não somente no nível macro, do confronto entre os dois "mundos", mas a nível nacional e mesmo local também). Esta é, obviamente, uma tarefa coletiva, que deve ser dividida entre muitas pesquisas empíricas minuciosas. Entretanto, me parece possível, com o material de que disponho, delinear o posicionamento do problema.

No Subcapítulo 3.3., ao examinar a historicidade do ativismo de bairro, discuti a sua "novidade". O caráter recente do ativismo de bairro foi, no final das contas, admitido em termos relativos, e, em que pesem as críticas que enderecei a autores como Castells, Lojkine e Borja, uma coisa foi reconhecida: a reificação do urbano, remissiva a transformações da sociedade capitalista ocorridas na transição (que se processa) do industrialismo e da modernidade para o pós-industrialismo e para a pós-modernidade - transformações econômicas, políticas e culturais, focalizadas ou tangenciadas, ainda que de modo inadequado, por esses autores -, é a chave para a compreensão do ativismo de bairro. Ora, na medida em que as aludidas transformações se desenrolam por excelência nos países capitalistas centrais, não sendo assim mero acaso o fato de eu ter recorrido a estudiosos primeiromundistas para que me abrissem caminhos - mesmo que indiretamente -, cabe indagar: é legítimo invocar tais matrizes de pensamento para explicar os ativismos

de bairro terceiromundistas ?

As realidades urbano-metropolitanas dos países periféricos correspondem a inserções de ponta na economia internacional, pelos padrões terceiromundistas<sup>(2)</sup>. A natureza das metrópoles do Terceiro Mundo revela, porém, que, ao mesmo tempo em que se trata de economias dinâmicas, sob a lógica de uma inserção dependente e com tudo o que isto acarreta - ou seja, consumo de bens e serviços com forte base de padrões culturais importados, produção fundamentada em forte dependência tecnológica e científica, bombardeio de "inovações" e modismos propagandeados e impingidos pelo Primeiro Mundo -, o estigma de miséria característico do Terceiro Mundo não deixa de estar presente. Tal estigma se manifesta através do elevado percentual de população vivendo em favelas ou congêneres, em flagrante contraste com a elegância e a sofisticação cosmopolitas dos bairros de elite; através das doenças da miséria coexistindo com as patologias típicas dos privilegiados; através dos famélicos que se arrastam pelas ruas dos CBDs; através das altas taxas de analfabetismo que nem sempre envergonham os consumidores de "cult-movies", espetáculos "alternativos", "griffes" internacionais.

Não postulo, no entanto, quaisquer dualismos entre "novo" e "velho", "rico" e "pobre", "moderno" e "atrasado". No meu entender, ambos os termos, a miséria e a sofisticação cosmopolita, pertencem à mesma lógica. Estão amalgamados, conforme discutirei mais à frente.

A natureza da inserção no mundo capitalista determina de modo decisivo, para uma realidade dependente, a natureza de seus conflitos sociais. Uma realidade terceiromundista urbano-metropolitana, onde são encontrados elementos econômicos e culturais explicáveis pela importância e pelo papel específico desempenhado pelo país face o sistema econômico internacional, não pode deixar de carregar as contradições e os conflitos associados à presença de tais elementos. Esses elementos são: a capitalização forte de vários setores da economia e a absorção de tecnologias modernas (ainda que não sejam a vanguarda estratégica; tecnologias processo-produto e organizacionais, indo desde computadores até "know-how" de planejamento urbano-regional), a reboque do contato especial de certos países terceiromundistas com os países capitalistas

centrais<sup>(3)</sup>; a assimilação, por parte de várias camadas médias, de uma cultura de massas "moderna", pondo-as em contato com o conjunto do mundo capitalista; o cultivo, por parte de uma minoria privilegiada, de padrões de consumo de vanguarda cultural. O desenvolvimento desses padrões de consumo, das tecnologias produtivas e de comunicações e transportes, o surgimento de um setor quaternário na economia, a emergência de quadros técnicos e científicos indispensáveis, tudo isto se relaciona com uma trama complicada, onde deparamos com circunstâncias historicamente favoráveis à situação de um dado país terceiromundista como a de uma dominação "de alto nível"; são os "países-pontos de apoio" de que fala Michel Beaud<sup>(4)</sup>: Brasil, Argentina, México... todos dotados hoje, época da pós-industrialização primeiromundista, de uma história prévia de industrialização (dependente e limitada), de estruturas sociais complexas, de mercados consumidores numericamente (e, de certo ângulo, até qualitativamente) importantes. Numa realidade industrializada, ainda que periférica, é inevitável um certo florescimento do movimento operário; da mesma forma, o que se passa com o movimento operário a nível global não pode deixar de repercutir, seja como for, no Terceiro Mundo razoavelmente industrializado. Enfim, também o desenvolvimento de problemas e conflitos vinculados ao crescimento urbano capitalista, à agressão capitalista ao meio-ambiente etc., não pode deixar de se apresentar, de alguma maneira, naqueles países periféricos que, por sua especial posição, conhecem a metropolização de estilo ocidental, a industrialização etc.

Evidentemente, se me permitem ressalvas acacias, Rio de Janeiro não é Paris, e São Paulo não é New York. Não se trata de tomar um núcleo tecnológico e cultural primeiromundista, torná-lo politicamente algo dependente no plano internacional, inseri-lo num contexto de pobreza da maioria da população e dizer: "eis uma metrópole terceiro-mundista". O pós-industrialismo e o pós-modernismo detectáveis no Terceiro Mundo urbano-metropolitano de estilo ocidental são seletivos, e se acham amalgamados, numa única lógica, com a pobreza e a dependência.

Seletivos porque penetram na esteira e sob controle do processo de dependência mesmo. A assimilação de tecnologias mais avançadas se faz grandemente a reboque de uma dinâmica global do capitalis-

mo de abertura de novos mercados para bens industrializados (de consumo e de produção) e de realocização de aparatos produtivos (em busca de mão-de-obra barata, de fontes de matérias-primas, de legislações ambientais permissivas, de grandes mercados consumidores, de incentivos governamentais). Isto não quer dizer que os capitais nacionais, públicos e privados, sejam insignificantes; associados ou não aos capitais transnacionais, os nacionais são os avalistas econômicos de um processo histórico que desembocou numa posição de certa força para esse tipo de país terceiromundista. Um processo em que, a despeito da marca da dependência ser uma constante, a submissão e o servilismo escancarados impostos a outros países cede lugar à cooptação, às negociações, ao controle mais sutil. Todavia, a modernização, por ser tecnologicamente dependente, e o crescimento econômico, por atender mais a demandas externas - mercados, pagamentos de serviços de dívidas etc. - do que propriamente à maioria dos interesses nacionais, corporificam a seletividade mencionada.

De outra parte, a modernização (e a pós-modernização...) amalgama-se com a pobreza. O papel da metrópole lhe confere um conteúdo bastante complexo ao nível da produção, da circulação e do consumo. Entretanto, um dos fatores de atração de empresas é a abundância, com o conseqüente barateamento do custo, da mão-de-obra. O que é ainda complementado pela "menor exigência" da mão-de-obra terceiromundista... a qual, não esqueçamos nós, é fruto típico da repressão ! <sup>(5)</sup>. No plano do consumo, a pobreza urbana instaura uma aparente clivagem, caracterizada por Milton Santos <sup>(6)</sup> como a existência de dois circuitos na economia urbana dos países periféricos: o circuito inferior destinado aos pobres, e o superior às classes médias e altas modernas. Circuitos que, sublinhe-se, não existem como dois compartimentos estanques, mas interligados por uma dialética cínica: o inferior é a válvula-de-escape de um sistema injusto e contraditório; é ela que permite que a população pobre tenha acesso a certos bens e serviços - reproduções ordinárias de bens e serviços do circuito superior, ou alternativas originais a eles; é ela que permite, assim, ao lado de outros mecanismos, que seja mantido o "equilíbrio dinâmico" do sistema social.

É em função do caráter fortemente dependente da modernização urbano-metropolitana terceiromundista, que se reflete na pobreza da maioria da população, que, a despeito de todos os elementos modernos e mesmo pós-modernos, podemos concordar com Lefebvre: acumulam-se os problemas, mas não as riquezas<sup>(7)</sup>. É assim possível topar com uma metrópole onde, ao lado de problemas tematicamente próximos dos problemas típicos primeiromundistas, originando conflitos idem - lutas de bairros de elite ou de classe média em defesa do verde e da paisagem; lutas contra projetos de renovação urbana -, deparamos com abundantes problemas relativos à mais extremada injustiça social, gerando ativismos tematicamente distantes do que é típico no Primeiro Mundo - lutas de bairros pobres e paupérrimos por bens e serviços urbanos elementares.

Então, problemas da riqueza e da miséria irmanados por um formato organizativo comum, o ativismo de bairro, a associação de moradores ?

Evitar o provincianismo teórico-político não deve implicar na adoção de esquemas generalizantes - e acríticos. Tratar os nossos ativismos "à européia" significa diluir-lhes a heterogeneidade essencial e radical, esvaziá-los de suas agudas contradições. É o que ocorre quando o paradigma de análise dos movimentos sociais urbanos tece um panegírico em louvor do "morador que emerge como cidadão", subestimando a vaguidão da categoria morador, as enormes disparidades que o ativismo de bairro terceiromundista engloba e a significância, em nosso caso, da "cidadania". O costuramento entre Primeiro Mundo e Terceiro Mundo, venho argumentando, é um dado da realidade; mas o horizonte e o espírito políticos de muitas lutas concretas primeiromundistas não podem controlar ideologicamente o nosso próprio olhar teórico, sob pena de incorreremos no ridículo e no reacionarismo - e de nada adiantam as boas intenções e a sinceridade. O reformismo dos nossos paradigmáticos, empobrecendo mesmo os pré-paradigmáticos eurocomunistas, aparece como uma perfumaria teórico-política em nossa realidade, poupando a narizes sensíveis o cheiro forte da real dimensão das nossas contradições, dos nossos problemas<sup>(8)</sup>.

Além do mais, seria incorreto advogar que o aparecimento

do ativismo de bairro popular no Terceiro Mundo se deu a reboque ou por imitação de experiências européias. As associações de favelas, antes da década de 50 já existentes no Rio de Janeiro, não imitaram os guetos do Primeiro Mundo. Apesar do costuramento de contradições, nossas especificidades decisivamente determinaram, nas brechas de um movimento operário não-onipresente, e em face de uma pobreza quase onipresente, o desenvolvimento de organizações comunitárias, de experiências de solidariedade e de resistência contra os mais diferentes tipos de agressão: econômica, remoções, estigmatização social. Isto antes que a classe média incrementasse os seus ativismos, encapsulando mesmo os ativismos dos pobres - a questão da casa própria, por exemplo - e tornando mais visível o ativismo de bairro (embora as favelas não fossem bairros...) como um todo. Antes que a classe média, finalmente, produzisse os seus teóricos de lutas urbanas, bem ou mal inspirados nos teóricos europeus.

A cortina ideológica que segmentos fundamentalmente comprometidos com uma perspectiva de classe média impõem ao assunto precisa ser removida, da mesma forma que devem ser evitadas reações provincianas a tal acriticismo. Para além da pasteurização e da dicotomização, necessitamos atentar para as particularidades concretas das motivações dos ativismos terceiromundistas, filtrando as determinações mais gerais. Isto é, colorindo diferenciadamente as linhas gerais de costura.

As especificidades sociais do Primeiro Mundo e do Terceiro Mundo materializam-se no Espaço, com vínculos fortes com o tipo e a dinâmica dos ativismos. Além de circunscrita em termos de grupo social, a pobreza tende a ser, no Primeiro Mundo, limitada em termos espaciais. Quando estamos diante de bairros pobres localizados bastante centralmente, situação comum nas cidades dos países capitalistas centrais<sup>(9)</sup>, certos tipos de reivindicação deverão ter peso relativamente pequeno - é o caso da reivindicação por equipamentos de consumo coletivo básicos, os quais, por força da localização mesma, como também da capacidade primeiromundista em restringir a gravidade da pobreza, normalmente já existem, ainda que deficientes. Por outro lado, os bairros pobres de localização central enfrentam uma espada de Dâmocles chamada renovação urbana.

Os processos de renovação que implicam em destruições às vezes de bairros inteiros são um motivo importante de dramas e de ativismos<sup>(10)</sup>.

Já no Terceiro Mundo, com a pobreza sendo generalizada, temos também a sua difusão pelo espaço urbano, através de situações as mais diferentes: periferias, favelas centralmente localizadas, áreas de obsolescência. Com a incapacidade - e amiúde com a falta de desejo, para não cristalizar situações - do Estado em prover de infra-estrutura urbana mínima grande parte dos espaços residenciais segregados, as carências mais elementares serão tema central dos ativismos movidos pelos mais oprimidos. E como aos mais pobres cabe o conjunto dos ônus de sua pobreza, suas localizações distantes do local de trabalho lhes imporão tempo e custo de transporte habitualmente elevados, o que se agrava com a má qualidade desse mesmo transporte. Acrescente-se, a isto, a criminalidade, a falta de segurança, que envolve os mais desprotegidos em círculos viciosos: os virtualmente menos protegidos são, habitualmente, os mais expostos. Assim, no Terceiro Mundo, sem que se desconheça uma problemática e um tipo de ativismo mais próximos dos primeiro-mundistas, o que ocorre é que a sua importância é em grande parte eclipsada pela gravidade e pela importância quantitativa dos problemas fundamentais que vitimam os trabalhadores pobres. Eclipsada, a não ser que a nossa realidade seja observada através de lentes inadequadas. O que, se é que é preciso insistir, não é raro acontecer.

#### 4.2. As dimensões do Social e a eclosão de ativismos

Por dimensões do Social entende-se aqui cada uma das grandes "faces" do processo de realização da nossa sociedade - econômica, política, cultural<sup>(11)</sup> -, a partir das quais podemos pensar o estado desta última em cada momento concreto. Na medida em que se trata de faces, de dimensões de realidades e processos sociais concretos, isto é, de aspectos que se realizam simultânea e interdependentemente em cada fato social, e não de "esferas autônomas"<sup>(12)</sup>, há a nítida necessidade de abraçar uma abordagem holística. Mas há, também, a necessidade de conceder especificidade a cada dimensão, enquanto dimensão parti-

cular de realização de todo concreto. A admissão das especificidades, embora sem reificar ou "autonomizar" as dimensões, nos remete à consideração de algo como tempos próprios, ritmos próprios a cada dimensão. Esta propriedade de cada dimensão de possuir como que um "relógio interno", ainda que as suas "leis" sejam apenas especificações das "leis" da totalidade<sup>(13)</sup>, nos põe diante do fato de que, em diferentes situações sócio-histórico-espaciais, tramas distintas de relacionamento entre as dimensões produzirão circunstâncias diversas entre si. Conquanto assumamos a premissa de que as realidades sociais são inapreensíveis por esquemas analíticos que tentam reduzi-las a combinações variáveis de elementos em si mesmos invariáveis, penso ser indispensável que contrastemos as distintas realidades e tentemos entender a lógica das articulações existentes em cada uma, sem parcialismos. Nos parágrafos que seguirei procurarei encaminhar esta questão teórico-metodológica e ilustrá-la com exemplos reais, apontando para a sua importância nos marcos de uma avaliação mais profunda das limitações e potencialidades dos ativismos de bairro.

A escala mais geral a que podemos recorrer é a da dinâmica do modo de produção capitalista, ou, noutras palavras, à dinâmica do capitalismo mundial integrado, como diria Guattari<sup>(14)</sup>. As condições econômicas de viabilização do capitalismo, condições essas diferentes conforme os lugares porém guardando sempre pontos comuns na esteira da integração da economia mundial, definem uma condição geral para o surgimento ou desenvolvimento de contradições sociais manifestadas no urbano. Tal foi o pressuposto da avaliação da historicidade do ativismo de bairro, associado em última instância às modificações mais globais do mundo capitalista. No entanto, tive o cuidado de grifar que a "base econômica" toda-poderosa é uma ficção; as contradições econômicas objetivas a nada conduzem sem o recheio (não digo "revestimento") político-cultural adequado.

A necessidade de uma integração teórica entre a análise econômica ("infra-estrutural") e a análise política e cultural ("super-estrutural"), assumindo uma postura decididamente crítica frente a dicotomização freqüente na literatura especializada<sup>(15)</sup>, é aqui sublinhada por mim. Note-se que uma das conseqüências desta dicotomização pode

ser a geração de análises abstratas e generalizantes, pautadas na consideração das contradições gerais do modo de produção, sob um viés economicista, ou então de análises de curto horizonte teórico e político, embriagadas por favorecimentos ou limitações de ordem político-conjuntural ou superestimadoras dos determinantes culturais-afetivos. O apontar um horizonte político mais largo, a fim de aprofundar a discussão sobre as limitações e as virtualidades do ativismo, sem que a análise esvazie as contradições objetivas, de fundo econômico, do seu "recheio" cultural-afetivo e político pleno, e sem também que ela se deixe cegar por impressões idealistas ou restritas a uma conjuntura, depreende obviamente uma ruptura para com este tipo de dicotomização. Naturalmente, a integração coloca um desafio ao pesquisador, comumente deseducado, para trabalhar efetivamente com uma visão de totalidade; recorde-se o elenco de restrições que fiz tanto ao "holismo" dos marxistas quanto àquele pretendido pelos neoculturalistas, no Capítulo 2. Presentemente, pouco posso fazer além de chamar a atenção para este problema; ultrapassar a Razão Analítica, fragmentadora, haverá de ser um esforço coletivo. No entanto, é possível amarrar, à luz destas colocações preliminares, observações realizadas quando da análise sintética da contemporaneidade, da historicidade do ativismo de bairro e da distinção Primeiro Mundo/Terceiro Mundo.

Foi visto que o ativismo de bairro se alça a um novo patamar histórico, quantitativa (eclosão maciça) e qualitativamente (autonomização frente o movimento operário), no momento em que, numa nova fase do modo de produção capitalista e do mundo capitalista como um todo - o pós-industrialismo e o pós-modernismo nascentes -, as contradições se aguçam e se sofisticam. Este aguçamento e esta sofisticação se traduzem por uma crescentemente complexa segregação sócio-espacial, pela reificação brutal do urbano, pela escassez de espaços políticos e culturais sadios e mais ou menos autônomos etc.

O ativismo de bairro, portanto, emerge em meio à complexificação de uma crise social. Contudo, uma crise não se agrava como apodrece um tronco de árvore decepado, lembrando palavras de Castoriadis; crises se agravam quando contradições objetivas são vividas e sentidas

por sujeitos históricos concretos, que conscientemente percebem a crise enquanto crise, enquanto conflito, e se preparam para o enfrentamento<sup>(16)</sup>. Assim é que, ironicamente, a depender fortemente da cultura, da consciência, do imaginário e da conjuntura, circunstâncias materiais caracterizadas por enorme penúria podem dar origem a ativismos menos politizados e dinâmicos que outros, em situação de penúria menor. Sendo que, em decorrência da menor penúria e do universo cultural mais amplo, estes últimos podem originar reivindicações e mobilizações não diretamente remissivas a uma temática de miséria, mas nem por isso necessariamente reacionárias, alienadas ou inúteis. Num momento de fragmentação do pensamento crítico, é preciso admitir que certos setores sociais, não diretamente ou não necessariamente vinculados a uma realidade de grande penúria - estudantes, mulheres, críticos da ecologia e do Espaço capitalista -, podem contribuir com questionamentos fundamentais. Que merecem uma interligação, mas não deixam de ser fundamentais.

O quadro, assim, começa a apresentar-se em sua real complexidade. Complexidade inapreensível, cumpre grifar, plenamente por um esquema teórico apriorístico: a articulação das dimensões econômica, política e cultural admite uma solução própria - objetiva - em cada contexto histórico-espacial, condicionando variavelmente a emergência e a natureza dos ativismos.

Uma inferência conjuntural que se pode fazer, complementando a inferência estrutural concernente às condições mais gerais de aparecimento do ativismo de bairro, diz respeito à emergência de ativismos dentro de um espaço político mínimo de manobra, no plano das liberdades políticas e da "abertura" do sistema, sem o que os ativismos tendem naturalmente a ser impedidos ou abafados. O terror de Estado, a coerção político-policia, tem a capacidade de represar, secundada por esquemas de cooptação (clientelismo para legitimação do "status quo"), a aparição de movimentos. Às vezes, até mesmo de ativismos "puramente reivindicativos", pois as simples organizações populares podem representar ameaças virtuais. É interessante observar como, após um período ditatorial, no qual as contradições são abafadas pelo fechamento do sistema político, crescem os ativismos ao alvorecer de uma distensão. São os ca-

pos do Brasil, de Portugal, da Espanha<sup>(17)</sup>. Por outro lado, um caso como o Espanhol, particularmente didático, parece documentar a extrema fragilidade dos ativismos de bairro. Procuradas como abrigos provisórios ou cabeças-de-ponte por partidos de esquerda durante a ditadura franquista, as associações de moradores, cuja dinâmica em parte se deveu à intervenção de tais partidos (e isto não é uma posição geral favorável; tornarei a falar do assunto no próximo subcapítulo), se viram esvaziadas ou "traídas" num segundo momento, de "abertura". Momento em que não só ocorrem legalizações partidárias, mas quando inclusive se dá a prática do entrismo - conquista de posições no Estado -, conduzindo a um distanciamento entre o partido (que agora é governo) e as bases de bairro<sup>(18)</sup>.

Estariam então os ativismos condenados a uma pequena faixa de apogeu, entre ditaduras (asfixia) e uma maior plenitude da "democracia" burguesa (quando os animadores partidários passam a secundarizar a arena urbana, ou se distanciam por se tornarem governo)? Esta pode ser uma primeira impressão, considerando o refluxo do ativismo na Espanha, justamente onde se deu uma das mobilizações mais massivas. Entretanto, seria miopia acalentar uma concepção tão unilateral e superestimadora do poder das conjunturas. Superestimadora do papel de partidos e subestimadora da durabilidade das contradições "urbanas", que respondem pela durabilidade do ativismo de bairro. Perpetuando-se a problemática objetiva, deve-se suspeitar que um revés conjuntural não pode ser tomado, sem mais, como indicador de um retrocesso irreversível. Afinal, o que a estrutura mesma da história contemporânea parece estar questionando é justamente o conjunto dos partidos de "esquerda", dos PCs eurocomunistas às agremiações revolucionárias sectarizadas, e não o ativismo de bairro. Os perigos por que passa o ativismo, se me é dado expressar desta forma, são outros, os quais tive já oportunidade de focalizar parcialmente no capítulo anterior.

No Rio de Janeiro, por exemplo, temos uma situação interessante, distinta da espanhola. Também no Rio as lutas de bairro ganharam ímpeto nos estertores de uma ditadura; todavia, a participação dos partidos de esquerda não teve o mesmo peso que no caso espanhol<sup>(19)</sup>.

No Rio de Janeiro, cidade terceiromundista onde desde antes dos anos 50 as favelas já iam multiplicando suas associações, o ativismo de bairro adquiriu impulso, notoriedade e visibilidade com a entrada em cena dos segmentos médios, especialmente a partir de meados da década de 70. Apesar da dinâmica do ativismo carioca caminhar substancialmente para um contraponto ao clientelismo nu e cru e às associações de "festeiros"<sup>(20)</sup>, com a proliferação de ativismos de bairros pobres minimamente conscientes, a instância mais elevada, a FAMERJ, permaneceu restrita a um horizonte politicamente mais de acordo com a dinâmica das associações pequeno-burguesas que com aquela das associações de bairros pobres<sup>(21)</sup>. Só em 1987 a direção da entidade foi finalmente conquistada por grupos defensores de mais apoio às bases, mais atenção para com os bairros pobres (estimados em 80% do total de associações da Federação), articulação com o ativismo sindical (especialmente a CUT). Eram não raro ouvidas, nas reuniões do III Congresso que elegeu essa diretoria mais à esquerda (representada sobretudo pelo PT, e contraposta aos situacionistas que eram simbolizados por uma aliança entre o eurocomunistófilo PCB, o cripto-stalinista PC do B e setores "progressistas" do partido-frente PMDB), aplausos entusiasmados a palavras-de-ordem como "pelo socialismo". Palavras-de-ordem essas proferidas por gente humilde, por jovens, por militantes de bairro ligados a certos segmentos da Igreja Católica ou a partidos de esquerda. Em tal contexto, como encarar o problema conjuntural da cooptação institucional que o PDT social-democrata instaurou através dos Conselhos Governo-Comunidade (os quais discutirei no próximo subcapítulo) ? Num contexto de significativa abertura do sistema político, em que partidos de esquerda dispõem de espaço fora do ativismo mas valorizam de qualquer modo a arena urbana<sup>(22)</sup>, e também onde se percebe uma reação contra "moderados" como a vista na luta pela FAMERJ, seria razoável temer por um refluxo global por força de cooptações como a dos CGCs ?

As observações acima não apontam para uma solução através de certos partidos de esquerda. Apenas documentam a não-incompatibilidade entre abertura do sistema político e dinamismo das lutas de bairro. O que certamente tem a ver, no nosso caso, com uma situação de Terceiro

Mundo, onde os problemas são muitos e graves, onde uma "traição entrista" não teria talvez tanta importância, onde uma cooptação institucional não seria suficiente para emudecer integralmente os bairros pobres. Sobre a problemática partidária me deterei a seguir. Seja como for, importa ressaltar que as articulações entre dimensões, entre estrutura e conjuntura, são mais complexas do que muitas vezes se supõe. Elas são infensas a explicações reducionistas, explicações míopes frente aos riscos colocados por tendências de conjuntura que remetem a determinações mais profundas, ou então negligentes para com o irresistível apelo de uma historicidade que clama por novas soluções para problemas velhos e novos, e amiúde cada vez mais sérios.

#### 4.3. O problemático relacionamento entre partidos políticos e ativismos de bairro

O objetivo da análise que se inicia é posicionar, em caráter introdutório, o relacionamento entre partidos e ativismos, procurando detetar, sob inspiração de um pensamento autonomista, o núcleo de problematicidade desse relacionamento - problematicidade esta cuja existência é, naturalmente, pressuposta. O nível de conhecimento dos vários tipos partidários encarnado nesta análise é desigual. Entretanto, mesmo no que diz respeito aos tipos de partidos acerca dos quais se dispõe de mais dados, a pretensão não foi a de proceder a uma análise completa, exaustiva. A abordagem adotada é, acompanhando o espírito da dissertação, essencialmente "horizontal"; ou seja, buscou-se aqui apresentar um elenco significativo de aspectos e questões, na perspectiva de contribuir para aprofundamentos posteriores que retomem a discussão nos termos autonomistas.

Devo deixar claro que meu posicionamento a propósito dos partidos cujos entrecruzamentos com os ativismos de bairro são ora examinados é basicamente anterior à consideração desta situação específica (partidos face aos ativismos de bairro). Neste sentido, e presumindo-se que não houve tendenciosidade na seleção dos relatos de casos reais ou na sua interpretação por mim (o que não quer dizer ter inexistido um

envolvimento valorativo), o que ocorreu foi a confirmação da hipótese de problematicidade intrínseca à forma-partido, confirmação, num plano específico, e a partir da ilustração com alguns casos reais rapidamente analisados, de uma hipótese (na verdade, uma convicção) bastante cara ao autonomismo. Tal confirmação, no âmbito deste estudo introdutório, não pretende encarnar uma última palavra sobre o assunto; espero, apenas, que ela tenha sido suficientemente documentada para se constituir num efetivo convite à reflexão em torno da pertinência da aludida hipótese.

\* \* \* \* \*

Um tipo genérico de partido pode abrigar soluções variáveis de lugar para lugar, de acordo com as particularidades de contexto social e espacial, no que tange ao posicionamento frente os activismos de bairro. Além disto, um partido concreto não é estático, petrificado (embora muitos deles dêem por vezes esta impressão...). Sem que o rótulo e o papel da agremiação no universo das forças partidárias necessariamente mudem, as táticas e a orientação podem se modificar - e às vezes cambiam tanto que o processo desemboca num novo perfil estratégico. Tudo isto significa que um esforço classificatório, por mais respaldado que esteja em dados empíricos, deve sempre estar consciente da situação histórico-espacial precisa a que se refere.

Por outro lado, é certo que, apesar dos riscos de toda generalização e de toda determinação conceitual, existem fios comuns costurando realidades diferentes, diferentes sob vários aspectos. Ademais, cada grande tipo de partido apresenta - por força da inércia relativa do perfil estratégico-institucional - um "modus operandi" mais ou menos constante ao longo de significativos períodos de tempo, no que respeita a vários pontos essenciais. Exemplos colhidos no passado menos ou mais recente e no presente justificam a convicção da validade de se levantar questões considerando as teias comuns nas quais partidos diversos se acham enredados. Ou, mesmo, a teia comum em que a forma institucional partido está enredada...

\* \* \* \* \*

Conceituar revolução não é tarefa simples, e não se pretende fazer propriamente isto agora. Mas não seria correto desenvolver análises que tocam no potencial revolucionário dos partidos, através do prisma de uma apreensão pós-marxista do projeto revolucionário, sem esclarecer o conteúdo do referencial revolução ora empregado.

Há uma dicotomia corrente, no âmbito da qual a revolução é enxergada na esteira de uma certa dissociação entre meios e fins. Os eurocomunistas atuais e seus congêneres, às vezes ainda zelosos do termo revolução, relativizam a tal ponto os meios, na perspectiva pretensamente realista de se transformar a sociedade em sintonia com as novas condições do mundo atual, que se atolam no lamaçal de um impasse histórico: aproveitar o Estado capitalista como um meio para se atingir um fim anticapitalista. O que acaba emasculando o conteúdo político da organização, cooptada por uma materialidade física e moralmente devoradora. E os leninistas de diferentes matizes, guardiões da pureza revolucionária do marxismo, estabelecem restrições quanto aos meios - por exemplo, descartando o Estado capitalista como meio estratégico -, tendo historicamente alcançado várias vezes a vitória de seus fins. No entanto, em razão de uma contradição embutida nos próprios fins, os meios heterônomos de que se lança mão não os conduzem a uma sociedade verdadeiramente autônoma e igualitária.

Em ambos os casos, no eurocomunismo e no leninismo, diversas questões não são adequadamente colocadas (ou não são colocadas simplesmente): seria a materialidade do Estado neutra, conquanto o Estado historicamente "preenchido" por grupos e forças evidentemente não o seja, de modo que bastaria o proletariado tomar o Estado para se cumprir uma etapa decisiva na direção da justiça social? Seriam neutros a tecnologia e o Espaço, de maneira que um projeto revolucionário poderia apropriar-se, sem mais, das forças produtivas e do suporte espacial capitalistas?

As questões acima formuladas não podem, naturalmente, ser plenamente exploradas nesta dissertação. É factível, porém, revelar as-

fectos da reconsideração autonomista do projeto revolucionário, radicalmente entendido quanto aos fins (sociedade igualitária e democrática<sup>(23)</sup>) e quanto aos meios (organizações não-heterônomas), na esteira da presente investigação da posição dos partidos face os ativismos - a exemplo do que fiz antes a respeito de outros pontos, relativamente às mesmas questões.

Desejo frisar, por fim, que estou consciente da condescendência terminológica representada por minha atribuição às agremiações marxistas-leninistas da característica de revolucionárias. Castoriadis, ao longo de sua obra mais recente<sup>(24)</sup>, demonstrou cabalmente o quanto o marxismo é tributário do imaginário capitalista, e de que maneira, com base nisto, ele aponta para uma praticamente plena realização burocrática do capitalismo. O marxismo, e obviamente de modo ainda mais cristalino o marxismo-leninismo, seriam portanto fundamentalmente anti-libertários. Não obstante, deixando de lado juízos de valor, o facto é que seria absurdo qualificar o marxismo-leninismo de evolucionário ou reformista. Sua vitória simboliza, para o capitalismo, uma espécie de culminância, com a supressão de determinados grupos pela classe dos "gestores" de que fala João Bernardo<sup>(25)</sup>, em meio a um processo de revolução social em que as camadas oprimidas são instrumentalizadas. Almejo chegar ao final deste subcapítulo tendo estimulado o leitor a meditar seriamente, a partir da questão específica do relacionamento entre o Partido (revolucionário) e os ativismos de bairro, que o marxismo-leninismo, se perante a classe burguesa pode ser considerado revolucionário, numa acepção ética mais profunda ele é, isto sim, reacionário, pois se destina a perpetuar heteronomias.

#### 4.3.1. Apresentação inicial dos tipos partidários básicos

Do ponto de vista da preocupação com o ativismo de bairro face o projeto revolucionário, a distinção mais elementar a ser estabelecida no universo partidário é aquela entre agremiações revolucionárias e não-revolucionárias. (O cartecianismo desta primeira observação será paulatinamente mitigado, em razão da inconveniência de se manter

arquétipos rígidos.)

Os partidos revolucionários são hoje aqueles que dão continuidade ao ideário leninista, em seus vários aspectos: recusa do Parlamento "burguês" enquanto instrumento de conquista do socialismo (à exceção de usos táticos, aproveitando-se então o Parlamento para "conscientizar as massas"); a idéia da necessidade de uma centralização de todos os esforços transformadores pelo Partido (organizacional e programaticamente, na conta do privilegiamento da luta de fábrica, à qual o Partido historicamente se liga); e, finalmente, o "centralismo democrático" enquanto formato organizativo interno ao Partido. Este tipo de partido, revolucionário na medida em que aponta para uma subversão da ordem social, é numericamente pouco presente em nossos dias. De um modo geral, seus mais autênticos representantes parecem ser os agrupamentos trotskistas.

O partido tipicamente stalinista pode ser visto como uma exacerbação de aspectos problemáticos já presentes no partido leninista de tipo clássico<sup>(26)</sup>. Todavia, à luz da experiência histórica é muito difícil considerá-lo "revolucionário", e neste campo as invectivas trotskistas possuem um fundo de veracidade. Oscilando entre blanquismos apoiados pelo aparato da III Internacional e períodos de acalmia ou hesitação (coincidentes com os momentos de maior acumpliciamiento entre Moscou e o imperialismo), os PCs stalinistas encarnaram a máxima burocratização, o mínimo de democracia interna e a primeira das grandes emasculações políticas pelas quais iriam passar os PCs ocidentais descendentes diretamente da III Internacional. O stalinismo é já quase uma página virada, à exceção de algumas agremiações cripto-stalinistas<sup>(27)</sup>.

Os partidos não-revolucionários compõem um universo tão heterogêneo que nada, aparentemente, justificaria serem postos sob a mesma rubrica, a não ser o critério primário de classificação por exclusão. Existe, não obstante, muita coisa de comum, na prática, entre os diversos partidos não-revolucionários. Tentarei contribuir para a elucidação dessa fraternidade reacionária neste trabalho.

Os partidos liberais e o conjunto dos partidos burgueses, conjunturalmente menos ou mais conservadores; os partidos social-demo-

ratas; e, por fim, os partidos eurocomunistas. São estes os diferentes tipos que compõem, num primeiro golpe de vista, o bloco heterogêneo dos partidos não-revolucionários, uns assumidamente quanto a meios e fins (todas as agremiações burguesas e mais os partidos social-democratas), outros assumidamente quanto aos meios, mas insistindo em seu revolucionarismo no que respeita aos fins (partidos eurocomunistas).

Finalmente, é preciso levar em conta ainda outros tipos de agremiação, não imediatamente enquadráveis em nenhum dos dois grupos anteriormente apresentados (revolucionários e não-revolucionários). Um primeiro tipo é o partido "verde". Não qualquer partido verde - como os de feição conservacionista ingênua ou de mesmo de cunho caracteristicamente reacionário -, mas aquelas vertentes mais contestatárias da sociedade industrial. Na verdade, dos "Grünen" alemães até o Partido Verde organizado no Brasil a partir de intelectuais cariocas, o que se vê são agremiações fissuradas por acaloradas polêmicas doutrinárias e estratégicas.

Outro tipo de partido que até certo ponto foge a esquemas reducionistas é a agremiação de cunho basicamente popular, não-populista<sup>(26)</sup>, complexa, como o Partido dos Trabalhadores brasileiro. Trata-se, aqui, de uma variedade de correntes ou mesmo de partidos organizados que se articulam nos marcos do espaço comum da grande agremiação, definindo-lhe contornos que só a grande distância podem parecer homogêneos. A questão de até que ponto tal partido, constituído como um campo de tensão, pode ser encarado de modo unificado (questão de evidente relevância para examinar as práticas partidárias junto aos ativismos de bairro), será brevemente colocada em 4.3.4.

#### 4.3.2. Os partidos revolucionários e o ativismo de bairro

Em parte alguma um partido revolucionário teve oportunidade de comandar uma revolução social vitoriosa num contexto histórico onde o ativismo de bairro estivesse plenamente constituído. Grandes exemplos, como a Revolução Russa e a Revolução Chinesa, remetem a organizações que alcançaram a vitória em circunstâncias histórico-espaciais nas

quais inexistia um verdadeiro ativismo de bairro a relacionar-se com elas de alguma maneira (como suporte ou como espaço de resistência).

Isto significa que, diferentemente do eurocomunismo, só podemos julgar os partidos revolucionários por seu relacionamento com o ativismo nos quadros de práticas de luta, e não no bojo de um processo de realização de qualquer meta mais abrangente que tais partidos estipulem para si próprios - em termos da administração de um poder já conquistado. Em certa medida, fica assim preservado um certo "ar de mistério", pois os partidos revolucionários, no que toca à vinculação com o ativismo de bairro, não se mostraram ainda tão insofismavelmente decepcionantes aos olhos das massas quanto os PCs eurocomunistas. Entretanto, o exame atento dos alicerces doutrinários do leninismo, da estrutura organizativa de um partido de tipo bolchevique e das experiências históricas de contato entre tais partidos e os ativismos, pode sustentar uma projeção realista do comportamento desses partidos no caso de uma revolução vitoriosa: cooptação e esvaziamento da autonomia, como aconteceu com os soviets<sup>(29)</sup>.

O primeiro ponto a considerar é a constituição do marxismo como pensamento revolucionário adaptado ao ambiente social-histórico do industrialismo<sup>(30)</sup>. Sem entrar na consideração do viés burocrático presente no pensamento de Marx, analisado brilhantemente por Castoriadis, o fato é que o marxismo, teoria da revolução social realizada pelo operariado de fábrica, pertence ao ambiente histórico de uma sociedade onde a luta de fábrica polarizava o grosso das energias de luta social; onde o urbano não havia ainda sido cabalmente reificado, onde as experiências reveladoras dos "socialismos reais" e PCs altamente burocratizados não se havia ainda verificado, onde o proletariado (no sentido marxiano original) era a classe oprimida, numerosa e altamente dinâmica. Enfim, pertence a um ambiente que cada vez mais deixa de ser o nosso.

O leninismo, convertendo o marxismo numa força revolucionária prática, depurando o marxismo de Marx de algumas ambigüidades - segundo a apologia usual<sup>(31)</sup> -, na realidade consiste no marxismo consolidado enquanto pensamento heterônomo, a serviço da classe dos gesto-

res de que fala João Bernardo. A estrutura organizativa do leninismo e seu conteúdo programático interligam-se organicamente. O "centralismo democrático" é a expressão organizativa do autoritarismo e da heteronomia embutidos na visão marxista-leninista da sociedade pós-revolucionária.

A tendência natural da agremiação marxista-leninista será, ao mesmo tempo, a de absorver muito parcialmente as questões que as lutas de "fora da fábrica" (de bairro, de mulheres, ecológica etc.) colocam, subsumindo-as frente a questão da dominação de classe, em termos tradicionais (visão monolítica do proletariado), e de, havendo possibilidade quanto à disponibilidade de recursos materiais e humanos, eventualmente "catequizar" as lutas de bairro - imprimindo às associações de moradores feições heterônomas e transformando-as em cabeças-de-ponte para a penetração do Partido nas massas residentes. Nestes marcos, quando não se reconhece as significativas modificações no contexto social (pós-industrialismo etc.), e quando se atenta para a formidável força de inércia das estruturas e mentalidades partidárias (recusa dos "antipartidarismos anarcóides", desqualificação dos ativismos fora do controle partidário), chega-se a um impasse. Ou se secundariza o conjunto de questões que não se refira diretamente à exploração de classe e, mais exatamente, ao problema da tomada do poder de Estado - alegando que tais questões não são prioritárias e que o essencial é a tomada do poder, ou assimilando tais questões e esvaziando-as dentro de referenciais estreitos e heterônomos -, ou se deve reconhecer a distância para com o leninismo e, mesmo, em parte para com o pensamento do próprio Marx.

Paulo Freire fornece alguns referenciais filosófico-humanísticos fecundos para se meditar sobre o autoritarismo leninista<sup>(32)</sup>. O Partido, ou melhor, a cúpula de "iluminados" (que derrama luz sobre as bases em doses homeopáticas), uma vez que se acha detentora da verdade do "socialismo científico", exercerá o que Freire denomina antidialogicismo. O antidialogicismo é o sentimento (e a prática dele) de que nada de substancialmente importante se pode aprender com as massas, massas essas apenas à espera para serem educadas sobre sua própria si-

tuação imediata e as formas de superá-la. Com base em tal pressuposto político-filosófico antidialógico, o Partido caminhará para o que Paulo Freire chamaria de invasão cultural, ou seja, a tentativa de "ganho" das massas, condicionando o processo de "esclarecimento" através de vias heterônomas. A invasão cultural é reveladora, para Paulo Freire, do opressor que existe "hospedado" no espírito de setores pretensamente revolucionários. Com a invasão (que se associa à manipulação e à noção de conquista), o Partido impõe dinâmicas que não raro às massas lhes parecem estranhas ou amedrontadoras, desvinculadas de sua realidade imediata e cusadas, o que as leva a debandarem de lutas e entidades.

\* \* \* \* \*

Rosa Luxemburgo, a despeito de sua ambigüidade<sup>(33)</sup> e dos óbvios problemas que adviriam de se tentar exumar o luxemburguismo clássico para dar conta da contemporaneidade, sempre irritou, por sua abertura dialógica para com as massas, os leninistas - dos melhores, como Gramsci e o próprio Lênin, às caricaturas, como Stalin -, amiúde tachando-a de "espontaneísta". A diferença de postura entre Rosa Luxemburgo e o Lênin de O Estado e a Revolução não é significativa, mas, relativamente às obras de Lênin que corporificam o viria a ser o leninismo efetivo e universalizado, como Que Fazer ? e Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo, a distância é nítida<sup>(34)</sup>. O preconceito de que "o proletariado, se deixado a si mesmo, jamais passará do 'trade-unionismo'" não está propriamente presente em Luxemburgo, apesar dela não recusar a idéia do "socialismo científico". A preocupação de Rosa Luxemburgo com a consciência de classe do proletariado, sua advertência de que a questão não era tomar o poder para as massas, mas acompanhá-las e auxiliá-las no processo inevitável, claramente são o fundamento de uma ação menos antidialógica que a leninista. Apesar de seus aspectos negativos ou ambíguos, derivados de sua filiação ao pensamento marxiano, Luxemburgo encarnava uma certa "depuração" de Marx no sentido inverso ao do leninismo: na direção de uma menor heteronomia. Sua grandeza foi, provavelmente, também sua perdição: o marxismo efetivamente realizado e disse-

minado acabou sendo o leninismo, aparentemente mais "prático" e "eficaz", reservando-se ao luxemburguismo o lugar de um dos poucos movimentos políticos marxistas orientados para uma maior dialogicidade, e derrotados pela história.

Pannekoek é outro autor cujo pensamento resgata de Marx velos em desacordo com a vitoriosa orientação leninista. É verdade que, no texto clássico de 1936 (Conselhos Operários), Pannekoek subestimou a territorialidade como dimensão catalisadora de energias de luta popular. Todavia, é preciso ter claro o momento histórico em que ele escreveu, momento em que o ativismo de bairro não existia como força social significativa e autonomizada; momento em que o movimento operário centralizava as atenções, e em que a dimensão territorial, obnubilando a heterogeneidade de classe - na conta de divisões formais, do Estado: as circunscrições eleitorais<sup>(35)</sup> -, só aparecia enquanto um véu ideológico. Certos desenvolvimentos de Pannekoek, como a crítica da burocratização, a ênfase nas organizações autônomas do proletariado (conselhos operários) e a crítica à tomada do Estado aproximam tanto este autor marxista, em termos de estratégia política, do anarquismo clássico - o que lhe valeu o ataque de Lênin n' O Estado e a Revolução -, que convém nos interrogarmos sobre a real representatividade de Pannekoek nas fileiras do marxismo conseqüente. A sufocação da tendência Pannekoek significou mais uma "depuração histórica" na direção de relações problemáticas e heterônomas entre os organismos populares autônomos (conselhos de fábrica, associações de moradores etc.) e o marxismo dominante.

Antonio Gramsci, autor que recentemente tem sido recuperado no horizonte de uma análise do Estado burguês mais abrangente que a leninista, era, em que pese sua maior abertura para a questão cultural (pela valorização da conquista da hegemonia), politicamente um leninista. N' O Moderno Príncipe, Gramsci apóia os princípios do leninismo. Sintomático, aliás, que seu exame do anarquismo seja ainda mais deformador e reducionista que o feito por Lênin n' O Estado e a Revolução<sup>(36)</sup>. Endossa Gramsci explicitamente o centralismo democrático, opondo-o ao que ele designa como o "centralismo burocrático" dos partidos burgueses: o

partido revolucionário exerce uma função policial, ele é centralizador, só que tais características são meios, legítimos na proporção em que os seus fins, diferentemente dos fins dos partidos burgueses, são legítimos. Em suma: a serviço da classe reacionária, a heteronomia é o que ela é - heteronomia, com todas as letras -; mas, a serviço da classe revolucionária, destinada a fazer a história e a pôr fim à divisão de classes, a heteronomia teria outra dimensão... já que corresponderia a expediente necessário para se atingir a autonomia. Gramsci coroa ainda sua análise com a defesa enfática da estrutura partidária, sintomaticamente comparada, com sua divisão entre cúpula e base, ao exército e sua hierarquia institucionalizada de autoridade e capacitação. Destarte, conquanto Gramsci possua indiscutível coerência interna, e aponte contra a exacerbação stalinista (muito embora tenha praticamente tomado, na disputa Trotsky vs. Stalin, o partido do segundo...), a antidualogicidade do leninismo está nele. Aliás, sua justificação da estrutura partidária é assaz reveladora; a colocação, por ele, da agremiação revolucionária como o novo Príncipe, resgatando a pensamento de Maquiavel, possui um significado filosófico-político profundo, que se estende a todo leninismo conseqüente: os fins justificam os meios (máxima maquiavélica). Negligencia-se, com isto, que os meios condicionam os fins, que os fins são, em certo sentido, já os meios; o que faz recordar a advertência de Rosa Luxemburgo de que se deveria atentar para o perigo de erigir meios táticos em instrumentos valorizados programaticamente<sup>(37)</sup>.

Por fim, Trotsky. Tão crítico da burocracia e dos crimes stalinistas em sua fase de "profeta no exílio" (lembrando um dos sugestivos títulos da trilogia deutchariana), Trotsky não raras vezes demonstrou seu compromisso heterônomo quando ainda "profeta armado". Caso clássico e ilustrativo foi sua atitude perante os outrora "valentes de Kronstadt", que representaram um dos capítulos heróicos da Revolução Russa, tachados de "arruaceiros a soldo do imperialismo francês" no instante em que se insurgiram contra a crescente centralização bolchevique, e sendo por isso exemplarmente esmagados<sup>(38)</sup>. O leninismo essencial de Trotsky após sua adesão ao bolchevismo é o aspecto fulcral ressaltado

por todos os trotskistas, os quais, em sua disputa com os stalinistas, se proclamam os únicos herdeiros legítimos de Lênin. Tal leninismo essencial se reflete na postura tendencialmente antidialógica e de "invasão cultural" dos grupos trostkistas em suas aproximações com o ativismo de bairro.

Ironia. Os quatro autores invocados estão entre os mais vigorosos e significativos do marxismo; dois deles, Luxemburgo e Anton Pannekoek, reencarnando as ambigüidades fascinantes e perigosas do pensamento de Marx, terminaram sufocados, representantes de um marxismo vencido; os outros dois, Gramsci e Trotsky, a um exame mais atento não conseguem ocultar sua filiação ao antialogicismo. E, como terreno comum de diálogo para todos eles, no limite, a problemática indelével do marxismo como um todo, enquanto pensamento comprometido com a continuidade do avanço material advindo com o progresso tecnológico sob a batuta da burguesia. Comprometido, repita-se uma vez mais, com algo de essencial da tecnologia e da espacialidade capitalistas.

\* \* \* \* \*

Vamos a exemplos reais. Um caso particularmente digno de nota, porque, envolveu a interação de partidos revolucionários e ativismos de bairro numa circunstância onde estes assumiram grande expressão e visibilidade, foi o "movimiento ciudadano" de Madri nos estertores do franquismo.

No Cidade, Democracia e Socialismo, Manuel Castells, confrontado, com a ação de diversos partidos de esquerda junto às "asociaciones de vecinos" madrilenhas, constata a falta de tato dos partidos que ele, pejorativamente, denomina "radicais" - isto é, os pequenos partidos marxistas-leninistas que, por negligenciarem uma ação dialógica junto ao povo, por quererem impor de supetão doutrinas e planos de ação "avançados" (e muitas vezes ininteligíveis para os mais humildes), acabavam afugentando os quadros e minando as bases e a credibilidade das associações. Tal problemática, no entanto, a contragosto e sem profundidade, Castells, observa mesmo no partido pelo qual nutre indisfarçada

simpatia, o PCE (no tocante ao problema da antidialogicidade do contato, e não do arrojo da plataforma e do discurso partidários...). A torcida de Castells não chega a invalidar, contudo, seu relato, rico em informações. Importante é também registrar "a disputa ideológica, as lutas de aparelhos no seio das associações, o que motivou o abandono das mesmas por parte de numerosos moradores, desgostosos com os enfrentamentos sectários e incapazes de entender os argumentos e oposições expostos em linguagem codificada"<sup>(39)</sup>. Neste caso, o que se deu foi uma extensão ao plano das lutas de bairro da problemática das lutas interpartidárias, o que, sobretudo se ainda consideramos o antidialogicismo de que amiúde se revestiu o relacionamento entre partidos e moradores, denota a tendencial nocividade, em última análise, da condução do ativismo de bairro pelas estruturas viciadas em meio à luta entre diversas agremiações burocratizadas.

A crítica aos partidos não foi aprofundada por Castells no Cidade, Democracia e Socialismo, nem mesmo a crítica aos partidos revolucionários. Seus comentários críticos limitaram-se a registrar a falta de tato e o exagero dos partidos no uso político amplo dos carimbos das associações. Entretanto, na medida em que ele está imbuído da mentalidade de que os partidos são fundamentais no processo de otimização da força social de um ativismo, Castells desculpa os "desvios" e acaba por julgá-los inevitáveis numa situação concreta, como a madrilenha, em que, "sem o esforço cotidiano de seus militantes [dos partidos], sem a sua capacidade de enfrentar a repressão, sem a elaboração estratégica de que foram capazes, sem a procura de contatos, de alianças e de recursos que souberam realizar, não teriam existido as associações de vizinhos"<sup>(40)</sup>. A idéia é a de que se deve condescender em nome do essencial, embora se deva tirar lições para o futuro. Todavia, posto que Manuel Castells não consegue enxergar uma alternativa de organização que permita a politização mantendo a autonomia dos ativismos, a lição é praticamente nula: as estruturas heterônomas dos partidos (e tudo que representam) não são questionadas em si mesmas.

A mesma complacência é sustentada no The City and the Grassroots, o que não deixa de ser à primeira vista estranho, conside-

ando a defesa enfática que ele faz, num plano geral, da autonomia dos ativismos. Mas só à primeira vista é estranho: na realidade, o "terceiro Castells" pensa no contexto político ideal, que para ele é o do Estado democrático (aspas), com pluripartidarismo... E não era essa a situação sob o franquismo. Por isto ele se permite afirmar que

todo movimento estava fadado a enfrentar-se com o Estado em virtude de sua existência mesma e, portanto, precisava de agentes políticos capazes de opor-se ao Estado com uma estratégia política viável. Em consequência, partidos e movimentos haveriam de prestar-se apoio e respeito recíprocos: sem os movimentos os partidos ficavam condenados à agitação clandestina, e sem os partidos os movimentos não podiam aspirar a uma mudança importante no "status quo" (condição fundamental para a obtenção de suas reivindicações sobre uma base relativamente estável). Desta complexa interdependência surgiu um processo em que cidades e bairros vieram a ser ao mesmo tempo uma arena de luta política e de experimento social. (41)

Não obstante, ele mesmo oferece diversos exemplos que, sob uma interpretação descompromissada com a heteronomia, o que todavia não é o seu caso, demonstrariam a problematicidade das relações entre partidos revolucionários e ativismos. Como ele mesmo admite, "a tensão entre os bairros e as organizações à escala da cidade não representava a oposição entre os enfoques locais e nacionais sobre os programas urbanos e políticos, mas a fronteira existente entre o corporativismo urbano e o instrumentalismo político"<sup>(42)</sup>. E assim, conquanto reconheça o instrumentalismo, os abusos e a falta de tato, Castells os desculpa em nome da conjuntura - a fundamental conquista da "democracia", que uma vez alcançada todos poderiam dormir tranquilos, só possível com a presença dos partidos.

Não me cabe alongar considerações críticas sobre a situação vivida pelos espanhóis. Cabe sempre, no entanto, tirar algumas conclusões preliminares das lições históricas, coisa que Castells recusa fazer:

Não cabe extrair uma lição destas histórias; tampouco se trata de suscitar com elas uma compaixão romântica por um lindo movimento de vizinhos

devorado, como "Chapeuzinho Vermelho", pelo "lobo feroz" dos partidos políticos. O que se deve assinalar é a tensão existente entre os movimentos sociais e a estratégia política que caracterizava o movimento de cidadãos de Madrid. (43)

Com um horizonte político praticamente limitado à "democratização" burguesa do Estado, Castells não pôde, assim, conceber uma alternativa efetiva e tecer uma crítica profunda. Em nome da luta contra o franquismo e pela "democracia", quase tudo seria desculpável. O anti-dialogicismo e o aparelhismo, por ele admitidos, não informam uma interpretação libertária, capaz de julgar negativamente uma prática de invasão cultural como a motivada pelos "interesses específicos dos partidos de esquerda clandestinos, que compreenderam que as associações de vizinhos podiam proporcionar uma maravilhosa oportunidade de chegar ao povo, permitindo, ao mesmo tempo, que os partidos estivessem menos expostos à repressão policial"<sup>(44)</sup>. Em contrapartida, é capaz de dizer, sem maior prudência, que, sob influência dos processos sociais no seio dos quais o ativismo de bairro forneceu substancial contribuição, "se transformaram as cidades espanholas, as instituições políticas mudaram de cima a baixo, melhoraram fantásticamente as relações sociais nos bairros e talvez o mais significativo - a cultura urbana, concretamente a concepção da sociedade sobre o que deveria ser uma cidade, sofreu uma alteração fundamental"<sup>(45)</sup>. Não querendo negar a importância do "movimento cidadão", é importante contudo estarmos atentos ao estreito horizonte político do "terceiro Castells", o que responde pelo seu otimismo exagerado.

Outro caso importante, não somente pela relevância e visibilidade das lutas de bairro e sua autonomização face às de fábrica, mas também pelo vigor das críticas dos partidos revolucionários ao representante do eurocomunismo, é o italiano, relatado por Maurizio Marcelloni<sup>(46)</sup>. Por conveniência de exposição, dada a natureza intrincada da situação analisada, farei referência não só aos partidos leninistas, mas igualmente ao PCI. Amarrarei a análise do PCI posteriormente, na próxima seção.

A efetiva passagem da sociedade agrária para a industrial se deu, na Itália, sobretudo no pós-guerra, na década de 50<sup>(47)</sup>. O desenvolvimento italiano se fundamentava na produção para a exportação, e a recuperação do pós-Segunda Guerra Mundial se deu a expensas dos mais baixos salários e das maiores jornadas de trabalho da Europa<sup>(48)</sup>. Conforme Marcelloni, o primeiro núcleo de organização da massa trabalhadora teve como ponto de referência a luta sindical, o que é perfeitamente natural; curiosamente, contudo, as primeiras lutas de bairro, raras ainda, aconteciam, nos anos 50, em cidades não-industriais e menos adiantadas, onde a massiva migração campo-cidade que acompanhou o "milagre italiano" encontrava um estoque muito insuficiente de moradias e equipamentos de consumo coletivo<sup>(49)</sup>.

A intensificação da luta de classes, nos anos 60, na esteira da qual algumas filigranas salariais foram conquistadas, não forçou uma verdadeira subversão do modelo de desenvolvimento italiano, que continuou a se pautar por uma grande exploração da força de trabalho (intensiva, com os salários nominais estagnados e os salários reais em declínio). Acrescentando-se a isto a permanência da migração cidade-campo, a incapacidade do Estado em prover infra-estrutura, um contexto onde a especulação imperava e as habitações de baixo custo tornavam-se cada vez mais escassas - e ainda os fatores relativos à problemática das organizações políticas de esquerda e à própria complexificação da sociedade -, teremos então os fundamentos materiais das lutas sociais que, entre fins dos anos 60 e meados dos 70, sacudiram a Itália. Ora articuladas, ora não, eclodiram lutas operárias ("outono quente" especialmente) ao lado de outras, não-operárias ou de "fora da fábrica", de inédita visibilidade social: estudantis, de bairro (por moradias, contra majoração de aluguéis, por infra-estrutura).

Observa Marcelloni que o crescimento do PCI - o maior PC do Ocidente - não esteve baseado no crescimento contínuo e na evolução política dos movimentos sociais que caracterizaram particularmente o período 69-74<sup>(50)</sup>. Esse descolamento entre PCI e movimentos sociais abriu espaço para a penetração de partidos revolucionários, que buscavam oferecer uma alternativa ao emasculado "maior PC do Ocidente".

confronto bem retratado no filme "La classe operaia va in paradiso", de Elio Petri. Com o agravamento da crise materializada no espaço urbano (favelização - retratada no filme "Brutti, sporchi e cattivi", de Ettore Scola -, escassez de habitações etc.), alguns ativismos sociais "legalistas" (Lutas de inquilinos, dentro da lei) foram deflagrados no Norte industrializado, sob a liderança de militantes do PCI, do PSIUP e de católicos. Já no "Mezzogiorno", pioneiro no ativismo de bairro nos anos 50, ocorreram invasões, sob pressão das péssimas condições sociais. Partidos e outras organizações hipotecaram apoio e eventualmente deram cobertura a essas invasões. Enquanto isso, nas fábricas (re)emergem, independentemente de partidos ou sindicatos, os conselhos (de longa tradição na Itália), não raro com eles entrando em conflito<sup>(51)</sup>.

Por volta de 1971-2, a "Nova Esquerda", crítica do PCI, começa a entrar em sérios atritos com os conselhos de fábrica, e decide abandonar a arena da fábrica e concentrar esforços na urbana. A "Nova Esquerda", ao que parece, não era muito diferente da antiga: conquanto Marcelloni não se refira a isto diretamente, foi provavelmente o dirigismo, o autoritarismo de fundo leninista que a levou a entrar em conflito com os conselhos e largar as fábricas ao PCI. Um aspecto particularmente nefasto deste quadro de divisionismo e provável antidiálogo é destacado por Marcelloni: "as lideranças sindicais e a esquerda como um todo criaram e mantiveram uma barreira entre as lutas nos locais de trabalho e as travadas na comunidade, e procuraram limitar e confinar a maior parte das expressões militantes de cada uma destas lutas"<sup>(52)</sup>.

Ao longo dos anos 70 foram incrementados os "comitati di quartiere", surgidos das lutas de moradores<sup>(53)</sup>. Gradualmente a "Nova Esquerda" se volta para eles, mas é razoável conjecturar que, se por razões de autoritarismo e falta de tato, sua presença junto aos moradores organizados não tenha sido plenamente consolidada e harmoniosa. De outra parte, os próprios conselhos de fábrica intensificam seu apoio aos invasores, contruindo uma ponte entre o movimento operário autônomo e as lutas urbanas.

A "Nova Esquerda" parece não ter tido - o que é compreensível - a sensibilidade, o metabolismo político necessário à

valorização apropriada dos "comitatis". Indisposta com os conselhos de fábrica, o que muito provavelmente é sintomático do seu antidiálogoismo, a "Nova Esquerda", crítica do PCI, acabou, com o tempo, assistindo os "comitatis" que ela tentou dirigir serem esvaziados pelo desprestigiamento deles por parte das administrações municipais - administrações muitas vezes nas mãos do PCI, amplamente vitorioso nas eleições de 1976.

Por fim, o Rio de Janeiro pode ser lembrado como outro caso para análise, com características distintas dos dois anteriores. Aqui não se trata de um cruzamento importante dos "vetores" partidos revolucionários e ativismos de bairro, e sim de alguns aspectos concernentes justamente ao pouco cruzamento destes "vetores". As fontes foram observações pessoais e depoimentos de militantes, além da literatura especializada.

Nenhum dos partidos revolucionários em atuação hoje no Rio - essencialmente os grupos trotskistas abrigados no Partido dos Trabalhadores - possui um programa de ação definido para intervir no ativismo de bairro. Os militantes de tais partidos que participam do ativismo de bairro, defendendo bandeiras como a articulação da FAMERJ com as centrais sindicais (especialmente a CUT) e a maior politização do ativismo, o fazem com o aval e sob a orientação geral de suas organizações; o fazem, contudo, sem a bússola de um programa de ação consistentemente traçado, tal como o que existe para a luta prioritária, a de fábrica. A alegação usual é: "nossos quadros são pequenos, daí não podemos deslocar militantes para uma atuação mais massiva na luta de bairros e retirá-los do 'front' da luta operária, prioritária".

É um dado da realidade a pequenez desses partidos. No entanto, o que impediria uma profunda reflexão programática a propósito do papel potencial do ativismo nos marcos da luta por uma sociedade mais justa, a não ser o preconceito segundo o qual o ativismo de bairro tem importância secundária por ser heterogêneo, não remeter diretamente à esfera da produção? A desatenção programática se estriba na secundarização doutrinária. As questões que direta ou indiretamente o ativismo põe são absorvidas muito parcialmente pelas agremiações revolucionárias, quer dizer, absorvidas não no sentido de que esses partidos venham a

compreender plenamente a massificação e a reificação do urbano e a necessidade de crítica ao produtivismo, ao modelo civilizatório, à tecnologia e ao Espaço legados pelo capitalismo, mas absorvidas no horizonte de um "estão vendo? O capitalismo se torna cada dia mais irracional; esta é a sua crise final. Que se juntem todos os revolucionários sob o comando do Partido!"

O distanciamento das agremiações revolucionárias para com o ativismo de bairro tem, no Brasil, longa raiz, conforme sugere este depoimento (em grande parte correto):

Com o fim do populismo, a esquerda passa a encarar as massas ligadas às associações de bairros como profundamente reacionárias, ao mesmo tempo em que os processos políticos nos quais se inseriam levaram-nas a um enorme fracionamento e a uma desapropriação da vida pública. Isto pode explicar a enorme distância que separa o movimento popular urbano no Brasil dos partidos políticos. (54)

Na chamada esquerda, no Rio de Janeiro, as agremiações menos merecedoras do qualificativo (rão gasto) de revolucionárias, PCB, PC do B e mesmo o cripto-stalinista MR-8, através de seus militantes tiveram o papel de pioneiras no interesse pelo ativismo de bairro - do que, de resto, nada resultou de novo: nos últimos quatro ou cinco anos, quando se intensificou a aproximação entre estes partidos e o ativismo, a tônica da prática dos militantes pecebistas, notadamente, tem sido a de uma acomodação com as forças reacionárias.

#### 4.3.3. Os partidos não-revolucionários e o ativismo de bairro

Seria um absurdo presumir que os vários tipos de partidos não-revolucionários encaram o ativismo da mesma maneira. Composto um universo bem mais heterogêneo que o dos partidos revolucionários, as agremiações ora qualificadas de não-revolucionárias não podem, no que toca à intencionalidade formal e de manifesto, ser assimilados sem mais entre si. Todavia, não é a intencionalidade (as representações que fazem de si próprias, em diferentes níveis) que é aqui especialmente levada em conta, mas o que se me afiguram ser os seus papéis e dinâmicas

reais. E, neste terreno, no que respeita a diversos elementos essenciais, uma grossa linha costura os partidos de que me ocuparei agora, desaguando no que chamo de horizonte não-revolucionário.

\* \* \* \* \*

O pensamento liberal é a doutrina totêmica daqueles que rejeitam os estatismos pela via da democracia representativa burguesa e do endosso do capitalismo privado. O liberalismo oferece uma vasta gama de possibilidades para quem estiver disposto a lutar pela "democracia" e pelo livre mercado e, concomitantemente, "prestigiar" as manifestações populares. (Na condição, claro, de que tais lutas não ponham em risco a ordem estabelecida, nem virtualmente; em suma, prestigiar as lutas populares enquanto lutas fragmentadas, controladas, domesticadas.) Sob sua influência encontramos os representantes mais variados, unidos pelas conseqüências práticas de seus ideários: do parlamentar brasileiro que concebe suas relações com a comunidade e suas entidades nos termos de uma alienante troca de favores até, sutilmente, o "terceiro Castells" e seu neoliberalismo "de gauche" e revoltista. É imprescindível, naturalmente, abandonar uma visão purista e acadêmica do que seja o "espírito liberal", admitindo encontrá-lo sob capas diferentes e em partidos e autores com conteúdos distintos.

A afirmação de que os partidos burgueses certamente jamais incentivaram ativismos de bairro realmente contestatários é axiomática, obviamente. Seria, entretanto, incorreto deduzir que eles apenas ignoraram ou combateram os ativismos, tendo quando muito os utilizado enquanto instrumentos (preexistentes) na esteira de relações de clientelismo. Circunstâncias podem existir em que o estímulo à criação de associações de moradores se dá por vias antípodas àquelas da real conscientização e da autonomia; é quando as forças políticas conservadoras exercem um papel ativo no incremento de organizações de bairro.

Exemplo de intensa articulação entre forças burguesas e associações de moradores é o das Sociedades de Amigos de Bairro (SABs)

que proliferaram em São Paulo principalmente a partir dos anos 50, já examinadas. As SAÉs, como vimos, corresponderam a um tipo de organização localista, paroquial, habitualmente pilotada pelos líderes locais pequeno-burgueses, numa relação de tutela sobre o restante da comunidade. Não é difícil de entender, assim, porque o seu perfil organizativo foi amplamente utilizado (e incrementado) por forças políticas reacionárias, interessadas em obter o apoio dos cidadãos mais humildes, e que aconteceu grandemente com o populismo janista.

O populismo é uma das pragas mais terríveis que pode se abater sobre os ativismos de bairro. Encontrando um caldo de cultura favorável, sob a forma de organizações populares espontâneas ainda não suficientemente imunizadas contra cooptações dessa ordem<sup>(55)</sup>, o populismo enfraquece, vicia e cria formidável força de inércia e mesmo de descrédito para com a luta de bairros e suas organizações. Ele parece indicar uma resposta afirmativa à interrogação weffortiana - "a pressão popular sobre o Estado e sobre as estruturas produtivas pode ser absorvida sem alterações fundamentais das relações de poder de produção?"<sup>(56)</sup> -, na esteira do "paradoxo" de "dominados e de massas que servem de suporte para um regime político qual são dominados"<sup>(57)</sup>. Os paradigmáticos Nunes e Jacobi<sup>(58)</sup> observam que "o janismo sem dúvida foi a prática política que mais se ligava a estas formas de organização popular [SABs], porém não tinha nem projeto nem condições políticas para superar as dificuldades da integração autônoma das classes populares na política". Esta passagem merece comentários. É preciso, quando se faz notar que o janismo "não tinha projeto" nem "condições políticas" para promover a "integração autônoma das classes populares na política", perguntar primeiro se ele, na sua essência político-ideológica, poderia desejar tal tipo de integração. E a resposta pode ser enxergada a menos de um palmo de nossos narizes: obviamente, não. Supor outra coisa seria ignorar tudo a respeito da natureza e do papel do populismo (janista ou outro), pois este é precisamente a encarnação melíflua da heteronomia, pela trilha do paternalismo, da alienação e da infantilização políticas. Podem-se gastar centenas de páginas a propósito "das dificuldades da integração autônoma das classes populares na política", mas se não se per-

cebe o obstáculo básico da própria organização da política (da vida política) baixo o "status quo" (com o seu Estado, com os seus partidos, com as condições que ele oferece para o florescimento do populismo), não se terá verdadeiramente compreendido quais são essas dificuldades.

\* \* \* \* \*

Em termos práticos, no que toca ao ativismo de bairro, a social-democracia revela uma distância mínima dos partidos burgueses liberais. Situado na encruzilhada histórica de não ser nem um partido burguês de tipo liberal nem um partido revolucionário (nem mesmo pretendidamente revolucionário), o partido social-democrata procura encontrar seu espaço de realização dentro da ordem capitalista e aceitando plenamente o jogo parlamentar. Com a perspectiva de ser uma agremiação de cunho popular, o partido social-democrata desenvolve projetos "nacionalizantes" (estatizantes) que não raro lhe votam o ódio da grande burguesia. Por outro lado, sua natureza e seus compromissos não lhe facultam a busca de respaldo numa população consciente e autonomamente organizada, contestatária, posto que o seu horizonte reformista depende da ausência de esclarecimento e da cooptabilidade do povo. O recurso definitivo de busca de sustentação da social-democracia é, tipicamente, a cooptação e a paternalização do povo, buscando o seu aval para as tímidas e paliativas medidas que um governo social-democrata é capaz de oferecer. O populismo, por conseguinte, é algo amiúde também bastante caro à social-democracia, ao menos num contexto terceiro-mundista.

Atualmente, na cidade do Rio de Janeiro, assiste-se a um exemplo vivo e didático do tipo de postura esperável da social-democracia perante o ativismo de bairro. Apresentá-lo-ei.

No âmbito da auto-rotulada Prefeitura Socialista do Rio de Janeiro, instaurada em 1986 após a eleição, em 1985, da ex-principal liderança da tendência mais organicamente social-democrata do PDT, Roberto Saturnino Braga (hoje no PSB), foram idealizados e implantados os Conselhos Governo-Comunidade (CGCs), sob forte inspiração do vice-prefeito Jó Rezende, ex-presidente da FAMERJ. Cada CGC se liga a uma

Região Administrativa, e funciona sob a batuta do administrador regional. O CGC Foi proposto como uma ponte entre a Prefeitura e a comunidade, mas a "comunidade" pretensamente representada no CGC se dilui entre representantes de moradores (FAMERJ, FAFERJ), de comerciantes e industriais, do Lions Club... Ao lado destes "representantes comunitários" temos ainda o representante da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, o médico respondendo pelo Estado na área da saúde... É com este colégio de "figuras representativas" (mas, representativas de quê? De uma ilusão comunitária? De uma pretensa unidade objetiva de interesses entre moradores de classe média, favelados, industriais, comerciantes, Estado?) que o CGC delibera, em cada reunião, definindo as prioridades a serem encaminhadas aos "órgão competentes". Ora, o CGC nada faz além de selecionar prioridades, uma vez ouvida a "comunidade", e encaminhá-las. Não dispendo de efetiva autonomia financeira ou de poder político real, o CGC não passa, na prática, de uma instância consultiva.

Necessitando de apoio para gerir a crise urbana, a social-democracia parece ter alcançado a maturidade em seu relacionamento com o ativismo de bairro. Coopta-se a população moradora organizada, dando-lhe a impressão de finalmente ser ouvida e valorizada pelo Estado (o que, considerando a existência de uma tradição autoritária e de exclusão, tem grande peso ideológico). Essa capacidade de cooptação se realiza sobre numerosos setores, conservadores ou não-esclarecidos, que passam a considerar os CGCs verdadeiros presentes. (A FAFERJ logo apoiou os CGCs, sendo seguida, após certa hesitação, pela FAMERJ. As poucas vozes que denunciaram o presente de grego não foram ouvidas.) Mais cedo ou mais tarde, quando se perceber que os CGCs não passam, na prática, de um anteparo entre o núcleo decisório estatal e os moradores, estes decerto haverão de gerar adequadamente anticorpos. Todavia, quando a saturação começar a se generalizar, é possível que parte das energias dos ativismos se tenham dissipado pelo desencanto.

Por outro lado, momentos há em que a social-democracia é levada a revelar sua verdadeira face, sem a maquiagem de uma cooptação via instituições "à la" CGCs. A tentativa, a oportunidade da cooptação dependem da atitude dos moradores e da natureza da relação Estado/mora-

dores. Em Portugal, por exemplo, o Partido Socialista (PSP) criticou severamente as invasões de imóveis por aqueles que não dispunham de um teto, alegando: "como podemos pedir aos construtores que façam moradias se estas logo serão ocupadas?"<sup>(59)</sup>. Um bom argumento - burguês. Em seguida (isto se deu em 1975), o PSP condicionou sua participação no VI Governo Provisório à desocupação das moradias, ao que a população respondeu com mais invasões. "Pedir aos construtores que façam moradias". Com efeito, "reformista" parece ser frequentemente um elogio para a social-democracia contemporânea, como observou certa vez Castoriadis.

\* \* \* \* \*

Do liberalismo para a social-democracia e desta para o eurocomunismo parece, à primeira vista, uma trajetória conduzindo sempre mais para a esquerda. Mas, se se quiser entender por "esquerda" uma postura de real contestação do "status quo", dever-se-á também admitir que tal trajetória esquerdizante não passa, na prática (não falo de retórica), de uma miragem no deserto de idéias do mundo contemporâneo.

De outra parte, o eurocomunismo não deve ser reduzido a uma imagem simplificadora, apagadora das diferenças entre os diversos partidos. Muito embora, conforme salientou Santiago Carrillo<sup>(60)</sup>, o eurocomunismo constitua uma tendência ou horizonte comum de vários PCs do Ocidente, trata-se igualmente de um movimento no qual se engajam agremiações diferentes, submetidas às vezes aos mesmos fatores do ponto de vista qualitativo, mas não quantitativo. O PCI, que talvez seja um exemplo didático da realidade do eurocomunismo, cada vez mais se assemelha, segundo Norberto Bobbio, à social-democracia, na prática... Enquanto o PCF, ainda tão elivado de cripto-stalinismo, parece simbolizar a ala "heavy" do eurocomunismo, o PCI lideraria a ala "soft" - mais abertamente endossadora do "status quo" econômico, político, cultural.

Em todo caso, o que existe é uma necessidade de adaptação às condições do mundo (pós-)moderno, sobretudo no Primeiro Mundo, onde certas práticas stalinistas (no relacionamento com o meio externo) não são mais possíveis, segundo deixou entrever Castoriadis<sup>(61)</sup>. Minha tal-

vez divergência para com Castoriadis reside no seguinte: até que ponto o entrismo eurocomunista é uma mera questão de tática ou, diversamente, já se terá convertido numa estratégia, e, como tal, sintomática de um efetivo (não retórico) desinteresse pela supressão do "status quo" ? O tema é delicado, e será melhor não defender uma posição fechada aqui. Conquanto a idéia de uma "fobia do poder" por parte dos PCs (Baudrillard) me pareça um delirante exagero, penso que provavelmente há mais que "tática" na aceitação do jogo parlamentar, como já adiantei na Introdução. Justamente porque - e um caso como o do PCI deixa bem evidente - não se trata apenas de uma reorientação tática, mas de uma provável, ainda que lenta e confusa, transmutação de valores<sup>(62)</sup>. É possível que o eurocomunismo, herdeiro do stalinismo e da III Internacional na Europa Ocidental, tenha encontrado finalmente o caminho de Damasco na direção de uma superação da ambigüidade stalinista (fazer/não fazer a revolução), depurando-se cada vez mais para tornar-se uma alternativa simbólica, enquanto esquerda retórica, à direita e ao "centro". A alegação (trotskista) de que semelhante interpretação seria um exagero, dado que esses PCs, apesar de "degenerados", são ainda partidos operários - isto é, têm suas bases de militantes e aderentes formadas majoritariamente ou substancialmente por operários -, parece desmoronar diante do próprio desinteresse de certas camadas de operários (sua "aristocracia", diria Lênin), notadamente no Primeiro Mundo, em arriscar a pele numa aventura revolucionária, ou numa contestação mais profunda. Quisá por isto é que o conteúdo organizacional heterônomo que Castoriadis, aliás acertadamente, detecta em tais PCs, tenda a não passar de uma pseudo-virtualidade, de um leão desdentado. Seja como for, as práticas dos PCs eurocomunistas, presentemente exemplificadas em relação com o ativismo de bairro, indicam uma cobertura profunda do "status quo".

Examinemos o caso italiano.

Segundo Maurizio Marcelloni<sup>(63)</sup>, o crescimento do PCI, que culminou em 1976 com importantes vitórias eleitorais, não se fundamentou no crescimento contínuo e na evolução política dos movimentos sociais que sacudiram a Itália em fins dos anos 60 e até meados da década seguinte. Relativamente distante da arena das lutas urbanas (afora o

apoio a ações coletivas "legalistas", e em que pese o fato de que várias lutas contaram com a presença de militantes que mais tarde fundariam o grupo dissidente "Manifesto"), o PCI alicerçou-se eleitoralmente nos setores menos incisivos - e mais privilegiados - do ativismo operário, naqueles chamados de "garantidos", na "aristocracia operária". Com uma plataforma em que clamava por democracia (burguesa!) e por uma aliança antidireitista por um "bom governo"<sup>(64)</sup>, teria sido realmente impossível ao PCI colocar-se no apoio a invasões e organizar uma luta urbana contundente.

Após a vitória eleitoral, o PCI pôde implementar sua filosofia de "descentralização administrativa": desprestigiando e buscando esvaziar os "comitati di quartiere" - surgidos das lutas de bairro e fora do seu controle -, o maior PC do Ocidente estimulou a criação (definida por lei nacional) de instâncias intermediárias; tais instâncias, incluindo todos os partidos, com presença proporcional à votação obtida, são órgãos consultivos. Com isto criavam-se novos processos burocráticos, e também um filtro entre a população ("representada" através de seus partidos) e a Prefeitura. Conforme Marcelloni, a estratégia era clara:

substituir os autônomos "comitati di quartiere" por comitês que eram manejados pelos partidos políticos existentes. O objetivo era mudar a ênfase de iniciativas políticas militantes e do desenvolvimento do "contrapoder" baseado no protesto das bases por uma estratégia reformista a exercer pressão nas instituições governamentais existentes. (65)

Moral da estória: depois das vitórias comunistas de 1976 houve, claro, um rearranjo institucional do poder, mas os ativismos permaneceram de fora. "Plus ça change, plus ça la même chose". Eis o eurocomunismo em ação. Resultados: refluxo das lutas de bairro a nível geral; surgimento apenas de rebeldias isoladas; esvaziamento significativo dos "comitati".

Na Espanha do final da ditadura franquista a situação foi distinta, tive já oportunidade de adiantar. Lá, pelo que nos informa

Castells<sup>(66)</sup>, o PC eurocomunista teve presença ativa e constante junto aos ativismos de bairro, disputando com os partidos revolucionários espaços de manobra. No entanto, após as primeiras eleições livres, onde obtiveram vitórias expressivas, os comunistas espanhóis se portaram como autênticos detentores de poder institucionalizado: distanciando-se da população. Observa o paradigmático Jacobi:

No caso espanhol, por exemplo, logo após a esquerda ter assumido a gestão de diversas cidades, entre as quais Madri e Barcelona, as atividades das Associações de Vizinhos sofreram um significativo esvaziamento, o que colocou em xeque o movimento cidadão. Uma das razões alegadas é o fato da Prefeitura e os partidos terem favorecido a criação de uma consciência segundo a qual a administração municipal teria condições de resolver todos os problemas; a outra decorre do esvaziamento das Associações pelos partidos, tendo elas passado a defender mais as instituições que as reivindicações da base. (67)

Anteriormente, no mesmo trabalho, citando a revista Transición. Jacobi já havia colocado:

O esvaziamento da relação Estado/Movimentos Sociais após a vitória da esquerda nas principais cidades da Espanha é muito sintomático. Isto ocorreu principalmente devido à "explícita opção dos governos municipais de esquerda de renunciar à mobilização popular e cidadina como agente decisivo de pressão perante o governo central e de transformação da cidade e das relações sociais urbanas, e em segundo lugar ao estilo tecnocrático que caracterizou e impregnou boa parte da gestão realizada e que dificilmente se enquadra com a sempre proclamada vontade de participação dos cidadãos. E por último à inexistência de um projeto que aponte para a configuração de um modelo de cidade e de vida alternativo ao existente." (68)

(Lamentavelmente, porém, Jacobi não se mostra capaz de extrair as necessárias conclusões críticas a propósito do Estado, do jogo parlamentar. Subestimando o poder cooptador e, em todo caso, condicionador de tais meios, o paradigmático Jacobi só consegue, de par com um elogio da autonomia dos ativismos, sustentar que "a vitória de diversos candidatos populares poderá servir como um fator novo na correlação de

forças a nível local"<sup>(69)</sup>, deixando até de questionar a existência dos partidos em si mesmos, à exemplo de Castells. Assim, conquanto Jacobi se afaste de um autor como Poulantzas por causa da coerente insistência deste último no casamento partidos/ativismo, dele se aproxima no que concerne a uma apologia do entrismo. Poulantzas, na realidade, preocupado com o distanciamento de PCs eurocomunistas para com as bases dos ativismos, chega a perceber um pouco o condicionamento e a sedução do poder estatal; mas, com sua mente, ela mesma, seduzida pela ilusão entrista, não vê alternativa: deve-se "correr o risco"<sup>(70)</sup>.)

#### 4.3.4. Transcendendo os arquétipos ?

A realidade é sempre mais rica que as nossas teorias. Isto não é verdade somente sob o ângulo estritamente factual mas, dentre outras razões, também porque a teoria não deixa de ser um congelamento do real, congelamento que com o tempo passa a atritar com a muito complexa e mutável realidade. Acontecimentos pertencentes à nossa contemporaneidade política nos impõem a tarefa de considerar uma expansão do conjunto de referenciais anteriormente esboçado (agregações revolucionárias/não-revolucionárias).

\* \* \* \* \*

O Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil, constitui uma das realidades que até certo ponto rompem com os perfis quase monolíticos apresentados nas páginas precedentes. O PT é um partido popular, nascido das lutas operárias no ABC paulista na segunda metade dos anos 70, ainda que tivesse contado e continue contando com a participação decisiva de setores intelectuais e da Igreja Católica. Ele vive, não obstante, uma situação um tanto singular. Organizado como partido político, ou seja, com programa, manifesto e estatutos próprios e estruturas deliberativas gerais para toda a agregação em suas diversas instâncias, ele é contudo, globalmente considerado, fruto da "união" menos ou mais conflituosa de várias correntes políticas e de pensamento, algumas delas

Inclusive organizadas enquanto partidos com especificidade ideológica e política. Por outro lado, o PT não é uma sigla vazia; a despeito dos conflitos entre grupos e tendências (o que ocorre também em outros partidos, com a diferença de que no PT muitas vezes se trata, como disse, de "subpartidos", que se atritam cronicamente), existe algo como um "perfil PT", um "comportamento petista"; e o PT, ao invés de mero abrigo ou trampolim, emerge como uma tensão permanente entre um espaço político e afetivo mais geral, fruto de uma conjuntura e de lutas históricas, e os diversos grupos e correntes que convivem em seu interior.

Diante deste quadro, e levando em conta adicionalmente o fato de que existem no PT grupos de militantes não propriamente enquadráveis nos arquétipos anteriormente apresentados (indivíduos vocacionados para as lutas populares, mas não organizados nos moldes das agremiações marxistas-leninistas), duas parecem ser as questões essenciais: qual o perfil - ou quais os perfis -, no que concerne ao relacionamento com o ativismo de bairro, dos grupos e tendências petistas de certa forma não-enquadráveis nos arquétipos apresentados? Qual a postura dos grupos marxistas-leninistas considerando-se a sua inserção num partido maior?

A primeira questão demanda, para uma verdadeira resposta, uma pesquisa empírica de certo fôlego, à qual não é minha intenção proceder por ora. De certo fôlego porque entre tais grupos podemos divisar diferenças significativas, impedindo por conseguinte uma resposta simples. É inadmissível assimilar, sem mais, o setor de influência ideológica e organizativa de alas da Igreja Católica aos "independentes" que, de sua parte, variam desde intelectuais marxistas "heterodoxos" a militantes sem filiação ideológica amarrada. É possível, no entanto, encaminhar a questão, cautelosamente.

As associações ligadas à Igreja Católica - ou melhor, aos seus setores comprometidos com os pobres - estiveram presentes com destaque no III Congresso da FAMERJ, em 1967, do qual participei. Ouvi mais de uma vez discursos inflamados e emocionados, temperados por palavras de ordem como "pelo socialismo!" ao lado de observações como "com a ajuda de Deus...", num contexto onde se percebia a simplicidade

de uma visão não-marxista (mas tampouco "social-democrata") do socialismo por gente humilde, engajada em mutirões, talvez tendo tomado parte nalguma invasão de terras. A questão, assim, se especifica: tendo como pressuposta a importância prático-progressista da influência de alguns setores da Igreja Católica, conjunturalmente (desde o mero apoio logístico até a conscientização, o respaldo jurídico e a organização de resistências), qual será o horizonte da influência ideológica e organizativa desses setores sobre o ativismo? Quais serão as efetivas limitações e quais serão os problemas concretos dessa influência, na direção de obstaculizar o desenvolvimento de virtualidades dos ativismos capaz de pôr em xeque explicitamente aspectos básicos da sociedade existente? Naturalmente, um estudo particular, que analise em profundidade a complexa e conflitiva Igreja Católica à luz da contemporaneidade se faz mister, além de pesquisas empíricas que o ancoram na realidade da ligação Igreja/ativismos de bairro.

Os "independentes" constituem um bloco suficientemente heterogêneo para impedir uma apreciação monolítica. Podemos, afinal, estar falando de intelectuais sem qualquer experiência de militância junto ao ativismo de bairro (não talvez por negligência política, e sim por falta de oportunidade<sup>(71)</sup>), assim como de militantes efetivamente democráticos mas que, por falta de apoio de uma organização mais consistente que o heterogêneo PT (e talvez também por estreiteza de horizontes), não se mostram capazes de incentivar uma politização crescente. De qualquer modo, parece-me que, apreciando pragmaticamente, a dispersão e a heterogeneidade dos "independentes" não permitiu ainda uma base empírica satisfatória para uma análise mais conclusiva sobre o relacionamento entre eles e o ativismo de bairro.

A propósito dos grupos revolucionários intra-PT me é possível colocar algo de mais palpável. Evidentemente, as decisões fundamentais do partido maior necessitam ser respeitadas por todos, desde que aprovadas por maioria soberana em deliberação livre. Foi o caso da coligação entre o PT e o não-legalizado (à época) Partido Verde, no Rio de Janeiro, para apoio à candidatura de Fernando Gabeira ao governo do estado, em 1986. Mas, na prática, a individualidade dos grupos e tendên-

cias tem muitas vezes atritado com os acordos formais. Tomando o exemplo das eleições de 1986, foi flagrante o distanciamento e o não-apoio efetivo de determinados grupos (Convergência Socialista, trotskista, por exemplo) para com o candidato majoritário da coligação PT-PV. Deve-se, ainda, ter em mente que o PT possui uma estrutura um tanto frágil na maior parte do país (por sua relativa pequenez, por sua heterogeneidade) e, além do mais, não tem definido em programa o tipo de relacionamento que o partido define como conveniente para com o ativismo de bairro. O que redundaria numa liberdade de ação bastante ampla para cada grupo definir, se for do seu interesse, sua aproximação para com a arena das lutas de bairro. Em síntese, os grupos revolucionários abrigados no PT dispõem de uma autonomia de ação ponderável. Só que, na verdade, esta possibilidade praticamente não vem sendo aproveitada (pelo menos no Rio de Janeiro), sendo que a alegação pura e simples de "carência de quadros" é evidentemente uma desculpa bastante tosca.

\* \* \* \* \*

Outro tipo de agremiação que penso ser inadequado encaixar simplisticamente num dos arquétipos apresentados é o "partido verde". Há, contudo, que se estabelecer algumas distinções e ressalvas, pois mais de um tipo de orientação político-ideológica se serve da rubrica "verde".

O PV da Alemanha, o mais célebre e atuante de todos, não é um bloco homogêneo. Um dos principais debates diz respeito ao posicionamento do partido diante da sociedade e do poder instituídos: uns, os "fundamentalistas", defendendo a crítica radical da civilização industrial; outros, os "realistas", dispostos a transigir em nome da viabilidade social do partido (e provavelmente por comprometimento filosófico e político mais profundo com o "status quo")<sup>(72)</sup>. À parte essa disputa concreta, que é ainda matizada, teoricamente é possível divisar três grandes posicionamentos: um, que denomino preservacionista-reacionário, limita-se a denunciar a contemporaneamente exponencializada agressão ao meio-ambiente e a clamar pela preservação deste (chegando as vezes ao

imobilismo, à defesa de uma quase intocabilidade da Natureza), mas sem se aprofundar nas raízes e repercussões sociais da degradação do espaço natural; outro, que se associa à corrente de pensamento usualmente chamada "ecologia política", que procede a uma crítica articulada da agressão ao meio-ambiente e dos problemas sociais, no bojo da civilização industrial; finalmente, um terceiro tipo, qualificável de ecodemagogia, que consiste em assimilar críticas e preocupações ecológicas no interior de um ideário comprometido com o modelo civilizatório em vigor (postura que Michel Bosquet batizou de ecofascismo<sup>(73)</sup>).

À luz das três grandes vertentes ideológicas supra-citadas, a fuga aos arquétipos diz respeito a somente uma delas - e ainda assim com ressalvas. A ecodemagogia não merece maiores comentários. Trata-se normalmente da expressão intelectual-ideológica, discursiva, de uma necessidade do próprio sistema de calibrar seu "modus operandi", absorvendo algumas críticas ecológicas a fim de evitar a contra-produtividade acarretada pelo excesso de poluição etc. O preservacionismo-reacionário, contudo, sendo levado a efeito por pesquisadores sérios e de boas intenções, não deixa de aproximar-se, na prática, da ecodemagogia, do ecofascismo; ou por não tocar em aspectos econômico-políticos de capital importância para a superação da problemática ecológica (que na realidade está no interior de uma problemática social), ou por desenvolver idéias que, a despeito da "pureza ética" sob o ângulo ecológico, configuram-se reacionárias. É o caso de Herman Daly<sup>(74)</sup>, economista norte-americano, que idealizou uma "economia de estado estacionário" (literalmente, "steady-state economy"), uma pretensa alternativa ao capitalismo e ao socialismo... onde todavia não se toca no problema da propriedade privada dos meios de produção, se preconiza controle da natalidade (!) e se pondera que, diferentemente do Primeiro Mundo, o Terceiro Mundo precisa ainda crescer (ou seja: pode ainda ser um pouco mais poluído)... De fato, como bem viu Dupuy<sup>(75)</sup>, uma certa crítica "ingênua" serve precisamente aos interesses de transferência de indústrias poluidoras para o Terceiro Mundo, já que não leva em conta os reais desafios e problemas econômicos e políticos, da escala local à mundial.

Quanto à ecologia política, parece que determinados gru-

pos, em decorrência mesmo da opção pela estrutura partidária, e mesmo pela inserção no jogo parlamentar (mesmo os "fundamentalistas" alemães não são unânimes em recusar o Parlamento), na prática endossam um reformismo, um "reformismo ecológico", alternativa histórica ao reformismo desgastado das social-democracias. Não nego, antes enfatizo, a importância seminal das críticas contidas numa obra como Ecologia e Política, de Michel Bosquet<sup>(76)</sup>; todavia, não foi este mesmo autor (assinando como André Gorz), em seu Los caminos del paraíso<sup>(77)</sup>, que nos ofereceu um dos exemplos mais didáticos de inteligente "reformismo ecopolítico" ? O panorama, portanto é translúcido; nem opaco - pois existem indícios de que grande parte dos "verdes" tende deveras à acomodação "realista" com o jogo de poder instituído -, nem transparente - pois a relevância de certas críticas não pode ser minimizada. Poder-se-ia dizer, então, que, ainda que algumas de suas contribuições intelectuais sejam importantíssimas - o questionamento da tecnologia herdada, precisamente o que o marxismo sempre hesitou em fazer; a desmistificação da "ideologia do trabalho", ou seja, do trabalho como o centro ideológico e programático de um projeto socialista -, a sua prática é condenável ? Isto seria simplista demais, logo, incorreto; a forma-partido, a participação no Estado, nada disto se constitui em ponto consensual. São, antes, pontos sujeitos a controvérsias. Menos como um crédito de confiança do que como uma solução provisória, na expectativa de uma definição melhor da própria realidade - pois, além da ambigüidade mencionada, deve-se ressaltar que o cruzamento dos "vetores" ecologia política organizada/ativismo de bairro não oferece ainda, creio, base empírica suficiente para se fazer ilações -, convém deixar a questão da ecologia política, com suas fissuras e contradições, em suspenso.

#### 4.3.5. É possível recusar a forma-partido em-si ?

O processo de busca da verdade, no domínio das humanidades, assemelha-se mais ao julgamento num tribunal, onde defesa e promotoria pelejam por um veredito favorável - sem que este, ao final, esteja imune a críticas importantes, e possa sempre "objetivamente" en-

carnar a perfeita justiça - , do que à pesquisa nas ciências naturais e nas ditas exatas - onde a natureza mesma do Objeto propicia consensos prolongados em torno de resultados que, pelo distanciamento do Sujeito face seu Objeto, soam como perfeitamente objetivos. Quero crer, porém, que documentei minha argumentação o suficiente para despertar no leitor o interesse por meditar sobre a problematividade das relações entre partidos e ativismos de bairro.

Dos partidos qualificados de não-revolucionários, sustento que nada de essencialmente ou estruturalmente positivo se pode esperar. Quaisquer "benefícios" tendem, logicamente, a se inscrever na órbita do clientelismo, da cooptação, da tutela a serviço, na prática e em última análise, da manutenção da ordem heterônoma. Quanto aos partidos revolucionários, as ilusões a seu respeito se dissipam à medida que mergulhamos na realidade dos seus relacionamentos com as lutas sociais; à medida que atentamos para o seu papel, ora de quase conivência com a reificação do urbano e a autonomização das lutas de bairro (ao menosprezá-las como "front", ou ao agir, no âmbito de disputas interpartidárias, no sentido de um endosso à desarticulação dos "fronts", conforme se vê na análise de Marcelloni do caso italiano), ora de intervenção heterônoma sobre os organismos populares preexistentes, nos moldes de uma "invasão cultural". Os casos que utilizei a título de ilustração não são suficientes para uma consideração exata e conclusiva, pormenorizada. Mas acaso não coincidem eles perfeitamente com as pressuposições que, com base na lógica do pensamento marxista conseqüente, indicam a desvalorização relativa do ativismo de bairro? A desqualificação da autonomia, da crítica radical à espacialidade capitalista?

As ponderações acima se vinculam à hipótese da necessidade de uma organização de novo tipo, funcional e programaticamente. Uma organização aberta, anti-heterônoma, em compasso com a contemporaneidade. Me ocuparei da discussão ao redor da necessidade e do perfil dessa organização, capaz de viabilizar e realizar as potencialidades do ativismo de bairro, no próximo subcapítulo. Esta é, porém, uma questão polêmica - para variar - , e penso que a última palavra a propósito do que fazer com os partidos está longe de ter sido dada. Um autor como

Félix Guattari, por exemplo, comprometido com o autonomismo, defendeu o espaço de um partido como o PT brasileiro enquanto espaço válido para se tentar realizar algumas tarefas, ainda que não se devendo tê-lo como o espaço, como o meio por excelência<sup>(78)</sup>. De toda forma, o inegável é que, em termos gerais, os diversos tipos de partidos, em razão de suas inércias programáticas e/ou organizativas, não têm operado no sentido de estimular um ativismo de bairro ao mesmo tempo autonomista, capaz de intervir nos debates sociais mais amplos para levar importantes contribuições, e beneficiando-se com a experiência e as questões de outras lutas sociais. Para assim operar, um partido precisaria se assumir enquanto uma organização aproximadora, costuradora, e abdicar de se erigir em núcleo à parte de um poder, seja ele qual for (capitalista ou "socialista"). Todavia, esta é uma exigência que parece afrontar precisamente a imagem do que seja um partido, ou do que têm sido, historicamente, os partidos - e pouco valor tem, agora, guerrear contra ou por palavras<sup>(79)</sup>.

#### 4.4. O ativismo de bairro nos marcos de um projeto autonomista

Conforme já foi exposto, Cornelius Castoriadis, analisando as sociedades capitalistas modernas, o conceito e o papel do proletariado, inferiu que uma revolução, hoje, momento em que cada vez menos se vê "quem" possa fazê-la (uma "classe" particular), é um momento fértil em matéria de contradições. Uma revolução, hoje, só é concebível enquanto revolução desejada e realizada pela maioria esmagadora da sociedade. Uma revolução, hoje, só admite ser pensada, enquanto transformação radical da sociedade instituída, como um processo de síntese original dos questionamentos que, amiúde fragmentariamente, emergem de várias direções: contra o racismo, contra a discriminação da mulher, contra a segregação das minorias sexuais, contra a exploração dos trabalhadores, contra o embrutecimento cultural, contra a desumanização do Espaço e do cotidiano; contra a heteronomia.

Castoriadis encarna, com isto, não um interclassismo de tipo eurocomunista, mas um projeto contrário a um reducionismo de "clas-

se", reducionismo que aliás perde crescentemente seus mínimos fundamentos objetivos (a esmagadora supremacia numérica do proletariado tradicional; a vivacidade e a dominância ideológica do movimento operário). Por outro lado, Castoriadis afasta a possibilidade de oferecer, aprioristicamente, uma estratégia fechada de luta, apoiada numa infalível "teoria científica da revolução". Segundo suas palavras, já num antigo texto de sabor classista, não há resposta simplesmente teórica, e "o problema da organização revolucionária será resolvido apenas à medida que se construir realmente essa organização, construção que, por sua vez, dependerá do desenvolvimento da classe operária"<sup>(80)</sup>. Círculo vicioso ou, para roubar uma expressão de Morin, ciclo virtuoso? Uma dialética. No entanto, é o próprio Castoriadis quem sublinha, acerca do problema da organização:

todavia, ele deve receber um início de solução desde já. Os revolucionários não podem se abster de toda atividade enquanto esperam o desenvolvimento das lutas operárias; essas não resolverão o problema da organização dos revolucionários; não farão mais do que colocá-lo num nível mais elevado. E, no desenvolvimento dessas lutas, a organização tem um papel a desempenhar. Não haverá construção real da organização sem desenvolvimento das lutas, nem desenvolvimento duradouro das lutas sem construção da organização. (81)

A preocupação de Castoriadis, no texto do qual extrai a citação acima, é com a autonomia da organização operária, e do operariado na sociedade pós-revolucionária. Diz ele:

a idéia da gestão operária da produção e da sociedade implica que o único poder na sociedade pós-revolucionária é o poder dos organismos de massa dos trabalhadores (ou conselhos), que o exercem diretamente. Não é possível supor que organismos especiais de qualquer tipo - como, por exemplo, partidos políticos - assumam tarefas de poder e de governo. (82)

Nesse seu escrito, de 1959, Castoriadis examina o papel da organização procedendo, simultaneamente, a uma recusa do modelo partidário (nomeadamente, leninista) e a uma defesa realista da constituição de uma organização em moldes autonomistas, antiburocráticos, recu-

perando, à guisa de ilustrações, exemplos históricos como os soviéticos, os conselhos de fábrica. Num texto de 1973<sup>(83)</sup>, Castoriadis, já tendo superado o classismo, grifa a exigência revolucionária, mas enquanto revolução concretizada através das sinergias positivas de uma esmagadora maioria. Sua posição evoluiu, decerto, a partir de uma percepção mais aguda da contemporaneidade e dos impasses do marxismo; não obstante, a preocupação com a autonomia dos movimentos e da sociedade esteve sempre presente, de alguma forma, ao longo da sua obra.

A crítica castoriadiana ao marxismo-leninismo articula a constatação das dificuldades do pensamento marxista em refletir sobre os ativismos de "fora da fábrica", sem um referencial de classe direto, e a objeção ao viés autoritário que, sacramentado por Lênin e seu "centralismo democrático", impedem a valorização política dos organismos autônomos de massa. A dimensão política da "incompreensão" marxista foi bem sintetizada por Hannah Arendt nesta passagem:

um aspecto decisivo, embora geralmente despercebido, da dinâmica das revoluções europeias, é que a palavra de ordem dos conselhos (soviets, Räte etc.) nunca foi levantada pelos partidos e movimentos que desempenharam papel ativo em sua organização; sempre brotou de rebeliões espontâneas. Em si, os conselhos não foram bem compreendidos nem muito bem recebidos pelos ideólogos dos vários movimentos que pretendiam usar a revolução a fim de impor ao povo uma forma preconcebida de governo. (84)

A despeito de suas ambigüidades e das conclusões efetivas que ele mesmo tirou posteriormente de suas reflexões, o Alain Touraine de 1973, do Production de la société<sup>(85)</sup>, é outro autor que merece ser convocado. Nesse trabalho, onde não faltam passagens que se prestam a mais de uma interpretação, ele entretanto expõe legítimas inquietações, e oferece ainda reflexões de real valor. Pioneiro, com esse livro alentado, na análise aprofundada dos movimentos sociais contemporâneos, Touraine professa uma intransigente defesa da independência dos movimentos frente o Estado e os partidos. Aliás, qualquer Estado - que ele sempre associa à coerção - e qualquer partido - pois os partidos, a seu ver, sempre se referenciam a uma forma de Estado. Para

Touraine, o apego do movimento ao Estado terminará por institucionalizá-lo - tornando-o "reformista", sem radical vigor contestatário, acumpliciado com o "status quo" -, e ele fundará enquanto movimento. Já que os movimentos, na acepção de Touraine, questionam a dominação e o "status quo", eles são, por definição, antitéticos ao Estado: "um movimento pode derrubar o Estado, ele não pode 'tomá-lo'"<sup>(36)</sup>. E, tal como o Estado não é isento de contradições (visão mais ampla que a leninista, mas que não significa negar, apesar das contradições, a serventia do Estado à ordem heterônoma, em última instância), igualmente o partido não se identifica plenamente com o movimento que diz ou tenta representar. Touraine, assim, esbarra no aparelhamento (na heteronomia) que reside sempre na partidarização de um movimento. Escreve ele:

A extrema visibilidade do aparelho de Estado e dos partidos políticos pode fazer crer que o Estado é o princípio central de funcionamento da sociedade, que a sociedade é obra do Estado, que a conquista do Estado significa a criação de uma sociedade nova. Ilusão constantemente presente em todas as sociedades ou partidos políticos que se definem mais facilmente por sua relação com o Estado que por sua ação sobre o sistema de ação histórica, onde o "político" leva constantemente vantagem sobre o "social". Ela faz, por conseguinte, voltar ao começo deste desenvolvimento. O Estado não está acima da sociedade; ele não é nada mais que um puro instrumento de unificação da prática social a serviço da classe dominante. Lugar e agente de comunicação entre os níveis da realidade social, ele se situa sempre no interior de um modo de dominação social, mas não se confunde com ele. De sorte que os conflitos de classes são sempre mais fundamentais que os combates pelo controle do Estado, e que os partidos não são jamais a simples expressão dos movimentos sociais e ainda menos os agentes da sua formação. (87)

Noutra parte, Touraine arremata:

Os movimentos sociais são a expressão direta ou indireta do conflito de classes. Sua forma depende do estado do sistema político e da organização social. Mas não se deve esquecer nunca, estudando-se a variação dessas formas, que os movimentos sociais têm sua razão de ser e se constituem ao nível das relações de classe, não ao do Estado. (88)

Interessante notar que, apesar de Touraine ter influenciado Manuel Castells, e deste ter influenciado os paradigmáticos, estes últimos revelam-se anos-luz distantes do Touraine de 1973, com todas as suas ambigüidades e obscuridades. Enquanto os paradigmáticos desenvolvem uma visão purista dos movimentos, tornando Estado e partidos "exteriores" aos imaculados movimentos sociais - o que é simplista e incorreto na medida em que não se toma a precaução de estabelecer, como fez Touraine, uma acepção muito especial para o termo movimento -, Touraine contrapõe os movimentos ao Estado (e aos partidos) na conta de uma compreensão daqueles enquanto lutas questionadoras dos fundamentos da opressão. Com isto, Touraine se coloca na iminência de receber uma crítica marxista, que o assimile aos paradigmáticos por ele não perceber que os movimentos não devem se exteriorizar relativamente ao Estado e aos partidos, devendo antes deles se aproximarem, a fim mesmo de potencializar seus potenciais contestatórios (é esta, afinal, a crítica que Jean Lojkine lhe endereça<sup>(89)</sup>). Não é o caso, contudo, de um purismo semelhante ao dos paradigmáticos - que, aliás, nem demonstravam sempre muita aversão pelo Estado, como o prova o incentivo de um Edison Nunes, de um Pedro Jacobi<sup>(90)</sup> às "candidaturas populares" -, mas de um questionamento mais profundo, com um certo sabor libertário.

A análise de Touraine evolui até a consideração do que ele chama de "movimento social total". Para ele, o contexto da nossa sociedade irremediavelmente acarreta alguma institucionalização (ligações com o Estado, com partidos) aos movimentos sociais; é por esta razão que ele diz que

(...) o movimento social não pode aparecer em estado puro: ou ele tende a se incorporar ao sistema político como força institucional, e ao Estado, determinando-lhe a intervenção, ou ele está ligado a uma crise revolucionária naquele e coloca no lugar a hegemonia política de um novo Estado. (Grifo no original.) (91)

Designando por terror o momento em que a força revolucionária se converte em poder e "se devora a si mesma ao instalar sua ditadura, que é ao mesmo tempo realização de uma transformação social e

recusa dos conflitos sociais", complementa Touraine:

É entre estas duas positivities, aquela da ordem controlada pela classe dominante e aquela do terror, que se situa o movimento social, não mais voltado sobre a coerência de si mesmo, mas engajado na crença da inovação e do conflito, gerando as tensões sempre presentes entre o conflito social e a historicidade. O projeto de um movimento social não é nunca definido pelo horizonte na direção do qual ele avança, mas por sua capacidade de rejeitar toda ordem social e de ser o instrumento das dialéticas da ação histórica. (92)

Em sua concepção, somente o movimento social total, que pode aparecer nos momentos de crise revolucionária - momento de desestruturação das instituições, de desmistificações, de "predominância da classe dominante sobre a classe dirigente, o que dá à empresa política e ideológica da classe superior uma maior visibilidade que seu papel de direção econômica" -, é verdadeiramente efetivo e radical. Todavia,

(...) um movimento social total não se forma se a classe dominante é a classe dirigente, o que implica que o sistema político e a organização social são relativamente abertos e não-redutíveis a um puro aparelho de hegemonia e de controle ideológico a serviço da classe dominante. Neste caso, o movimento anima um conflito que está ao menos parcialmente institucionalizado. (93)

As posições de Touraine não poderiam deixar de despertar reações nos marxistas. Particularmente digno de nota foi o ataque desfechado contra ele por Jean Lojkin, o qual argumenta que Touraine se põe num dilema:

Se todo "movimento social popular" não pode "nunca tomar o poder por si mesmo", é "um agente de contestação e não de gestão", A. Touraine encerra-la, a nosso ver, a luta de classes num impasse: ou "introduzir" no movimento social um elemento exterior - o partido político revolucionário - e então "o partido passa na frente do movimento social", ou então conservar a primazia do "movimento sobre o partido" e, nesse caso, o movimento social comanda o partido. (94)

À análise de Touraine, instigante, Lojkin responde com

a receita habitual: longe de serem transfigurados pela partidarização e pela perspectiva de tomada do Estado, conforme sugere Touraine, os movimentos, para crescerem politicamente, devem justamente se pôr sob o comando legítimo do partido. Touraine vive, sem dúvida, um impasse, mas não exatamente aquele atribuído por Lojkin; seu impasse, ou melhor, sua ambigüidade, ambigüidade que (infelizmente) não existe mais propriamente num trabalho como L'après socialisme, é a de enxergar a vitalidade dos novos movimentos, ao mesmo tempo em que se escapa a uma visão estratégica, mais construtiva, no sentido de discutir por que caminhos gerais se poderá chegar à autonomia. (Insuficiência que, no Production de la société, admite ser interpretada como receio de uma visão centralista, totalitária, burocrática, mas que, no L'après socialisme, surge como desqualificação de um projeto autonomista genuíno.) O fato de Alain Touraine constatar que os movimentos são expressões da luta de classes, e não de gestão do Social não tem necessariamente a ver (e a trajetória posterior de Touraine não importa aqui) com um endosso do imobilismo, da paralisia ou da dispersividade estéril; apenas exprime a convicção de Touraine de que os movimentos, carregando o germe da autogestão, não se destinam, como os partidos leninistas, "dirigentes naturais da revolução e da sociedade pós-revolucionária" (aspas minhas), a ser a base organizativa do controle social, a se constituírem nas cabines de comando da sociedade.

A questão de Alain Touraine, em 1973, é, opondo-se àqueles que entendem os movimentos do ponto de vista de um ator ou de um centro de decisão, contestar a idéia de que, sem os partidos revolucionários, os movimentos serão sempre reformistas. Para ele, sem meias palavras, o partido revolucionário é um "agente de intervenção de forças sociais que aspiram a ser dirigentes", questão dissecada de forma concreta e brilhante por Castoriadis ao examinar o papel da ideologia bolchevique na formação da burocracia<sup>(95)</sup>.

Mas, se de uma parte a solução proposta por Lojkin para a superação do "dilema de Touraine" é contrária a um projeto libertário, de outra é fundamental evitarmos o medo (ou a recusa comprometida, como acabou se revelando em Touraine) de um pensar estratégico, orga-

nizativo. Não um pensar fechado, arrogante, algo como uma "teoria científica da revolução" a ser ensinada aos combatentes das trincheiras do cotidiano; um pensar, isto sim, delineador, interpelador, costurador, que afaste o risco de uma leitura revoltista - isto é, de uma leitura que negligencie ou mesmo despreze a importância da organização, das articulações, da visão estratégica e aberta a um só tempo.

É preciso, a esta altura, distinguir bem claramente duas visões possíveis, rivais porém irmanadas pela sensibilidade para com a problemática do marxismo-leninismo: a organizófoba e a antiburocrática. A organizófoba sustenta que qualquer forma de organização articulada dos movimentos - traduzindo-se organização sempre como costuramento burocrático de problemáticas diferentes - deve ser repelida, deixando-se que os movimentos caminhem isolados, apostando-se na evolução das contradições objetivas e que, no momento da crise definitiva, a soma espontânea dos diversos movimentos bastará para dar xeque-mate na opressão. A antiburocrática, por seu turno, encara a organização e o costuramento como um pressuposto fundamental para vencer os corporativismos e ultrapassar a dispersão de esforços e de questionamentos - entendendo, entretanto, por organização, algo diferente do modelo burocrático (separação entre dirigentes e executantes, centralização programática).

A organizofobia teve como um de seus mais ilustres representantes justamente um ex-companheiro de Castoriadis, Claude Lefort. No caso de Lefort, relatado pelo próprio Castoriadis, a crítica à burocracia - ambos, Lefort e Castoriadis, têm suas origens políticas no trotskismo -, em seguida ao bolchevismo e à burocracia a ele inerente e presente também no trotskismo, exacerba-se a ponto dele tirar conclusões equivocadas acerca da relação organização/burocracia. O ódio a toda "centralização", a partir da crítica ao centralismo democrático leninista, fê-lo atacar as premissas de toda e qualquer organização coerente para a ação: respeito do coletivo pelas decisões aprovadas pela maioria, pressupondo-se debates prévios francos e igualdade de condições de acesso à informação e participação para o conjunto do coletivo. "Diretrizes gerais", no entender de um organizófobo, é sinônimo de castra-

ção da liberdade individual; e a "ditadura da maioria" é inadmissível. Sinonimizando organização e burocracia, o organizofobo acabará por fugir à ação, e defender, a exemplo de Lefort, a limitação dos intelectuais a trabalhos de "clarificação" e "conscientização" - o que é um patente elitismo.

Estaria Touraine imbuído de uma tal visão diletante? A partir somente da consideração da obra de 1973 não é possível fazer uma afirmação taxativa neste sentido, apesar de alguns indícios - a começar pela incompletude, ou ambigüidade, da reflexão do autor. Em L'après socialisme, todavia, já não há mais dúvida: Touraine poupa o Estado de uma crítica radical e estratégica, ao mesmo tempo em que endossa os movimentos enquanto forças espontâneas temperadoras e democratizadoras do Estado. De modo que, na obra mais recente, não se trata meramente de organizofobia, mas de organizofobia quase que nitidamente reacionária, porque capituladora.

O tipo de organizofobia capituladora de Touraine inspirará fortemente a obra do "terceiro Castells". Advoga Castells, no The City and the Grassroots, que os movimentos sociais urbanos "devem estar conectados com o sistema político para em última análise realizarem parcialmente seus objetivos, mas eles devem ser organizacional e ideologicamente autônomos face qualquer partido político"<sup>(96)</sup>. Com isto ele revela grande distância do Alain Touraine de 1973, para o qual movimento e Estado são antitéticos. Perde de vista, ademais, a hipótese do movimento social total lembrada por Touraine em Production de la société, terminando por limitar os movimentos a simples reações contra as contradições existentes, sem capacidade de iniciativa para criar alternativas sociais amplas. Ele resolve, assim, de forma heterônoma o desafio do posicionamento dos movimentos frente o Estado: ao invés de caminhar para a defesa de uma articulação alternativa e revolucionária, ele decreta o tipo de preocupação autonomista como utopia e insiste que os movimentos devem ter autonomia organizacional e ideológica (?), mas cujos anseios devem sofrer a mediação dos partidos políticos e a referência ao Estado.

As reações, e não alternativas que seriam os movimentos

sociais urbanos, seriam "totalmente dependentes" das organizações, profissionais (intelectuais) e partidos. Na ausência de um horizonte mais largo e de uma crítica efetiva dos partidos e do modelo civilizatório, Castells apenas consegue, em que pese o charme "gauchiste" do discurso, pôr os movimentos na posição de simples contribuidores para a marcha democrática rumo à nova cidade e à nova sociedade (!??). Castells arreмата sua empreitada de maneira conservadora, a despeito das aparências: os movimentos sociais urbanos são "embriões de uma nova sociedade", mas, enquanto reações, são também incompetentes para organizar uma saída, a qual deve ficar a cargo de outras forças sociais. Sem que essas outras forças preparem o terreno e viabilizem organizacional e politicamente as "utopias reativas" dos movimentos, estes serão estéreis:

Na medida em que todas essas fontes virtuais de conflitos em nossa sociedade não dispõem de meios autônomos de expressão, organização e mobilização, se uniram de uma forma negativa e reativa enquanto movimentos urbanos. Quando são reações unidimensionais primitivas, assumem a forma de protesto urbano. Quando desenvolvem uma visão global alternativa, formam uma contracultura, e se sentem mais à vontade se definem sua alternativa num território: propõem uma organização social alternativa, um espaço alternativo, uma cidade alternativa. Se convertem num movimento social urbano. Mas esse movimento não pode ser "proativo", apenas "reativo", exceto em sua dimensão utópica. Mas não pode ser um movimento social, somente o sintoma de um limite social, posto que a cidade que projeta não está nem pode estar conectada a um modo alternativo de produção e desenvolvimento, nem a um Estado democrático adaptado aos processos mundiais de poder. Os movimentos sociais urbanos estão, assim, orientados para a transformação do significado da cidade, sem poder transformar a sociedade. São uma reação, não uma alternativa: reclamam uma profundidade de existência, sem ser capazes de criar essa nova cultura. Projetam o perfil de mundo que desejam, sem saber porquê, nem como, nem se é possível. Quando as instituições ficam isoladas ou insensíveis, os bancos mantêm seus elevados interesses, a polícia volta a tomar as ruas, o espaço significativo continua desintegrando-se e os movimentos sociais urbanos não postulam mais uma cidade alternativa. Em vez disto, seus elementos fragmentados em-

preendem a destruição da cidade que os rechega. Observamos e analisamos a sua esperança de uma nova sociedade, o modo como se projetava o espaço que desejavam e a cidade que reclamavam. Mas se tais apelos não são ouvidos, se os caminhos políticos permanecem fechados, se os novos movimentos sociais centrais (feminismo, novo movimento operário, autogestão, comunicação alternativa) não frutificam plenamente, então os movimentos urbanos - utopias reativas que trataram de iluminar o caminho que não podiam trilhar - retornarão, porém dessa vez como fantasmas urbanos, dispostos a incendiar as muralhas hostis de sua cidade cativa. (97)

E, num texto posterior, para arrematar:

O novo Estado deverá ser de tal forma que: a) todos os interesses e valores possam ser bem expressos; b) os diferentes valores e interesses sejam avaliados em termos da hegemonia real atingida por eles na sociedade civil; c) sejam articulados por partidos fundamentados em programas políticos, mais do que nos interesses de classes (como na realidade já o são na Europa); d) seja mantida uma abertura no sistema político, de maneira que interesses não-dominantes ainda possam lutar contra o sistema, opor-se a ele e, de certo modo, mudá-lo (e dinamizá-lo); e) uma considerável distância institucional seja mantida entre o sistema político e os movimentos sociais, a fim de que estes possam manter sua autonomia e criatividade, enquanto o Estado procura desenvolver uma política que considere o conjunto da sociedade, sem conceder tudo aos movimentos sociais que, embora sejam fontes de criação social, não podem ser as instituições legítimas da administração política. (98)

Diante disto; penso que torna-se inevitável a pergunta: quem, verdadeiramente, valoriza os movimentos sociais contemporâneos? Os marxistas vimos que não, ao ignorarem os movimentos ou, pelo "contrário", por eles se interessarem, mas, na prática política, apenas para esvaziá-los de sua ou freiar-lhes sua dimensão autonomista, libertária. Os paradigmáticos tampouco, a despeito dos delírios para com as virtudes das lutas; a ausência de um horizonte crítico radical para com o contexto social, desaguando às vezes em endossos explícitos do Estado, não representa uma compreensão profunda e crítica das potencialidades

dos movimentos contemporâneos. A organizofobia talvez contida no Alain Touraine de 1973 também não constitui uma valorização conseqüente; em que pese sua sensibilidade, Production de la société, por sua incompletude, nos deixa inquietos e ao mesmo tempo algo paralisados. Finalmente, a organizofobia parcial - porque restrita aos movimentos, já que se preserva o Estado e se mantém os partidos - contida no "terceiro Castells", indisfarçavelmente reacionária, é uma sofisticada reusão de valorização dos movimentos. A quantidade de páginas da volumosa e premiada obra The City and the Grassroots é diretamente proporcional à negatividade, à vacuidade da sua mensagem, ao menos em termos essenciais, no que tange ao futuro, à estratégia.

\* \* \* \* \*

Ora, em todos estes movimentos de contestação pretendo encontrar, ou reconhecer, uma unidade de significação, ou melhor, uma relação interna das significações que eles encerram: o desejo de autonomia, portanto, no plano social e político, da instituição de uma sociedade autônoma - o que finalmente significa, para mim, a auto-instituição explícita da sociedade.(...)

A discussão permanece aberta. Mas uma objeção não é admissível, aquela que diz: "mas é você que acha em tudo isso uma significação". Sim, sou eu; da mesma forma, é você - e esta é uma afirmação igualmente pesada - quem diz: "não, tudo isso é desprovido de significação". (99)

Desde o instante em que reconhecemos, como Castoriadis na passagem acima, a dimensão de virtualidade positiva e contestatária dos movimentos sociais contemporâneos, somos chamados a optar entre a hipocrisia, ou a insuficiência, ou a incoerência, e o tomar as coisas pela raiz, como diria Marx. Isto é, ser radical. E ser radical, aqui, não implica somente em realçar as virtudes e apontar as fraquezas dos movimentos; implica também, e necessariamente, em tentar impedir que esta análise crítica seja absorvida por uma moldura político-filosófica cética ou cínica, a exemplo do que ocorre com o "terceiro Castells". Implica, verdadeiramente, em apostar - e é esta a palavra: apostar - que

os movimentos, a serem frágeis hoje, a serem ainda contraditórios, não estão inarredavelmente condenados à posição de eternamente frustrados bastiões ético-políticos da sociedade, dependentes de estruturas heterônomas - Estado, partidos - para se viabilizarem - o que é um contrasenso, ou uma hipocrisia sem limites.

Que devemos responder ao pessimismo de um Ceccarelli, que sombriamente vaticina:

É possível que os movimentos sociais urbanos e os conflitos que os acompanham, longe de estarem antecipando uma nova era, sejam a expressão do último e mais conflitivo estágio de um processo de mudança e reajustamento. (100)

Morte do Sujeito e implosão do Social ? (Baudrillard)

Salvar o Estado de sua presente crise de deslegitimação e saudar movimentos consequentes e realistas ? (Castells) Esperança no matrimônio movimentos + pós-industrialismo ? (Touraine)

Se se apostar ainda na exigência revolucionária, empregando uma expressão castoriadiana - o que não é o caso de um Baudrillard, nem de um Castells, nem de um Touraine -, não me parece haver alternativa: os movimentos devem ser analisados, em termos de suas potencialidades e limitações, na perspectiva da saudação de uma organização alternativa, que permita a ultrapassagem da fragmentariedade, do revoltismo, das reificações e das autonomizações empobrecedoras. Porém, a ser uma alternativa autonomista à organização marxista-leninista ou qualquer outra heterônoma, não poderá ser mais que uma organização irmanadora, aproximadora. Nunca, jamais, uma organização constrangedora, quer em termos programáticos - privilegiando a mensagem de um grupo em detrimento das demais mensagens e dos demais grupos -, quer em termos organizativos - estabelecendo uma hierarquia institucionalizada, uma separação burocrática cristalizada entre dirigentes e executantes, como o famoso modelo do exército invocado por Gramsci.

A organização é indispensável à preservação da memória coletiva, que é um aspecto essencial por ser o alicerce da conscientização e da correção de rumos a partir das experiências anteriores. Assim como pode e deve existir uma articulação densa entre os ativismos

no Espaço e no projeto, desmontando as reificações e compartimentações, interligando os problemas de diferentes grupos e segmentos, bem como os problemas na fábrica, no bairro, na Universidade, nos quadros da problemática da instituição presente da sociedade, pode e deve existir a articulação no tempo, o resgate da historicidade. Com tais articulações sendo realizadas, os combatentes podem perceber que, a despeito das diferenças qualitativas e quantitativas das problemáticas que enfrentam, há uma cadeia de solidariedade que merece ser construída; podem perceber, também, que todos os "fronts" se encontram objetivamente entrelaçados, que o isolamento das lutas umas das outras só redundaria em corporativismo e que, à estratégia repressora do "status quo" (coibindo, cooptando), necessita-se responder com uma contra-estratégia, e não com um minimalismo simplório; podem perceber, finalmente, as ligações entre eles e os combatentes de ontem, aprendendo com erros e acertos deles, e convertendo inclusive seus fracassos em sementes de uma possível vitória, na conta do aprendizado das duras lições da história. A memória, bem como as soldaduras de Espaço e de projeto, são de fato as premissas para que uma derrota conjuntural não detone um refluxo duradouro e de consequências imprevisíveis.

Uma tal organização, aberta, antiburocrática, costuradora, é, evidentemente, algo inteiramente por fazer. É, mesmo, dificilmente visualizável em seus pormenores, já que estes só se mostrarão no fazer histórico em si mesmo, e não na pena de um iluminado. Entretanto, duas coisas precisam ficar bem esclarecidas: primeiramente, retomando uma passagem de Guattari que aproveitei como uma das epígrafes desta dissertação, devemos ter, como premissa absoluta da organização reclamada,

(...) respeito à autonomia e à singularidade de cada uma de suas componentes. Fica claro, desde agora, que sua sensibilidade, seu nível de consciência, seus ritmos de ação, sua justificação teórica [dos movimentos] não coincidirão. E parece desejável e mesmo essencial que suas condições, seus antagonismos não possam ser "resolvidos" nem por uma dialética constrangedora, nem por aparelhos de direção que os dominem e oprimam. (101)

E, em segundo lugar, que semelhante organização só pode ser "a priori" descartada sob a acusação de utopismo ou diversionismo por força de um preconceito heterônomo. Preconceito que, a insistir sobre o privilégio histórico-programático do movimento operário e sobre o comando do Partido, ao mesmo tempo em que desqualifica os seminiais questionamentos trazidos contemporaneamente pelos mais diferentes movimentos, sustenta uma visão do movimento operário e da estrutura social que, conforme já discuti, não mais corresponde à realidade. Não se trata, porém, de subestimar a esfera da produção (como faz, por exemplo, Touraine<sup>(102)</sup>), nem de negar as novas formas, algumas vezes extremamente instigantes, do movimento operário<sup>(103)</sup>; apenas não vejo como a constância do enfrentamento proletário/capitalista (esfera do trabalho, "lugar da não-vida"), enfrentamento às vezes político, mas sempre real, conferiria ao movimento operário, hoje sobretudo, e cada vez mais, uma vantagem estrutural sobre ativismos tidos como intermitentes, a exemplo dos de bairro. (Que em certo sentido o são de fato, dado o anteparo ideológico estatal, cooptador; dada a característica da arena-bairro de "lugar da vida", refúgio; dados, enfim, todos os obstáculos já expostos, como a brutal "privatização" dos indivíduos, as formas de inserção dos indivíduos na sociedade, na economia, na política. Não obstante, no cotidiano, no bairro pobre, assim como na fábrica, que é a arena lembrada por Castoriadis<sup>(104)</sup>, não se nota uma resistência constante, ditada pelas circunstâncias, ainda que nem sempre desagüe em formas políticas de expressão ?)

É necessário ter clareza para o fato de que a rejeição de uma organização como a advogada, que promova uma aproximação densa entre grupos e ativismos nos marcos de uma estrutura aberta em termos programáticos e antiburocrática em termos organizativos, equivale não a uma recusa de um utopismo ou de um diversionismo, mas a uma recusa da exigência revolucionária na contemporaneidade em nome de um compromisso com o passado e com a heteronomia. Equivale, portanto, a uma recusa da própria autonomia. E quanto a esta, "nada nos diz que ela é inevitável; mas nada nos diz, por outro lado, que é impossível!" (Castoriadis).

Mas, nos interroguemos um pouco mais:

Então, afinal, que forma de organização? Alguma coisa vaga, fluida? Um retorno às concepções anarquistas da "belle époque"? Não necessariamente. E certamente não mesmo. A partir do momento em que esse imperativo do respeito aos traços de singularidade e de heterogeneidade dos diversos segmentos de luta fosse reconhecido, seria possível, com objetivos delimitados, que um novo modo de estruturação - nem vago nem fluido - pudesse se desenvolver. As realidades com as quais se defronta a revolução molecular, tanto quanto a revolução social, são pesadas; clamam pela constituição de aparelhos de luta, máquinas de guerra revolucionária eficazes. Mas para que organismos de decisão e de luta fiquem "toleráveis", não sejam rejeitados como engastes nocivos, é indispensável que não sejam portadores de nenhuma "sistemocracia", nem a um nível inconsciente, nem a um nível ideológico manifesto. Muitos dos que experimentaram o caráter pernicioso das formas tradicionais de militância contentam-se, hoje, em reagir de maneira mecanicamente hostil a qualquer forma de organização, e mesmo a qualquer pessoa que pretendesse, por exemplo, assumir a presidência de uma reunião, a redação de um texto, etc. Na medida em que a primeira preocupação de um movimento revolucionário fosse uma autêntica união entre as lutas molares e os investimentos moleculares, a questão da criação de instrumentos não só de informação, mas também de decisão e de organização, se colocaria de uma nova forma. (Em escala microsocial, local, nacional, internacional.) Com tudo o que isso possa eventualmente implicar de rigor e de disciplina de ação, em certas situações, mas segundo métodos radicalmente diferentes dos métodos dos social-democratas e dos bolcheviques. Não programáticos, mas diagramáticos, isto é, que não invalidem as realidades contingentes e as singularidades da ordem do desejo. (105)

Uma organização assim, nem fluida nem rígida, nem dispersiva nem monolítica, mas maleável programaticamente e tendo por norma seu fazer-se/refazer-se ininterrupto a partir das interrelações dialógicas e democráticas dos seus diversos segmentos constituintes, seria o instrumento de um contraprojeto político apropriado aos nossos tempos pós-modernos. Seria a resposta às reificações, às fragmentações;

não pela via da centralização organizativa e programática, via esta infecunda e heterônoma, mas pela via da recomposição de um pensar e de um fazer estratégicos com base na articulação autônoma dos diversos segmentos que, conquanto objetivamente immanados por algum tipo de opressão, hoje ainda se acham distanciados por obstáculos ideológicos e dificuldades inerentes ao próprio ritmo de vida. Um tal caminho poderia efetivar-se como o realizador de potencialidades e o superador de limitações dos diversos ativismos - o de bairro bem como todos os demais -, pois a substância das dificuldades ideológico-políticas dos ativismos deriva justamente de seu insulamento, ou mesmo de seu corporativismo. A contemporaneidade é esmagadora, angustiante; mas a "privatização" dos indivíduos, a massificação e o conformismo não são generalizados, muito menos absolutos. Os motivos e o desejo de luta não morreram, nem o Sujeito histórico, como o demonstra, exemplo dentre muitos, o ativismo de bairro. Apesar das frustrações, dos refluxos conjunturais, continuamos em crise, o que vale dizer que continuamos em luta. Enquanto houver luta existirão questionamentos, e enquanto existirem os questionamentos existirá a possibilidade de uma resposta decisiva.

A recomposição de uma realidade ideologicamente esfacelada, mas objetivamente indivisa e articulada em seus múltiplos tentáculos de opressão, é o requisito necessário para uma recuperação do cotidiano; uma recuperação crítica, que prove que ele, por remeter ao senso-comum, e no caso do cotidiano do bairro mais especificamente, por não referir-se imediatamente à esfera da produção, não é necessariamente reacionário. É o requisito necessário para, retomando a expressão já empregada por mim no Capítulo 3, trazer o Espaço para o nosso lado das barricadas; o Espaço, bem como o desejo, o sentimento, a bairrofilia. E desta maneira ultrapassar, ou encaminhar a ultrapassagem, das limitações do ativismo de bairro, como também das limitações dos outros ativismos. Pois, resgatando um pensamento de Paulo Freire que vale para qualquer escala de consideração, "ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho; os homens se libertam em comunhão" (106).

Todavia, é imprescindível que se perceba a urgência de se investir num projeto deste tipo. A realidade não está congelada à espe-

ra da nossa decisão; o "status quo" renova constantemente suas investidas na tentativa de minar as energias de luta, cooptar as organizações populares, domesticar os indivíduos - e amiúde é bem-sucedido. Investidas essas que se dão associadas através da soma de vetores formais e informais, ou seja, através da conjugação de ações políticas (do Estado, dos partidos e dos políticos, buscando cooptar por meio de instituições e de relações clientelísticas) com a destilação cotidiana de ideologias que incentivam o caciquismo, o desejo de ocupar posições no Estado (isto é, a proliferação de micropoderes reacionários paralelamente e complementarmente ao Estado - o "opressor hospedado no oprimido", recordando Paulo Freire). Sendo que, no que se refere ao segundo aspecto - a assimilação popular de ideologias dominantes, emasculadoras e domesticadoras -, deve-se enfatizar a negatividade estrutural das "soluções" que passam por uma acomodação com o "status quo", os oprimidos valendo-se então das brechas e contradições do sistema, ou comprando a sua proteção e algumas migalhas oferecendo a sua passividade. São as "soluções" parciais, focalistas, individuais ou grupais, que "driblam" as contradições sem, evidentemente, eliminá-las.

À proporção que o tempo passa, a inexistência de um vetor decisivamente contrário à fragmentação, ao corporativismo, ao imediatismo, às microvisões, aos minimalismos ensimesmados (programáticos e organizativos), tende a colocar um pouco mais distante a solução adequada para a crise contemporânea. É provável que o desafio "socialismo ou barbárie" hoje se nos apresente da seguinte forma: ou se avança para a reversão do quadro supradelineado, por meio da conjugação densa de esforços políticos e intelectuais - facultando-se assim a correção mútua de deficiências entre os vários ativismos -, ou, no fracasso deste projeto integrador, virão o agravamento da massificação e o encolhimento crescente dos espaços de contestação fecunda, restando-nos apenas os simulacros, as neuroses, os protestos suicidas - a barbárie pós-moderna.

Muitos poderão observar que, apesar de interessante para uma realidade desenvolvida, onde os problemas elementares e a miséria foram praticamente superados, o autonomismo é um luxo, uma proposta estranha à realidade do Terceiro Mundo. "Coisa de europeu", dirão. Tal pensamento, supondo-o sincero e não cínico, encobre de toda maneira alguns equívocos.

O primeiro erro consiste em confundir as diferentes propostas e práticas dos autonomistas (dos assim rotulados autonomistas). De fato, existem aqueles que, voltados sobre o próprio umbigo, desenvolvem um discurso endereçado exclusivamente à realidade primeiromundista e seus problemas peculiares, onde a presença do Terceiro Mundo (cuja exploração permite justamente que hoje o Primeiro Mundo não tenha de se preocupar, em seu interior, com vários problemas graves e explosivos) é meramente sub-reptícia e indiretamente referida. Todavia, não foi basicamente a esses intelectuais europeicêntricos que recorri para fundamentar minha posição geral. Cornelius Castoriadis, numa comunicação, ao mesmo tempo em que observou a necessidade de uma posição crítica a respeito do Terceiro Mundo e dos seus problemas, considerou que não cabia aos intelectuais do Primeiro Mundo, já envolvidos com dilemas e desafios em sua própria casa, falar pelos homens do Terceiro Mundo e oferecer-lhes soluções prontas para os seus problemas específicos<sup>(10)</sup>. Esta posição, lúcida, é a antítese do colonialismo cultural e, ao mesmo tempo, a rejeição do europeicentrismo indiferente. Sua base é o interesse solidário.

O segundo erro consiste em imaginar que, pelo fato de ter sido desenvolvido entre intelectuais europeus, e por conseguinte ter tido uma aplicação prática por parte sobretudo de militantes inseridos numa realidade primeiromundista - luta contra o nuclear, luta pela ecologia e por uma melhor qualidade de vida etc. -, o autonomismo seja inaplicável ao Terceiro Mundo. É como se por sua própria natureza, por assim dizer, o Terceiro Mundo só tivesse condições de conhecer soluções revolucionárias pela via do marxismo-leninismo, uma via implicitamente considerada "não-elitista" em contraste com o "elitismo temático" do autonomismo. O que quer dizer que os povos terceiro-mundistas não

teriam escapatória: teriam de reproduzir eternamente Cubas, Nicaráguas etc., nos marcos dos impasses e da confluência de problemas planetariamente trazidos pelo "socialismo real", pela crise do marxismo. E, também esquecem que o autonomismo bem pode ser considerado um herdeiro moral do anarquismo clássico, o qual teve importância decisiva nas lutas operárias dos primórdios da industrialização em vários contextos capitalistas periféricos.

O cerne da proposta autonomista deve ser lido diferenciadamente à luz de cada realidade. O respeito às diferenças é uma óbvia necessidade, mas a consideração da base crítica e positiva do projeto autonomista, base essa de alcance geral, igualmente é uma necessidade, pelo fato de que em certa medida o Terceiro Mundo enfrenta impasses semelhantes aos do Primeiro Mundo (crise urbana e ativismos de bairro, guardando-se as diferenças já discutidas; introdução do nuclear e da sua problemática; etc.). O autonomismo, como o marxismo, não é uma filosofia - e uma práxis - paroquial; é uma filosofia, um projeto virtualmente legítimo perante todos aqueles culturalmente tributários do pensamento grego e do seu ideal de democracia, liberdade, igualdade. Atente-se, por exemplo, para a leitura efetivamente autonomista que fiz da obra Pedagogia do Oprimido, do grande humanista e educador brasileiro Paulo Freire. Ver no autonomismo radical simplesmente uma "utopia de elite", "boa para quem já está de barriga cheia", ou é uma incompreensão brutal, derivada talvez de algum complexo de inferioridade (ou, quem sabe, de algum masoquismo), ou um cretinismo político, destinado a desqualificar a luta contra a heteronomia pela via da demagogice. Quanto a mim, insisto em continuar acreditando que a miséria não interdita, antes reclama candentemente a autonomia; e insisto, também, em continuar acreditando que a igualdade e a liberdade são possíveis, e só são possíveis juntas, não havendo verdadeira liberdade sem igualdade, nem plena igualdade sem liberdade.

## NOTAS AO CAPÍTULO 4

- (1) A idéia de um "desenvolvimento desigual e combinado" foi explicitamente formulada por Trotsky no A História da Revolução Russa (Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978; 1º vol., p. 25), idéia presente de modo atual, e sob um ângulo de consideração autonomista, em "O capitalismo mundial integrado e a revolução molecular", de Félix Guattari (in Revolução Molecular. Brasiliense, São Paulo, 1987).
- (2) O "Terceiro Mundo", a exemplo do "Terceiro Estado" que inspirou a expressão a Sauvy, está longe de ser um bloco homogêneo. Como comparar São Paulo, que é Terceiro Mundo, a La Paz, que também o é? Pelos padrões terceiromundistas, cidades como São Paulo, Buenos Aires e Rio de Janeiro correspondem a metrópoles culturais, frentes de penetração do Terceiro Mundo no caldo cultural primeiromundista (ou será o contrário?).
- (3) A questão foi já tangenciada por Francisco de Oliveira no começo dos anos 70, no A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista (Vozes, Petrópolis, 1987, 5. ed.).
- (4) Cf. Michel Beaud, História do Capitalismo. Brasiliense, São Paulo, 1987.
- (5) Conforme bem nota, para o caso do Brasil, Francisco de Oliveira, op. cit., p. 75.
- (6) Milton Santos, O Espaço Dividido. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1979.
- (7) Cf. Henri Lefebvre, La revolución urbana. Alianza Editorial, Madri, 1983, p. 39.
- (8) Observe-se que a especificidade do Terceiro Mundo, em termos de sua aguda problemática social, se entrelaça profundamente com seu costumeamento mesmo ao Primeiro Mundo. Este fato, já abordado por Lênin no Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo, é recomentado em nossos dias por Francisco de Oliveira, que faz notar que a "'transfêrência' do conflito básico entre relações de produção e forças produtivas nos países capitalistas líderes irá desembocar, de um lado, no modelo imperialista da acumulação e, de outro, no reformismo dos partidos sociais democratas europeus" (op. cit., p. 78, rodapé).
- (9) Por força dos processos de obsolescência urbana (abandono de espaços residenciais próximos ao CBD por parte das elites, e posterior preenchimento da vaga por classes pobres), fortes em vários contextos primeiromundistas na esteira dos processos de industrialização originários; por força, enfim, dos processos de guetoização em geral, os quais nem sempre remetem a um processo de obsolescência em sentido estreito, mas normalmente se deram/dão no miolo urbano (na

"inner city"), e não nos arrabaldes (locais comumente dos elitistas "suburbs" e congêneres).

- (10) Como o drama do West End de Boston, relatado por Herbert Gans em The Urban Villagers. Group and Class in the Life of Italian-Americans (The Free Press, New York, 1962). Vale registrar que, na amostra representada pela análise de Kevin Cox e Jeffery McCarthy (cf. "Neighbourhood activism as a politics of turf: a critical analysis", in: Kevin Cox e R. J. Johnston, orgs., Conflict, Politics and the Urban Scene. Longman, Essex, 1982) do The Columbus Dispatch (1971-8), a construção de grandes obras e as cirurgias de renovação urbana respondem por 26% do total de casos de ativismo, figurando como segundo fator mais importante.
- (11) "Faces" ou dimensões que, uma vez integradas, nos fornecem um ponto de referência para um pensamento holístico. Todavia, devo sublinhar que tal holismo não se funda numa idéia de possibilidade de apreensão de uma totalidade escrava de um devir histórico determinado de uma vez por todas por uma lógica essencial e universal. Semelhante holismo, fechado e teleológico, por conseguinte racionalista, é estranho ao espírito do alicerce teórico deste trabalho. Ao contrário, a totalidade a que pretendo remeter é vista como algo em construção e aberto à contingência, e ainda mais: historicamente relativizada a idéia de totalidade, cada imaginário social (sobre o conceito de imaginário social ver A Instituição Imaginária da Sociedade, de Castoriadis - Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982) admite o seu próprio referencial de "totalização".
- (12) No campo da experiência humana, o que existe é uma realidade social infragmentável, porque dialética; complexo magma, para usar a sugestiva expressão e o conceito de Castoriadis (ibid.). Não basta dizer que as "esferas" econômica, política e cultural-ideológica se condicionam reciprocamente e de igual para igual; isto elimina o economicismo, mas não o analiticismo, de maneira que o alicerce equívoco permanece. Também não é suficiente, pela mesma razão, multiplicar/subdividir as "esferas" para tornar menos simplista o esquema. O que ocorre, fundamentalmente, é que não só o pluralismo não pode ser expresso à base de "esferas", posto que a economia, a política e a cultura não são mais do que faces (e, em certo sentido, máscaras) de um todo indivisível, como também a amplitude e o conteúdo de cada face não são trans-históricos, e a discriminação válida para uma sociedade pode não sê-la para outra. Não que não devamos operar com distinções de dimensões; a vã pretensão de ignorar as distinções entre econômico, político e cultural, as quais são parte da nossa instituição social-histórica, seria aliás a melhor forma de evitar compreender o que se passa à nossa volta... Insisto é no cuidado crítico que se precisa tomar quando do contato com as distinções, contextualizando-as, entendendo-as como produtos de uma lógica fragmentadora (dialecticamente ligada a alienações e reificações objetivas) que reina absoluta no imaginário capitalístico.

- (13) Se se concebe autonomia para cada uma das dimensões (em sentido forte: leis próprias de funcionamento), ainda que "autonomia relativa" (o que é vazio de sentido, pois ou existe ou não existe uma autonomia, não se podendo ficar no meio do caminho por mágica de uma sutileza terminológica), na esperança de evitar algo como um economicismo extremado, não se evita de qualquer modo o esquarteramento do Social-concreto: elevados os ritmos específicos de cada dimensão (que existem precisamente porque se trata de dimensões; a simultaneidade perfeita seria uma ficção idealista delirante) ao plano de leis internas particulares de regulação, abre-se espaço para que se perca de vista a percolação mútua ininterrupta do poder (das macropolíticas às micropolíticas), das condições materiais de produção da vida social e dos valores e significados socialmente constituídos. Abre-se espaço, portanto, para os parcialismos, para as perspectivas focalistas, privilegiadoras dessa ou daquela dimensão.
  
- (14) Félix Guattari, op. cit.
  
- (15) Dicotomização sussurrada, através de um prisma marxista, em Ana Clara Torres Ribeiro e Ester Limonad, "Infra-estrutura e super-estrutura: dois caminhos para uma mesma questão". In: Publicações PUR - Série Estudos e Debates nº 5. UFRJ, outubro/1982; e também em Luiz Antonio Machado da Silva, "Para repensar o paradigma dos movimentos sociais urbanos". X Encontro da ANPOCS, Campos do Jordão, xerox.
  
- (16) É absurda qualquer dicotomia entre uma "análise do Sujeito" e uma "análise das contradições objetivas". Essa dicotomia, que leva ou ao objetivismo economicista (aos "anti-humanismos teóricos") ou ao voluntarismo teórico juvenil, ignora que as contradições objetivas e as problematizações e conscientizações político-culturais (subjetivas, intersubjetivas) não passam umas sem as outras.
  
- (17) Sobre o Brasil ver, por exemplo, de Satie Mizubuti, O Movimento Associativo de Bairro em Niterói (Tese de Doutorado submetida à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP em 1986); e, de José Borzacchiello da Silva, Movimentos Sociais Populares em Fortaleza (Tese de Doutorado submetida à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP em 1986). Sobre Portugal ver, de Charles Downs, "Comissões de moradores e lutas urbanas em Portugal revolucionário". Espaço & Debates, ano I, nº 4, dez/1981. Sobre a Espanha ver, de Manuel Castells, The City and the Grassroots. University of California Press, Berkeley, 1983.
  
- (18) Ver Castells, *ibid.* O problema geral do distanciamento foi de algum modo reconhecido pelo próprio Nicos Poulantzas ("O Estado, os Movimentos Sociais, o Partido - última entrevista com Nicos Poulantzas". Espaço & Debates, ano III, nº 9, mai/ago 1983), muito embora não tenha ele, por compromisso com o eurocomunismo, procedido a uma crítica radical.

- (19) Conforme admite Ana Clara Torres Ribeiro ("Movimentos sociais - velhas e novas questões no espaço do Rio de Janeiro". Relatório-síntese dos trabalhos desenvolvidos pela equipe regional (Rio) do projeto Movimentos Sociais na América Latina. 1986, xerox, p. 21), as manifestações iniciais da retomada do ativismo de bairro nos anos 70 ("clubes de mães, de jovens, as comunidades eclesiais de base e a grupos de oposição sindical") não têm sua importância "reconhecida, de forma imediata e ampla, pelas organizações de esquerda".
- (20) Colhi esta expressão certa vez na minha associação de moradores, saída da boca de um indignado e arrebatado associado, que a meu ver foi bastante feliz: ela é de fato sugestiva. As "associações de festeiros" são aquelas que, na falta de problemas sérios com os quais se preocupar, acabam esquecendo na verdade todo um trabalho cultural e de articulação comunitária e politização, deixando-se dominar por uma dinâmica onde a organização de festas (do Dia das Mães, do Papai Noel, o Carnaval da Associação...) é o carro-chefe da atuação associativa. Ao lado das "associações de festeiros" podemos pôr, como representantes típicas da emasculação política, as associações enredadas em tramas clientelísticas, como as Sociedades de Amigos de Bairro que mencionei no capítulo anterior.
- (21) Denúncia incisivamente feita pelas lideranças de bairros populares durante o III Congresso da FAMERJ, em 1987, quando a chapa situacionista, ligada ao PCB, PC do B e PMDB, foi derrotada por outra ligada ao PT, ao PDT e à CUT.
- (22) Se bem que nem todos, como é o caso de algumas agremiações trotskystas.
- (23) Não me refiro, evidentemente, à "democracia" burguesa, em larga medida meramente formal, mas à democracia efetiva, sinônimo de autonomia.
- (24) Ver A Instituição Imaginária da Sociedade, op. cit.; "Technique" (in: Les carrefours du labyrinthe. Seuil, Paris, 1979); "Marx aujourd'hui" (in: Domaines de l'homme. Seuil, Paris, 1986).
- (25) Cf. João Bernardo, Marx, Crítico de Marx. Afrontamento, Porto, 1977.
- (26) É o que esclarece a análise de Castoriadis em "O papel da ideologia bolchevique no nascimento da burocracia". In: A Experiência do Movimento Operário. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- (27) Para citar um exemplo que me parece didático, é sintomático que mesmo um cripto-stalinista como o PC do B se assemelhe cada vez mais ao eurocomunistófilo PCB, na prática.
- (28) Segundo o entendimento de Francisco Weffort (O Populismo na Políti-

- ca Brasileira. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980) a propósito do que seja o populismo.
- (29) Cf. Cornelius Castoriadis, "O papel da ideologia bolchevique...", op. cit.
- (30) Assunto interessantemente discutido por Alain Touraine em Production de la société (Seuil, Paris, 1973).
- (31) Ver, por exemplo, Ernest Mandel, La teoría leninista de la organización. Era, México, 1976; e Florestan Fernandes, Apresentação do Que Fazer?, de Lênin (HUCITEC, São Paulo, 1986).
- (32) Vide seu Pedagogia do Oprimido (Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986).
- (33) Ambigüidade que é: ao mesmo tempo em que Rosa prestigia a atividade autônoma das massas, ela desvaloriza a luta de classes como determinante, ao considerar a revolução (para ela iminente) como algo garantido. (Ver, a propósito, de Castoriadis, "A questão da história do movimento operário". In: A Experiência do Movimento Operário, op. cit.) Além disto, em que pesem suas críticas aos bolcheviques (ver O Estado Burguês e a Revolução, Antídoto, Lisboa, pp. 16-17) e suas antecipações premonitórias da burocracia, Rosa, como marxista, mantém a ditadura do proletariado, não problematiza o suficiente o "Estado socialista" e, mesmo advogando liberdade de imprensa na sociedade pós-revolucionária (idem, ibidem, p. 16), resta a pergunta: autonomia com Estado, com estruturas partidárias?
- (34) Cf. em Rosa Luxemburgo, ibid., p. 57.
- (35) "As eleições parlamentares burguesas reagrupam os cidadãos segundo a sua circunscrição eleitoral - isto é, segundo os seus laços de habitação. Assim, indivíduos de profissões ou classes distintas e que nada têm em comum (a não ser dispersos e raros laços de vizinhança) são reunidos artificialmente e representados por um só delegado." (Anton Pannekoek, "Conselhos operários". In: Pannekoek et alii, Conselhos Operários, Gentelha, Coimbra, 1975, p. 17.)
- (36) Gramsci reduz a ação direta ao terrorismo (uma prática de ação direta preconizada, por exemplo, por Kropotkin, um dos grandes mestres anarquistas), e afirma o disparate de que o movimento libertário careceria de autonomia, vivendo à margem dos "partidos orgânicos" com a pretensão de educá-los - como se o anarquismo tivesse feito opção pela contemplação e tivesse aceito legitimar, mesmo por via indireta, os partidos existentes, revolucionários ou não. Além disto, ele considera o anarquismo uma "seita intelectualizada", que é comparada à "seita dos economistas", como se os anarquistas, além de meros "conselheiros", ainda fossem "conselheiros de elite", comparáveis à categoria dos economistas burgueses.

- (37) Rosa Luxemburgo, op. cit., p. 17.
- (38) Independentemente das divergências a propósito do grau de oposição dos kronstadinos ao Partido Bolchevique e da legitimidade do slogan "Soviets sem comunismo" (contrastar Hannah Arendt, A Condição Humana - Forense, Rio de Janeiro, 1983, p. 229, rodapé - com Henri Arvon, A Revolta de Kronstadt - Brasiliense, São Paulo, 1984, p. ex. pp. 20-1 e 44), o que parece indiscutível é a autenticamente revolucionária rejeição kronstadina da centralização imposta pelos bolcheviques.
- (39) Manuel Castells, Cidade, Democracia e Socialismo. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980, p. 150.
- (40) Ibid., p. 149.
- (41) Manuel Castells, The City and the Grassroots, op. cit., pp. 215-6.
- (42) Ibid., p. 230.
- (43) Ibid., p. 275.
- (44) Ibid., p. 215.
- (45) Ibid., p. 216.
- (46) Maurizio Marcelloni, "Movimentos urbanos e lutas políticas na Itália". Espaço & Debates, ano I, nº 2, 1981.
- (47) Ibid., p. 102.
- (48) Ibid., p. 102.
- (49) Ibid., p. 102.
- (50) Ibid., p. 101.
- (51) Ibid., p. 106.
- (52) Ibid., p. 112.
- (53) Ibid., p. 107.
- (54) Edison Nunes & Pedro Jacobi, "Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia". In: José Álvaro Moisés et alii, Cidade, Povo e Poder. Paz e Terra/CEDEC, Rio de Janeiro, 1985, p. 197).
- (55) Não querendo sugerir, naturalmente, que todas as associações de moradores tenham como apanágio uma "espontaneidade" conferida por seu isolamento dos partidos e de outras instituições de vocação ca-

tequizadora; ver o exemplo das Comunidades Eclesiais de Base, um dentre vários.

- (56) Cf. Francisco Weffort, op. cit., p. 107.
- (57) Ibid., p. 11.
- (58) Edison Nunes & Pedro Jacobi, op. cit., p. 197.
- (59) Cf. Charles Downs, op. cit., p. 110.
- (60) Santiago Carrillo, L'"eurocomunismo" e lo Stato. Editori Riuniti, Roma, edição italiana de 1977.
- (61) Cornelius Castoriadis, "La 'gauche' en 1985". In: Domaines de l'homme, op. cit.
- (62) Lembro-me de ter lido, em 1987, num jornal, a notícia de que um intelectual filiado ao PCI, indignado, decidiu fundar algo como um núcleo de estudos marxistas, já que no partido havia um de estudos liberais, mas nenhum de pesquisa sobre marxismo. À parte o anedótico da (possivelmente verídica) notícia, é preciso, diante do eurocomunismo enquanto movimento pioneira e primordialmente europeu, atentar para as profundas mudanças na estrutura de classe dos países capitalistas centrais sob o pós-industrialismo - especialização crescente da mão-de-obra operária, remunerações razoáveis para as camadas de operários especializados, cooptações crescentes pelo consumismo -, o que redundava em reorientações de compromissos políticos e ideológicos.
- (63) Maurizio Marcelloni, op. cit.
- (64) Ibid., p. 120.
- (65) Ibid., p. 121.
- (66) Manuel Castells, op. cit. (ambas).
- (67) Cf. Pedro Jacobi, "Prefeituras democráticas, movimentos populares e poder local: participação, cooptação ou autonomia?". Espaço & Debates, ano III, nº 9, 1983, p. 69.
- (68) Ibid., pp. 67-8.
- (69) Ibid., p. 69.
- (70) Nicos Poulantzas, op. cit., p. 76.
- (71) Mas, talvez, por ambigüidade ideológica, isolamento e falta de experiência, protagonizassem contatos fracassados.

- (72) Informação colhida numa transcrição de matéria do Nürnbergger Nachrichten de 13/11/87 pelo Tribuna Alemã (dezembro de 1987, nº 357) intitulada "Iminente cisão na bancada parlamentar dos verdes", e complementada por um depoimento oral do geógrafo Wilfried Kaiser, do Geographisches Institut de Tübingen, RFA.
- (73) Cf. Michel Bosquet, Ecologia e Política. Notícias, Lisboa, 1976.
- (74) Herman Daly (org.), Economics, Ecology, Ethics. Freeman, San Francisco, 1980.
- (75) Jean-Pierre Dupuy, Introdução à Crítica da Ecologia Política. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.
- (76) Ver nota 73.
- (77) André Gorz (Michel Bosquet), Los caminos del paraíso. Laia, Barcelona, 1986.
- (78) Cf. Félix Guattari & Suely Rolnik, Micropolítica. Vozes, Petrópolis, 1986.
- (79) Todavia , se mesmo alguém como Duverger admite que (p. 455)  
A organização dos partidos políticos, certamente, não se conforma à ortodoxia democrática. A respectiva estrutura interna é, essencialmente, autocrática e oligárquica; os chefes não são, de fato, designados pelos adeptos, apesar da aparência, mas cooptados ou nomeados pelo centro; tendem a formar uma classe dirigente, isolada dos militantes, casta mais ou menos fechada sobre si mesma. (Os Partidos Políticos. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987)...
- (80) Cf. Cornelius Castoriadis, "Proletariado e organização, I". In: A Experiência do Movimento Operário, op. cit., p. 148.
- (81) Ibid., p. 148.
- (82) Ibid., p. 151.
- (83) Castoriadis, "A questão da história...", op. cit.
- (84) Cf. Hannah Arendt, op. cit., pp. 228-9, rodapé. Lembremos, ainda, da palavra-de-ordem dos insurretos de Kronstadt: "todo o poder aos soviets, mas não aos partidos!" (cf. Henri Arvon, op. cit., p.85).
- (85) Alain Touraine, Production de la société, op. cit.
- (86) Ibid., p. 427.
- (87) Ibid., pp. 274-5.
- (88) Ibid., p. 424.

- (89) ver Jean Lojkins, O Estado Capitalista e a Questão Urbana. Martins Fontes, São Paulo, 1981.
- (90) Ver Edison Nunes & Pedro Jacobi, op. cit.
- (91) Alain Touraine, op. cit., p. 427.
- (92) Ibid., p. 431.
- (93) Ibid., p. 427.
- (94) Ver Lojkine, op. cit., p. 294.
- (95) Ver "O papel da ideologia bolchevique...", op. cit.
- (96) Cf. The City and the Grassroots, op. cit., p. 322.
- (97) Ibid., pp. 326-7.
- (98) Cf. Manuel Castells, "Urbanismo, crise e qualidade de vida". Projeto, nº 57, nov/83, p. 32.
- (99) Cf. Cornelius Castoriadis, "A exigência revolucionária". In: Socialismo ou Barbárie. Brasiliense, São Paulo, 1983, pp. 238-9.
- (100) Ceccarelli, apud David Lowe, Urban Social Movements. MacMillan, Londres, 1986, p. 189.
- (101) Félix Guattari, "O capitalismo mundial integrado e a revolução molecular". In: Revolução Molecular: Pulsões Políticas do Desejo. Brasiliense, São Paulo, 1987, p. 222.
- (102) Ver o Production de la société, p. 194 (O fato dele "conhecer os riscos" não o exime de uma certa culpa, a despeito de várias colocações fecundas e instigadoras: "com o risco de ser muito esquemático direi que a classe popular deve ser definida como aquela dos consumidores: o campo principal das relações e dos conflitos de classe é a cultura [sob o pós-industrialismo].")
- (103) Formas novas e formas renovadas: "reivindicações qualitativas" (contra o embrutecimento no ato da produção, pela redução da jornada etc.), (re)surgimento de conselhos autônomos, como pequeno contraponto aos grandes partidos e sindicatos burocratizados.
- (104) Refiro-me aqui à discussão seminal do "A questão da história...", op. cit.
- (105) Félix Guattari, "O capitalismo mundial integrado...", op. cit.,

pp. 222-3.

(106) Paulo Freire, *op. cit.*, p. 27.

(107) Castoriadis, "Tiers Monde, tiers-mondisme, démocratie". In: Domaines de l'homme, *op. cit.*

## BALANÇO E PERSPECTIVAS

Espero ter demonstrado, pelo menos em parte, a importância de se resgatar em novas bases o tema do ativismo de bairro.

O ativismo de bairro possui importância prática em si mesmo. A despeito de suas fraquezas, de suas ambigüidades - enormes, e que penso não ter minimizado -, ele encarna uma reação e revela a necessidade de reagir e de construir a organização popular, dentro do contexto da reificação do urbano, da emergência diferenciada do binômio pós-industrialismo + pós-modernismo, do redimensionamento da luta contra a heteronomia; e as experiências que essa reação nos lega - a instauração de uma democracia direta, o desenvolvimento de cadeias de solidariedade etc. - são indispensáveis. As experiências históricas do ativismo de bairro são manifestações de uma exigência transformadora; exigência hoje irrepresável, conquanto seus melhores frutos sofram a constante e multifacetada pressão domesticadora do "status quo". São, essas experiências, enfim, bofetadas naqueles que insinuem ou afirmam a "morte do bairro", a "morte do Sujeito histórico" e outras tantas tolices úteis.

O ativismo de bairro não é um "substituto" para o movimento operário. Quem assim pensa, ao mesmo tempo exagera caricaturalmente a problemática do movimento operário (certamente abrindo espaço para uma negligência para com a esfera da produção) e deseja, consciente ou inconscientemente, um pretexto para exercizar o demônio (ou mesmo a sombra do demônio) chamado movimento operário radical.

Tentei, ao longo deste trabalho (re)valorizar o ativismo de bairro, porém a ele creditando uma relevância fundamental enquanto parte de uma totalidade, sendo esta o conjunto dos ativismos sociais e suas questões, tal como se nos apresentam na contemporaneidade. E foi nos marcos de uma valorização da parte - as experiências de questionamento, bairrofilia, organização - sem perder de vista o todo - os demais ativismos, os condicionamentos e as demandas atuais - que busquei aferir as limitações e virtualidades do ativismo de bairro. Limitações que remetem à relativa desconexão entre a parte e o todo, des-

conexão relativa essa que, à luz do pensamento autonomista, só cogitei como legitimamente superável através de uma organização (e de uma estratégia) programaticamente abrangente, humanisticamente generosa, politicamente não-burocrática.

Uma vez "posto no seu devido lugar", o ativismo de bairro, para além (ou suplementarmente) de suas experiências reais, reflete uma problemática e nos convida a colocar questões verdadeiramente cruciais. É toda uma significativa parcela da contemporaneidade que ele aberta ou implicitamente questiona: a espacialidade (a grande metrópole, o bairro massificado, a praça descaracterizada), a segregação, o gigantismo devorador, a celeridade embrutecedora (que tende a privar as pessoas da paisagem e aquelas umas das outras), as relações de produção e de poder críticas (manifestas nas carências de habitação e equipamentos, na bestialização da vida urbana). É o ativismo de bairro nos convidando, pois, a partir de um estrato específico da instituição da sociedade (mas que remete a todos os outros, com maiores ou menores mediações), a uma consideração crítica da instituição na sua globalidade.

Com base neste ponto de partida cumpro uma trajetória de análise, no correr da qual me alimentei daquilo que Cornelius Castoriadis tem como ponto de chegada: o fato de que, com os fracassos (?) teóricos e práticos do marxismo, já não se trata (como, aliás, nunca se tratou realmente) de conquistar o Estado e capturar as forças produtivas capitalistas (aí incluído o Espaço) em nome do "proletariado". O proletariado do século XIX quase só sobrevive nos livros de História ou nas cabeças do marxistas conseqüente (falo de coerência interna, na medida em que os que discordam devem procurar outro rótulo). A idéia marxiana da tecnologia capitalista como algo "em si positivo" que precisaria apenas mudar de dono para garantir a felicidade vem caindo, em velocidade acelerada, no descrédito. O mutismo de quase todos os marxistas acerca do comprometimento da tecnologia e da espacialidade capitalistas com a opressão capitalista é sintomático. (Não me refiro a constatações empíricas e superficiais, mas a questionamentos profundos, como o do herege Lefebvre.) Me alimentei, enfim, e espero ter contribuído para a sua realimentação, do questionamento global do modelo civili-

zatório que associa progresso a industrialização + urbanização (em moldes capitalísticos, os únicos praticados), que oprime o encontro, que interdita a vivência do Espaço e do Outro, que submerge e esmaga a espontaneidade, a topofilia, o diálogo e o lazer salutar em favor de ritmos ensandecedores, de trabalhos embrutecedores, de lazeres planejados e artificiais, de encontros cronometrados.

\* \* \* \* \*

Os "reformistas" da moda - paradigmáticos, neoculturalistas e outros menos votados - apontam, em última instância, para a perpetuação essencial do "status quo". É o que consciente ou semi-conscientemente desejam, ao desqualificarem a autonomia, ao rirem da exigência revolucionária, ao elogiarem a democracia representativa e ao endossarem o Estado-em-si.

Isto significa que, apesar da retórica, do interesse e da atenção para com os ativismos (mas, seja como for, também o governo dá atenção, vez por outra, aos ativismos...), esses analistas estão imbuídos de um horizonte político-filosófico, na prática, profundamente reacionário: pouco do que dizem e escrevem, páginas e páginas às vezes arrebataadas de relatos de protestos e lutas e de elogios à espontaneidade (sic) - e mesmo eventualmente sussurrantes do "importante papel organizador dos partidos de esquerda em certas conjunturas" -, pode servir para elucidar um bom número de questões fundamentais. Questões como o problemático relacionamento entre partidos políticos e ativismos de bairro, os perigos reais e as perigosas indefinição e fragilidade tão típicas das organizações de bairro. E em nada o pensamento desses analistas poderá nos ajudar a valorizar o ativismo tendo por horizonte não a "cidadania" em sociedades como as atuais, mas a autonomia do cidadão, do grupo, da sociedade. Muitas análises, muitos estudos de caso ainda irão nos fornecer dados dados e informações; todavia, não gratuitamente. Os campos parecem definir-se com maior nitidez, e é sintomático que Castells tenha abandonado definitivamente o projeto revolucionário (sacramentando, na realidade, o que já vinha fazendo em sua segunda

fase). A posição desses intelectuais deverá, por sua natureza ideológica, municiar cada vez mais o endosso do Estado-em-si ("candidatos populares" etc.), a luta puramente contra conjunturas e ainda reforçar o mito do ativismo-espontâneo-popular-e-virtuoso. Contudo, tais autores deverão continuar calados, perplexos ou tartamudeantes frente os refluxos de ativismos, as cooptações, as "traições" de PCs "entristas", os esvaziamentos de quadros militantes de associações. O silêncio, a perplexidade ou a superficialidade - e, em muitos casos, igualmente a suspeita de cretinismo político - serão o preço a pagar por aqueles que não puderem ou não quiserem extrair as necessárias lições da história recente dos ativismos.

Quanto aos marxistas, dividem-se, queiram ou não os sonhadores, em dois grandes grupos. Os militantes dos partidos revolucionários (refiro-me somente a eles aqui, já que o eurocomunismo remete, na prática, a uma negação da virtualidade revolucionária do marxismo) deverão, "ceteris paribus", continuar oscilando entre o desdém e a tentativa de aparelhamento para com os ativismos de bairro, segundo a conjuntura política geral e a partidária em particular. De resto, quase sempre estéreis em si mesmos - pequenos partidos em regra sem maiores perspectivas -, sua grande "contribuição", ainda que não logrem alcançar sua revolução estatista-autoritária, é a de ajudarem, "pela esquerda", a desmobilizar e a lançar a semente do descrédito sobre quadros de associações de moradores.

Já os marxistas de academia, sempre com uma aura de dignidade moral e teórica ao desbancar as novidades reformistas ou as ortodoxias com as suas heterodoxias, deverão continuar, por sua natureza, a encobrir - é esta a palavra - a problemática política do confronto partidos X ativismos, a importância programática das questões espaciais e não-remissivas diretamente à esfera da produção, a necessidade de uma organização de novo tipo e outros aspectos cruciais, pelo menos no que eles têm de essencial. Deverão, assim (salvo "exceções" que, no fundo, não são exceções, por já não estarem, a não ser aparente e formalmente, no mesmo universo referencial do marxismo consequente), permanecer, cheios de dignidade acadêmica, a viver - academicamente,

pois é só disso que se trata - de sua cegueira reacionária.

\* \* \* \* \*

Prever alguma coisa em matéria de dinâmica social é sempre arriscado, já que, por mais que disponhamos de dados confiáveis, devemos sempre contar com o fortemente imponderável, contingente, imprevisível. É quase sempre viável, no entanto, definir tendências gerais com base na observação atenta de um dado quadro e de sua evolução. Naturalmente, a impossibilidade de se antever todos os fatos, inclusive vários decisivos, a partir do exame (por mais cuidadoso que seja) das tendências gerais aparentes, não invalida a preocupação com a definição de tendências, desde que o analista esteja cômico da incompletude e da falibilidade do seu esforço; afinal, algum tipo de predição é uma exigência frente a tarefa de levantamento de alternativas de ação e planejamento de caminhos a percorrer. (Isto, obviamente por razões ética e politicamente diversas e através de meios antagônicos aos inerentes a um saber libertário, é coisa de há muito sabida e praticada pelos geopolíticos, cientistas e estrategistas políticos do "status quo".)

Penso ter fornecido argumentos e dados suficientes pelo menos para fazer soçobrar os preconceitos que subvalorizam ou desqualificam generalizadamente o ativismo de bairro, imputando-lhe unívocamente um diversionismo e uma vocação de luta meramente por "remendos"; em suma, imputando-lhe uma essencial e inarredável vocação "reformista". Creio também ter mostrado claramente que o ativismo de bairro tampouco é historicamente "acidental" ou de scmenos importância. Ainda que sua intensidade transformativa varie segundo conjunturas (e segundo o país, a cidade, o grupo social), ele é uma resposta histórica - especialmente planetária (grandes cidades do Primeiro Mundo e do Terceiro Mundo) - a um problema intestino da sociedade capitalista: a crise social ("urbana") suscitada pelo modelo de "desenvolvimento" (urbano) caro à sustentação do capitalismo contemporâneo. É justamente porque o modelo de "desenvolvimento" econômico-social calcado no concentracionismo, na massificação e na deterioração da qualidade de vida é fundamental pa-

ra o capitalismo mundial, e não um epifenômeno globalmente descartável, que se compreende gastar tanto papel com o ativismo de bairro - o que certamente não seria o caso se ele não passasse de um modismo ou de simples expressão de elites organizadas para salvaguardar ou ampliar seus privilégios. O ativismo de bairro possui, de fato, limitações, fraquezas; de um ponto de vista autonomista, contudo, tais limitações e fraquezas não valem como pretexto para a desqualificação do ativismo na sua plenitude essencial: a positividade dos movimentos de bairro deve ser incorporada a um projeto mais abrangente, necessita-se de transcender o ativismo valorizando-o - ou seja, trata-se de somar esforços, e não de apostar numa politização e numa disciplinarização por conta de um tipo de organização reducionista e burocrático.

Não se sabe por quanto tempo o Primeiro Mundo conseguirá manter ainda em níveis satisfatórios a qualidade de vida da maioria de seus habitantes - o que diz respeito não apenas aos limites sócio-políticos do Terceiro Mundo explorado em sua mão-de-obra e espoliado em suas riquezas naturais, mas também ao "equilíbrio dinâmico" interno ao Primeiro Mundo<sup>(1)</sup>. Mesmo um estudo precipuamente voltado para tal questão não poderia fornecer mais que tendências gerais, mesmo que discutidas densamente. No que concerne aos objetivos do presente trabalho, mais limitados, é possível extrair as seguintes ilações, na hipótese de que o "equilíbrio dinâmico"<sup>(2)</sup> que num primeiro golpe de vista ainda caracteriza o capitalismo mundial integrado perdurará por mais um período (de alguns anos ou algumas décadas; afinal, não nos encontramos propriamente num momento "pré-revolucionário"):

1) No Primeiro Mundo, o controle da poluição ambiental, a provisão razoável (embora não inteiramente satisfatória) de habitações e equipamentos de consumo coletivo, deverão circunscrever o ativismo de bairro sobretudo a reivindicações qualitativas e de ordem "cultural": mais áreas de lazer, paisagem não-descaracterizada, patrimônio arquitetônico preservado, vida de bairro não-desestruturada por grandes obras ou por zoneamentos, eis as típicas bandeiras de luta de um tal ativismo. Sem excluir eventuais mobilizações contra carências quantitativas e elementares como falta de habitações e de equipamentos, é razoável supor que semelhantes pro-

blemas, conservando a hipótese geral supramencionada, só terão oportunidade de se apresentar com real intensidade no Primeiro Mundo nas seguintes situações: em circunstância de pressão sobre bairros centrais ghettoizados (normalmente restritos às minorias étnicas especialmente exploradas) por programas de renovação urbana ou de fraqueza de demanda solvável por parte dos mais pobres; ou em circunstâncias atinentes a realidades como que de "transição" entre primeiromundismo e terceiromundismo, a exemplo do que foram a Espanha nos estertores do franquismo, Portugal no crepúsculo do salazarismo ou a Itália durante a tensa virada anos 60-70 - contextos em que estruturas e conjunturas se encontraram para oferecer vigorosos exemplares de mobilização popular. Isto não significa que, nos países capitalistas centrais, o ativismo de bairro esteja condenado ao elitismo, ou seja incapaz de polinizar um ideário crítico-autonomista; significa, apenas, que regra geral o ativismo lá surge como reação a situações incomparavelmente menos dramáticas que as terceiro-mundistas. Como bem lembrou o sensível primeiromundista Lefebvre, enquanto lá a vanguarda é a luta pelo desejo, pelo usufruto do tempo, nos países periféricos, "que acumulam os problemas mas não as riquezas", trata-se ainda de lutar também pelo pão.

2) No Terceiro Mundo, tudo indica que a inchação das grandes cidades não sofrerá, tão cedo e a prosseguirem as coisas no rumo atual, uma parada. Cidades como São Paulo e Cidade do México serão, na virada do milênio, imensas metrópoles ingovernáveis e inabitáveis, monstros de congestionamentos, de escassez de habitações e de equipamentos de consumo coletivo, de "stress", violência, pobreza e poluição. Enormes repositórios de favelas, loteamentos periféricos pobres e mendigos ao lado de grandes concentrações industriais e em meio a uma sociedade regida, em certos setores e para certos grupos, por padrões de organização e consumo sofisticados. Na sua substância, tal quadro quer dizer que o Terceiro Mundo prosseguirá pagando a conta do paraíso primeiromundista (aliás, cada vez menos paradisíaco): sua força de trabalho, mal remunerada e mal alojada; sua Natureza, degradada; tudo como contraponto concreto e insofismável à saudação do "progresso", representado pelas indústrias, multinacionais e nacionais, que em troca de empregos mal pagos oferecem poluição ambien-

tal e outros males. Logo, as condições materiais básicas que demandam a emergência do ativismo de bairro não somente não tendem a desaparecer como, pelo contrário, tendem a se agravar.

Em face de tal panorama é que acredito ser irrazoável ter um refluxo geral dos ativismos, como talvez estimule a pensar apreciações superficiais de experiências como a espanhola ou a italiana. A permanência dos problemas e do alicerce histórico responsáveis pelo tipo de resposta ativismo de bairro determinará certamente, para além de derrotas locais e conjunturais, constantes realimentações do espírito de luta; nada de refluxos gerais e irreversíveis, por enquanto.

Todavia, não devemos deduzir, diante das dificuldades para derramar luz sobre a questão da exigência revolucionária e para precisar as tendências acima esboçadas, que podemos deixar a crise continuar por si mesma. Não nos devemos poupar de refletir sobre o futuro, sobre alternativas. Crise social é luta de classes, e o resultado dessa luta não está de antemão garantido em favor dos oprimidos; na verdade, cada nova derrota, cada nova cooptação mina um pouco mais as energias e a confiança, parecendo prometer um pouco mais o futuro às elites. Cabe a nós tentar evitar que da crise que se agrava e da ultrapassagem de seus limites não emergja, com contornos definitivos, um novo "equilíbrio dinâmico" exatamente oposto ao ideal autonomista (e mais complexo e abafador que os precedentes).

\* \* \* \* \*

Termino este estudo tendo formulado muitas perguntas, sem no entanto ter respondido a todas; tendo levantado muitos problemas, sem todavia fazer mais que esboçar, quando muito, suas soluções. Admitir que os instrumentos teóricos tradicionais, que os fundamentos político-filosóficos dominantes e que as respostas prontas que temos ao alcance da mão não são adequados, ou convenientes, não é atitude que se tome sem ônus. No caso, navegar em mares teórico-filosóficos revoltos, construir pontes não totalmente seguras - mas necessárias - sobre abismos teóricos; enfim, aceitar quase só, nesta oportunidade, chamar a atenção

para a importância de se atravessar o Rubicão, abdicando da pretensão de pormenorizar a travessia.

De todo modo, é imprescindível reconhecer que a tarefa do teórico é limitada, que sua capacidade de predição é restrita, especialmente em relação a uma prática que - como a organização antiburocrática advogada - é essencialmente uma promessa, ainda que não uma fantasia. A questão, no final das contas, e perdoem o trocadilho, é se a questão que foi aqui levantada é legítima, e se o seu encaminhamento presente é fecundo. A tarefa que se tem pela frente, não apenas teórica, mas sobretudo prática - práxis - é gigantesca. Penso que não é, contudo, irrealizável. E penso, acima de tudo, que é fundamental.

NOTAS AO CAPÍTULO BALANÇO E PERSPECTIVAS

- (1) Sobre a deterioração do "equilíbrio dinâmico" aludido - ou da "pax primeiromundista" -, deve-se registrar que estudos já dão conta de que aumenta alarmantemente a pobreza entre a própria população branca nos EUA, país onde também a crise fiscal das "cidades centrais" ("inner cities") é importante fator de preocupação (ver, a propósito, Ruth Fincher, "Urban redevelopment in Boston: rhetoric and reality". In: Kevin Cox e R.J. Johnston, orgs., Conflict, Politics and the Urban Scene. Longman, Essex, 1982). Desemprego, degradação ambiental e insatisfação com o embrutecimento do trabalho estão entre os principais espectros que rondam a "pax primeiromundista". Ver, a respeito da vivência primeiromundista da crise, André Gorz, Los caminos del paraíso (Laia, Barcelona, 1966).
- (2) A expressão "equilíbrio dinâmico", que vem da Teoria Geral dos Sistemas, incorpora na presente discussão a contradição social como fator de dinamização essencial do "equilíbrio".

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Mauricio de Almeida. "A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930)". Espaço & Debates, ano III, nº 21, 1987.
- \_\_\_\_\_. "Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução". Revista Rio de Janeiro, vol.1, nº2, abril de 1986.
- \_\_\_\_\_. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. IPLANRIO/Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1987.
- ALVARENGA, Alberto, e MALTSCHEFF, Jacques. "L'espace social, nouveau paradigme?". Espaces et Sociétés, julho/dezembro de 1980, números 34-5.
- ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Forense, Rio de Janeiro, 1983 (1 ed. norte-americana: 1958).
- ARON, Raymond. De uma Sagrada Família a Outra. Ensaio sobre os Marxismos Imaginários de Sartre e Althusser. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.
- ARON, Henri. A Revolta de Kronstadt. Brasiliense, São Paulo, 1984.
- BATER, James H. "The Soviet city: continuity and change in privilege and place". In: AGNEW, John, MERCER, John, e SOPER, David, orgs., The City in Cultural Context. Allen & Unwin, Boston, 1984.
- BAUDRILLARD, Jean. À Sombra das Maiorias Silenciosas. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- \_\_\_\_\_. Partidos Comunistas - Paraísos Artificiais da Política. Rocco, Rio de Janeiro, 1985.
- BEAUD, Michel. História do Capitalismo. Brasiliense, São Paulo, 1987.
- BENEVOLO, Leonardo. História da Cidade. Perspectiva, São Paulo, 1983.
- BERINGUIER, Christian. "Se reconnaitre dans l'espace de la ville: à chacun son quartier!". Espaces et Sociétés, julho-dezembro de 1980, números 34-5.
- BERNARDO, João. "Gestores - desenvolvimento histórico e unificação de uma classe". In: Capital, Sindicatos, Gestores. Vértice, São Paulo, 1967.
- \_\_\_\_\_. Marx Crítico de Marx. Afrontamento, Porto, 1977, 3 volumes.

BERTRAND, Michel-Jean, e METTON, Alain. "Le 'Quartier vécu'". L'Information Géographique, números 2 e 3, 1975.

\_\_\_\_\_. "Contribution à l'analyse géographique du quartier dans l'espace urbain". La Revue de Géographie de Montréal, vol. XXVIII, n° 1, 1974.

BOBBIO, Norberto. "A Itália é ingovernável?". O Globo, 13/05/87.

BORJA, Jordi. Movimientos Sociales Urbanos. SIAP, Buenos Aires, 1975.

BOSCHI, Renato Raul, e VALLADARES, Licia do Prado. "Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos". In: BOSCHI, Renato Raul (org.), Movimentos Coletivos no Brasil Urbano. Zahar, Rio de Janeiro, 1983.

BOSQUET, Michel. Ecologia e Política. Notícias, Lisboa, 1976.

CARRILLO, Santiago. L'"eurocomunismo" e lo Stato. Editori Riuniti, Roma, 1977 (1 ed. espanhola: 1977).

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983 (1 ed. francesa: 1972).

\_\_\_\_\_. Cidade, Democracia e Socialismo. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.

\_\_\_\_\_. City, Class and Power. Macmillan, Londres, 1973.

\_\_\_\_\_. The City and the Grassroots. A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements. University of California Press, Berkeley e Los Angeles, 1983.

\_\_\_\_\_. "Urbanismo, crise e qualidade de vida". Projeto, n° 57, nov/1983.

CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

\_\_\_\_\_. "Introdução: socialismo e sociedade autônoma". In: Socialismo ou Barbárie. Brasiliense, São Paulo, 1983.

\_\_\_\_\_. "A exigência revolucionária". In: Socialismo ou Barbárie. Brasiliense, São Paulo, 1983.

\_\_\_\_\_. "A fonte húngara". In: Socialismo ou Barbárie. Brasiliense, São Paulo, 1983.

\_\_\_\_\_. "A questão da história do movimento operário". In: A Experiência do Movimento Operário. Brasiliense, São Paulo, 1985.

- CASTORIADIS, Cornelius. "Proletariado e organização, I". In: A Experiência do Movimento Operário. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- \_\_\_\_\_. "O papel da ideologia bolchevique no nascimento da burocracia". In: A Experiência do Movimento Operário. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- \_\_\_\_\_. "Marx aujourd'hui". In: Domaines de l'homme - Les carrefours du labyrinthe II. Seuil, Paris, 1986.
- \_\_\_\_\_. "La 'gauche' en 1985". In: Domaines de l'homme - Les carrefours du labyrinthe II. Seuil, Paris, 1986.
- \_\_\_\_\_. "Tiers Monde, tiers-mondisme, démocratie". In: Domaines de l'homme - Les carrefours du labyrinthe II. Seuil, Paris, 1985.
- CORREO INTERNACIONAL. Ano III, nº 20, junho de 1986.
- COX, Kevin, e MCCARTHY, Jeffery. "Neighbourhood activism as a politics of turf: a critical analysis". In: COX, Kevin, e JOHNSTON, R.J. (orgs.), Conflict, Politics and the Urban Scene. Longman, Essex, 1982.
- DAMATTA, Roberto. "Espaço: Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil". In: A Casa e a Rua. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- DALY, Herman E. (org.). Economics, Ecology, Ethics. Freeman, San Francisco, 1980.
- DINIZ, Eli. "Favela: associativismo e participação social". In: BOSCHI, Renato Raul (org.), Movimentos Coletivos no Brasil Urbano. Zahar, Rio de Janeiro, 1983.
- DOWNS, Charles. "Comissões de moradores e lutas urbanas em Portugal revolucionário". Espaço & Debates, ano I, nº 4, dez/1981.
- DUPUY, Jean-Pierre. Introdução à Crítica da Ecologia Política. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.
- DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.
- ELLUL, Jacques. Mudar de Revolução. O Inelutável Proletariado. Rocco, Rio de Janeiro, 1985.
- ENGELS, Friedrich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Global, São Paulo, 1986.
- \_\_\_\_\_. Para a Questão da Habitação. Avante!, Lisboa, 1963.

- FERNANDES, Florestan. Apresentação do Que Fazer?, de Lênin. HUCITEC, São Paulo, 1986.
- FINCHER, Ruth. "Urban redevelopment in Boston: rhetoric and reality". In: COX, Kevin, e JOHNSTON, R.J. (orgs.), Conflict, Politics and the Urban Scene. Longman, Essex, 1982.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.
- GANS, Herbert. The Urban Villagers. Group and Class in the Life of Italian-Americans. The Free Press, New York, 1962.
- GEORGE, Pierre. Geografia Urbana. DIFEL, São Paulo, 1983 (1 ed. francesa: 1961).
- GOHN, Maria da Glória. Reivindicações Populares Urbanas. Autores Associados/Cortez, São Paulo, 1982.
- GORZ, André. Los caminos del paraíso. Para comprender la crisis y salir de ella por la izquierda. Laia, Barcelona, 1986.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1984.
- GUATTARI, Félix. Revolução Molecular: Pulsações Políticas do Desejo. Brasiliense, São Paulo, 1987 (3 ed.).
- \_\_\_\_\_. "Espaço e poder: a criação de territórios na cidade". Espaço & Debates, nº 16. ~~EXTERIOR - BRASIL~~
- GUATTARI, Félix, e ROLNIK, Suely. Micropolítica - Cartografias do Desejo. Vozes, Petrópolis, 1986.
- HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. HUCITEC, São Paulo, 1980.
- \_\_\_\_\_. "O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas". Espaço & Debates, ano II, nº 6, jun-set/1982.
- HAUSER, Philip, e MATRAS, Judah, "Unidades territoriais de análise". In: HAUSER, Philip (org.), Manual de Pesquisa Social nas Zonas Urbanas. Pioneira, São Paulo, 1978.
- HORKEIMER, Max, e ADORNO, Theodor W. (orgs.). Temas Básicos da Sociologia. Cultrix, São Paulo, 1978.
- JACOBI, Pedro Roberto. "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil". Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. ANPOCS, Rio de Janeiro, 1980.

- JACOBI, Pedro Roberto. "Prefeituras democráticas, movimentos populares e poder local: participação, cooptação ou autonomia?". Espaço & Debates, ano III, nº 9.
- JACOBI, Pedro Roberto, e NUNES, Edison. "Movimentos populares, poder local e conquista da democracia". In: MOISÉS, José Álvaro, et alii, Cidade, Povo e Poder. Paz e Terra/CEDEC, Rio de Janeiro, 1982.
- JAPIASSU, Hilton. O Mito da Neutralidade Científica. Imago, Rio de Janeiro, 1981.
- KROPOTKIN, Piotr Alexeyevich. Textos Escolhidos. L & PM, Porto Alegre, 1987.
- KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. Perspectiva, São Paulo, 1987.
- LAUWE, P.-H. Chombart de. "A organização social no meio urbano". In: VELHO, Otávio Guilherme (org.), O Fenômeno Urbano. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.
- \_\_\_\_\_. "L'agglomération parisienne". In: LAUWE, P.-H. Chombart de, Paris et l'agglomération parisienne. Presses Universitaires de France, Paris, 1952.
- LAVEDAN, Pierre. Géographie des villes. Gallimard, Paris, 1959 (1 ed. francesa: 1936).
- LEDROUT, Raymond. Sociologia Urbana. Forense, Rio de Janeiro, 1971 (1 ed. francesa: 1968).
- LEFEBVRE, Henri. La revolución urbana. Alianza Editorial, Madrid, 1983 (1 ed. francesa: 1970).
- \_\_\_\_\_. O Direito à Cidade. Documentos, São Paulo, 1989. <sup>pag. 45</sup>  
a interpretação do texto cf. = Espaço
- LÊNIN, Vladimir. Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo. Global, São Paulo, 1981.
- \_\_\_\_\_. O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. Global, São Paulo, 1982.
- \_\_\_\_\_. O Estado e a Revolução. HUCITEC, São Paulo, 1986.
- \_\_\_\_\_. Que Fazer?. HUCITEC, São Paulo, 1986.
- \_\_\_\_\_. Contra la burocracia. Pasado y Presente, México, 1980.
- LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. Martins Fontes, São Paulo, 1981.

- LOWE, Stuart. Urban Social Movements. The City after Castells. MacMillan, Londres, 1986.
- LUXEMBURGO, Rosa. O Estado Capitalista e a Revolução. Antídoto, Lisboa, 1979.
- LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. Martins Fontes, São Paulo, 1982.
- LYOTARD, Jean-François. O Pós-Moderno. José Olympio, Rio de Janeiro, 1986.
- MAFFESOLI, Michel. O Tempo das Tribos. O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa. Forense, Rio de Janeiro, 1987.
- MANDEL, Ernest. La teoría leninista de la organización. Era, México, 1976.
- MANN, Peter. An Approach to Urban Sociology. Routledge & Kegan Paul, Londres, 1968.
- MARCELLONI, Maurizio. "Movimentos urbanos e lutas políticas na Itália". Espaço & Debates, ano I, nº 2, mai/1981.
- MARCUSE, Herbert. A Ideologia da Sociedade Industrial. O Homem Unidimensional. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.
- \_\_\_\_\_. Contra-revolução e Revolta. Zahar, Rio de Janeiro, 1981.
- MARX, Karl. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
- MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich. "Manifesto do Partido Comunista". In: Obras Escolhidas. Progresso/Avante!, Moscou/Lisboa, 1982, tomo I.
- MILLS, Wright. A Nova Classe Média. Zahar, Rio de Janeiro, 1979.
- PIZUBUTI, Satié. O Movimento Associativo de Bairro em Niterói. Tese de Doutorado submetida à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986.
- MOISÉS, José Álvaro, e MARTINEZ-ALIER, Verena. "A revolta dos suburbanos ou 'patrão, o trem atrasou'". In: MOISÉS, José Álvaro, et alii, Condições Urbanas e Movimentos Sociais. Paz e Terra/CEDEC, Rio de Janeiro, 1985.
- MORIN, Edgar. O Método, tomo I - A Natureza da Natureza. Europa-América, Mem Martins, s/d.
- MUMFORD, Lewis. A Cidade na História. Suas Origens, Transformações e

- Perspectivas. Martins Fontes/Editora da UnB, São Paulo, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Vozes, Petrópolis, 1987.
- PANNEKOEK, Anton. "Conselhos operários". In: PANNEKOEK, Anton, et alii, Conselhos Operários. Centelha, Coimbra, 1975.
- PICKVANCE, Chris. "From 'Social Base' to 'Social Force': Some Analytical Issues in the Study of Urban Protest". In: HARLOE, Michael (org.), Captive Cities. John Wiley and Sons, New York, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. "O Estado, os Movimentos Sociais, o Partido (Última entrevista com Nicos Poulantzas)". Espaço & Debates, ano III, nº 9, maio-ago/1983.
- REZENDE, Jó. Como se Faz a Luta de Bairros. Vozes, Petrópolis, 1986.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Movimentos Sociais Urbanos - algumas reflexões". Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos, Rio de Janeiro, 1980.
- \_\_\_\_\_. Movimentos Sociais - Velhas e Novas Questões no Espaço do Rio de Janeiro. Relatório-síntese dos trabalhos desenvolvidos pela equipe regional (Rio) do projeto Movimentos Sociais na América Latina, xerox, 1986.
- \_\_\_\_\_. "Movimentos Sociais Urbanos - registros brasileiros". Publicações PUR - Série Estudos e Debates. Nº 5, out/1982.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres, e LIMONAD, Ester. "Infra-estrutura e super-estrutura: dois caminhos para a mesma questão". Publicações PUR - Série Estudos e Debates. Nº 5, out/1982.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro. Zahar, Rio de Janeiro, 1981.
- SARTRE, Jean-Paul. Critique de la Raison dialectique. Tomo I - Théorie des ensembles pratiques. Gallimard, Paris, 1985 (1 ed.: 1960).
- SANTOS, Milton. O Espaço Dividido. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1979.
- SHEVKY, Eshret, e BELL, Wendell. "Análisis de area social". In: THEODORSON, G.A. (org.), Estudios de ecología humana. Labor, Barcelona, 1974, vol. 1.
- SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos Sociais Populares em Fortaleza. Uma Abordagem Geográfica. Tese de Doutorado submetida à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986.

- SILVA, Luiz Antonio Machado da. Para Repensar o Paradigma dos Movimentos Sociais Urbanos. X Encontro Anual da ANPOCS, Campos do Jordão, 1986. xerox.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da, e ZICCARDI, Alicia. Notas para uma discussão sobre 'movimentos sociais urbanos'. III Encontro Anual da ANPOCS, Belo Horizonte, 1979, mimeo.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da, e RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias?". Boletim Paulista de Geografia, nº 62, 2ª sem/1985.
- SINGER, Paul. "Movimentos de bairro". In: SINGER, Paul, e BRANDT, Vinicius Caldeira (orgs.), São Paulo: o Povo em Movimento. Vozes, Petrópolis, 1983.
- \_\_\_\_\_. Economia Política da Urbanização. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- SOARES, Maria Therezinha de Segadas. "O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro". Boletim Carioca de Geografia, ano XI, números 3 e 4. 1959.
- SOJA, Edward. "Uma concepção materialista da espacialidade". In: BECKER, B.K., COSTA, R.H., e SILVEIRA, C.B. (orgs.), Abordagens Políticas da Espacialidade. UFRJ, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação, 1983.
- \_\_\_\_\_. "The Socio-Spatial Dialectic". In: Annals of the Association of American Geographers. Vol. 70, nº 2, junho de 1980.
- TARRAGÓ, Marçal. Política urbana y luchas sociales. Avance, Barcelona, 1976.
- TAYLOR, Peter, e HADFIELD, Harry. "Housing and the State: A Case Study and Structuralist Interpretation". In: COX, Kevin, e JOHNSTON, R. J. (orgs.), Conflict, Politics and the Urban Scene. Longman, Essex, 1982.
- TOURAINE, Alain. Production de la société. Seuil, Paris, 1973.
- \_\_\_\_\_. Cartas a uma Jovem Socióloga. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.
- \_\_\_\_\_. Pela Sociologia. Dom Quixote, Lisboa, 1982.
- \_\_\_\_\_. L'après socialisme. Grasset, Paris, 1983.
- TROTSKY, Leon. A História da Revolução Russa. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978 3 vols.

TRIBUNA ALEMÃ. Dezembro de 1987, nº 357.

TUAN, Yi-Fu. Espaço & Lugar. DIFEL, São Paulo, 1983.

\_\_\_\_\_. Topofilia. DIFEL, São Paulo, 1980.

VELHO, Gilberto. A Utopia Urbana. Zahar, Rio de Janeiro, 1973.

VILLASANTE, Tomás. Comunidades locais - Análisis, movimientos sociales y alternativas. Instituto de Estudios de Administracion Local, Madrid, 1984.

VOGEL, Arno, e SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (coords.). Quando a Rua Vira Casa. IBAM, Rio de Janeiro, 1981.

WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980.

ZORBAUGH, Harvey. "Las áreas naturales de la ciudad". In: THEODORSON, G.A. (org.), Estudios de ecología humana. Labor, Barcelona, 1974, vol. 1.